

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETICIA BARTOSZECK NITSCHKE

**DESVENDANDO O ESPAÇO VIVIDO DA COMUNIDADE DE GUAJUVIRA E SUA
RELAÇÃO COM O TURISMO, EM ARAUCÁRIA, PARANÁ (PR)**

**CURITIBA
2012**

LETICIA BARTOSZECK NITSCHÉ

**DESVENDANDO O ESPAÇO VIVIDO DA COMUNIDADE DE GUAJUVIRA E SUA
RELAÇÃO COM O TURISMO, EM ARAUCÁRIA, PARANÁ (PR)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Bahl

CURITIBA
2012

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
- MESTRADO E DOUTORADO




PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Tese de Doutorado, apresentada pela candidata **Leticia Bartoszeck Nitsche** intitulada “**Desvendando o espaço vivido da comunidade de Guajuvira e sua relação com o turismo, em Araucária, Paraná**”, para obtenção do grau de Doutora em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Território, Cultura e Representação**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüida a candidata, são de parecer pela APROVADA da Tese.

Curitiba, 27 de março de 2012.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Miguel Bahl (UFPR) – Presidente


Profª Dra. Maria del Carmen M. H. Calvente - UEL


Profa. Dra. Salete Kozel Teixeira - UFPR


Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr - UEPG


Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky - UEPG

À minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder a alegria de viver.

Ao Júnior, por estar sempre comigo.

A Larissa, pela inspiração dos últimos meses.

Aos meus pais, Mario e Sueli, pelo incentivo e companheirismo incondicionais.

Ao Juliano, a Angelina e ao Antônio Gilberto, pelo apoio constante.

A Marise, pelo carinho de sempre e por mostrar que é possível realizar tantas coisas.

Às amigas Tami e Marta, pela amizade que me fortalece.

A Margarete, a Luciane, a Marie e ao Bruno, pela amizade e pelos agradáveis momentos na universidade.

Ao professor Miguel Bahl pela orientação, confiança e amizade.

Às professoras Salete e Cicilian, por compartilharem comigo um pouco do seu saber geográfico.

Aos professores Maria del Carmen e Leonel, pelo seu tempo e conhecimentos.

Ao Marcelo e a Katia, por poder contar com as suas habilidades e conhecimentos.

Ao Zem, pela dedicação e eficiência para cuidar dos assuntos da Pós-Graduação em Geografia.

A todos os colegas do Departamento e da Coordenação de Turismo, pela caminhada conjunta e pelo incentivo.

Aos alunos, que pelo espírito de aprendizagem, me motivaram a dar o passo do doutorado.

À equipe da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Araucária representada pela Tania, Glaci, Ana Paula, André, Giovana e Sebastião, pela participação ativa e interessada nas pesquisas desta tese.

Um agradecimento especial aos moradores de Guajuvira, pela receptividade e pelos ensinamentos que me proporcionaram nessa jornada.

RESUMO

A tese se sustenta na afirmação de que é necessário conhecer a constituição de uma comunidade como grupo cultural e as suas relações com o lugar para indicar caminhos pelos quais o turismo poderia encontrar melhor interação e adesão dentro da comunidade. Com base no aporte teórico da geografia cultural, perpassando a vertente fenomenológica humanista e seus estudos de percepção ambiental, com viés para as representações, a investigação se traduziu em desvendar o espaço vivido, como categoria de análise, da comunidade de Guajuvira, em Araucária, Paraná, na área de influência do itinerário turístico Caminhos de Guajuvira. O objetivo principal da pesquisa foi investigar, sob uma perspectiva cultural, como está constituída a comunidade de Guajuvira, com ênfase para a relação das pessoas com o seu espaço de vivência e sua percepção sobre a presença do turismo. A pesquisa é de natureza qualitativa e se desenvolveu por meio de técnicas de observação e de interlocução com moradores e gestores públicos. Após a pesquisa empírica, verificou-se que o conhecimento adquirido sobre a comunidade possibilitou: identificar o espaço religioso como um canal promissor para inserir o assunto do turismo no espaço comunitário; indicar o associativismo para promover uma maior interação entre os atores locais; levantar potencialidades turísticas que poderiam se somar ao desenvolvimento do turismo, entre outros resultados que contribuem para subsidiar uma gestão mais participativa da comunidade no turismo.

Palavras-chave: comunidade. espaço vivido. geografia cultural. turismo.

ABSTRACT

The thesis relies on the assertion that it is necessary to know the ways by which a community is formed as a cultural group and its relations with the surroundings, which will allow tourism to experience better interaction and adhesion inside the community. Based on the theoretical contribution of cultural geography, through humanistic phenomenology and its studies on environmental perception with bias to representations, investigations translated into unveiling the lived space as a category of analysis of the Guajuvira community, in Araucaria, Parana, in the area of influence of the tourism itinerary known as Guajuvira Paths. The core objective of the research was to investigate, from a cultural perspective, the ways by which the Guajuvira community is formed with a focus on the relationship between its people and their living space as well as their perception of the presence of tourism. The research has a qualitative nature and was developed through techniques of observation and communication with residents and public officials. After an empirical research, it was concluded that the knowledge acquired about the community allowed to: identify the religious space as a promising channel to introduce the subject of tourism in the community space; propose associativism in order to promote better interaction between local players; survey tourism prospects that could add to tourism development, among other results that contribute to subsidize a more participative tourism management by the community.

Key words: community. lived space. cultural geography. tourism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE GUAJUVIRA	27
FIGURA 2 - ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA EM ARAUCÁRIA.....	33
FIGURA 3 - ÁREA DE ESTUDO	34
FIGURA 4 - CROQUI DO ANTIGO CENTRO DE GUAJUVIRA	89/ 90
FIGURA 5 - POTENCIAL TURÍSTICO EM GUAJUVIRA	170
FIGURA 6 - Área industrial de Araucária	207
FIGURA 7 - Portal Polonês.....	207
FIGURA 8 - Portal Polonês: novas cores em 2011.....	207
FIGURA 9 - N. Sr. ^a . de Czestochowa: Portal Polonês.....	207
FIGURA 10 - Centro de Informações Turísticas.....	207
FIGURA 11 - Casa do Artesanato (Pq. Cachoeira).....	207
FIGURA 12 - Carroça: Acervo do Museu Tindiquera.....	207
FIGURA 13 - Linha Turismo Rural.....	207
FIGURA 14 - Guajuvirense Esporte Clube.....	208
FIGURA 15 - Guajuvirense Esporte Clube: janela.....	208
FIGURA 16 - Escola Municipal Rosa Picheth.....	208
FIGURA 17 - Horto Florestal: entrada.....	208
FIGURA 18 - Exemplar da árvore Guajuvira.....	208
FIGURA 19 - Detalhe: telhas da Olaria incendiada.....	208
FIGURA 20 - Sede do distrito de Guajuvira: paisagem.....	209
FIGURA 21 - Sede do distrito de Guajuvira: paisagem.....	209
FIGURA 22 - Sede do distrito de Guajuvira: Rio Iguaçu.....	209
FIGURA 23 - Sede do distrito de Guajuvira: trem.....	209
FIGURA 24 - Fábrica de Palhões.....	209
FIGURA 25 - Fábrica de Palhões: um palhão.....	209
FIGURA 26 - Fábrica de Palhões: fardo de palhões.....	209
FIGURA 27 - Fábrica de Palhões.....	209
FIGURA 28 - Igreja Sr. Bom Jesus.....	210
FIGURA 29 - Igreja Sr. Bom Jesus.....	210
FIGURA 30 - Igreja Sr. Bom Jesus: janela.....	210
FIGURA 31 - Igreja Sr. Bom Jesus: salão eventos.....	210
FIGURA 32 - Igreja Sr. Bom Jesus: evento.....	210
FIGURA 33 - Igreja Sr. Bom Jesus: mensagem.....	210
FIGURA 34 - Divulgação evento igreja Sr. Bom Jesus.....	210
FIGURA 35 - Divulgação evento igreja Sr. Bom Jesus.....	210

FIGURA 36 - Capela N. Sr. ^a . da Assunção.....	211
FIGURA 37 - Capela N. Sr. ^a . da Assunção: salão eventos.....	211
FIGURA 38 - Capela N. Sr. ^a . da Assunção: janela.....	211
FIGURA 39 - Capela N. Sr. ^a . da Assunção: placa.....	211
FIGURA 40 - Igreja S. Vicente de Paulo.....	211
FIGURA 41 - Igreja S. Vicente de Paulo: salão eventos.....	211
FIGURA 42 - Divulgação evento igreja S. Vic. de Paulo.....	211
FIGURA 43 - Igreja S. Vicente de Paulo: paisagem.....	211
FIGURA 44 - Igreja Assunção de N. Sr. ^a	212
FIGURA 45 - Igreja Assunção de N. Sr. ^a	212
FIGURA 46 - Igreja Assunção de N. Sr. ^a : placa.....	212
FIGURA 47 - Serragem tingida p/ tapete Corpus Christi.....	212
FIGURA 48 - Igreja N. Sr. ^a . de Fátima.....	212
FIGURA 49 - Igreja N. Sr. ^a . de Fátima: salão eventos.....	212
FIGURA 50 - Bolo em homenagem ao padroeiro.....	212
FIGURA 51 - Procissão ao padroeiro Sr. Bom Jesus.....	212
FIGURA 52 - Comercial Iguaçu.....	213
FIGURA 53 - Comercial Iguaçu.....	213
FIGURA 54 - Silvestre Waenga.....	213
FIGURA 55 - Silvestre Waenga: visita grupo da Polônia.....	213
FIGURA 56 - Chácara São Pedro: visitantes.....	213
FIGURA 57 - Chácara São Pedro: café rural.....	213
FIGURA 58 - Chácara Sta. Rita: produtor de pêssegos.....	213
FIGURA 59 - Chácara Sta. Rita.....	213
FIGURA 60 - Ferraria no Ipiranga.....	214
FIGURA 61 - Ferraria no Ipiranga: carroça construída.....	214
FIGURA 62 - Sede do distrito de Guajuvira: trilhos.....	214
FIGURA 63 - Sede do distrito de Guajuvira: trilhos.....	214
FIGURA 64 - Estrada para Estação Gal. Lúcio.....	214
FIGURA 65 - Estrada para Estação Gal. Lúcio.....	214
FIGURA 66 - Bar em General Lúcio.....	214
FIGURA 67 - Estação Ferroviária de General Lúcio.....	214
FIGURA 68 - Engenho em Boa Vista.....	215
FIGURA 69 - Paisagens.....	215
FIGURA 70 - Plantação de chá verde.....	215
FIGURA 71 - Plantação de chá verde.....	215
FIGURA 72 - Jardins.....	215
FIGURA 73 - Produção familiar.....	215
FIGURA 74 - Produção familiar.....	215

FIGURA 75 - Produção familiar.....	215
FIGURA 76 - Antigo centro de Guajuvira: estação trem à direita.....	216
FIGURA 77 - Explosão dos vagões de trem em 08/12/1988	216
FIGURA 78 - Estação de Guajuvira.....	217
FIGURA 79 - Maria Fumaça em Guajuvira, década de 1950.....	217
FIGURA 80 - Antigo centro de Guajuvira: Bar do Pescador.....	217
FIGURA 81 - Antigo centro de Guajuvira: Olaria.....	217
FIGURA 82 - Antigo centro de Guajuvira: Balsa no rio Iguaçu.....	217
FIGURA 83 - Antigo centro de Guajuvira: enchente no rio Iguaçu.....	217
FIGURA 84 - Grupo musical em Guajuvira.....	217
FIGURA 85 - Guajuvirense Esporte Clube: time de futebol.....	217
FIGURA 86 - Guajuvirense Esporte Clube: convite baile.....	218
FIGURA 87 - Guajuvirense Esporte Clube: programação semestral de 1965....	218

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PASSAGEIROS DA LINHA TURISMO RURAL	32
QUADRO 2 - ATRATIVOS DO ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA	35
QUADRO 3 - ATRATIVOS DO ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA DA ÁREA RURAL DE ARAUCÁRIA.....	36
QUADRO 4 - IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO NA ÁREA DE ESTUDO	169
QUADRO 5 - REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO VIVIDO DE GUAJUVIRA	177

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA E HIPÓTESES DA PESQUISA	15
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
2. GUAJUVIRA E O ITINERÁRIO TURÍSTICO	26
2.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE A ÁREA DE ESTUDO.....	26
2.2 O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO POR MEIO DO ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA.....	31
3. IDENTIDADE CULTURAL E ESPAÇO VIVIDO: REFLEXÕES TEÓRICAS...	51
3.1 A CULTURA NA COMPREENSÃO DA COMUNIDADE: UM OLHAR DA NOVA GEOGRAFIA CULTURAL.....	52
3.2 A CATEGORIA DE ESPAÇO VIVIDO NA VERTENTE HUMANISTA.....	62
3.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL, TOPOFILIA, LUGAR E REPRESENTAÇÕES NA CATEGORIA DE ESPAÇO VIVIDO.....	69
4. GÊNESE E IDENTIDADE CULTURAL DE GUAJUVIRA	74
4.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO.....	74
4.2 ASCENSÃO E DECLÍNIO DO CENTRO.....	86
4.3 IDENTIDADE CULTURAL: COTIDIANO, ETNICIDADE E FÉ.....	101
4.3.1 Usos do grupo baseados nas tarefas cotidianas da vida no meio rural.....	101
4.3.2 Origem comum na imigração polonesa.....	104
4.3.3 A construção da pessoa baseada na fé religiosa católica.....	114
5. COMUNIDADE DE GUAJUVIRA E ELOS COM O LUGAR	117
5.1 RELAÇÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS.....	117
5.2 CIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE.....	121
5.2.1 A fé religiosa na constituição da comunidade.....	122
5.2.2 A coabitação na constituição da comunidade.....	127
5.3 AS RELAÇÕES COM O LUGAR.....	147

5.3.1 O Lugar sob olhar dos sujeitos.....	147
5.3.2 Topofilia e topofobia.....	151
6. O TURISMO NO ESPAÇO VIVIDO DE GUAJUVIRA.....	153
6.1 A PERCEPÇÃO DO TURISMO: MORADORES E INTEGRANTES DO ITINERÁRIO TURÍSTICO.....	153
6.2 O ASSOCIATIVISMO E SUA INTERFACE COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	163
6.3 POTENCIALIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO VIVIDO DE GUAJUVIRA.....	167
6.4 O TURISMO ENTRE AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO VIVIDO.....	176
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
- Discussões e Propostas.....	183
REFERÊNCIAS.....	189
APÊNDICES.....	204
APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM MORADORES.....	205
APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM GESTORES PÚBLICOS.....	206
APÊNDICE 3 – SELEÇÃO DE FOTOS SOBRE A PESQUISA.....	207
ANEXOS.....	219
ANEXO 1 - SUGESTÕES DOS VISITANTES DO ROTEIRO CAMINHOS DE GUAJUVIRA: ABRIL A JUNHO DE 2010.....	220
ANEXO 2 – FOLHETO INFORMATIVO SOBRE O ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA.....	221
ANEXO 3 – CARTAZ SOBRE EVENTO DA COMUNIDADE DE GUAJUVIRA.....	222
ANEXO 4 – CARTAZ SOBRE EVENTO DA COMUNIDADE DE CAMUNDÁ.....	223

1. INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento sobre turismo conta com uma participação massiva de pesquisas vinculadas às áreas de administração e economia, dado aos seus efeitos econômicos e seu caráter operacional de gestão de empresas. Nesse contexto, nota-se um distanciamento entre a gestão da atividade e os reais interesses das comunidades receptoras.

Em contrapartida, surgem trabalhos que se atêm às questões antropológicas, sociais e ambientais, mostrando a importância de se pensar sobre a posição da sociedade e da natureza no processo de desenvolvimento turístico. Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem o propósito de se somar a esses esforços.

Concorda-se que a atividade turística em si, economicamente viável, depende de um conjunto de infraestruturas diversas, equipamentos, instalações, serviços e gestores do processo que interajam de forma sistemática para garantir o seu funcionamento. Portanto, uma análise funcional do turismo, conforme salienta Santos Filho (2007, p. 8), apesar de proporcionar uma descrição detalhada dos fatos, enfrenta limitações lógicas como a impossibilidade de “captar a dinâmica das contradições sociais em sua referência histórica, pois só consegue captar os problemas referentes à função”.

Diante do exposto, o presente trabalho se propõe a inverter o foco de análise do ‘local que deve servir ao turismo’ para ‘o local onde, antes de qualquer atividade turística, vivem pessoas’. Diferentemente de uma análise funcional da atividade, a pesquisa foi orientada por uma perspectiva humanista, que encontra suporte na geografia cultural, tanto nos estudos contemporâneos sobre a cultura na formação das sociedades quanto na abordagem fenomenológica que conduz aos estudos de percepção ambiental e representações.

A geografia cultural oferece bases sólidas para a pesquisa enveredar por este caminho, em concordância com Paul Claval, que julga necessário partir dos indivíduos que compõem os lugares “e de suas experiências, compreendendo o sentido que as pessoas dão à existência” (CLAVAL, 2002, p. 37).

Considera-se aqui que o espaço visitado, objeto das ações de planejamento turístico, é o mesmo espaço também vivido por uma comunidade. Ao enxergá-lo

com o olhar de Yi-Fu Tuan¹ (1980; 1983), quando vivido, o espaço que era abstrato passa a ser tomado como Lugar (conceito) formado por uma relação de afetividade por parte das pessoas, observando-se o que o autor chama de Topofilia².

O presente trabalho tem como foco a preocupação com os projetos turísticos realizados em pequenas comunidades, onde muitas vezes a população, ao ser considerada como 'objeto' de planejamento, tende a não se envolver de forma interessada na gestão desta atividade, além de desconhecer os efeitos positivos e negativos que possam ser gerados por ela.

A tese se sustenta na afirmação de que é necessário conhecer a estrutura de constituição de uma comunidade e as suas relações com o lugar para indicar caminhos pelos quais o turismo poderá encontrar melhor interação e adesão nesse grupo de pessoas.

Assim, a investigação se traduziu em desvendar o espaço vivido, como categoria de análise, de uma comunidade, com base no aporte teórico da geografia cultural, perpassando a vertente fenomenológica humanista e seus estudos de percepção ambiental com viés para as representações, buscando resultados que pudessem auxiliar a traçar diretrizes para o planejamento turístico e uma gestão participativa dos atores locais.

Para a pesquisa empírica foi escolhida a comunidade da área de influência do itinerário turístico 'Caminhos de Guajuvira' do município de Araucária, Paraná, visando exemplificar uma investigação desta natureza, ciente de que a caracterização desta comunidade a ser obtida como um dos resultados do levantamento seria particular a ela e que não poderia ser generalizada para outras comunidades. O que se pretendeu foi propor e colocar em prática uma abordagem de pesquisa combinada a um procedimento de coleta de informações, buscando oferecer contribuições a outras pesquisas.

Assim, a pesquisa teve o objetivo de investigar, sob uma perspectiva cultural, como está constituída a comunidade de Guajuvira, com ênfase para a

¹ Geógrafo, nascido na China em 1930, foi professor em universidades americanas de 1956 a 1998 (TUAN, 2008). Tuan é referência para vários pesquisadores, com destaque para os seus livros 'Topofilia: um estudo da percepção e valores do meio ambiente' de 1974 (publicado em português em 1980 – tradução de Livia de Oliveira) e 'Espaço e Lugar' de 1977 (traduzido para o português em 1983).

² O termo 'topofilia' foi retomado em 1974 por Tuan (1980), sendo que o primeiro autor a utilizar este termo foi Gaston Bachelard, na obra 'A poética do espaço', publicada originalmente em 1957, ver em BACHELARD (1988).

relação das pessoas com o seu espaço de vivência e sua percepção sobre a presença do turismo.

Os objetivos específicos foram estruturados em:

- . Conhecer a constituição da comunidade, buscando identificar as relações culturais instituídas no seu interior;
- . Investigar as relações de pertencimento dos moradores com o lugar;
- . Delinear a ocorrência do turismo na comunidade, com ênfase para percepção dos moradores sobre a atividade entre as representações do espaço vivido;
- . Com base nos levantamentos anteriores, identificar caminhos pelos quais o turismo poderá encontrar melhor interação e adesão dentro da comunidade.

A partir disso, verificou-se que o conhecimento sobre a estrutura da comunidade possibilitou identificar pistas sobre a razão da falta de participação dela em relação ao turismo, destacando o papel de uma metodologia de investigação como esta como suporte a ações de planejamento turístico.

Considera-se que o turismo não pode ser abordado como uma atividade isolada e desconectada da realidade local, mas deve estar inserido no contexto das discussões em voga na comunidade. Por isso, a importância de se conhecer a comunidade, segundo a visão dos seus moradores.

A pesquisa é de natureza qualitativa e se desenvolveu por meio de técnicas de observação da realidade e de entrevistas com moradores e gestores públicos. Buscou-se compreender elementos representativos do espaço vivido de Guajuvira e como o assunto do turismo se insere nesta perspectiva.

Foram levantadas algumas questões de estudo para realizar a pesquisa de campo: Que laços fazem destas pessoas uma comunidade? Quem são os líderes da comunidade? Quais são os principais espaços de interação entre os membros desse grupo? Como se manifesta a topofilia neste lugar? Qual o papel do turismo entre as representações deste espaço vivido? Por que o turismo não está sendo coordenado de forma endógena na comunidade?

O que se pretende como resultado desta investigação é, numa perspectiva mais pontual, apresentar contribuições específicas para o engajamento do turismo

pela comunidade de Guajuvira, e, numa esfera mais ampla, desenvolver uma pesquisa com base na categoria de análise de espaço vivido que possa servir de referência para a investigação de outras pequenas comunidades com vistas ao desenvolvimento do turismo.

1.1 PROBLEMA E HIPÓTESES DA PESQUISA

A tese, tendo por pressuposto a afirmação de que é necessário conhecer a constituição de uma comunidade como grupo de pessoas e as suas relações com o lugar para indicar caminhos pelos quais o turismo poderá encontrar melhor interação e adesão, surgiu em virtude de uma série de questões a ser apresentada a seguir.

Um turismo que perdure e traga benefícios para uma determinada comunidade receptora depende do envolvimento desse grupo de pessoas na tomada de decisões sobre o projeto turístico do local. Porém, na maioria das situações, essa população não se apropria do projeto, o qual fica sob encargo do poder público ou de outra instituição proponente.

O projeto precisa estar integrado à dinâmica local e construído dentro da própria comunidade, não pode ser algo pronto que seja oferecido para que ela apenas cumpra com presteza as tarefas que lhe forem determinadas. Nele, a comunidade deve ter autonomia para debater o assunto tanto internamente quanto com entidades externas interessadas no turismo local. O apoio técnico de outras instituições, sem dúvida, é muito importante durante todo este processo.

O termo 'projeto turístico' aqui adotado é uma forma genérica de se referir ao conjunto de intenções e esforços existentes para que o turismo seja empreendido de forma organizada em uma localidade, mesmo que não seja representado pela descrição técnica e pormenorizada de um documento escrito.

Assim, o projeto turístico tanto pode estar em fase de planejamento como pode estar balizando a atividade turística corrente em determinado local. Há que se considerar que em muitos lugares o turismo ocorre de forma espontânea e desordenada, sem um projeto/planejamento prévio, o que costuma acentuar mais ainda os impactos indesejados.

A problemática de muitos projetos turísticos em pequenas comunidades não serem assumidos pelos seus representantes pode ter várias causas. Alguns, por

terem sido planejados sem considerar os reais interesses e as necessidades da comunidade, provocam uma posição de indiferença ou oposição da população, pois ela teria outras prioridades que nem sequer foram discutidas. Em outros casos, é comum que a comunidade não esteja motivada para desenvolver o projeto, pois desconhece o significado da própria atividade turística e os efeitos que ela pode gerar. Em situações mais extremas, as experiências negativas com a atividade são razão suficiente para a comunidade ser desfavorável à manutenção do turismo no local.

Em meio a estas e a tantas outras possibilidades que mantêm a população afastada dos projetos de turismo, prega-se aqui que a tentativa de encontrar soluções depende de conhecer as particularidades de cada local.

Com base no referencial da geografia cultural utilizado, considerou-se que para se conhecer uma comunidade é preciso que o pesquisador se volte para o sentimento de pertença que une as pessoas ao lugar e procure entender como essas pessoas estão integradas como grupo.

A comunidade da área de influência do itinerário turístico Caminhos de Guajuvira³, no município de Araucária, Paraná, foi escolhida para a pesquisa empírica por ser representativa do que vem ocorrendo em outras realidades brasileiras. Nesses espaços o turismo se desenvolve no meio rural, tendo como atrativo principal os aspectos produtivos e culturais das famílias, que têm seu ambiente em processo de transformação provocada pelo turismo e por outros fenômenos. Mais uma característica comum a outros casos é o turismo organizado no formato de itinerário turístico a partir de uma iniciativa do poder público.

A seleção da área de estudo tem origem nas pesquisas empreendidas durante o mestrado da própria autora (NITSCHKE, 2007), no período de 2005 a 2007. Em tal trabalho se buscou investigar o significado do turismo para as famílias que possuíam visitação turística nas suas propriedades, fundamentado pelo referencial teórico da Geografia Cultural Humanista. Este teve uma abordagem mais individual em rela o   forma com que cada pessoa percebia e representava o turismo no seu espaço de vivência, tendo sido utilizada como metodologia uma combina o entre mapas mentais interpretados pela Metodologia Kozel (2001) e pesquisa participante.

³ Estudos anteriores do mestrado da autora no período de março de 2004 a dezembro de 2006 (NITSCHKE, 2007) e pesquisas exploratórias desta tese detectaram que a gestão do itinerário Caminhos de Guajuvira se enquadra no perfil da falta de participa o da comunidade.

Na referida pesquisa de mestrado foi destacada a necessidade de se trabalhar um enfoque que evidenciasse mais o ser humano nas pesquisas sobre turismo, o que é desenvolvido com maior detalhamento na presente investigação de doutorado.

Na presente pesquisa de doutorado, buscou-se uma abordagem mais ampla que evidenciasse as relações que ocorrem no seio do espaço comunitário, procurando uma metodologia de investigação que permita conhecer o espaço vivido da comunidade sob uma perspectiva cultural.

Durante a pesquisa exploratória constatou-se que o planejamento e a execução do projeto do itinerário Caminhos de Guajuvira foram conduzidos de forma responsável pela SMCT com a parceria de outras secretarias municipais e tiveram a adesão de produtores rurais. O trabalho da secretaria esteve alinhado às diretrizes das políticas nacionais e estaduais de turismo, contou com a vontade política da Prefeitura e com uma equipe técnica multidisciplinar (áreas de turismo, história, agronomia, meio ambiente etc.).

Porém, esses gestores públicos reconhecem que a participação dos proprietários rurais como grupo é incipiente para dar continuidade ao projeto, conforme reforça a Secretária Municipal de Cultura e Turismo:

Nós fizemos mais enquanto poder público do que os próprios empreendedores do Caminhos de Guajuvira. A gente viu, a gente se empolgou com tudo aquilo que tinha, mas acho que os próprios empreendedores não se empolgaram, que seria uma frente de trabalho muito grande para eles e para própria comunidade (EHLKE, 2011).

Pondera-se que nessa situação, a sobrevivência do projeto depende exclusivamente da vontade política, cujo papel deveria limitar-se apenas ao apoio das decisões locais.

Mesmo que a definição de Guajuvira para a área do itinerário em 2001 tenha ocorrido pelo interesse expressado pelos produtores rurais, o processo não obteve um envolvimento da comunidade em si. Entre os próprios produtores rurais que aderiram ao projeto, de 11 famílias (EHLKE, 2011) permaneceram apenas quatro (conforme situação de 2011), a saber:

- 1 - Família do Sr. H. C., Comercial Iguaçu: vila de Guajuvira;
- 2 - Família do Sr. S. W., Silvestre Waenga: localidade de Camundá;

- 3 - Família do Sr. D. F., Chácara Santa Rita: localidade de Campestre;
- 4 - Famílias do Sr. J. C., Chácara São Pedro: localidade de Campestre.

Os motivos das desistências das demais famílias, guardadas as particularidades de cada uma, de forma geral se referem: 1) à dificuldade de adaptar a rotina da propriedade à atividade turística, principalmente porque as visitas ocorriam nos finais de semana, costumeiramente o período de descanso da família; e 2) ao fato de alguns não experimentarem o retorno econômico esperado (EHLKE, 2011; CZAIKOWSKI, 2011; MARQUES, 2011).

Essa reduzida participação também se reflete na dificuldade de atuação da recém-criada Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira – ATCG (ATCG, 2010a, 2010b, 2010c). Processo acompanhado pela presente pesquisa, testemunha do incentivo persistente da Secretaria de Cultura e Turismo de Araucária para que os participantes do itinerário a instituíssem, como declarou a Secretária de Cultura e Turismo, “Nós forçamos a barra pra criar, pra legalizar” (EHLKE, 2011).

A criação da associação de turismo do itinerário veio a se formar tardiamente em 26/07/2010, depois de aproximadamente seis anos de implantação do itinerário, com participação de três das quatro famílias pertencentes ao mesmo. A entidade está começando a desenvolver as suas primeiras ações, mas enfrenta o problema de não haver a participação de todos os integrantes do itinerário (uma das famílias não aderiu à associação) e tampouco o interesse da comunidade em geral.

Tendo em vista a situação ora exposta, enuncia-se o seguinte problema de pesquisa: que aspectos do espaço vivido da comunidade influenciam a sua participação no projeto de turismo local?

Algumas hipóteses foram traçadas na tentativa de lançar possíveis respostas a essa questão:

1. As reais lideranças da comunidade tiveram pouco ou nenhum contato com o projeto de turismo, impedindo uma interlocução com a coletividade sobre o assunto.

2. No espaço vivido da comunidade, o turismo quase não é percebido e, conseqüentemente, nem sequer discutido no âmbito da vida comunitária.

3. Os moradores são contrários à atividade turística no seu espaço de vivência.

4. O espaço vivido da comunidade possui potencial para ampliar os atrativos do itinerário turístico.

5. O poder público impõe-se como coordenador do projeto e intimida a participação dos integrantes do itinerário como gestores do mesmo.

Tais suposições elaboradas no início da pesquisa só poderiam ser esclarecidas a partir de um conhecimento sobre a dinâmica da comunidade e suas relações com o turismo.

Supõe-se que o caminho para se aproximar de um turismo “suave” e duradouro esteja na proatividade da comunidade em relação à gerência do turismo no seu espaço de vivência. Por isso a importância deflagrada de conhecer este espaço de vivência, onde se enfatiza a constituição da comunidade e a sua relação com o lugar.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa, ao considerar como fonte de dados aspectos subjetivos sobre o espaço vivido de uma comunidade com ênfase para a sua constituição como grupo, sua relação com o lugar e sua percepção sobre o turismo, exigiu uma abordagem qualitativa que contasse com a sensibilidade do pesquisador para coletar e analisar as informações.

Considerou-se também que a pesquisa qualitativa se alinha à característica fenomenológica de aproximar-se da vivência dos sujeitos e buscar os significados do fenômeno.

Tem-se ciência que este não é um conhecimento sistematizado que os habitantes locais ou seus representantes tenham bem claro para passar de forma direta ao pesquisador em um questionário fechado, mas trata-se de um conhecimento a ser descoberto por meio de métodos que considerem a relação intersubjetiva dos moradores com o seu lugar de vida, tal qual se evidencia na vertente geográfica cultural humanista.

A coleta e a interpretação dos dados foram realizadas “de modo interativo durante todo o processo de investigação” (DENCKER, 1998, p. 126). Foi necessário combinar diferentes procedimentos e técnicas de coleta de dados, visto o caráter multimetodológico das pesquisas qualitativas:

As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 163).

Além da pesquisa bibliográfica e documental, foi combinada a observação não estruturada (assistemática) com entrevistas, fazendo do próprio pesquisador o principal instrumento de observação e interação com a realidade estudada.

Dessa forma, foram realizados os seguintes tipos de pesquisa:

- Pesquisa exploratória: correspondeu à primeira fase de pesquisas bibliográficas, documentais, visitas a área de estudo para observações e interações iniciais com integrantes do itinerário e moradores. Nessa etapa de delineamento da pesquisa também foram realizadas entrevistas informais com gestores públicos, quando, além da coleta de informações e documentos, foi apresentada a proposta da pesquisa, que recebeu de cada um deles manifestações favoráveis a sua realização e pertinência.

- Pesquisa descritiva: correspondeu à pesquisa empírica na área de estudo e análise das informações coletadas.

Durante essas etapas, foi realizada a combinação das seguintes técnicas:

- Entrevistas não estruturadas e semiestruturadas com membros da comunidade e gestores públicos da Secretaria de Cultura e Turismo, da Secretaria de Agricultura e da Subprefeitura de Guajuvira;

- Observação *in loco* na área de estudo.

O planejamento de uma pesquisa, com base em Gil (1999, p. 65), tem como principal base a forma de coleta de dados por meio das chamadas “fontes de papel”,

com pesquisa bibliográfica, sendo a pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros, artigos e trabalhos acadêmicos.

Para este trabalho foram pesquisadas fontes sobre geografia cultural, geografia humanista, representações em geografia, turismo na linha cultural, rural e comunitária, metodologia científica, dados sobre o município de Araucária, entre outras.

Com vistas a uma maior aproximação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa, utilizou-se a observação não estruturada, também chamada de assistemática, por ser o “tipo de observação característico dos estudos qualitativos, [...] na qual os comportamentos a serem observados não são predeterminados, eles são observados e relatados da forma como ocorrem, visando descrever e compreender o que está ocorrendo numa dada situação” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 166).

Nesse sentido, Dencker (1998, p. 127) ressalta ser uma grande vantagem das técnicas de observação permitir o registro do comportamento no instante em que este ocorre. E, sendo assim, houve a preocupação de anotar as observações em um diário de campo, gravar as entrevistas e fazer um amplo registro fotográfico (APÊNDICE 3).

Contudo, não se tratou de uma observação meramente passiva, em que se tenta captar todos os aspectos da realidade, pois, como alerta Fourez (1995), descrever determinada situação é uma maneira de colocar em ordem o que foi observado e automaticamente eliminar o que não interessa.

As entrevistas procuraram proporcionar uma forma interativa de estabelecer contato com os sujeitos e coletar informações complexas que estariam inseridas no contexto de uma conversa:

De um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001, p. 168).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (gravadas em áudio e transcritas) com 16 representantes⁴ da comunidade envolvida com o itinerário no período de janeiro a agosto de 2011 e com nove representantes do poder público em agosto de 2011, além das entrevistas não estruturadas com moradores locais e gestores públicos, entre maio de 2010 e setembro de 2011. Durante a etapa exploratória, além da interlocução informal com moradores locais, foram consultados alguns representantes do poder público (Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Urbanismo, Museu Tindiquera e Arquivo Municipal) sobre a relevância da pesquisa, quando também foram coletadas informações preliminares que auxiliaram no direcionamento da investigação.

Considerou-se para as entrevistas não estruturadas a exploração mais extensa do assunto, quando o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre a questão (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 288). Utilizou-se este tipo de entrevista na fase exploratória da pesquisa, quando havia pouca definição sobre os aspectos mais específicos a serem focalizados pelo pesquisador, de acordo com o grau de controle exercido pelo entrevistador nas entrevistas qualitativas, conforme defendem Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2001, p. 168).

Numa segunda etapa, já com o delineamento da pesquisa mais claro, foram programadas as entrevistas semiestruturadas, também chamadas focalizadas, compostas por um roteiro de perguntas específicas, porém proporcionando liberdade para que o entrevistado respondesse com os seus próprios termos.

Sobre o tipo de entrevista semiestruturada, Matos e Pessôa (2009, p. 288) explicam que a mesma:

Requer planejamento e operações específicas para o seu desenvolvimento. As entrevistas semiestruturadas se constituem na interção entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Esse tipo de entrevista é recomendado, porque possibilita a obtenção de mais informações além das previstas.

Durante a pesquisa, essas últimas mantiveram a característica de uma conversa, na qual não havia obrigatoriedade de as perguntas seguirem uma ordem determinada, já que muitas vezes a resposta de uma pergunta acabava abrangendo

⁴ Com termo de consentimento assinado voluntariamente pelos sujeitos de pesquisa para sua participação e uso das informações e imagens.

o(s) assunto(s) que viria(m) posteriormente, necessitando a adaptação do pesquisador para desenvolver o tema, sem interromper o fluxo da conversa.

A elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada teve como fonte as pesquisas anteriores da etapa exploratória, incluindo as conversas informais, principalmente o referencial teórico estudado.

A leitura de Claval (2001) sobre a cultura na formação dos grupos humanos teve papel fundamental para gerar os itens a serem investigados sobre a caracterização da comunidade, balizando o roteiro de entrevistas com os moradores (APÊNDICE 1) e conduzindo as demais observações efetuadas.

Buscando captar um pouco da “memória viva” da comunidade por intermédio da visão dos moradores sobre a história do lugar e sua relação com esse espaço, as entrevistas valorizaram as narrativas orais como fontes de pesquisa.

Assim, no início das entrevistas com moradores, os sujeitos foram estimulados a falar sobre o surgimento da localidade em que vivem e a sua relação com a Vila de Guajuvira. Na sequência foram estimulados a descrever os momentos em que várias pessoas da comunidade costumam se encontrar e quem são os líderes da comunidade, entre outras questões correlatas. Outras perguntas procuraram identificar a extensão de Guajuvira para eles, os lugares que mais gostam e os lugares a que levariam alguém de fora para visitar. Num outro bloco, procurou-se saber sobre os hábitos locais: comemorações de casamento (atualmente e no passado), uso do idioma polonês, atividades de lazer, atividades profissionais. Por fim, perguntou-se se existem transformações ocorridas em Guajuvira e qual o conhecimento que possuem sobre o itinerário Caminhos de Guajuvira. Em vários assuntos buscou-se uma comparação temporal entre passado e presente, com o objetivo de se compreender como era esse espaço vivido que faz parte da memória da população e como ele se apresentava no momento vigente da pesquisa.

A definição do público a ser investigado teve como foco moradores da comunidade e as quatro famílias responsáveis pelas propriedades rurais que integram o itinerário. Tais moradores foram identificados durante as visitas exploratórias, tanto diretamente pela pesquisadora quanto com a indicação de outros sujeitos de pesquisa (entrevistas informais com moradores, funcionários do Posto de Saúde, da Subprefeitura e da SMCT). A maioria dos entrevistados possui mais de 50 anos de idade e tem descendência polonesa.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas e transcritas, mediante termo de consentimento assinado pelos sujeitos para uso das informações e imagens nesta pesquisa. As informações coletadas durante as observações, incluindo as entrevistas não estruturadas, foram registradas por meio de anotações em um diário de campo, já que “tal técnica é um recurso indispensável à narração de experiências de campo, pois ajuda a aprofundar o olhar do pesquisador sobre o espaço social” (LIMA *apud* VENANCIO; PESSOA, 2009, p. 318)⁵, e ainda, que o diário de campo é um instrumento que exercita a memória do pesquisador ao trabalhar com as anotações posteriores ao campo (LOPES *apud* VENANCIO; PESSOA, 2009, p. 318)⁶.

As citações diretas e indiretas dos moradores entrevistados foram identificadas pelas iniciais dos seus nomes, buscando preservar a sua identidade, diferentemente dos depoimentos de moradores já publicados em outras fontes, identificados pela chamada do sobrenome, conforme o sistema convencional ABNT adotado pela UFPR. Os gestores públicos entrevistados nesta pesquisa também foram citados pelo sobrenome.

Na análise dos dados empíricos buscou-se um diálogo constante com o referencial teórico, visando à compreensão da realidade observada.

A tese foi organizada da seguinte forma:

A Introdução do trabalho explica como a pesquisa teve origem, expõe o problema e as hipóteses da investigação e ainda apresenta seus procedimentos metodológicos.

No capítulo 2 apresenta-se a área de estudo e discute-se sobre o desenvolvimento do turismo vinculado ao itinerário turístico Caminhos de Guajuvira com a finalidade de fundamentar as questões de estudo.

No capítulo 3 encontram-se as reflexões teóricas sobre a cultura na construção da comunidade, com destaque para o surgimento da sua identidade cultural, combinado aos conceitos que sustentam a categoria de espaço vivido

⁵ LIMA, H. S. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 143.

⁶ LOPES, D. L. O diário de campo e a memória do pesquisador. In: WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 132.

adotada, tais como: percepção ambiental, lugar, topofilia e uma interface com as representações.

No capítulo 4 são abordados aspectos que antecederam e que acompanharam a formação do povoado de Guajuvira ao longo do tempo e a criação do distrito com núcleo em um movimentado centro econômico. Em seguida, busca-se levantar as características mais particulares da comunidade por meio da sua identidade cultural baseada na atividade agrícola, na colonização polonesa e na religião católica.

No capítulo 5 estão identificados os elos que unem os membros da comunidade por meio de estruturas verticais e (ou) horizontais, cimentados por relações religiosas e pela coabitação em um mesmo lugar. Nesse contexto são citados os espaços de interação que reúnem os moradores, onde se sobressaem a esfera religiosa (missas, grupos de reflexão, festas) e os espaços de lazer do presente e passado. O capítulo também aborda as relações de pertencimento das pessoas com o lugar, enfatizando a presença da topofilia.

O turismo no espaço vivido de Guajuvira constitui o cerne do capítulo 6, em que se discutem a percepção do turismo pelos sujeitos e aspectos sobre a integração dos participantes da associação de turismo. Também estão identificadas potencialidades locais e projetos em curso que pudessem contribuir com o turismo local. Ainda neste capítulo, apresenta-se uma síntese dos elementos que representam o espaço vivido de Guajuvira, por meio dos quais se procura indicar canais de maior inserção do turismo na comunidade.

Ao final do trabalho, além das análises sobre o desenvolvimento da tese e seus desdobramentos, apresentam-se discussões e propostas, buscando contribuições para o engajamento do turismo pela comunidade, tendo em vista a valorização desse espaço vivido.

2. GUAJUVIRA E O ITINERÁRIO TURÍSTICO

Com a finalidade de definir a área de estudo foram levantadas informações em fontes formais de coleta de dados sobre o município de Araucária, o Distrito de Guajuvira e o Itinerário Turístico Caminhos de Guajuvira, os quais são apresentados acompanhados de alguns dados da pesquisa empírica. Junto à caracterização do itinerário foi necessário apresentar aspectos conceituais e questões sobre o desenvolvimento do turismo no local, essenciais para fundamentar e orientar o estudo.

2.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE A ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo localiza-se no Distrito de Guajuvira, município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. Na Figura 1 é possível visualizar a localização do município de Araucária de forma mais abrangente em relação à América do Sul e mais aproximada em relação ao Estado do Paraná e à capital.

Araucária dista 28 km de Curitiba (PARANÁ, 2009) e tem como principais acessos as rodovias BR 476 e PR 423 que cortam o município, além das facilidades de acessos pelo contorno rodoviário da capital interligado a BR 116, BR 376 e BR 277, conforme o Mapa Político Rodoviário do Estado do Paraná (PARANÁ, 2010). A área de estudo localiza-se entre as rodovias BR 476 e PR 423, conforme mostra a Figura 2.

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) registra para Araucária uma população total de 119.123 habitantes, a qual se concentra em uma área urbana de 84,00 km², sendo que a área rural ocupa a maior parte do município, com 376,85 km².

Araucária é um município caracterizado pela sua ampla área industrial, principalmente depois da década de 1970, com a instalação da Refinaria Getúlio Vargas – REPAR e do Centro Industrial de Araucária – CIAR, que atraiu centenas de indústrias para lá (ARAUCÁRIA, 1999).



FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ARAUCÁRIA
FONTE: Fagnani (2004, p. x)

Dentre as atividades econômicas do município, a indústria é a que gera mais empregos, com 16.478 postos, e conta com 383 estabelecimentos, segundo os dados da Relação Anual de Informação Social (RAIS) de 2010, citados no Caderno Estatístico do Município de Araucária (IPARDES, 2011, p. 14, 15).

Apesar da imagem ligada à industrialização, Araucária possui áreas rurais produtivas, herdeiras da cultura dos seus imigrantes que em maior número foram os poloneses; imigrantes que começaram a chegar à então 'Freguesia de Iguassú' (futuro município de Araucária) em 1876, incentivados pelo programa de política migratória (ARAUCÁRIA, 2004, p. 35-36). A área rural abrangida pelo itinerário Caminhos de Guajuvira possui várias características desta imigração polonesa, como será visto nos capítulos seguintes.

Também a imigração de outras etnias, como a alemã, italiana, ucraniana, portuguesa, árabe, francesa e japonesa, contribuiu para a formação da população do município (ARAUCÁRIA, 1999), e mais recentemente, a partir da década de 1970, as oportunidades de trabalho nas indústrias atraíram migrantes de diversas partes do país (ARAUCARIA, 2010a).

Quanto ao estabelecimento de distritos, no breve histórico de Araucária apresentado pelo IBGE (2011), a divisão administrativa de 1911 apontava o município constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937. O Distrito de Guajuvira foi criado pela Lei Estadual n.º 2 de 11 de outubro de 1947 (PARANÁ, 2011a), quando o então povoado de Guajuvira foi elevado à categoria de vila do distrito de mesmo nome. Assim, a partir dessa data, na divisão territorial do município passam a constar dois distritos, Araucária e Guajuvira⁷.

A título de comparação, é válido observar que a mesma lei de criação do distrito de Guajuvira (PARANÁ, 2011a), além de elevar distritos como Campo Mourão, Guaratuba, Guaraqueçaba, entre outros, à categoria de municípios, criou outros distritos em 15 municípios paranaenses, como foi o caso no Município de Mandaguari, com a criação dos distritos de Maringá, Paranaíba e Marialva. Dessa forma, como estes três últimos, tantos outros, mais tarde, se desenvolveram e tornaram-se municípios, diferentemente de Guajuvira.

⁷ A divisão territorial vigente é datada de 14/05/2001, conforme consta na Resolução da Presidência do IBGE, n.º 5 (R.PR-5/02), de 10 de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2002.

A área de abrangência do distrito tem suas divisas delimitadas no artigo 4º da referida lei de criação:

[...] começa na estrada geral Araucária a Lapa na ponte sobre o rio das Onças; desce por este, até a sua fóz no rio Guajuvira; desce por este até sua fóz no rio Iguaçú; sobe por este até a fóz do rio Campestre (antigo Jacú), e por este acima até a sua cabeceira mais alta; daí em linha reta até alcançar a estrada que se dirige à Colônia Cristina, seguindo por essa estrada até encontrar o limite do Município de Campo Largo.

Seguindo essas coordenadas, é importante mencionar que a área do Distrito de Guajuvira compreende uma extensão mais ampla do que a área de abrangência do itinerário turístico Caminhos de Guajuvira, conforme mostra a Figura 2.

Dados do IBGE sobre os Setores Censitários (2010)⁸ registram 2.204 habitantes neste distrito, os quais representam 1,9% da população total do município. A densidade demográfica do distrito é de 20,89 hab/km², contrastando com os 256,9 hab/km² na média do município, sendo também contabilizados 819 domicílios particulares e coletivos (IBGE, 2010).

No Distrito existem dois órgãos de descentralização da administração direta da Prefeitura, chamados de Administrações Regionais, a de Guajuvira e a de Colônia Cristina, dentre as três criadas no município⁹ pela Lei Ordinária de Araucária-PR, n.º 1219 de 25/04/2001¹⁰, que funcionam sob a responsabilidade de um Administrador Regional.

De acordo com as informações fornecidas pela Regional de Guajuvira (FURMAN, 2011), a área atendida abrange as localidades de Campinas das Pedras (parcial), Campestre, Rio Verde Abaixo, Ipiranga, Formigueiro, General Lucio, Rio Abaixo, Boa Vista e Camundá.

⁸ Sobre os Setores Censitários do IBGE, a saber: "Para efeito da coleta de informações, o território nacional é compartimentado em pequenas áreas geográficas denominadas setores censitários, que são a unidade básica de coleta. Esses setores estão representados em mapas elaborados para cada município e localidade brasileiros, constituindo os mapas municipais para fins estatísticos" (IBGE, 2011).

⁹ A outra é a Administração Regional do Tietê, localizada ao sul de Araucária e não faz parte da área do Distrito de Guajuvira.

¹⁰ Art. 1º - Cria na Estrutura Organizacional Básica da Prefeitura, Administrações Regionais, órgãos de descentralização da administração direta, vinculada ao Gabinete do Prefeito, nas localidades de Tietê, Guajuvira e Colônia Cristina. Art. 2º - Para atender as Administrações Regionais, ficam criados 3 (três) Cargos de Provimento em Comissão, denominados Administrador Regional, Padrão C.C.3.

É notório que, ao solicitar dados sobre o Distrito de Guajuvira junto a representantes de órgãos da Prefeitura, as informações prestadas se referem à Regional de Guajuvira, como se ela traduzisse a dimensão do distrito. A concepção de Guajuvira para esses sujeitos estaria atrelada à figura política da Administração Regional de Guajuvira e não ao distrito como um todo. E, ainda, diante do mapa apresentado pela Prefeitura, a indicação obtida foi que o Distrito de Guajuvira correspondia apenas à área da sede distrital (área urbana do Distrito conforme a FIGURA 2), sem a inclusão das localidades rurais pertencentes.

Quanto aos moradores, eles também detêm sobre o lugar Guajuvira um entendimento bem diferente daquele determinado pelas questões legais que criaram o distrito em 1947. Para eles, de um modo geral, Guajuvira abrange a vila (do distrito), sendo que as colônias adjacentes fazem parte desta dinâmica, conforme apresentado no recorte da área de estudo.

Tendo em vista essas diferentes visões sobre a delimitação do que seria Guajuvira, para determinar a área de estudo procurou-se abranger uma região em que os moradores da vila e das colônias adjacentes a ela tivessem certo vínculo, o que foi identificado na maior parte da área coberta pelos serviços da Subprefeitura (posto de saúde, escola, patrulhamento das estradas). Esta delimitação (vila do Distrito de Guajuvira, colônias Boa Vista, Camundá, Rio Abaixo, General Lúcio, Formigueiro, Ipiranga e Campestre, conforme identificado na FIGURA 3) representa uma área por onde os moradores costumam circular, tanto para usufruir destes serviços públicos quanto para acessar o comércio mais próximo, que é na vila. Dentro desta região foram realizadas pesquisas exploratórias, com observação *in loco*, contato com moradores locais e identificação de potencial turístico.

Sobre às demais colônias do distrito que não foram incluídas na área de estudo, essas formam outra região com dinâmica independente daquilo que os sujeitos entendem por 'Guajuvira', nitidamente delimitada ao sul pela Rodovia PR 423, a noroeste pela Represa da Petrobras e a leste pela divisa do distrito, a qual possui como núcleo a Colônia Cristina com a sua Regional Administrativa.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi necessário determinar as entrevistas diretas que seriam gravadas e transcritas. Como critério, selecionaram-se os sujeitos moradores da área de visitação do itinerário turístico – Vila de Guajuvira, Localidade de Camundá e Localidade de Campestre – acrescidas da Colônia Ipiranga, que, apesar de não pertencer ao itinerário, possui um aspecto

diferencial da presença étnica ucraniana identificada durante as pesquisas exploratórias e pela necessidade de se entrevistar a presidente da comissão da igreja da vila de Guajuvira, moradora desta colônia.

As entrevistas e as conversas informais suscitaram nos sujeitos a buscarem mentalmente por referências que construíssem o entendimento sobre o seu lugar de vida e sobre a noção de comunidade, repetidamente relacionada aos frequentadores de uma mesma paróquia.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO POR MEIO DO ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA

Com aproximadamente 45 quilômetros de extensão, o itinerário Caminhos de Guajuvira agrega os principais pontos turísticos divulgados pelo município. Dos seus nove pontos de visitação (ARAUC ARIA, 2011), sete localizam-se na área rural e dois na área urbana, conforme apresentados nos Quadros 2 e 3. Durante o percurso é oferecido ao visitante um café rural, além do comércio de flores, hortaliças, frutas, vinhos, produtos coloniais e artesanato.

Segundo a SMCT, a proposta é que “o turismo rural auxilie no resgate cultural, possibilite mais uma alternativa de renda ao produtor rural e proporcione ao visitante a convivência na vida do campo, junto aos empreendedores rurais” (ARAUC ARIA, 2011a, p. 190).

O itinerário Caminhos de Guajuvira tem como principal acesso a BR 476, no sentido Araucária-Contenda, seguindo por estrada pavimentada e de terra por localidades rurais até chegar à localidade de Camundá, na propriedade de produ o de flores Silvestre Waenga, depois segue para sede do distrito de Guajuvira, onde se encontram o Comercial Iguaçu, o Horto Municipal e a igreja Senhor Bom Jesus. Na sequência, os próximos pontos de visita o situam-se na localidade de Campestre, com as chácaras Santa Rita e São Pedro, a última propriedade do itinerário, antes de chegar   área urbana e acessar novamente a BR 476 no sentido do Centro de Informa es Turísticas (FIGURAS 2 e 3).

O visitante pode percorrer o itinerário tanto com o seu próprio veículo como pelo ônibus da Linha Turismo Rural, com um horário fixo aos sábados, ao custo de R\$ 5,00 para o transporte. As reservas e o embarque para o ônibus são realizados

via Centro de Informações Turísticas, situado às margens da BR 476 na área central de Araucária, onde o visitante recebe o material informativo do itinerário (e de outros pontos turísticos do município) contendo informações sobre os atrativos, as atividades disponíveis, horário de funcionamento, telefone e mapa com orientações. No ato da reserva do ônibus, o visitante tem a opção de também reservar o café rural, oferecido em uma das propriedades do itinerário pelo valor de R\$ 12,00.

Por meio do controle do Centro de Informações Turísticas, é possível levantar os números da movimentação turística do itinerário Caminhos de Guajuvira, que consta no Inventário da Oferta Turística (ARAUCÁRIA, 2009) como o atrativo mais visitado do município de 2004 a 2009¹¹.

A demanda turística do itinerário referente aos passageiros do ônibus da Linha Turismo Rural foi registrada de 2004 a 2011, conforme mostra o Quadro 1:

Ano	2004*	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Passageiros	1.265	2.163	1.784	2.117	2.033	981	988	1278

QUADRO 1 - PASSAGEIROS DA LINHA TURISMO RURAL

FONTE: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Setor Centro de Informações Turísticas (ARAUCÁRIA, 2011c). * Para o ano de 2004, os dados se referem ao período de julho a dezembro.

Apesar de constar um decréscimo da média anual a partir de 2009 na Linha Turismo Rural, houve um número significativo de visitantes por meio de ônibus extras registrados pelo Centro de Informações Turísticas para os anos de 2009, 2010 e 2011, respectivamente, 1709, 594 e 711 visitantes a serem somados aos números anteriores (ARAUCÁRIA, 2011c).

¹¹ O segundo atrativo mais visitado foi o Parque Cachoeira e o terceiro, o Araucária Acqua Park (ARAUCÁRIA, 2009).

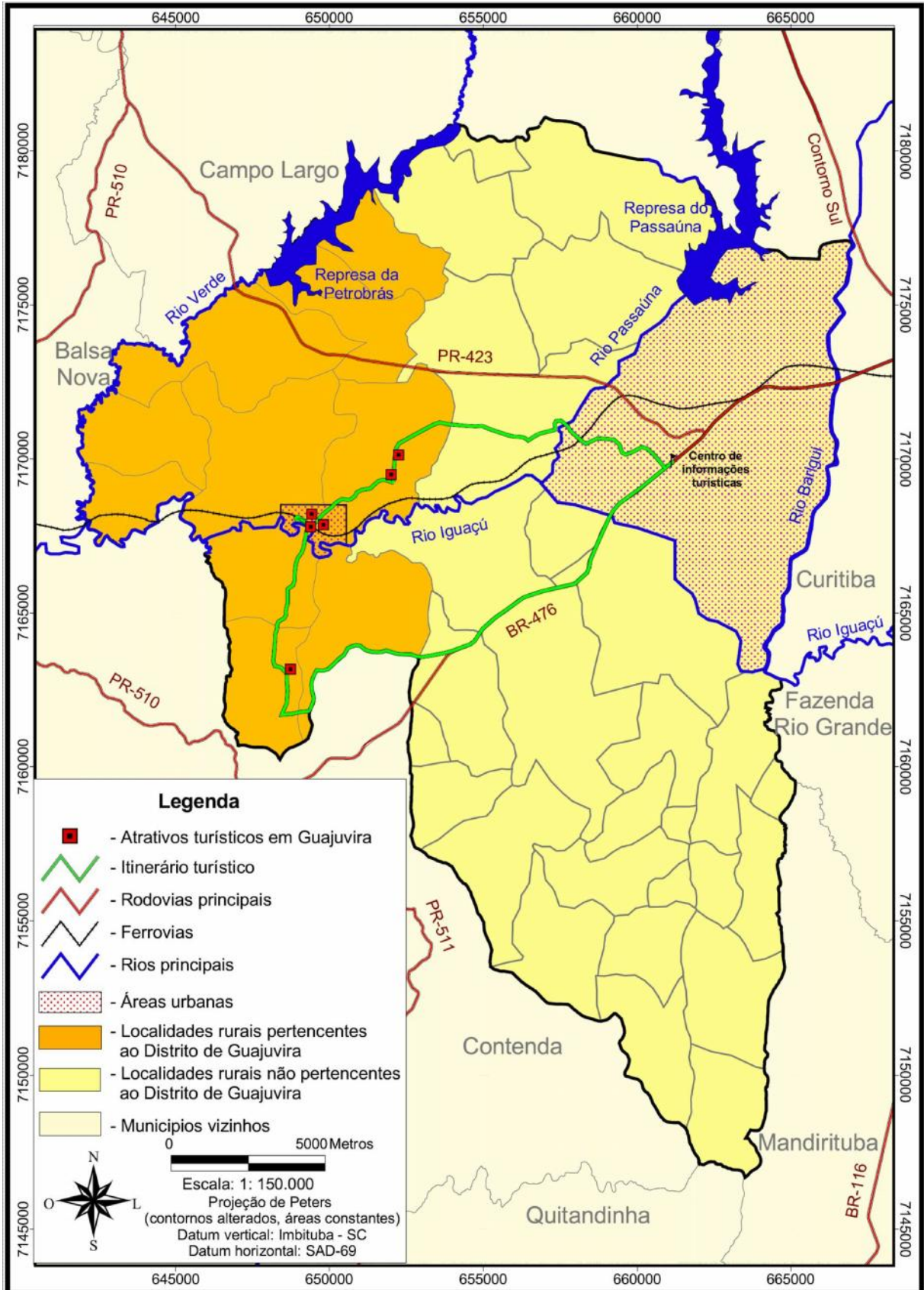


FIGURA 2 - ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA EM ARAUCÁRIA

FONTE: Secretaria de Estado do Meio Ambiente (PARANÁ, 2002); Prefeitura Municipal de Araucária (2009); a Autora (2012)

NOTA: Mapa elaborado pelo Geógrafo Marcelo Rakssa, conforme solicitação da Autora (2012)

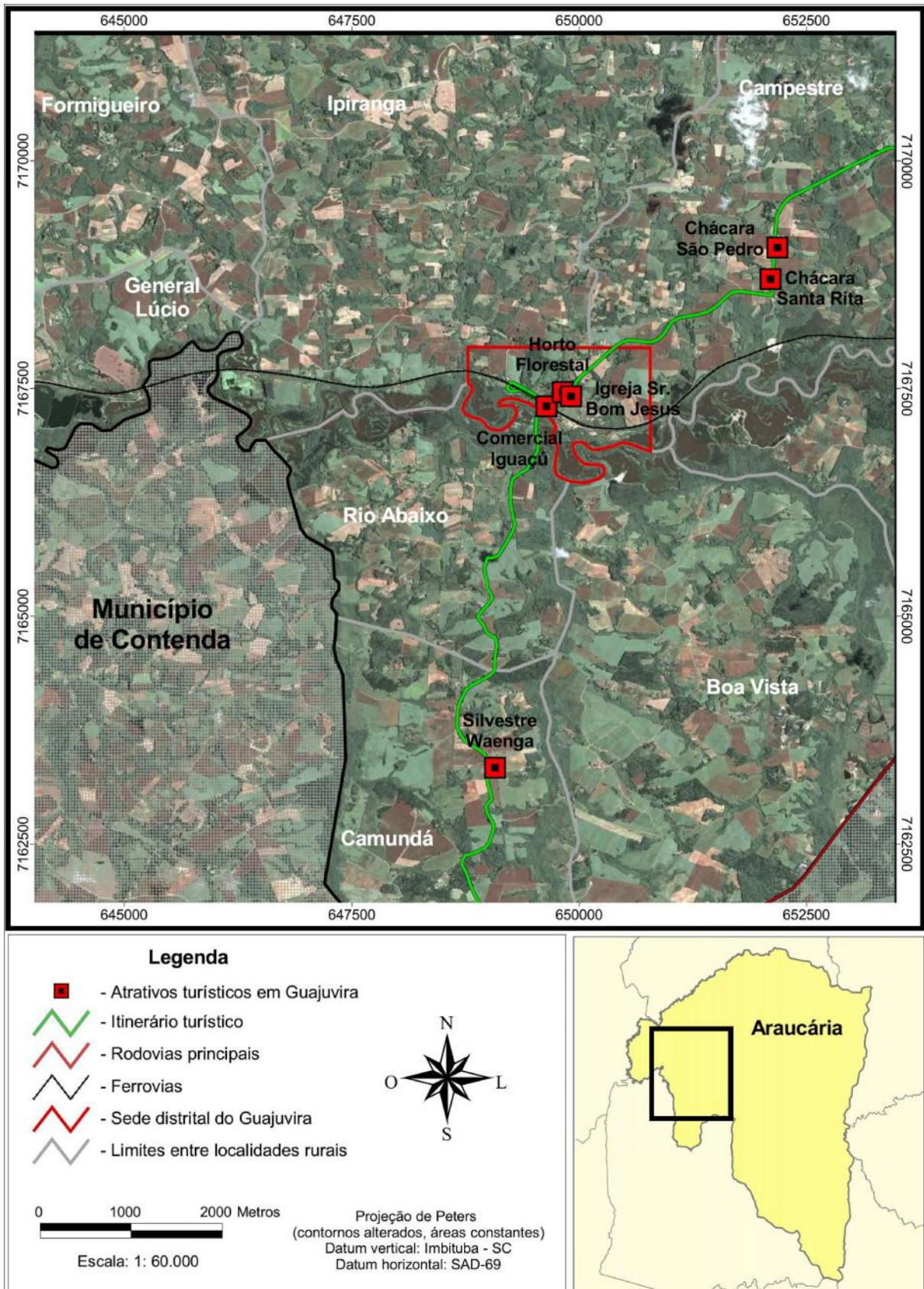


FIGURA 3 – ÁREA DE ESTUDO

FONTE: Secretaria de Estado do Meio Ambiente (PARANÁ, 2002); Prefeitura Municipal de Araucária (2009); a Autora (2012)

NOTA: Mapa elaborado pelo Geógrafo Marcelo Rakssa, conforme solicitação da Autora (2012)

Parque Cachoeira

Visita a Casa do Artesanato e a Aldeia da Solidariedade



Casa do Artesanato: Arquitetura típica da imigração polonesa, construída em 1887. Conta com produtos de artesãos do município, que fazem da casa um local de grande diversidade cultural e artesanal.

FOTO: A autora (2012)



Aldeia da Solidariedade: Constituída por centenárias edificações de madeira rudimentar, construídas pelos poloneses quando chegaram à Colônia Thomaz Coelho. Em 1982, foram transferidas para o Parque Cachoeira devido à construção da Barragem do Passauna. Conta com duas casas, chiqueiro, paiol e picador de palha reciclados como espaço para cursos abertos ao público.

FOTO: A autora (2012)

Adega Casa Mattiello



Adega de vinhos fabricados no local com uvas trazidas da serra gaúcha. Um ambiente rústico para degustar licores, queijos e salames que são produtos trazidos da fazenda da família no Rio Grande do Sul.

FOTO: Adega Casa Mattiello (2012)

QUADRO 2 - ATRATIVOS DO ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA DA ÁREA URBANA DE ARAUCÁRIA

FONTE: ARAUCÁRIA (2011a, p. 190-192)



FOTO: A autora (2012)

Silvestre Waenga: Cultivo de flores em vasos e colhe-pague de pêssego produzido com o uso mínimo de insumos.



FOTO: Mario Nitsche (2011)

Comercial Iguçu: Iniciou suas atividades em 1958 com a venda de secos e molhados, tecidos, calçados, chapéus, cereais e lenha. São comercializados produtos da região, tais como: linguiça, banha, queijo, manteiga, mel, ovos, broas e verduras.



FOTO: A autora (2012)

Chácara Santa Rita: Produção de pêssegos, morangos e ameixas. O visitante pode praticar o colhe e pague.



FOTO: A autora (2012)

Chácara São Pedro: Comercialização do café rural e de produtos como mel, ovos, broa e cuque polonês.



FOTO: A autora (2012)

Centro de Guajuvira: Contornado pelo rio Iguçu e cortado pelos trilhos de trem, Guajuvira, concentra a praça, a igreja, o horto florestal e construções antigas.

Igreja Senhor Bom Jesus: graças aos recursos e trabalho da comunidade, teve sua primeira edificação em 1922, em madeira, e a atual é de 1972.



FOTO: Carlos POLY/ACS (2012)

Horto Florestal Municipal de Guajuvira: Oferece visitas orientadas para grupos. Fornece mudas para a população e reposição de florestas nativas pela prefeitura, além de realizar o planejamento de propriedades rurais e assistência técnica.

QUADRO 3 - ATRATIVOS DO ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA DA ÁREA RURAL DE ARAUCÁRIA

FONTE: ARAUCÁRIA (2011a, p. 192-196)

De acordo com as planilhas de atendimento do Centro de Informações Turísticas – CIT (ARAUCÁRIA, 2011c), a maioria dos visitantes do itinerário procede de Araucária, seguido de Curitiba, e uma minoria de outros municípios do Paraná e outros estados. Os dados também mostram que o tempo de permanência dessas pessoas é de no máximo um dia, sem pernoite no local visitado.

Considera-se que os residentes de Araucária, apesar de não se deslocarem para fora do seu município de origem, estão realizando visitas turísticas quando usufruem do itinerário, de acordo com o conceito de visitante adotado pela Organização Mundial de Turismo – OMT (UNWTO, 2011), com base nas Recomendações Internacionais para Estatísticas de Turismo – RIET (NACIONES UNIDAS; UNWTO, 2008). Para efeito de estatísticas, o visitante é a pessoa que viaja a um destino principal distinto do seu entorno habitual¹², com duração inferior a um ano, com qualquer finalidade principal (lazer, negócios ou objetivo pessoal) desde que não seja a de ser empregado em uma entidade do país ou local visitado. (NACIONES UNIDAS; UNWTO, 2008, p. 10)¹³.

As RIET (NACIONES UNIDAS; UNWTO, p. 10) também salientam que para considerar a visita turística não é necessário o pernoite, o que diferencia o ‘visitante de um dia’ ou ‘excursionista’ do ‘turista’ (aquele visitante que pernoita). Ambos são importantes na geração de divisas para o turismo, porém incidem de forma distinta no processamento de dados estatísticos, razão principal desta diferenciação terminológica (BENI, 2003).

Sendo assim, no itinerário Caminhos de Guajuvira reconhece-se a predominância do excursionismo, já que esses visitantes não pernoitam no local. O excursionismo é comum no entorno de centros urbanos, tanto em função da sua população que gera demanda turística quanto por oferecem hospedagem aos turistas que visitam a região e retornam ao centro para pernoitar, como ocorre nos itinerários turísticos da RMC em função da capital. Similarmente, o excursionismo

¹² O entorno habitual corresponde à área geográfica onde a pessoa executa as suas atividades diárias. Inclui o lugar de residência habitual, seu lugar de trabalho e estudo e qualquer outro lugar que visite com regularidade e frequência. (NACIONES UNIDAS, UNWTO, 2008, p. 12).

¹³ *Un visitante es una persona que viaja a un destino principal distinto al de su entorno habitual, por una duración inferior a un año, con cualquier finalidad principal (ocio, negocios u otro motivo personal) que no sea ser empleado por una entidad residente en el país o lugar visitado. Estos viajes realizados por los visitantes se consideran viajes turísticos. El turismo hace referencia a la actividad de los visitantes*”. (NACIONES UNIDAS, UNWTO, p. 10)

também acontece em estabelecimentos rurais no entorno de núcleos urbanos do Norte do Paraná (CALVENTE, 2004), em itinerários turísticos na Região Centro-Sul do Paraná, nos municípios de Bituruna, Mallet, União da Vitória e Prudentópolis (BAHL, NITSCHKE, 2011, no prelo), entre outros locais próximos a centros urbanos.

Ainda quanto aos visitantes do itinerário Caminhos de Guajuvira, as pesquisas de demanda com os passageiros da Linha Turismo Rural realizadas pela SMCT ocorreram de abril a junho de 2010 (ARAUCÁRIA, 2010b), não havendo continuidade dessas pesquisas para os períodos seguintes, porém o Departamento de Turismo (CZAIKOWSKI, 2011) declarou que há a previsão de retomá-las a partir de 2012.

Na citada pesquisa foram tabulados 124 questionários e apesar de 99% do público declarar que faria novamente o itinerário e 100% concordar que indicaria para outras pessoas, é na análise das sugestões dos visitantes (ANEXO 1) que detectaram frequentes manifestações sobre a falta de mais atrativos ligados à cultura local e à produção rural, além de sugestões para se incluir mais propriedades rurais no itinerário.

A carência de mais atrativos no itinerário também foi identificada a partir de pesquisas com visitantes realizadas em Nitsche (2007). Nesta, foi registrado que os visitantes “sentiram falta de interagir com a rotina das famílias agrícolas” (NITSCHKE, 2007, p. 78), principalmente em função do curto período de duração das visitas, de aproximadamente 20 minutos em cada propriedade. Um dos depoimentos coletados forneceu uma amostra sobre as expectativas de alguns visitantes:

[...] falta de mais opções de atividades, de fazer algo quando chegamos nas propriedades [...] falta variedade: andar na plantação, montaria, se aproximar mais dos animais [...]. Gostamos muito do lugar, mas é como se fosse um diamante bruto que vai ser lapidado (NITSCHKE, 2007, p. 78).

Sendo assim, para a presente pesquisa de doutorado, uma das questões levantadas foi: se haveria potencial para ampliar o número de atrativos do itinerário. Por isso a importância de se conhecer a comunidade pelo olhar do morador, o que pode vir a representar para o turismo a oportunidade de descobrir peculiaridades a serem difundidas para o visitante e valorizadas pela própria comunidade local.

Em meio a esse contexto, é essencial entender como foi criado o itinerário turístico Caminhos de Guajuvira e como ele se articula a conceitos teóricos sobre turismo, o que vem a desencadear algumas discussões pertinentes ao presente estudo.

Primeiramente, cabem alguns esclarecimentos sobre aspectos conceituais da adoção do termo 'itinerário' e sobre a modalidade turismo rural que ocorre no local.

Em termos conceituais, itinerário é um roteiro formado por atrativos, equipamentos, serviços e infraestruturas de apoio dispostos em um determinado espaço, interligados por vias de acesso, acrescidos de uma comunicação visual que evidencie a sua identidade ou temática (BAHL; NITSCHKE, 2011, p. 5, no prelo).

É necessário discernir essa definição daquela em que um roteiro se constitui na ordenação de elementos para a efetivação de uma viagem, normalmente elaborado por operadoras de turismo, em cujo programa são descritos os locais a serem visitados, os serviços oferecidos e as atividades previstas para os turistas.

De acordo com Bahl (2004b, p. 42), os itinerários correspondem à "indicação de uma seqüência de atrativos existentes numa localidade e merecedores de serem visitados". Esse tipo de roteiro deve sugerir o caminho a ser seguido pelo visitante.

Entende-se que o roteiro do tipo itinerário está mais vinculado à organização da oferta turística em um espaço físico, enquanto o roteiro de uma viagem tem como foco maior a organização da viagem para o público, apesar de ambos dependerem da oferta e demanda turísticas para se efetivar.

Diferentemente da elaboração de um programa de viagem feito por operadoras de turismo, os itinerários dependem de uma organização coletiva por parte dos responsáveis pela oferta turística local - iniciativa privada, poder público e sociedade civil organizada. (BAHL, NITSCHKE, 2011, p. 5, no prelo).

Então, além de ocuparem um espaço determinado, o que facilita o direcionamento de investimentos por parte dos promotores da atividade turística, os itinerários necessitam de uma articulação entre as instituições (públicas e privadas) e a comunidade para se efetivar como produtos turísticos que proporcionem benefícios locais.

Dentro da ideia de ser uma estratégia de planejamento e gestão do turismo, bem como de gerar o desenvolvimento turístico, o Ministério do Turismo também

considera o roteiro do tipo itinerário no contexto do processo de roteirização¹⁴. Para essa instituição, um roteiro corresponde a um “itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade”, sendo “definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística” (BRASIL, 2005, p. 3).

Ainda, é válido observar que um itinerário é comumente formatado com base numa temática, presente num município ou região, como a produção de determinado produto (vinho, cachaça, frutas, hortaliças, leite, panificação), a origem étnica da população (polonesa, italiana, holandesa, indígena, africana), um acontecimento histórico (tropeirismo, descobrimento do Brasil, ciclo do ouro), patrimônio cultural ou natural predominante (arquitetura, fósseis, achados arqueológicos, folclore, religião, parques naturais, cavernas, cachoeiras, praias), modo de vida (comunidades quilombolas, de faxinais, de ribeirinhos, indígenas, de pescadores, rurais).

Essas temáticas devem estar alinhadas à real identidade de um lugar, sendo pensadas pela população e consagradas com o seu aval, evitando que se forje um símbolo apenas para servir de logomarca para a elaboração da comunicação visual do itinerário (material promocional, sinalização interpretativa entre outros meios a serem difundidos).

No itinerário Caminhos de Guajuvira, o próprio nome se refere ao local onde o caminho levará o visitante, já que ele inicia na área urbana do município e passa por bairros e localidades rurais até chegar ao Distrito de Guajuvira. Com base no disposto no Inventário Turístico do município (ARAUCÁRIA, 2011a) sobre os tipos de atrativos que os visitantes podem encontrar no itinerário, “café rural, propriedades que comercializam verduras, frutas, flores em vaso, artesanato rural, vinhos, queijos, salames e outros”, interpreta-se que a temática proposta está ligada à produção agrícola familiar.

A alusão à identidade ligada à colonização polonesa mediante o símbolo composto por uma carroça de quatro rodas acrescida da expressão “Turismo Rural de Araucária” em fundo vermelho, resultou na logomarca criada para representar o turismo rural do município. Sendo assim, está presente nas placas de sinalização interpretativa do itinerário e no seu material impresso. A cultura desses imigrantes também é homenageada no projeto do Centro de Informações Turísticas (FIGURA

¹⁴ Advém da diretriz Roteirização Turística, do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, Módulo 7 (BRASIL, 2005).

10), que tem sua “arquitetura inspirada nas edificações polonesas” (ARAUCÁRIA, 2009, p. 314).

A etnia polonesa está presente no Parque Cachoeira, onde se encontram as edificações construídas por imigrantes poloneses (Casa do Artesanato e Aldeia da Solidariedade, apresentadas no Quadro 2), em que a madeira é disposta horizontalmente e fixada com técnicas de encaixe. Fora da área do itinerário Caminhos de Guajuvira outros atrativos também representam a imigração polonesa, como o Portal Polônês (FIGURAS 7, 8, 9) e o Memorial da Imigração Polonesa, localizados próximos à Represa do Passaúna.

Apesar das raízes étnicas dos habitantes rurais, conforme será abordado mais adiante, o tipo de turismo que ocorre nos atrativos da área rural dos Caminhos de Guajuvira se caracteriza mais pela temática agrícola dos pequenos produtores, conforme os conceitos de agroturismo e de turismo rural na agricultura familiar (TRAF).

No Brasil, a prática do agroturismo teve início no Espírito Santo, em 1993 (PORTUGUEZ, 2002), a partir de uma proposta de turismo ligado à agricultura familiar, com base no modelo do *agroturisme* italiano, buscando aproximar o visitante das atividades produtivas da pequena propriedade agrícola.

Graziano da Silva *et al* (1998) relacionam algumas atividades associadas ao agroturismo: o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo.

A partir do ano 2000 surgiram diversos projetos em todo território nacional visando ao fortalecimento da agricultura familiar por meio do turismo, que a partir de 2003 passaram a ser foco de políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e mais tarde ganharam a adesão do Ministério do Turismo. Na mesma época (2003), um grupo de técnicos, em sua maioria ligados a instituições governamentais de extensão rural, agricultura e turismo, e, em menor número, de organizações não governamentais e representantes de agricultores, formou a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Rede TRAF¹⁵, que, a partir de discussões em torno do assunto, criou uma definição para este tipo de turismo, que denominou TRAF:

¹⁵ Dados da autora, mediante sua participação no processo de criação da Rede TRAF, em 2003. O objetivo da REDE TRAF (2003) é “o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares”. Além de promover o intercâmbio

A atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. (BRASIL, 2004a)

Mais tarde o termo perdeu a qualificação ‘rural’, transformando-se em ‘Turismo na Agricultura Familiar’. Além do conceito, a Rede TRAF formulou alguns princípios para conduzir a atividade, fundamentando a formulação de políticas públicas dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Turismo. São eles:

Ser um turismo ambientalmente correto e socialmente justo; Incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta dos produtos locais, ofertados pelo agricultor; Valorizar e resgatar o artesanato regional, a cultura da família do campo e os eventos típicos do meio rural; Contribuir para a revitalização do território rural e para o resgate e melhoria da auto-estima dos agricultores familiares; Ser desenvolvido preferencialmente de forma associativa e organizada no território; Ser complementar às demais atividades da unidade de produção familiar; Proporcionar a convivência entre os visitantes e a família rural; Estimular as atividades produtivas com enfoque no sistema agroecológico. (REDE TRAF, 2003)

Os mesmos princípios também passaram a reger políticas estaduais de turismo e agricultura familiar, conforme consta na Lei Estadual n.º 15.143 (PARANÁ, 2006), a qual define as atividades turísticas que especifica como “Turismo Rural na Agricultura Familiar”.

Cabe diferenciar que o segmento de turismo que ocorre em Guajuvira, enquadrado como agroturismo e TRAF, é diferente daquele desenvolvido a partir dos pioneiros do turismo rural brasileiro da década de 1980 nas fazendas de Lages (SC)¹⁶. A cidade, ponto intermediário do trajeto entre Curitiba e a Serra Gaúcha, passou a fazer parte do roteiro turístico da Região Sul em função do fluxo turístico de escala de viagem, atraindo o público para as fazendas do interior do município.

A partir desse período, fazendas de café e pecuária dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de

de experiências entre os seus participantes, prática que motiva debates sobre a situação do TRAF no país, a rede se propõe a subsidiar a definição de políticas e sua implementação. Outro propósito da rede é funcionar como um “canal de articulação permanente entre os interessados no desenvolvimento do TRAF” (REDE TRAF, 2003).

¹⁶ O município de Lages/SC como marco inicial do turismo rural no Brasil é consenso entre vários autores, entre eles, ZIMMERMANN (2001), RODRIGUES (2001), PORTUGUEZ (2002) e TULIK (2010).

Janeiro e Paraná começaram a explorar o turismo no meio rural como negócio. As instalações que no início eram rústicas e tinham como referência suas construções originais, foram se ampliando para constituir empreendimentos turísticos de porte hoteleiro.

Com o passar do tempo, o turismo praticado nos ambientes rurais tornou-se debate na academia e recebeu uma série de classificações. Olga Tulik (2003, p. 29-43, p. 69-73; 2010, p. 14-15) identifica a utilização de uma diversificada nomenclatura para este tipo de turismo aliado aos ambientes rurais: turismo no espaço rural, turismo em áreas rurais, turismo verde, turismo de interior, turismo alternativo, agroturismo e turismo rural.

Graziano da Silva *et al.* (1998) demonstram a amplitude de tais definições, ao considerar 'turismo no espaço rural' ou 'turismo em áreas rurais' as atividades de lazer praticadas no meio não urbano, em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo; atividades estas que se complementam ou não.

Sobre o assunto turismo no meio não urbano, Rodrigues (2001, p. 106) apresenta uma especificidade para classificar o lazer e o turismo praticados em empreendimentos localizados fora do perímetro urbano, mas que não se caracterizam pelos aspectos rurais, chamando-os de 'periurbanos', uma vez que possuem configurações urbanas. Visto que nesse meio 'não urbano' pode ocorrer uma infinidade de atividades ligadas ao turismo, sejam elas relacionadas às práticas agrícolas ou totalmente desvinculadas delas, como é o caso dos hotéis de lazer, *spas*, espetáculos artísticos de qualquer natureza, parques de diversão e entretenimento, congressos e eventos diversos.

Em meio às discussões conceituais presentes na bibliografia da área, entende-se que 'turismo no espaço rural', 'em áreas rurais' ou 'turismo no meio rural' possuem o mesmo significado e remetem-se, indistintamente, a qualquer forma de turismo que ocorra fora da área urbana, independentemente dos conteúdos que englobem.

A distinção ocorre na utilização do termo Turismo Rural, que se refere àquelas atividades turísticas vinculadas à produção rural de alguma forma, caracterizadas pela 'ruralidade', ou seja, ao fato de 'ser rural'. Para Fernando Vera *et*

al. (1997), o aspecto singular do turismo rural está ligado à funcionalidade deste meio:

Funcionalmente rural, é afirmar, que está fundamentado nas características particulares do mundo rural, a saber: a pequena propriedade, os amplos espaços, o contato com a natureza, o patrimônio, as sociedades e as práticas 'tradicionais'. A natureza tradicional está ligada ao crescimento lento e às famílias locais. (FERNANDO VERA *et al*, p. 129)

Sob o ponto de vista do Ministério do Turismo (BRASIL, 2004b, p. 07), o conceito de Turismo Rural está subordinado ao aspecto produtivo deste meio, definido como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Porém, ao se tratar de um meio rural em constantes transformações, a ruralidade não estaria somente aliada ao aspecto produtivo, mas faz parte de uma tendência de multifuncionalidade¹⁷ da agricultura, que não se restringe só à função econômica de produzir bens e serviços, mas também abrange a função de gestão do meio ambiente e a função social atrelada aos sujeitos que sustentam todo este meio.

O repensar sobre a condição de ser rural apenas o turismo que mantém vínculo com a ‘produção agropecuária’ é motivado por pesquisas sobre o crescimento das Ocupações Rurais Não Agrícolas – ORNA, em que “o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser agrícola e se tornou pluriativa ou não-agrícola, embora permaneça residindo no campo” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 43).

Assim, o turismo rural deve considerar essas mudanças no perfil do meio rural, responsáveis em denominá-lo Novo Rural pelos pesquisadores do Projeto Rurbano. Neste projeto, Graziano da Silva (2001, p. 39), ao analisar os dados do PNAD de 1999, constatou que “um número crescente de pessoas que residem em áreas rurais estão hoje ocupadas em atividades não-agrícolas. [...] dos quase 15

¹⁷ Sobre multifuncionalidade do meio rural, ver em BIANCHINI; GRAZIANO DA SILVA; MARC, J. Debatem: **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Convenio FIPE – IICA, Brasília, 2001. (série Textos para Discussão n. 2)

milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro (exceto a região Norte), quase um terço [...] estava trabalhando em ocupações rurais não-agrícolas (ORNA)”.

No levantamento dessas atividades não agrícolas, encontram-se serventes de pedreiro, motoristas, caseiros e empregadas domésticas. Ainda com base nos dados do PNAD, o autor verifica que na década de 1990 as ocupações rurais não agrícolas cresceram a uma taxa de 3,7% ao ano, enquanto o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades do campo, vem caindo a uma taxa de -1,7% ao ano.

Os serviços ligados ao lazer e ao turismo, ainda que com pouca expressão, constam entre as estatísticas de 1,1 milhão de pessoas a mais trabalhando em atividades não agrícolas no período de 1992-1999, uma vez que a maior parte da ORNA é composta pelo emprego doméstico, principalmente para as mulheres “é a porta de entrada na cidade por propiciar, além de um rendimento fixo, também um local de moradia” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 44).

Mesmo que ainda não se retrate nesses números de forma significativa, é inegável o potencial do turismo na geração de uma série de serviços que podem contribuir para a diversificação das atividades não agrícolas, com possibilidade de gerar postos de trabalho e oportunidades de renda menos precárias e de melhor qualificação, quando comparado aos serviços domésticos e à construção civil.

O turismo rural em Guajuvira, que se enquadra mais especificamente nos conceitos de agroturismo e TRAF, faz parte deste panorama do Novo Rural, pois o perfil agrícola do lugar vem passando por transformações, tais como: a busca por postos de trabalho não agrícolas, modificações na ocupação dos espaços de moradia, poluição ambiental, mudanças gradativas nos costumes locais, entre outros aspectos abordados nos capítulos seguintes.

Retomando os aspectos sobre a criação do itinerário Caminhos de Guajuvira é relevante considerar a influência das políticas públicas nacionais do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, do Programa Nacional de Regionalização do Turismo e, de um contexto estadual de planejamento do turismo para a Região Metropolitana de Curitiba.

A partir de 1997 com o PNMT, do então Ministério do Esporte e Turismo, foi desencadeado um processo de conscientização sobre o turismo em vários municípios brasileiros. Desde a sensibilização sobre o significado do conceito de

turismo até a abordagem de assuntos como a importância de unir poder público, iniciativa privada e comunidade para trabalhar em conjunto, foram discutidas sob a metodologia de oficinas realizadas por grupos de municípios em cada estado brasileiro.

Araucária se integrou ao PNMT e foi nesse contexto, preocupando-se com o fortalecimento do turismo dentro do município, que acompanhou uma tendência iniciada em 1998 com a implantação de roteiros rurais ao redor da capital, com base em uma proposta do Governo do Estado.

Em Nitsche (2007, p. 20) tem-se um relato de como surgiu a concepção dos itinerários para a RMC a partir desta proposta idealizada pelo Governo do Estado:

A formatação de roteiros turísticos com características rurais fez parte do planejamento do Anel de Turismo Rural para a RMC (PARANÁ, 1999a, 1999b)¹⁸, desenvolvido em 1998 pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural-Emater/PR e Serviço Social Autônomo Ecoparaná, como uma alternativa de renda e conservação ambiental para os municípios da RMC.

O primeiro itinerário turístico da RMC foi implantado no começo do ano de 1999, no município de Colombo, denominado Circuito Italiano de Turismo Rural, e, no mesmo ano, o município de São José dos Pinhais deu início à implantação do itinerário Caminho do Vinho (NITSCHKE; NERI, 2007). Depois desses, outros municípios também iniciaram o desenvolvimento dos seus roteiros, com destaque para Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Campo Largo, Campo Magro, Piraquara e Quatro Barras.

Tendo em vista esse cenário, Araucária iniciou em 2001 o planejamento do Programa Municipal de Turismo Rural (Gestão 2001-2004) (ARAUCÁRIA, 2001), com os seguintes objetivos:

- Proporcionar uma renda alternativa para os pequenos produtores da área rural que poderiam comercializar produtos *in natura*, produtos transformados, bem como ofertar serviços aos visitantes, tais como alimentação, hospedagem e atividades de lazer, complementando desta forma a renda familiar.

- Divulgar os atrativos da área rural e a cultura do homem do campo do município.

¹⁸ PARANÁ. EMATER; COMEC. **Turismo em áreas rurais**, 1999a. PARANÁ. EMATER; SEMAA/Colombo. **Circuito italiano de turismo rural**: projeto, 1999b.

- Atrair visitantes de Curitiba e Região Metropolitana, além de criar mais uma opção de lazer para a população local.

Como ação desse programa, a Secretaria de Cultura e Turismo de Araucária começou a planejar o itinerário “Caminhos de Guajuvira” em 2001, sendo lançado ao público em 2004, com o apoio de outras secretarias do município e da EMATER local.

Por meio de documento síntese apresentado pelo Departamento de Turismo da SMCT (ARAUCÁRIA, 2010e) e consultas pessoais aos seus dirigentes, foi possível compreender a trajetória de ações do Programa Municipal de Turismo Rural que culminou na realização do itinerário Caminhos de Guajuvira, conforme exposto a seguir.

Primeiramente foi realizado um levantamento de atrativos na área rural do município por uma equipe de técnicos (das secretarias municipais de Cultura e Turismo, de Meio Ambiente, de Agricultura e Abastecimento e da EMATER), tendo sido identificadas 65 propriedades rurais com potencial turístico, 26 capelas, aspectos relevantes da paisagem e serviços disponíveis, entre outros elementos.

Durante esse levantamento foi identificado que agricultores das comunidades de Guajuvira, Campo Redondo e Faxinal do Tanque tinham interesse em saber mais sobre o turismo como alternativa de negócio. Assim, a SMCT conduziu uma série de ações voltadas a esse público:

- Reuniões de sensibilização turística;
- Cursos gratuitos: Técnicas de qualidade no atendimento ao turista pela Universidade Federal do Paraná, com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); Ferramentas para o sucesso na comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar, ministrado pela EMATER/PR; entre outros cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e da Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico – COODESTUR;
- Elaboração do esboço de roteiros nessas localidades e testes com o público de funcionários da prefeitura. Avaliação das propriedades participantes;
- Duas viagens técnicas para produtores rurais e técnicos conhecerem o agroturismo em Santa Rosa de Lima – SC.

De todos que participaram dessas ações, os produtores rurais de Guajuvira aceitaram dar continuidade à proposta do turismo. Nas palavras de Ehlke (EHLKE,

2011); “não foi a Prefeitura que escolheu o Guajuvira, foi o Guajuvira sim que se escolheu”. Como primeira experiência, houve o teste do roteiro com o público da Festa do Pêssego e do Ovo nas suas edições de 2002 e 2003. As avaliações dos visitantes e dos produtores rurais foram positivas para a implantação do itinerário, concorrendo para o seu lançamento ao público em março de 2004.

Com o itinerário implantado, o grupo de produtores rurais foi levado pela SMCT para uma visita técnica ao roteiro de Colombo, o Circuito Italiano de Turismo Rural, buscando trocas de experiências com os empreendedores locais. Também houve a participação do grupo em eventos de turismo de âmbito local, regional e nacional.

Quanto à infraestrutura de apoio, a Prefeitura implantou: sinalização viária e turística (área rural e urbana), melhorias nas estradas rurais, paisagismo na área central de Guajuvira, construção do Centro de Informações Turísticas na entrada da cidade e elaboração de material promocional com o itinerário e com a inclusão de propriedades rurais de outras localidades. A Prefeitura também realizou ações de promoção do turismo rural em eventos técnicos de turismo e por meio de divulgação em empresas e postos de informações turísticas de Curitiba.

Uma parceria da Prefeitura com a empresa de transportes Trans Tupi oportunizou a implantação da Linha Turismo Rural aos sábados, a qual dispõe de um ônibus para fazer o itinerário Caminhos de Guajuvira.

Por último, consta no documento do Departamento de Turismo a realização de “avaliação, monitoramento e adequações”. Como resultado, teve-se acesso aos questionários respondidos pelos visitantes do ônibus da Linha Turismo Rural (ARAUCÁRIA, 2010b) e aos dados sobre os atendimentos do Centro de Informações Turísticas do município (ARAUCÁRIA, 2011c), anteriormente mencionados.

Acrescenta-se, com base em pesquisas anteriores¹⁹, que no ano do lançamento do itinerário as visitas nas propriedades participantes do projeto foram intensificadas pela equipe da SMCT, visando ao encaminhamento de orientações sobre a organização das propriedades e atendimento aos visitantes.

Durante a etapa de implementação deste itinerário, foi instituída uma política nacional de regionalização do turismo (2003-2006 e 2007-2010 com continuidade

¹⁹ Informações coletadas por meio de entrevistas com a Diretora de Turismo da SMCT, Marta Takahashi, em Nitsche (2007).

em 2011), com ênfase na roteirização do turismo para fins de planejamento e gestão. Com a roteirização em voga, os Caminhos de Guajuvira, bem como outros roteiros já existentes no Brasil, ganharam maior visibilidade em eventos e publicações institucionais, além do incentivo à criação de novos roteiros.

Nesse período da regionalização, o Fórum Metropolitano de Turismo²⁰ lançou o Guia Rotas do Pinhão em 2004, que reúne itinerários turísticos de 15 municípios da RMC. Mais tarde, o nome Rotas do Pinhão foi eleito para designar a Região Turística que abrange Curitiba e Região Metropolitana, seguindo as recomendações das políticas nacional e estadual de turismo.

O fato de todas essas iniciativas vinculadas ao desenvolvimento do turismo na RMC terem partido do poder público teve influência na permanência dos itinerários (e de outras ações) sob a coordenação da esfera pública, mesmo havendo o hábito de convidar a iniciativa privada e outras organizações para participarem de reuniões e projetos, pois ainda assim se tratava de algo idealizado pelo poder público.

Mais especificamente a respeito dos itinerários, é importante mencionar que o poder público não pode ser o único e nem o principal responsável pela gestão desses projetos, pois mesmo cumprindo com seus encargos, sua atuação pode ser interrompida por ocasião da troca da gestão política, o que comumente é observado.

Na busca de uma autonomia em relação ao poder público na gestão de projetos coletivos como os itinerários, observa-se uma tendência de se formar associações ou outras formas de organizações entre os proprietários rurais e seus demais integrantes.

No Brasil, foram levantados alguns exemplos assim na fase exploratória da presente pesquisa, como os itinerários: Caminhos de Pedra (Bento Gonçalves, RS) - Associação Caminhos de Pedra com 60 associados; Estrada Bonita (Joinville, SC) - Associação de Proprietários da Estrada Bonita; os roteiros temáticos da Acolhida na Colônia (Santa Rosa de Lima, Anitápolis e Rancho Queimado, em SC) foram criados e são gerenciados pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia; Circuito das Frutas (integrado por 10 municípios no Estado de São Paulo) - Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas; Circuito de Agroturismo de Venda Nova do

²⁰ Criado em 2003 com a participação dos Secretários Municipais da RMC, por iniciativa da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba – ASSOMECA.

Imigrante (ES) - Associação do Agroturismo de Venda Nova do Imigrante (Agrotur, com 47 associados).

No Paraná, constatou-se que os itinerários também possuem organizações coletivas, como a Associação dos Empreendedores do Circuito Italiano de Turismo Rural – AECITUR (Colombo, na RMC), a Associação Caminho do Vinho Colônia Mergulhão – ACAVIM (São José dos Pinhais, na RMC); a OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros – ADRT (formada por integrantes da Rota dos Tropeiros na Região Turística dos Campos Gerais). Também se detectou que muitos outros projetos são gerenciados pelos conselhos municipais de turismo.

Porém o fato de existir uma organização oficial não garante a autonomia da gestão de um roteiro por parte de um grupo local. No caso do Paraná, a maioria dos itinerários da RMC depende acentuadamente do poder público para tomada de decisões como relativas à própria organização interna das propriedades, divulgação, a comercialização via agências de turismo, busca pela qualificação de recursos humanos, entre outras (BAHL; NITSCHE, 2011, no prelo).

De um modo geral, observa-se que, na gênese dos itinerários turísticos rurais da Região Metropolitana de Curitiba, as comunidades desconheciam a proposta do turismo e, por outro lado, os proponentes do turismo do poder público não conheciam a dinâmica das comunidades, impedindo-os de identificar canais de entrada mais adequados para a discussão do turismo e sua melhor inserção junto aos grupos locais.

Assim, tais itinerários têm dificuldades de se estruturar sob a coordenação dos seus representantes locais, como é o caso do Caminhos de Guajuvira, em Araucária. Desse modo, concorda-se que “a sustentação do itinerário apenas pelo pilar da administração municipal torna-se vulnerável, pois além de estar susceptível às mudanças políticas, não possui uma voz ativa dos empreendedores de turismo”, conforme observaram Nitsche, Néri e Bahl (2010, p. 107) sobre o itinerário em questão.

3. IDENTIDADE CULTURAL E ESPAÇO VIVIDO: REFLEXÕES TEÓRICAS

A geografia cultural chama atenção para o significado da cultura para as pessoas. Ela ultrapassa o foco exclusivo nos fatos e artefatos de uma sociedade e avança para o significado que as pessoas atribuem a eles e ao espaço assim formado por estas relações imbricadas. Dessa maneira, o turismo visto como uma atividade humana também está inserido neste espaço cheio de significados, que pode ser lido pela perspectiva cultural, sobretudo quando o principal atrativo turístico está na própria comunidade local, com é o caso do itinerário turístico Caminhos de Guajuvira.

Para o presente trabalho fez-se necessário compreender alguns aportes teóricos utilizados para a composição da categoria de espaço vivido e alguns conceitos fundamentais adotados neste estudo, advindos da geografia cultural.

Para desenvolver uma pesquisa dentro do campo da geografia cultural, o trabalho se propõe a compreender os estudos sobre a cultura na formação das sociedades, principalmente com base em Paul Claval (2001), combinado aos estudos humanísticos que valorizam a experiência vivida das pessoas em relação ao seu espaço, com destaque para Tuan (1980; 1982; 1983)

O enfoque cultural baseado em Paul Claval herda contribuições da corrente francesa, todavia possui uma visão integradora sobre a geografia cultural e desenvolve suas ideias alinhadas à instituição das sociedades sob o viés da cultura, trazendo a discussão para a problemática do mundo atual. Nessa perspectiva, foi importante esclarecer alguns conceitos adotados, como cultura, identidade cultural e comunidade.

Dentro da perspectiva humanista, a pesquisa permeia a abordagem fenomenológica e se preocupa em traçar como se sustenta a categoria de espaço vivido, perpassando conteúdos sobre percepção ambiental, topofilia, lugar e sua relação com o estudo das representações.

A geografia humanista, como um dos pilares da pesquisa, pode contribuir para o campo de conhecimento do turismo na medida em que procura desvendar e compreender a visão de mundo das pessoas, considerando as subjetividades, a dimensão psicológica e mental da cultura, as percepções, a experiência vivida, a intuição, a imaginação e os sentimentos das pessoas como sujeitos.

Alguns autores são de forma mais evidenciada adeptos da corrente humanista, com destaque para Eduard Relph (1979), David Lowenthal (1982), Yi-Fu Tuan (1980; 1982; 1983), Anne Buttimer (1982), ao passo que outros seguem independentemente a linha francesa do espaço vivido (*espace vécu*) sem menção da fenomenologia, como é o caso de Armand Frémont²¹ (*apud* GOMES, 2007). Este último, como observado por Gomes (2007, p. 316), recusa o rótulo de geografia humanista, afirmando que esta geografia tem desenvolvimentos nos quais ele não se reconhece.

3.1 A CULTURA NA COMPREENSÃO DA COMUNIDADE: UM OLHAR DA NOVA GEOGRAFIA CULTURAL

Propõe-se expor de forma sintética como a compreensão do termo cultura vem balizando a trajetória da geografia cultural.

A origem do enfoque cultural na geografia tem raízes no conceito de antropogeografia de Friedrich Ratzel, na sua obra publicada em 1882, e, conforme aponta Sauer (2000, p. 101, 102), a cultura está na base conceitual da Geografia Humana. O termo geografia cultural foi legitimado por autores da vertente geográfica alemã e posteriormente desenvolvido pelas vertentes francesas e norte-americanas.

Claval (2001) relata que a Escola Alemã, iniciada por Ratzel, destaca-se pela “Landschaft” ou ciência da paisagem e pela morfologia da paisagem cultural criadas por Otto Schlüter em 1890. Na mesma obra, salienta que mais tarde, em 1940, essa escola conta com os estudos de August Meitzen sobre os estabelecimentos rurais e as estruturas agrárias.

A Escola Francesa, segundo Claval (2001), enfatiza os aspectos materiais incorporados à análise do meio e dos “gêneros de vida” de Vidal de La Blache. Aqui a cultura se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens, as quais refletem a organização social do trabalho, revelando também a influência marxista no pensamento geográfico francês.

O marxismo, segundo Holzer (1992), nas décadas de 1950 e 1960 permeia a geografia francesa com preocupações como investigar a relação cidade-campo e

²¹ FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris: PUF, 1976.

analisar a influência do imperialismo na geração das desigualdades mundiais (HOLZER, 1992); porém, como explicou Claval (2001), esta geografia marxista se restringia a estudar somente a sucessão de formações sociais de uma dada região, não se preocupando em explicar as origens das formas que o espaço tomava.

A análise regional é a principal marca da geografia cultural francesa desde a década de 1930 até o final dos anos 1950. Neste último período, destacam-se: Lè Lannou (1949), que reelaborou o conceito Lablachiano do homem como habitante; Dardel, que com sua obra de 1952 passou a inspirar a introdução da análise fenomenológica no estudo de aspectos subjetivos da geografia; Julliard (1962), que pesquisou o papel das forças econômicas e sociais na estruturação do espaço; e, Max Sorre (1943; 1952 e 1957), que mais se destacou ao tentar uma redefinição da geografia humana (HOLZER, 1992; CLAVAL, 2001).

Também influenciados pela análise regional, vale mencionar os geógrafos dedicados às áreas tropicais do planeta, chamados tropicalistas, com ênfase para Gallais (1967), que ao estudar as civilizações africanas descobriu a importância da experiência vivida e da percepção na construção do espaço geográfico. (HOLZER, 1992).

A Geografia Francesa tinha pouco contato com a escola norte-americana tanto em virtude das dificuldades entre os idiomas como por se tratar de projetos diferenciados (HOLZER, 1992).

A escola norte-americana foi fortemente influenciada pela alemã, sendo comum na bibliografia encontrá-las vinculadas dentro de uma vertente considerada anglo-saxã, a qual se diferencia da outra de origem francesa.

Essa vertente norte-americana tem a Escola de Berkeley, fundada por Carl Ortwin Sauer²², como seu principal representante. Para seus adeptos, a cultura, área cultural, paisagem cultural expressavam a relação dos seres humanos com o meio; e a história da cultura e a ecologia cultural explicavam como os grupos humanos agem sobre a cobertura vegetal (CORRÊA, 2001). Vários destes temas desenvolvidos por geógrafos e não geógrafos que compartilhavam interesses comuns contrários à

²² Carl Ortwin Sauer é americano, filho de imigrantes alemães e fundou a Escola de Berkeley, nos Estados Unidos, em 1925, vigente até 1975 (CORRÊA, 2001). Sauer teve sua formação influenciada pelo contexto germânico, principalmente pelo pensamento de Goethe, desenvolvendo um forte interesse pela história. Impulsionado pelo seu historicismo, rejeita o determinismo ambiental que dominava a geografia desde o final do século XIX até aquele momento, porém mais tarde acaba sendo acusado de criar um determinismo cultural (CORRÊA, 2001).

revolução teórico-quantitativa estão reunidos na obra *Readings in Cultural Geography*, publicada em 1962, organizada pelos discípulos de Sauer, Marvin Mikesell e Philip Wagner (CORRÊA, 2001, p. 18-19).

Em suma, a “diversidade e a unidade cultural em distintas áreas do mundo mereceu a atenção dos geógrafos da escola de Berkeley” (CORRÊA, 2001, p. 23), com base na formação de uma paisagem humana, sob uma perspectiva material (monumentos e artefatos), sem considerar outras manifestações como o idioma, a música, a religião.

Duncan *apud* Corrêa (2001, p. 26)²³ critica a visão de cultura adotada pela Escola de Berkeley, “que desconsidera a existência de outras visões, baseada em um determinismo cultural no qual o indivíduo era ‘mero agente de forças culturais’”, como se a cultura fosse uma entidade supraorgânica que estaria acima do homem.

Apesar de as três escolas apresentarem enfoques diferenciados principalmente antes da década de 1970, elas são convergentes em vários aspectos, como o entendimento sobre a cultura atrelada ao conjunto de formas e traços que o homem imprime na natureza, preocupando-se em identificar áreas onde vivem os homens, as causas de sua repartição e influência na natureza; os aspectos materiais da cultura; o papel preponderante da paisagem; o gênero de vida e o foco nos utensílios e técnicas para dominar o meio (CLAVAL, 2001).

A partir da década de 1970, com o movimento de revolução epistemológica na geografia, motivado pela atitude crítica aos preceitos positivistas, a geografia cultural se renova, sem romper drasticamente seus princípios originais, aprimorando-se com novos enfoques. O trabalho de Paul Claval sobre a cultura na formação das sociedades e a perspectiva humanista da geografia, utilizadas na presente pesquisa, fazem parte dos novos caminhos abertos pela geografia cultural.

O presente trabalho se alinha ao enfoque cultural de Claval, que refuta considerar a natureza, a sociedade, a cultura, o espaço como realidades prontas, pois se baseia em como as realidades são percebidas e sentidas pelos homens: se estes consideram um bosque ou uma montanha sagrados, isso não possui uma explicação racional para legitimá-los como tal. Para o autor, o que importa é compreender o sentido que as pessoas dão a sua própria existência e como elas se

²³ DUNCAN, J. *The superorganic in American Cultural Geography*. ***Annals of the Association Geographers***, 70 (2), 1980.

projetam no futuro. (CLAVAL, 2002, p. 35).

Assim, o entendimento sobre a cultura se aproxima das realidades vividas pelas pessoas, sendo o enfoque cultural “fundamental para entender a ressurreição dos lugares, as transformações dos territórios e os problemas de identidades nas sociedades multiculturais de um mundo globalizado.” (CLAVAL, 2002, p. 40).

Compreender a comunidade sob o viés cultural significa considerar seu papel na formação desses grupos humanos, no seu cotidiano, nas suas relações sociais e nas transformações pelas quais passam.

Para tratar do assunto, a obra de Paul Claval (2001)²⁴ mostra que as sociedades humanas são construções culturais formadas por indivíduos vinculados uns aos outros por meio de uma rede complexa de relações, na qual a comunicação tem papel fundamental.

Desse modo, uma mesma cultura se caracteriza por reunir “aqueles que compartilham dos mesmos códigos; isto facilita as alianças e as camaradagens; maneiras de se alimentar, de comer, se sentar, de vestir, ritmos, horários, etc.” (CALVAL, 2001, p. 109).

Apesar de complexas, as relações que unem os indivíduos de uma mesma cultura podem ser visualizadas de forma esquemática, conforme apresenta Claval (2001, p. 109-111):

- Horizontais: aquelas que se configuram entre parceiros iguais;
- Verticais: aquelas estruturadas segundo um sistema hierárquico.

Num plano horizontal, encontram-se as relações de troca ou de associação que podem ser ampliadas ao infinito, mas não permitem coordenar ações complexas. Segundo Claval (2001, p. 111), são relações que “demandam uma confiança recíproca, uma simetria nas trocas e um forte sentimento de pertencer a um grupo cimentado pelos laços estreitos e fortemente solidário”. São tipos de articulações que definem uma “fraternidade, uma comunidade, uma camaradagem, onde 'divide-se o pão” (CLAVAL, 2001, p. 111).

No caso das relações do tipo hierárquicas, se formam, sobretudo, por razões funcionais e se estabelecem em torno da autoridade de um chefe que comanda o grupo, assegurando-lhe a ordem e a manutenção.

²⁴ Intitulada ‘A Geografia Cultural’ (2001). Título original: La Géographie Culturelle. Nathan, Paris, 1995.

As hierarquias também ocorrem naturalmente na vida familiar, como é o caso dos chefes das famílias (pai e (ou) mãe e (ou) pessoas mais velhas), em que “os elos 'verticais' decorrem das necessidades da vida, mas a afetividade constitui-se como um sólido cimento e a autoridade é normalmente aceita.” (CLAVAL, 2001, 111). O mesmo autor explica que estas são consideradas hierarquias simples, limitadas a um pequeno grupo num espaço reduzido, e ainda se manifestam nos elos entre os mais velhos e mais jovens; entre os mestres e os alunos de uma escola; entre o patrão, seus companheiros e aprendizes em um atelier.

Ademais, Claval (2001, p. 110) identifica combinações entre traços de relações hierárquicas e horizontais, ocorrendo em organizações como Estados e burocracias, “o que lhes permite englobar um número indefinido de pessoas dispersas sobre vastos espaços”.

Em relação à Guajuvira, interessa compreender quais tipos de relações se estabelecem dentro da comunidade, porém ainda é necessário explicitar o que se entende pelo termo ‘comunidade’, muitas vezes utilizado como sinônimo do termo ‘sociedade’.

A necessidade de diferenciar comunidade de sociedade veio ao encontro dos propósitos desta pesquisa, que entende sociedade como uma esfera mais ampla da população e trata comunidade como um grupo mais restrito, fechado, coeso, de convivência próxima e habitual entre seus membros.

A diferença entre sociedade e comunidade é uma discussão que já vem ocorrendo há mais de um século, com destaque para o sociólogo Ferdinand Tönnies, que sistematizou estes termos a partir de *gemeinschaft*, para designar comunidade e *gesellschaft*, para sociedade (ALBUQUERQUE, 1999, p. 50; BAUMAN, 2003, p. 15; CLAVAL, 2001, p. 114).

Segundo Albuquerque (1999, p. 50), “[...] enquanto instrumento de análise do real, o par comunidade-sociedade indica configurações sociais contrastantes, tais como o arcaico e o moderno, o afetivo e o racional, o sagrado e o secular”.

Coriolano (2009, p. 40) observa a perda gradativa da noção de comunidade típica de uma vida rural solidária, principalmente com a revolução industrial e o aumento da população nas cidades, dando lugar à ideia de sociedade, “outra forma de organização social, pautada no Estado, nas instituições, no controle social, no individualismo, com o domínio de tecnologias, de normas e da cultura de massa”.

A discussão de Antonio Carlos Diegues (2002) sobre as 'culturas tradicionais', como um critério importante para definição de culturas ou populações, auxilia na compreensão sobre a concepção de comunidade tradicional. Para o autor (2002, p. 83), as "culturas tradicionais":

[...] estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência do mercado já existente, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos.

Tendo em vista que a comunidade tradicional é aquela que preserva seu modo de vida inicial, quase sem influência da sociedade capitalista, observa-se que a situação em Guajuvira é diferente, pois se trata de uma comunidade que depende da venda de seus produtos agrícolas para sobreviver, assim como depende de produtos e serviços externos, além de postos de trabalho no comércio e na indústria de fora da comunidade para tirar o sustento de seus habitantes. Embora seja possível considerar que exista um modo de vida tradicional advindo dos seus colonizadores poloneses e ucranianos e uma cultura típica de núcleos rurais, não se pode classificá-la como tradicional sob o ponto de vista de Antônio Carlos Diegues (2002).

Guajuvira possui uma pequena parcela da população considerada urbana pela classificação do IBGE, por localizar-se na sede distrital (vila) e a maioria da população está em situação rural. Esse conjunto populacional recebe as influências de um entorno bastante urbanizado, com o grau de urbanização do município de 92,5% (IBGE²⁵ *apud* IPARDES, 2011, p. 25) acentuado pelas suas indústrias e por situar-se em uma região metropolitana. Tal característica é típica de muitas comunidades rurais brasileiras que vêm experimentando as transformações do 'novo rural', em que as novas dinâmicas de geração de emprego e renda do meio rural brasileiro têm origem no meio urbano, conforme explica o pesquisador do Projeto Rurbano, Graziano da Silva (2001, p. 44), "são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por

²⁵ Censo Demográfico, 2010.

residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc.)”.

Foi possível observar que a comunidade de Guajuvira preserva usos e costumes originalmente rurais e mesmo na vila, onde a infraestrutura de comércio e serviços é escassa, as características são tipicamente interioranas, apesar de vir experimentando algumas transformações como crescimento de loteamentos residenciais, criminalidade e poluição ambiental.

Retomando o caráter conceitual dos termos, Claval (2001) faz várias menções à sociedade, para a qual, muitas vezes, a noção de grupo cultural não se aplica tal qual se aplica à comunidade. Com base no autor, compreende-se que uma comunidade está atrelada a uma vida social em que as pessoas se sintam pertencentes a um mesmo conjunto, no qual cada uma delas se considere responsável e solidária, diferente da ideia de sociedade, quando “a construção social tem fundamentos racionais, o interesse, a eficácia, a preocupação de assegurar a defesa e a segurança coletivas, por exemplo” (CLAVAL, 2001, p. 113).

Em Guajuvira, foi necessário compreender qual o fator de união dessas pessoas, ou seja, o que as faz pertencer à mesma vida social comunitária? Como se estrutura este conjunto a que elas pertencem?

Assim como Claval (2001, p. 114) considera a comunidade como um pequeno grupo coeso em que as pessoas estabelecem relações de confiança mútua, foi relevante conhecer os laços que interligam os membros de um mesmo grupo em Guajuvira. Cabe ressaltar que no caso estudado, foram identificados vários pequenos grupos de pessoas formados no entorno do núcleo de suas igrejas, delimitados espacialmente por uma ou mais localidades rurais. Desses, foram considerados para a pesquisa os sujeitos de três grupos distintos – Vila de Guajuvira, Camundá e Campestre – como representantes da “Comunidade de Guajuvira”.

Acompanhando a reflexão de Claval (2001, p. 114), é possível compreender que a comunidade pode ser construída a partir de várias relações. A primeira delas se constitui pelos elos de sangue que unem os membros de uma mesma família, desempenhando um papel central em todas as sociedades tradicionais.

Em segundo, Claval expõe que, análogo aos elos de sangue da comunidade familiar, o grupo pode se sentir unido a partir de um mesmo ideal, por meio de

contrato de associação ou por um projeto comum²⁶. Um exemplo evidenciado pelo autor é partilhar uma mesma fé religiosa, capaz de provocar no grupo um sentimento de irmandade, como filhos de um Deus criador.

Em terceiro, o autor propõe a classificação das comunidades, segundo a questão locacional, denominando-a “comunidade de lugar”, imposta pela coabitação de pequenos grupos em um mesmo lugar. Como modelo de uma comunidade localizada, o autor cita a “vila tradicional de uma sociedade agrária sedentária”, que nasce “das freqüentações múltiplas impostas pela co-habitação” (CLAVAL, 2001, p. 116).

Assim visualiza-se que os lugares passam de um mero espaço onde se localizam as moradias para um espaço vivido por uma comunidade que estabelece um sentimento afetivo por esta terra, tanto de cada um em relação à sua propriedade quanto do grupo tomando consciência de um patrimônio coletivo.

A partir destas unidades vividas, ampliam-se os círculos de lugares aos quais se pertence, sente-se próximo dos habitantes da região que têm o mesmo falar, a mesma cozinha a óleo – ou a manteiga –, um passado comum que lembra os sítios extraordinários, os monumentos, as comemorações e as estátuas dos homens célebres nascidos na região. (CLAVAL, 2001, p. 116)

Tendo em vista as relações pelos elos de sangue, por um projeto comum e pela coabitação apresentados por Claval, foi investigado como estas formas de interação atuam na constituição da comunidade de Guajuvira.

Um elemento que perpassa a compreensão da comunidade e do seu espaço vivido é a noção de território, já que, de acordo com Bonnemaïson (2002, p. 95), “não existe etnia ou grupo cultural que não tenha se investido física e culturalmente num território”, ou, como afirma Claval (2001, p. 114), que a vida em comunidade “tem necessidade de uma base territorial”.

Mesmo que a presente tese não se propõe a aplicar o conceito de território no seu sentido restrito, é importante destacar o papel da sua dimensão cultural apresentada por Haesbaert (2001, p. 18), diante da amplitude que o enfoque territorial enseja. Esta vertente cultural ou culturalista, apresentada pelo autor, prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, na qual o território é visto,

²⁶ A ‘comunidade de projeto ou de associação’, dentro de nível parcial de análise, pode ser uma associação desportiva ou lúdica; sendo que, num nível global, o autor cita modelos mais ou menos utópicos diferentes daquele que a sociedade oferece em geral, ex.: Amish da Pensilvânia EUA, mórmons de Utah, os Kibboutzim em Israel (CLAVAL, p. 114-115).

sobretudo, como o produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço.

Da mesma forma, é válido considerar o conceito de território de Bonnemaïson (2002, p. 95), entendido como uma “relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – dito de outra forma, um território”. Para esse autor (2002, p. 101), o território é criado em função da existência de uma cultura e é por ele que se exprime a relação simbólica entre cultura e espaço.

Mesmo enfatizando a vertente cultural, não se pode ignorar a perspectiva jurídico-política, a mais difundida da concepção de território, conforme explica Haesbaert (2001, p. 18), para quem o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado.

A jurídico-política remete à ideia de delimitação de um espaço apropriado, normalmente demarcado por uma fronteira necessária para estabelecer os domínios deste espaço. Observou-se que, no estudo de Guajuvira, essa demarcação jurídico-política é representada pela instituição do Distrito de Guajuvira, porém teve-se que se verificar como esta concepção influencia na relação culturalmente vivida dos habitantes com o seu espaço.

Sobre a ideia de fronteira presente na concepção jurídico-política de território, concorda-se com Bonnemaïson (2002, p. 99) ao alertar que “a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território [...] do que pela referência [...] de fronteira”. E ainda acrescenta (p. 101), o território é “muito mais um ‘núcleo’ do que uma muralha, é um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro”.

Haesbaert também reconhece que, apesar da tradição de se considerar a dimensão política, a dimensão simbólico-cultural sempre esteve presente na concepção de território:

Mesmo para o mais tradicional dos intérpretes do território, Friederich Ratzel, no final do século passado, um laço espiritual ou uma ligação psicológica ao solo (que ele várias vezes utiliza como sinônimo de território) é criado ‘no costume hereditário da co-habitação [que ‘dá nascimento ao

sentimento nacional’], no trabalho comum e na necessidade de se defender do exterior’ (HAESBAERT, 2001, p. 119).

Assim, o território, ao ser entendido como um instrumento de poder, não pode deixar de lado o seu caráter simbólico identitário. Então, “pensar o território é concebê-lo política e culturalmente” (HAESBAERT, 2001, p. 128).

Para a presente pesquisa, é importante compreender que a noção de território de acordo com Haesbaert e Bonnemaïson possui laços estreitos com o conceito de comunidade utilizado para analisar o espaço vivido Guajuvira, já que, implícito nesse espaço vivido, existe a apropriação e a valorização simbólica dos moradores pela sua terra, protegendo-a, demarcando-a, amando-a. Essa relação de afeto e proteção também se vincula aos conceitos de topofilia e lugar, com base em Tuan (1980; 1983), conforme será apresentado mais adiante.

A leitura do espaço vivido de uma comunidade inclui a compreensão de aspectos da sua identidade cultural.

Claval (2001, p. 179-180) trata da formação das identidades culturais que ocorrem pela combinação de fatores tais como: a vontade de se conformar aos usos de um grupo (pescadores, camponeses, trabalhadores de uma mesma indústria etc.); a ideia de uma origem comum; e aos valores ligados à construção da pessoa em si (autonomia do indivíduo).

A noção de territorialidade também aparece na formação das identidades culturais, já que está ligada ao sentimento de identidade baseado na ideia de uma origem comum entre pessoas, seja pela descendência comum, seja por uma história assumida pela coletividade, seja pela existência de um espaço para o qual o grupo atribua elos místicos. Assim, a identidade cultural reforça a territorialidade exercida e geralmente provoca um sentimento de proteção de um território em relação aos agentes externos, vistos como certa ameaça à identidade do grupo (CLAVAL, 2001, p. 179-180).

Sob a visão da Geografia Cultural, Claval (2001, p. 181) discute as consequências geográficas aparentemente contraditórias provocadas pelos sentimentos de identidade: “eles favorecem, através do sentimento de territorialidade, a emergência de espaços culturalmente homogêneos, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades quando estão misturados entre si”. Dessa forma, o mesmo autor, na mesma obra (p.

181) revela que a preservação da identidade “não impede o estabelecimento de relações com aqueles que são diferentes, mas introduz limites que proíbem a aceitação daquilo que ameaça os valores centrais que foram adotados”.

Ao se tratar da presença do turismo em uma comunidade rural, surge a preocupação com a influência da cultura dos visitantes na identidade cultural local, podendo ocasionar modificações de usos, costumes e valores em favor de um ideal externo, global e hegemônico, conforme alertam Banducci Júnior (2001) e Barretto (2001).

Porém o turismo não é o único agente capaz de ameaçar os valores de uma comunidade, a ponto de transformar a sua identidade cultural, pois, na verdade, Hall (2005, p. 9) alerta que as “sociedades modernas do final do século XX” vivem uma época de constantes transformações, em que as identidades pessoais também estão mudando, uma vez que abalam a ideia que as pessoas têm de si mesmas como “sujeitos integrados”.

Esse sujeito já não possui uma “identidade unificada e estável”, mas está se fragmentando em várias identidades, “algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (HALL, 2005, p. 12). Na mesma obra, tal instabilidade é chamada de deslocamento ou descentralização do sujeito, a qual se refere tanto ao deslocamento do indivíduo em relação ao “seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos” (p. 9).

Para a comunidade de Guajuvira, além de compreender quais os aspectos que mais marcam a sua identidade cultural, foi preciso observar se ela está se modificando, tendo em vista as transformações que vêm ocorrendo neste lugar.

3.2 A CATEGORIA DE ESPAÇO VIVIDO NA VERTENTE HUMANISTA

A geografia humanista foi formada por alguns princípios que são essenciais na composição do olhar que se projeta nesta tese. Sua origem a partir da inserção da fenomenologia na geografia e os estudos de percepção são contribuições significativas para se investigar o espaço vivido de uma comunidade. A fenomenologia foca a pesquisa no sujeito, embasando os estudos de percepção que passam a valorizar a relação das pessoas comuns com seu ambiente, enfatizando seus valores, sua atitude e sua visão de mundo.

O humanismo na geografia tem raízes na geografia cultural norte-americana, principalmente com base na produção dos anos 1960, como observa Holzer (1992)²⁷, década marcada pelos “Estudos do Entorno” de David Lowenthal (1961), a partir das propostas de Wright (1947) e pela relação da geografia com outras disciplinas como a psicologia comportamental e os estudos do arquiteto Kevin Lynch (1960) sobre urbanismo culturalista.

Com essas influências, evidencia-se que a geografia americana do início da década de 1970 vislumbrava os estudos sobre ‘percepção do entorno’ como plataforma de acolhida onde geógrafos de procedências diversas expressavam questões de interesse comum (MIKESELL, 1986 *apud* HOLZER, 1992)²⁸.

Dentre eles, Lowenthal (1961) e Tuan (1961, 1963) ajustavam a pesquisa da psicologia comportamental, sociologia e da filosofia existencialista (no caso de Tuan) aos pressupostos da geografia cultural norte-americana; urbanistas influenciados pela Escola de Chicago, em especial Kevin Lynch (1960), adotavam com facilidade as contribuições neopositivistas da psicologia comportamental e estruturalista da semiologia (HOLZER, 1992).

Em seu texto intitulado ‘Geografia Humanística’ de 1976, Tuan (1982) busca defender a vertente denominada por ele como “humanística” para a geografia e define que ela “tenta especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da consciência humana” (p. 146).

A geografia humanista se aprofundou naquilo que é ainda uma porção incógnita para o conhecimento, conforme pregava Lowenthal (1982), que resgatou o conceito de *terrae incognitae* (terras incógnitas) criado anteriormente por Wright, em 1947. Para Lowenthal (1982, p. 118), “existem *terrae incognitae* pessoais, comunitárias e nacionais: há a *terrae incognitae* para tradições culturais e civilizações diferentes; e também há a *terrae incognitae* para a ciência geográfica contemporânea”.

Dessa forma, a geografia passa a explorar as terras incógnitas que fazem parte do mundo das pessoas comuns, ou seja, as concepções subjetivas de mundo

²⁷ Nessa obra, Werther Holzer traçou a trajetória da Geografia Humanista para o período de 1950 a 1990.

²⁸ MIKESELL, M. In: JOHNSTON, R. J.; CLAVAL, P. (Eds.). **La Geografia Cultural**: geógrafos e tendencias. Barcelona: Ariel, 1986, p. 181-201.

centradas no ser humano como portador de significado para a ciência.

Assim, o humanismo na geografia se concretiza com mais força a partir dos trabalhos que consideram o enfoque fenomenológico, principalmente por geógrafos que estudavam os temas culturais.

Segundo Holzer (2001, p. 105), Edward Relph é considerado o pioneiro na discussão sobre o uso do método fenomenológico pela geografia, enfatizando sua importância para renovar a disciplina, apesar de observar o total desconhecimento ou desprezo de seus colegas na época, com exceção a Carl Sauer.

Eduard Relph encontra na geograficidade de Dardel a base mais completa para desenvolver os estudos fenomenológicos em geografia:

Em particular faço uso explícito de idéias fenomenológicas do mundo-vivido ('life-world') e dos métodos fenomenológicos; também argumento que as experiências variadas e mesmo contraditórias que nós temos de espaços, paisagens e lugares combinam as qualidades e aparências destes com os nossos modos e atitudes, e que essas experiências são fundidas em 'geograficidade', a base preconsciente e preconceitual da Geografia. (RELPH, 1979, p. 2).

A geograficidade de Dardel, conceito forjado pela relação que envolve os vínculos do homem com a terra, conforme observa Holzer (2001, p. 107), é referência para várias obras dos mentores da geografia humanista, como Tuan que as utilizou um pouco mais tarde.

A fenomenologia surge como uma crítica ao positivismo da ciência formal, sobretudo à psicologia que gozava de grande prestígio no final do século XIX e tendia a converter-se na chave de explicação da teoria do conhecimento e da lógica, sobrepondo-se à filosofia (HUSSERL, 1988, p. vii). Edmund Husserl inicia esse movimento de pensamento, opondo-se ao naturalismo e objetivismo de uma ciência pretensiosa de ser a única forma de descrever o mundo na sua verdadeira realidade.

Ao questionar a validade de todo o saber, Husserl (2000, p. 22), na sua obra 'A Idéia da Fenomenologia', na qual constam as cinco lições sobre o método fenomenológico pronunciadas em 1907, faz uma crítica às premissas do conhecimento científico, entendendo que o "método da crítica do conhecimento é o fenomenológico; a fenomenologia é a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento".

"A palavra de ordem da fenomenologia é a do retorno às próprias coisas" (REALE; ANTISERI, 1990, p. 554), para então descobrir as suas essências. Desta

forma, entende-se que aquilo que se mostra como objeto, é apenas uma representação parcial da sua essência.

Seguindo as ideias de Ângela Ales Bello (1998, p. 12), é possível assimilar que o “método fenomenológico se mostra eficaz pela sua capacidade de remontar até as origens dos fenômenos e, portanto, não só descrevê-los na sua manifestação exterior, mas também evidenciar as fontes que os produziram”, considerando o ser humano como produtor desses fenômenos.

Diante do exposto, observa-se que a fenomenologia, ao questionar o conhecimento baseado em critérios positivistas, passa a valorizar aquilo que está atrás do que aparece em forma de dados e fatos. O que aparece é o fenômeno, composto por coisas como objetos. A fenomenologia busca o sentido do fenômeno, ou seja, a sua essência revelada pelos objetos. Para captar a sua essência, é necessário descobrir o seu significado por meio da forma como eles são vivenciados (NITSCHE, 2007, p. 35).

A construção do olhar do pesquisador desta tese passa pela fenomenologia, a qual não foi utilizada como procedimento de pesquisa, tal como Husserl apresenta nas cinco lições fenomenológicas, mas como princípio de valorização das experiências do mundo vivido dos sujeitos para se entender o significado dos fenômenos.

O principal a extrair da fenomenologia é que ela conduz esta pesquisa para as vivências dos sujeitos, procurando desvendar o sentido dos fatos para as pessoas e não simplesmente descrevê-los. O interesse não é o fato em si, mas o seu significado. Assim é possível transcender a visão factual de se fazer levantamentos extensos, analisar o produto turístico em si, listar pontos positivos e negativos do turismo no local, planejar o turismo sob a perspectiva estritamente técnica dos atrativos, equipamentos e serviços.

Tem-se ciência da importância de tais estudos citados, porém prega-se aqui que eles mesmos devem ser precedidos de um conhecimento mais acurado sobre a dinâmica da vida coletiva destas populações. O projeto de um itinerário turístico envolve direta e indiretamente várias pessoas da comunidade, as quais devem ser consideradas como sujeitos e não como objetos de planejamento.

Nesse contexto, a influência da fenomenologia aceita por geógrafos culturais traz uma perspectiva para tal análise, calcada na experiência do sujeito e na relação com o seu espaço de vivência. É essencial entender que os sítios turísticos são

primeiramente ‘lugares’ para os moradores. Pode ser que em muitos desses lugares, descubra-se que o turismo seja um elemento bem distante e apagado na visão de mundo das pessoas da comunidade.

Em meio a toda contextualização na geografia cultural e na sua influência humanista, a categoria de espaço vivido carrega consigo o significado de dois termos muito similares entre si: o mundo vivido e o *espace vécu*.

Relph (1979) chama a atenção para a compreensão do conceito de mundo-vivido para a geografia, em oposição às concepções da ciência formal que obscurecem seus significados originais. O autor (p. 3) mostra que, por ser subjetivo o mundo-vivido pode ser visto no sentido pejorativo, num contexto em que a realidade é considerada a partir das qualidades objetivamente demonstráveis dos objetos, por isso é “um mundo em acentuado contraste com o universo da ciência, com seus padrões e relações cuidadosamente observados e ordenados, e no qual uma rua é um pouco mais do que um espaço vazio entre duas linhas num mapa”.

Para Relph (p. 3), mundo-vivido é “aquele mundo de ambiguidades, comprometimentos e significados no qual estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias, mas o qual tomamos por muito certo”.

Já que “apesar de vivermos nele, o mundo-vivido não é absolutamente óbvio, e os seus significados não se apresentam por si mesmos”, para desvendá-los sem destruir a complexidade dos seus significados, Relph defende o método fenomenológico como a melhor opção, pois este varia de acordo com a situação estudada, já que se trata do que é experienciado no mundo-vivido e cada vivência é diferente da outra (RELPH, 1979, p. 4).

Anne Buttmer (1982), autora que defende a perspectiva humanista para a geografia, encontrou na fenomenologia uma filosofia para balizar o fazer geográfico, discutindo amplamente os aspectos do mundo vivido, especialmente em seu artigo ‘Apreendendo o dinamismo do mundo vivido’ de 1976, publicado em português na obra organizada por Christofletti (1982). A autora também defende a ideia de intersubjetividade, alertando que a fenomenologia não se restringe apenas ao modo subjetivo de conhecimento que descarta qualquer relação com o modo objetivo, mas reconhece a validade de ambos por meio de “o modo ‘intersubjetivo’ ou modo fenomenológico” (BUTTNER, 1982, p. 175).

Buttimer (1982, p. 172) explica que o mundo-vivido não é um mundo

constituído apenas por fatos e negócios “mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático. Está ancorado num passado e direcionado para um futuro; é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal”.

Relph (1979, p. 6) também chama a atenção para um mundo-vivido classificado como cultural, onde se passa a maior parte da vida diária e está cheio de significados: espaços, ruas, edifícios, paisagens. Este faz parte do ‘mundo social e cultural’ repleto de intersubjetividade, diferindo-se do ‘mundo natural’, que é dado e está predeterminado antes do nascimento. Esses mundos se distinguem apenas tematicamente, pois na experiência estão inter-relacionados.

Kozel (2001, p. 146) defende que “somente uma leitura interiorizada do vivido humano pode nos permitir compreender os homens e conseqüentemente a sua organização espacial”. O mundo vivido na visão de Husserl *apud* Kozel (2001, p. 146), é entendido como um “conjunto de coisas, valores, bens e mitos inerentes a um mundo subjetivo”, sendo construído pela troca de significações, considerando o fato cultural como portador de sentido e gerador de significados.

Para compor a categoria de espaço vivido, além do mundo vivido fenomenológico, a pesquisa também buscou resgatar da corrente francesa algumas particularidades do movimento do *espace vécu* (espaço vivido).

Apesar de não estar ligado à fenomenologia, o *espace vécu* acaba se utilizando de uma linguagem semelhante à dos humanistas anglófonos, conforme observado por Holzer (1992), ao citar como temas coincidentes: o espaço vivido, o sentimento de posse, a profundidade de paisagem, a imagem dos lugares, entre outros.

Criado principalmente por Fremont (1968) e Gallais (1967) como uma espécie de linha de pesquisa autônoma (HOLZER, 1992), o *espace vécu* tem suas raízes na escola francesa da primeira metade do século XX, sobretudo nos trabalhos de Vidal de La Blache e de Pierre Deffontaines (GOMES, 2007, p. 317).

O *espace vécu* tornou-se elemento de ligação entre vários trabalhos da geografia francesa e também, segundo Holzer (1992), outros autores que difundiam suas ideias na França estabeleceram contato com os geógrafos do *espace vécu*, como o belga Merenne-Schoumaker (1974) e o suíço Bailly (1977), apesar de as ideias destes últimos estarem mais alinhadas à geografia norte-americana.

Ao analisar a obra clássica de Armand Frémont, ‘La région, espace vécu’ de 1976, Gomes (2007, p. 317) esclarece que “A. Frémont pretende renovar e revalorizar o estudo das regiões sob o ângulo do espaço vivido, isto é, tomando o espaço como uma dimensão da experiência humana dos lugares”. Para Gomes:

O sentimento de simpatia, estabelecido entre o geógrafo e a região que ele estuda, é um dos elementos centrais da concepção monográfica compartilhada pelos defensores do espaço vivido. A região, que define, ao mesmo tempo, um espaço de pertencimento e de inclusão a uma comunidade dada, inscreve também a inteligibilidade do sentimento regional vivido pelos signos identitários. Assim, a compreensão de uma região é obrigatoriamente definida por uma relação de empatia entre o pesquisador e este espaço. (GOMES, 2007, p. 319)

Frémont entende a região como um espaço vivido que precisa ser captado na visão dos homens. “O espaço vivido deve, portanto, ser compreendido como um espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circulam neste espaço” (GOMES, 2007, p. 319). Inclui-se aí a presença do próprio geógrafo que para interpretá-lo, precisa estar inserido nesse ambiente, contanto com a sua proximidade física e afetiva.

Na mesma obra, Gomes (p. 320) explica que a conduta metodológica para Frémont considera a psicologia e a psicanálise como base para a investigação do vivido, ressaltando que rejeita veementemente a psicologia do tipo behaviorista pela sua postura reducionista de entender o comportamento como um produto do esquema de estímulo-resposta dos indivíduos.

Em relação à psicanálise, o autor mostra que a conduta consiste em resgatar o sentido a partir daquilo que circula entre a esfera da ação e da representação, projetado sobre o espaço. O comportamento e a linguagem estruturam o código de expressão do universo simbólico de valores, representações e imagens espaciais vividas. Para interpretar esta complexa rede de significações, “é preciso compreender o código complexo de signos e representações simbolizado no espaço.” (GOMES, 2007, p. 323).

A característica principal é que a “ciência geográfica, definida pelo viés do espaço vivido, não tenta criar leis nem observar regularidades generalizadoras. Seu ponto de partida é, ao contrário, a singularidade e a individualidade dos espaços estudados” (GOMES, p. 320), admitindo diversas interpretações das realidades vividas, o que vem a se opor às ciências racionalistas.

3.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL, TOPOFILIA, LUGAR E REPRESENTAÇÕES NA CATEGORIA DE ESPAÇO VIVIDO

A utilização da categoria de espaço vivido necessita da compreensão de alguns princípios sobre percepção ambiental, os quais vão auxiliar no processo de interpretar o espaço vivido aqui estudado.

O entusiasmo pela descoberta da visão de mundo das pessoas comuns é o ponto de partida para o desenvolvimento dos estudos sobre percepção ambiental, considerando inclusive como fonte de conhecimento aqueles saberes apontados como 'não científicos' pelas correntes positivistas de pensamento. Isso se confirma com Lowenthal (1982, p. 123), cujo argumento é que "A percepção essencial do mundo, em resumo, abrange toda a maneira de olhá-lo: consciente e inconsciente, nublado e distintamente, objetivo e subjetivo, inadvertido e deliberado, literal e esquemático".

A perspectiva da percepção ambiental é considerada no conjunto de relações que envolvem o homem no seu ambiente de vivência e a forma com que ele constrói as suas ligações com o espaço e a sociedade, conforme mostram os estudos de percepção ambiental, com destaque para o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan, principalmente na sua obra *Topofilia* (original de 1974) em que principia explorando algumas questões como:

Quais são nossas visões do meio ambiente físico, natural e humanizado? Como percebemos, estruturamos e avaliamos? Quais foram, e quais são, os nossos ideais ambientais? Como a economia, o estilo de vida e o próprio ambiente físico afetam as atitudes e valores ambientais? Quais são os laços entre o meio ambiente e visão de mundo? (TUAN, 1980, p. 1)

O autor aponta que a preocupação com os problemas ambientais perpassa a visão de mundo do homem em relação ao meio ambiente, envolvendo a sua percepção e as suas atitudes. O homem valoriza mais facilmente aquilo que faz parte da sua realidade circundante, por isso esta relação ocorre em um nível bem particular, na esfera do sentimento em relação aos lugares.

Para Tuan, existe uma relação afetiva que une o homem ao "lugar", marcada pelas suas experiências pessoais, valores e modo como ele percebe o meio ambiente, a qual é denominada de "topofilia" (TUAN, 1980). Em oposição ao sentimento de afeição, Tuan também define a "topofobia" como um sentimento de

rejeição e desconforto do homem em relação aos lugares, tema amplamente desenvolvido em sua obra 'Paisagens do Medo', publicada em português em 2006.

Tuan (1980) chama a atenção para os mecanismos biológicos dos sentidos durante esse processo de percepção (visão, olfato, audição, tato, paladar), mas também reconhece a influência da cultura dos indivíduos e dos grupos humanos na forma de perceber, de formar uma visão de mundo e de ter atitudes em relação ao ambiente.

Com base em Tuan, (1983, p. 5), entende-se que, em função da capacidade excepcional humana de criação de símbolos combinada à sua percepção pelos sentidos, as pessoas atribuem significado e organizam o espaço e o lugar, sendo que a maneira como isso ocorre tem na cultura um fator explicativo, já que ela é desenvolvida exclusivamente pelos seres humanos, influenciando seu comportamento e valores.

A partir de Tuan é possível compreender que o conceito de lugar não se limita aos aspectos físicos de um determinado espaço, mas se define principalmente pelo sentido que cada pessoa atribui a ele. Assim, as concepções de Bachelard (1988) sobre o espaço poético, como o espaço íntimo representado pelo lar repleto de significados pessoais, fundamentam as de Tuan para uma definição de "lugar" geográfico.

Dessa forma, a ideia de lugar está atrelada ao que é conhecido e transmite segurança, diferenciando-se do espaço, ligado a um conceito mais abstrato, ou seja, o "que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 1983, p. 6).

Entender como as pessoas percebem o seu ambiente de vivência significa estar aberto a aceitar várias formas de ver o mundo, porém nenhuma delas corresponderá a uma verdade única. Esta atitude vem a se opor drasticamente aos métodos positivistas.

Contraopondo-se a esta postura positivista, Bailly (1990; 1995) contribui para o entendimento de que a relação do homem com os lugares não pode ser explicada pelo racionalismo, já que se conforma a partir de uma trama de sentimentos, memórias e símbolos:

Não pode existir somente uma visão de um lugar [...]. Beleza e deformidade nos remetem ao homem, e a construção mais deteriorada se torna soberba, rica, dotada de alma. Basta uma emoção, e uma lembrança, às vezes de

uma coisa de nada, para o espaço ser tornado lugar, passa-se a viver (vivido). Mas o racionalismo não o compreenderá jamais, porque ele não pode explicar objetivamente a ligação do ancião a sua casa sórdida, as pichações/grafites de revolta do colegial, a festa na favela mais assustadora de Calcutá. (BAILLY, 1989 *apud* BAILLY, 1995, p. 54)²⁹.

Desvendar o espaço vivido de Guajuvira é tentar captar esta trama de sentimentos, memórias e símbolos que explicam a relação do homem com o lugar; é estar aberto para admitir que talvez o local menos atrativo turisticamente tenha um imenso valor afetivo para a população, tal qual a casa sórdida do ancião citada por Bailly. E, ainda, é concordar com uma geografia que “não tem mais vergonha de sua subjetividade e que, ao contrário, a utiliza para revelar as consciências coletivas, descobrir os vestígios das memórias e participar da criação dos lugares” (BAILLY, 1990, s/p).

Assim, considerar princípios de percepção ambiental para a presente pesquisa é valorizar a visão das pessoas comuns sobre o seu espaço de vivência. Mesmo que tais visões sejam captadas individualmente, abrindo-se para uma multiplicidade de olhares, por se tratar de um espaço vivido inserido em um grupo, os contextos social e cultural influenciam nas percepções, refletindo aspectos do coletivo.

Compreende-se que, nesse processo, a cultura que influencia no modo de organização do grupo como comunidade intervém também nas formas de encarar o mundo, experiênciá-lo e compartilhá-lo.

Na contemporaneidade, os estudos de percepção acabam figurando como um princípio para o desenvolvimento de outras teorias e metodologias relacionadas a distintas correntes teóricas como as ligadas ao tema das representações, as quais vão auxiliar no modo de sintetizar os resultados finais da pesquisa empírica.

As representações, além de figurarem aspectos sociais e culturais refletidos na percepção de mundo de cada um, também são entendidas como uma forma de comunicação, quando interpretadas com aportes da linguística.

Com viés na geografia cultural, o conceito de representações, conforme esclarece Kozel (2001), se estrutura na fusão de várias correntes contemporâneas e incorpora além da linguística e comunicação, a cultura, os valores, os significados e a ideologia.

²⁹ BAILLY, A. *Enseigner lês représentations régionales: Géographie régionale, images mentales et cartes mentales*. In: ANDRÉ, Y.; BAILLY, A.; FERRAS, R.; GUÉRIE, J. P.; GUMUCHIAN, H. (Eds.). *Représenter l'espace: l'imaginaire spatial à l'école*. Paris: *Anthropos*, 1989, p. 141-151.

Identifica-se aqui com certa clareza que alguns dos estudos geográficos vinculados às representações possuem interface com a geografia humanista, como determinados trabalhos desenvolvidos por André (1990; 1998), Bailly (1990; 1995), Kozel (2001; 2002; 2006), Kozel e Feitosa Souza (2009), Serpa (2001), enquanto outros têm raízes na Teoria das Representações Sociais³⁰ de Serge Moscovici, interligados a outras linhas teóricas.

A presente pesquisa tem como base as representações que estão na interface com a geografia humanista, influenciadas pelos estudos sobre percepção ambiental, conceituadas como processos de conhecimento do mundo. Estas estão centradas nas representações que as pessoas possuem dos lugares, principalmente os de vivência cotidiana (moradia, trabalho, caminhos que percorrem).

Alguns desses estudos utilizaram pesquisa participante, observação, mapas mentais, literatura, obras de arte, narrativas míticas, entre outros métodos e técnicas para coleta e interpretação das informações. Com base em Kozel (2001), esta vertente incorpora componentes mentais, que permitem compreender a relação das pessoas com a organização do espaço, imprimindo aspectos socioculturais.

Nesse sentido, também proporciona contribuições para a área didático-pedagógica da geografia, como a tese de Salete Kozel (KOZEL, 2001), que, ao incorporar a Teoria Bakhtiniana na interpretação de mapas mentais, entende a representação como um tipo de linguagem, uma construção sógnica, um produto social oriundo da comunicação.

Kozel e Feitosa Souza (2009, p. 123) entendem a representação como uma “forma de linguagem impregnada de significados e valores sociais refletindo a realidade ou vivência social dos sujeitos”.

Com o objetivo de exemplificar uma aplicação prática desse conceito, cita-se a pesquisa de Kozel e Feitosa Souza (2009) sobre a representação de Parintins, Amazonas, para o morador e o visitante. Nessa, a análise de mapas mentais identificou que enquanto o visitante tem o lugar associado ao espetáculo do festival

³⁰ Advinda dos debates da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais se funde na reciprocidade entre as Ciências Psicológicas e as Ciências Sociais (MOSCOVICI, 2002, p. 11). Os processos que engendram as representações sociais fazem parte da comunicação e práticas sociais, como o diálogo, o discurso, os rituais, os padrões de trabalho e produção, a arte, em suma, a cultura (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 79). O interesse da geografia ocorre na medida em que, nas palavras de Gil Filho (2003, p. 8), a “prática mental e social do homem imprime transformações na natureza que, através do entrelaçamento das relações sociais, configuram uma particular representação do espaço”.

do boi-bumbá, os moradores valorizam o universo das matas e das águas, como os ambientes da ilha e da casa. Um elemento de destaque nessas representações dos moradores é a figura da canoa, em que “o homem solitariamente, muitas vezes, percorre as inúmeras curvas dos rios, dos igarapés e das ilhas, acumulando experiências espaciais significativas [...]”, já as crianças, a utilizam “como meio de lazer e de aprendizado em relação ao meio ambiente amazônico” (p. 140).

Na pesquisa em Guajuvira buscou-se identificar as representações sobre o espaço vivido mediado pela linguagem dos sujeitos expressada nos momentos de interlocução verbal entre pesquisador-sujeito. Que representações seriam estas que expressam o espaço vivido dos moradores de Guajuvira? São elementos que fazem parte da experiência que essas pessoas possuem com o seu espaço. Tais elementos são encontrados tanto na vida cotidiana do tempo presente quanto naqueles conteúdos da memória que são lembrados com facilidade pela comunidade estudada. Nesse processo, foi relevante verificar como o turismo apareceu entre estas representações.

Com base no referencial teórico apresentado, sinteticamente, o espaço vivido como categoria de análise para esta pesquisa carrega consigo:

- Um método de interpretação da realidade, o qual “diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento [...], posturas filosóficas [...]” (MORAES; COSTA, 1984, p.27) pautado na fenomenologia e no humanismo da geografia cultural.

- Uma base conceitual que agrega os significados de: mundo vivido, *espace vécu*, percepção ambiental, topofilia, lugar, representações, comunidade, dimensão simbólica do território e identidade cultural.

- A formulação de itens investigados na pesquisa empírica com cerne nos estudos sobre: a cultura na formação dos grupos humanos (CLAVAL, 2001) e a percepção das pessoas em relação aos seus lugares de vivência (TUAN, 1980; 1983)

- Procedimentos de coleta de dados que exigem uma pesquisa de natureza qualitativa.

4. GÊNESE E IDENTIDADE CULTURAL DE GUAJUVIRA

Neste capítulo são abordados aspectos que antecederam e que acompanharam a formação do povoado de Guajuvira ao longo do tempo e a criação do distrito com núcleo em um movimentado centro. Em seguida, busca-se levantar as características mais particulares da comunidade por meio da sua identidade cultural baseada na atividade agrícola, na colonização polonesa e na religião católica.

4.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Além de esclarecimentos sobre o significado do nome Guajuvira, fez-se necessário delimitar a extensão física de Guajuvira, na visão dos moradores, o que se diferencia da área do Distrito. Em seguida, para compreender uma comunidade foi essencial saber como ela se formou ao longo do tempo. Assim, buscou-se conhecer o passado de Guajuvira, tanto o vivido pelos sujeitos de pesquisa por meio de seus relatos orais, como o registrado nas fontes bibliográficas e documentais. As vozes dos sujeitos desta pesquisa e de outros depoimentos coletados pelo arquivo histórico do município deram um sentido vivido para a história de Guajuvira.

O desvendar de Guajuvira teve início com uma pesquisa sobre o seu significado etimológico. As fontes indicam a sua origem na Língua Tupi. No Dicionário Tupi Português (TIBIRIÇÁ, 1984), o termo que mais se aproxima da pronúncia é 'guajubira', cujo significado consta como "planta da fam. [família] das borragináceas; de *guaju-ybyrá*, pau de formiga" (p. 102). Considerando-se que na língua Tupi não existe o fonema correspondente ao 'v' (p. 15)³¹ e ainda o fonema 'b' possui uma pronúncia 'aspirada' como o 'bh' do sânscrito (p. 15), supõe-se que 'guajubira', advindo de *guaju-ybyrá*, deu origem ao nome 'guajuvira'. Nessa publicação também consta o termo 'guaju', que significa "ficar tonto com entorpecente" e "formiga correição".

³¹ Tampouco existem os fonemas correspondentes às letras d, f, l, e z (TIBIRIÇA, 1984, p. 15).

A atribuição ao nome de uma planta é consenso entre as explicações sobre o seu significado, normalmente associada a uma árvore de madeira forte, conforme verificado em mais de uma fonte. No Dicionário UNESP do Português Contemporâneo (BORBA, 2004), o termo é descrito como um substantivo feminino e significa uma “árvore de casca cinzenta e madeira nobre com flores brancas e folhas em forma de lança, de que também se extrai tintura” e também é o nome dado à “madeira desta árvore” (p. 695). As fontes literárias municipais também reconhecem ‘guajuvira’ como uma árvore de madeira forte, inclusive utilizada pelos índios da região para a construção de arcos devido a sua rigidez e consistência, conforme descrito no livro ‘A Construção de uma história: a presença étnica em Araucária’ (ARAUCÁRIA, 2004).

Apesar de normalmente aparecer associada a uma árvore de madeira resistente, foi descrita como um arbusto no relato de Iris E. K. Bigarella (BIGARELLA, 2001, p. 258-259), explicando, em uma nota entre parênteses, que o nome Guajuvira vem da “denominação tupi de um arbusto de flores brancas e pequenas, frutos refrigerantes” (p. 258).

Durante o contato com os moradores, a versão mais aceita foi a de que ‘guajuvira’ é o nome de uma árvore, e também foi citado que os índios a utilizavam para fabricar arcos e flechas. E. W. mostrou um exemplar desta árvore em frente a sua casa (FIGURA 18).

Após tais levantamentos sobre o significado do nome Guajuvira, buscou-se compreender qual seria a delimitação de Guajuvira. Primeiramente, tomou-se Guajuvira como um distrito e verificou-se que os próprios gestores públicos o consideram como uma Regional Administrativa, abrangendo uma área bem menor do que a do distrito, conforme apresentado anteriormente. Quanto aos moradores, estes também demonstraram possuir um entendimento sobre Guajuvira bem diferente daquele determinado pelas questões legais do distrito, como será visto a seguir.

A distinção entre colônia e vila pareceu ser clara para os sujeitos de pesquisa. Sobre o assunto, a fala de H.C. representa a dos demais sujeitos, ao explicar que, quando se refere à colônia, significa que “é interior da vila [...] não mora aqui [na vila], é rural”.

Nas colônias, a maioria das famílias é tradicional, como disse R.B. “que não aceitam muitas mudanças, tem que saber como lidar”. Quanto à vila, diferencia R.B., “já é outro jeito de ver né, você também tem que respeitar eles muito né, tem outros problemas [...] tem violência, muita droga, essas coisas né, então vai envolvendo tudo, né.”

No geral, as colônias foram amplamente citadas como elementos que se diferenciam da configuração da vila, similarmente a distinção entre urbano e rural.

Quando solicitados a explicarem como uma pessoa poderia saber se está dentro ou fora de Guajuvira, os moradores demonstraram dúvidas sobre as reais delimitações do distrito. A ponte sobre o Rio Iguaçu próxima ao trilho de trem, os rios e as colônias são algumas referências utilizadas para esta exposição, em que a concepção de distrito não se demonstrou muito clara.

Olha, eu assim delimitar o distrito não sei, eu tenho um mapa geral, mas não que tenha conhecimento até onde vai. Tem outras colônias, entende. [citou Ipiranga e Formigueiro] E.W.

Eu não sei te dizer. É, começa lá pra frente assim [apontou para a ponte sobre o rio Iguaçu]”. T.C.

Lá da ponte, de umas alturas lá é Boa Vista, daí vem pra Guajuvira. Daí vem pra cá, aqui era a antiga estação de trem [...]. Aquela ponte lá, lá na ponte faz divisa, Guajuvira, General Lucio, Formigueiro assim, e da ponte pra lá, é Balsa Nova”. H.C.

As informações oficiais sobre a sede distrital de Guajuvira também dificultam a compreensão do seu espaço real, pois, conforme os dados do mapa rodoviário do município que serviram de base para delimitar as áreas urbanas das Figuras 2, 3 e 5, seus limites ao Sul são tangivelmente definidos pelo rio Iguaçu, porém a Leste, Norte e Oeste, a divisa obedece linhas retas sem referências a elementos naturais ou estradas.

Poucos sujeitos manifestaram ter uma visão mais ampla do distrito, conforme a descrição abaixo que inclui várias colônias, aproximando-se dos aspectos legais de sua formação.

[...] o tamanho do distrito? agora você me pegou. [...]. Camundá faz parte do distrito de Guajuvira, Boa Vista faz parte do distrito de Guajuvira. O distrito pertence até a rodovia do Xisto. E daí para o outro lado, pertence aquela rodovia que vai para Campo Largo. [...] Campina das Pedras, Campestre, General Lucio, Formigueiro, Rio Grande Abaixo, Rio Abaixo, Rio Abaixo pertencem ao distrito. S. W.

É comum entre os moradores, a distinção entre Guajuvira e colônias, sem conceber o entendimento de um distrito que conjugaria todos estes locais:

Agora aqui eu não sei [apontando na direção da vila de Guajuvira]. Guajuvira faz divisa quando termina o Ipiranga porque lá começa a comunidade de Palmerinha. Palmerinha quando é divisa com Formigueiro eu não sei. Eu sei da divisa de Araucária com Balsa Nova e Campo Largo. (D. F., 2011)

Aqui é a vila de Guajuvira, que a gente considera, e tudo que é chácara a gente considera colônia. O meu tio, que é irmão mais novo da mãe que mora ali pro Campestre, que a gente já considera colônia lá né, que é mais longe. (E. C., 2011).

Nesse sentido, a presença das igrejas também auxilia no momento de separar a vila e diferenciar as localidades: “[Guajuvira é] até pra lá do Rio Iguaçu, né, porque tem o campo lá. Porque depois começa a Campestre, porque tem a igreja do Campestre. E nós aqui temos a igreja do Guajuvira” (J.N., 2011).

Similarmente, S.W. (2011) ao descrever a delimitação da localidade onde mora, em Camundá, além de elementos físicos, utiliza como referência as paróquias:

A limitação [da localidade de Camundá] ela vai até Grameira³². De Grameira para cá - Grameira ainda está no município de Araucária - [...] tem outros moradores ainda no Camundá, mas frequentam já a paróquia de Contenda. E daí aqui, vai até o rio baixo o * * * * [mencionou os nomes de quatro famílias] é lá perto de Guajuvira, mas que são os que participam [da paróquia] para cá.

Nos discursos, os entrevistados moradores das colônias se sentiam mais à vontade quando, ao invés de responderem sobre a delimitação do distrito, falavam sobre o que estava contido na sua comunidade. Alguns souberam referenciar os limites da sua comunidade por meio das divisas representadas pelos rios.

Tem as partes de divisa de Campina das Pedras com Campestre e aí é indicativo pelos rios, né. Agora o nome de rios eu não sei. [...] Na verdade, Letícia, onde eu moro aqui, é Colônia Ipiranga não é Campestre. É Colônia Ipiranga porque aquele rio [apontou para frente], [...] é divisa do Campestre com o Ipiranga. É Colônia Ipiranga [aqui], mas a gente diz Campestre porque é tudo junto. Na conversa com as pessoas ali é conhecido como Campestre aqui. [...] Campestre é deste rio, [...] daí a divisa é, sabe aquele outro rio que tem um barzinho numa esquina ali? Junta esta estrada e esta

³² Empresa que trabalha com cultivo e comercialização de mudas de gramíneas.

aqui numa só [apontou a sua direita e a sua frente, fazendo o desenho de uma esquina com os dedos indicadores] Até lá é Campestre e daquele rio para lá é Campina das Pedras. (D.F., 2011).

De um modo geral, os moradores que vivem nas colônias próximas à sede do distrito, como Campestre, Camundá, Ipiranga e Formigueiro, manifestaram não se sentir pertencentes ao Distrito de Guajuvira, surgindo algumas afirmações de que moravam em Araucária, não especificamente em Guajuvira, que estaria delimitado pela sua vila.

Pelo exposto, na concepção dos moradores a extensão física de Guajuvira corresponde à área compreendida aproximadamente entre a ponte sobre o rio Iguaçu, a igreja, o horto e a escola municipal, ou seja, coincide com a área da sede distrital (FIGURAS 2, 3 e 5). A delimitação desta área tem como antecedentes o antigo povoado que dera origem ao distrito.

Para compreender o surgimento do povoado de Guajuvira, foi necessário entender como ocorreu a ocupação deste território, que está intimamente ligada ao contexto histórico da região de Curitiba.

O primeiros habitantes da região ocupada pelo município de Araucária foram os diferentes grupos indígenas Tupi-Guaranis que viviam em pequenas aldeias às margens dos rios Barigui, Iguaçu e Passaúna há cerca de 4000 anos (ARAUCÁRIA, 2004, p. 10)³³. Dentre eles, os Tinguis eram os mais numerosos, levando a região a ser conhecida como Tindiquera, que em Tupi-Guarani significa 'pertencente aos Tinguis' (ARAUCÁRIA, 2004, p. 10).

A localização de Tindiquera consta nos mapas da época do descobrimento do Brasil (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 17). O contato desses indígenas com os europeus ocorreu a partir do início do século XVI, na época em que os primeiros exploradores passaram a utilizar o caminho do Peabiru, na tentativa de chegar ao rio Paraguai (ARAUCÁRIA, 2004, p. 10).

Os primeiros colonizadores foram os portugueses, luso-brasileiros e também os africanos, estes últimos trazidos como escravos durante o período colonial (ARAUCÁRIA, 2010, p. 18).

A região de Tindiquera não foi ocupada imediatamente com a vinda da Coroa portuguesa, pois ficava a oeste da linha de Tordesilhas, ou seja, pertencia à Espanha (WACHOWICZ, 2001), "fato este que contribuiu não só para a permanência

³³ Sobre o assunto, ver CHMYZ, I. *et al.* **Seu nome é Araucária**. Araucária, 1988. p. 85.

dos grupos indígenas na região como também para a preservação da floresta e a fauna, que mantiveram-se praticamente intocáveis até o final do século XVI” (ARAUCÁRIA, 2004, p. 11)³⁴.

No início do século XVII, os paulistas³⁵ passaram a transitar pela região com o objetivo de escravizar índios, bem como também de “verificar a existência de ouro na região dos Campos de Curitiba, pois em 1646, o capitão povoador Gabriel de Lara havia descoberto cinco ribeiros que continham ouro de lavagem”. (ARAUCÁRIA, 2004, p. 13).

Dessa forma, teve início a primeira povoação do planalto, a Vilinha do Atuba (mais tarde, Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais que deu origem a Curitiba), a partir de uma expedição comandada por Ébano Pereira, em busca de ouro. Porém descobriu-se que tais recursos minerais eram escassos nesta região, onde se incluía Tindiquera, surgindo então o interesse por outro tipo de riqueza, a posse da terra. “Assim, em 1668, Domingos Roiz da Cunha encaminhou requerimento a Gabriel de Lara solicitando, para si e seus filhos, uma sesmaria³⁶ na região de Tindiquera.” (ARAUCÁRIA, 2004, p. 13).

De acordo com as informações de Ouvidor Pardino, que visitou a região de Curitiba em 1721, no início do século XVIII, “os moradores de Tindiquera, dispunham apenas de uma picada para ter acesso ao centro da Vila [de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais], aonde eram obrigados a comparecer, ao menos uma vez por ano, para assistir às cerimônias religiosas” (ARAUCÁRIA, 2004, p. 14). Em 1730 este acesso recebeu investimentos do Governo e passou a ser chamado Caminho de Tindiquera, facilitando a ligação com a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. (ARAUCÁRIA, 2004, p. 14).

Em 1750 a localidade de Tindiquera contava com mais de vinte famílias, o mínimo necessário para que os habitantes pudessem pedir autorização à Câmara

³⁴ Com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, e de Santo Ildefonso, em 1777, a Coroa portuguesa conseguiu ampliar legalmente o direito de posse até o rio Paraná, dando início à ocupação institucionalizada e definitiva das capitanias do sul.” (ARAUCÁRIA, 2004, p. 14).

³⁵ Paulistas: eram assim chamados por pertencerem à Vila de São Paulo de Piratininga (ARAUCÁRIA, 2010a).

³⁶ Sesmaria: lote de terra inculto ou abandonado que as autoridades cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo. (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 18).

Municipal de Curitiba para escolher sua primeira autoridade: o juiz de Vintena³⁷. (ARAUCÁRIA, 2004, p. 15).

A partir da primeira metade do século XVIII, a passagem dos tropeiros pelo território paranaense para o transporte de tropas de gado muar e bovino da região do Viamão (RS) com destino às feiras de Sorocaba (SP), “abriu novas frentes de trabalho, impulsionando o comércio e favorecendo a sedentarização de parte dos trabalhadores ligados à criação de animais” (ARAUCÁRIA, 2004, p. 15).

A abertura do Caminho das Tropas desencadeou a instalação de “vários postos de registro de animais e povoações que acabaram dando origem as localidades de Rio Negro, Palmeira, Lapa, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva.” (ARAUCÁRIA, 2004, p. 15).

Um importante posto para cobrança de pedágio do Caminho do Viamão era conhecido como Registro, instalado na região de Palmeira, próximo ao Rio Iguaçu. Devido ao trânsito cada vez mais intenso entre Lapa e Registro, foi instalado um pequeno porto na região de Tindiquera, conhecido como Passo das Laranjeiras, à margem direita do Rio Iguaçu (WACHOWICZ³⁸ *apud* ARAUCÁRIA, 2004, p. 15).

Atraídos pela oportunidade de conseguir trabalho junto ao movimento deste porto, tanto para atender às demandas dos tropeiros quanto para vender produtos agrícolas à população, parte dos moradores de Tindiquera se transferiu para as margens do rio Iguaçu (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 22). “Além do movimento do porto, o fato de a localidade estar situada entre a atual cidade da Lapa e Curitiba também contribuiu para romper o isolamento da população local e integrar o povoado à economia das tropas”. (ARAUCÁRIA, 2004, p. 16).

Durante mais de cem anos, muitas levas de animais cansados e tropeiros suarentos vindos dos confins do Rio Grande, Uruguai e Argentina, atravessaram a região com destino à Sorocaba. No término do ciclo das tropas, o pequeno porto de Passo das Laranjeiras já havia se firmado como um núcleo populacional importante. (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 23).

Em 1768, Tindiquera consta como um bairro da Vila de Curitiba, sobre o qual a Câmara Municipal de Curitiba tinha poderes administrativos e legislativos. (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 22).

³⁷ Autoridade responsável por vinte ou mais famílias. (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 22).

³⁸ WACHOWICZ, R. Tindiquera-Laranjeiras-Iguaçu. *Jornal dos Pinheirais*. v. 2, n. 31, p. 5, fev 1980.

Em 1780, dos 401 habitantes da Vila de Curitiba, 289 residiam no bairro de Tindiquera, mostrando ser este um bairro populoso e considerado com poucos escravos para os padrões da época, apenas quatro para o total de 181 da Vila de Curitiba. Esse reduzido número de escravos indica que o lugar era habitado por pessoas de poucas posses (WACHOWICZ, 1980 *apud* ARAUCÁRIA, 2010a, p. 22)³⁹.

Esses moradores, além das atividades de extração de erva-mate e madeira, viviam da criação de gado, das pequenas lavouras e começavam a se beneficiar do comércio proporcionado pelo tropeirismo e pelo trânsito de viajantes rumo a Curitiba pelo caminho das tropas (ARAUCÁRIAa, 2010, p. 22-24).

Trindade e Andreazza⁴⁰ *apud* Araucária (2004, p. 16) registram que “nessa época [final do século XVIII], ainda era comum encontrar moradores que mantinham o modo de vida ‘itinerante e extrativista, aprendido com os indígenas’” e também que as pessoas eram pobres, de um modo geral, “vivendo de suas roças, onde cultivavam produtos como milho, feijão, trigo e fumo. As moradias, construídas de barro e chão batido, contavam com poucos cômodos e parco mobiliário, composto por bancos, baús e redes”.

Saint-Hilaire⁴¹ (*apud* ARAUCÁRIA, 2004, p. 16), na sua passagem pela região, em 1820, observou o modo de vida, notadamente da população mais pobre: “Eles só plantam o estritamente necessário para o sustento da família e passam meses inteiros embrenhados na mata, caçando animais selvagens; armam suas tendas no meio do mato e se alimentam da caça que abatem”.

Quanto à erva-mate, que começou a ser explorada no Paraná a partir de 1700, esta também trouxe possibilidades de trabalho para os habitantes de Tindiquera, principalmente a partir de 1820, com o advento de novas técnicas de beneficiamento e oportunidades de comércio com a Argentina, Uruguai e Paraguai. (ARAUCÁRIA, 2010, p. 24).

³⁹ WACHOWICZ, R. População curitibana e paranaense de 1780. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba: FCC, v. 5, n. 36, 1980, p. 13.

⁴⁰ TRINDADE, E. C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná**. Coleção História do Paraná. 3. Vol. Curitiba: SEED, 2001. p. 24 e 42.

⁴¹ SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978 1995. p. 19.

Trabalhavam lado a lado homens livres, escravos, mulheres e crianças. O transporte para Curitiba e litoral era feito por tropas de mulas. Araucária era ponto de parada obrigatória para quem transportava erva-mate da Lapa para Curitiba. (ARAUCÁRIA, 2010, p. 24).

Porém, com a proibição do tráfico de escravos para o Brasil, houve escassez de mão de obra na agricultura. No cenário paranaense, essa situação se agravou, pois a maioria dos trabalhadores se dedicava à erva-mate⁴², principalmente a partir de 1870, com a intensa produção nos engenhos paranaenses combinada às facilidades de transporte proporcionadas por melhorias na Estrada da Graciosa. Faltavam trabalhadores para produzir gêneros alimentícios, assim, o governo passou a atrair imigrantes visando suprir esse contingente (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 26-27).

As condições da Europa ofereciam motivos para a população deixar sua pátria. A Polônia, por ter sido ocupada pela Prússia, Áustria e Rússia no final do século XVIII, teve de adotar um sistema no qual o camponês era dono da sua terra, mas não tinha condições para pagar os elevados impostos ao governo prussiano, sendo obrigado a vender sua propriedade (ARAUCÁRIA, 2004, p. 37). Com o surgimento do império alemão, em 1870, essa situação agravou-se ainda mais, encorajando vários poloneses a deixarem sua pátria por melhores condições de vida (ARAUCÁRIA, 2004, p. 37).

Em 1855, Tindiquera foi elevada à categoria de Freguesia do Iguazu, localidade que em 1866 já contava com 2.565 habitantes (ARAUCÁRIA, 2010, p. 24).

Por volta de 1860 são registrados os primeiros imigrantes na Freguesia do Iguazu, que eram alemães, dando início à corrente imigratória europeia. Em 1876, começaram a chegar os poloneses dentro do programa de política migratória do governo da Província que instalara várias colônias próximas a Curitiba (ARAUCÁRIA, 2004, p. 35).

A chegada dos poloneses causou transformações na Freguesia do Iguassu, como, por exemplo, o aumento de 42% da sua população com a vinda de 270 novas famílias de imigrantes (1.116 pessoas) para a Colônia Thomaz Coelho (ARAUCÁRIA, 2004, p. 44). Esta colônia, considerada a maior dos arredores da

⁴² A erva-mate foi produzida até a década de 1940 em Araucária, época em que as exportações começaram a declinar e os altos impostos internos tornaram a atividade inviável. (ARAUCÁRIA, 2010, p. 27).

capital, foi fundada em 1876 em terras então pertencentes ao município de São José dos Pinhais (ARAUCÁRIA, 2010, p. 27).

Esperançosos por melhores condições de vida, os poloneses encontraram extrema dificuldade no Brasil e não foi diferente em Araucária, uma vez que os lotes eram pequenos, faltavam sementes para iniciar a agricultura, havia pragas, as estradas eram intransitáveis em períodos chuvosos, era difícil a comunicação com a população local, bem como a sua adaptação ao clima (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 28).

Apesar de todas essas dificuldades, os imigrantes poloneses se fixaram no município e a cultura que trouxeram da terra natal foi se adaptando à realidade local, formando a sua cultura na colônia baseada, principalmente nas tarefas domésticas mescladas às produtivas:

Os homens se ocupavam do trabalho na lavoura, da construção de casas, estradas, instrumentos agrícolas, das estrebarias, dos paióis, da matança de porcos, da comercialização dos produtos e da gerência dos negócios. Às mulheres cabia cuidar da casa, dos filhos, preparar as refeições, tirar leite das vacas, tratar as galinhas, ajudar na lavoura e na comercialização dos produtos quando fosse necessário (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 30).

A partir de Thomaz Coelho, os colonos se distribuíram para outras regiões como a de Guajuvira, em 1914, quando um grupo desses imigrantes fixou residência às margens do Rio Iguaçu. As famílias viviam da atividade agrícola, com o cultivo de trigo, milho, batata, hortaliças, fruticultura e também a avicultura (ARAUCÁRIA, 2004).

A aglomeração urbana, mais tarde responsável pela criação do Distrito de Guajuvira em 1947, desenvolveu-se em função da implantação da estrada de ferro da Rede Viação Paraná - Santa Catarina, sendo construída uma estação férrea em Guajuvira (COMEC; ACARPA, 1984, p. 1).

As estradas de ferro se constituíram em importantes eixos, ao longo dos quais núcleos populacionais poderiam se desenvolver e preencher os grandes espaços vazios do território nacional que preocupavam os governantes.

O Governo, na segunda metade do século XIX, preocupado em promover o povoamento de áreas ainda não ocupadas do território nacional, passou a incentivar a colonização destes espaços mediante a concessão de terras às margens ou próximas às estradas de ferro. No Paraná, esse povoamento ao longo dos trilhos de

ferro tinha como ideal a fixação de famílias de imigrantes que estivessem habituados a trabalhos industriais ou agropecuários (KROETZ, 1985, p. 54-79).

A preocupação do Governo Imperial, ao fornecer a concessão para a construção e exploração das estradas de ferro, previa, nas cláusulas contratuais, os direitos da Empresa, o governo exigia a redução de 50% do transporte de cargas e passageiros. (KROETZ, 1985, p. 55)

No Paraná, a estrada de ferro entre Curitiba e Ponta Grossa teve seu primeiro trecho construído em 1891, sendo concluído em 1894 ao chegar a Ponta Grossa (GIESBRECHT, 2011). Nessa linha, situava-se a estação de Guajuvira inaugurada em 1891 e demolida logo após a modificação da linha original pela variante Pinhais-Engenheiro Bley, ocorrida em 1977.

Essa variante tem um traçado situado bem mais ao Sul de Curitiba quando comparado ao anterior. “Como em outros lugares, hoje *o trem passa direto*. A menos de 200 metros dali, o rio *Iguaçu*.” (Paulo Sérgio Zageski *apud* GIESBRECHT, 2011, grifo do autor)⁴³.

O trem facilitava a chegada dos praticantes de pesca que vinham passar o dia em Guajuvira, principalmente aos domingos, atraídos pelo Rio Iguaçu então limpo e piscoso, pelas décadas de 1960 e 1970 (ARAUCÁRIA, 2006, p. 1).

Giesbrecht (2011), no *site* sobre as estações ferroviárias do Brasil, mostra um esquema formado por imagens e textos em que é possível identificar as mudanças ocorridas no traçado anterior (1914/30-1977) da linha Curitiba-Ponta Grossa, desde a saída da antiga Estação Ferroviária de Curitiba, que a partir de 1972 passou a ser na Rodoferroviária, seguindo pelas estações Portão e Barigui. Na sequência, essa linha chegava ao município de Araucária passando pelas estações Araucária, Passaúna (a partir de 1926), Guajuvira e General Lucio (a partir de 1945). Ao deixar Araucária, parava mais estações nos municípios de Balsa Nova, Porto Amazonas, Palmeira, atingindo o destino final, Ponta Grossa.

O levantamento de Giesbrecht (2011) cita a demolição das estações Portão, Barigui, Araucária e Guajuvira (esta última, nas FIGURAS 76, 78 e 79) depois de 1977 no trecho Curitiba-Araucária devido à implantação da variante Pinhais-Engenheiro Bley. Na linha nova, o autor traz a construção da Estação Araucária

⁴³ Relato citado por Giesbrecht (2011), sem dados do autor.

Nova, porém informa que se encontra “abandonada”, e que o espaço estava sendo utilizado como escritório e pátio de cruzamento e manobras.

No Distrito de Guajuvira, a Estação de General Lucio, situada na localidade de mesmo nome, foi desativada e o prédio se encontra em precárias condições, sendo utilizado como moradia, situação confirmada durante a presente pesquisa empírica empreendida (FIGURA 67).

A nova linha a partir de 1977 sai da Rodoferroviária de Curitiba, não atende mais a trens de passageiros e não faz paradas nas estações ainda existentes, a maioria abandonadas. Em Curitiba, no traçado novo existem dois postos de cruzamentos e a Estação Iguaçu, que funciona como escritório e pátio de cruzamento. Ao chegar a Uvaranas (Ponta Grossa), e não mais na estação Ponta Grossa Nova no centro da cidade, o trem pode acessar entroncamentos com três diferentes linhas (GIESBRECHT, 2011).

Em suma, o processo de ocupação de Guajuvira está inserido num contexto nacional, caracterizado pela implantação de estradas de ferro e atração de imigrantes estrangeiros para trabalharem na agricultura, principalmente devido à escassez de mão de obra escrava do final do século XIX. Numa esfera mais regional do sul e sudeste do país, assinala-se o movimento de tropas no Caminho do Viamão, que originou a formação de vários núcleos populacionais como aquele que se tornaria mais tarde o município de Araucária, próximo às margens do Rio Iguaçu. No cenário paranaense, a Província do Paraná aderiu à política migratória e passou a distribuir lotes de terras para os imigrantes que chegaram ao Primeiro Planalto, depois de aportarem em Paranaguá. E, numa escala municipal, marcada pela economia agrícola e pelo surgimento da Primeira Fase de Industrialização de Araucária, o povoado de Guajuvira se consolidou no entorno de uma estação ferroviária, com a concentração de algumas fábricas que absorviam a mão de obra local e contavam com a matéria-prima advinda dos agricultores imigrantes para processar seus produtos.

4.2 ASCENSÃO E DECLÍNIO DO CENTRO

O que está na memória da população não são os limites legais do distrito, mas aquilo que o levou a sê-lo, ou seja, o fato de Guajuvira ter sido, no passado, um importante centro fabril, permanecendo a indignação de ter regressado economicamente ao invés de progredir.

O saudosismo pela época em que o povoado de Guajuvira era um movimentado centro esteve presente, com frequência, nos relatos dos sujeitos desta pesquisa. Com base nessas informações dos sujeitos, consultas a fotografias de época, documentos diversos e referenciais bibliográficos, foi possível retratar este centro – aproximadamente em alusão a década de 1950 – por intermédio da elaboração de um croqui (FIGURA 4).

Neste levantamento, verificou-se que ali funcionavam: a Estação Ferroviária de Guajuvira, duas olarias (fabricação de tijolos e telhas de cerâmica), uma fábrica de palhões⁴⁴, uma fábrica de fósforos, uma fábrica de doce de amendoim, cinco casas comerciais (armazéns de secos e molhados), dois açougues, dois bares (um deles conhecido como Bar do Pescador, com pousada), um depósito de batatas, serviços diversos (alfaiataria, ferraria, barbearia), uma delegacia com presídio, um cartório, uma coletoria estadual de impostos, uma agência dos Correios, uma loja da Café do Paraná, a Escola Isolada Estação de Guajuvira Rosa Pichet (em funcionamento em outro endereço da vila, com alteração no nome) e o Guajuvirense Esporte Clube.

Lá embaixo [próximo a Estação que existia] assim era bem movimentado. (E.C., 2011).

O Guajuvira não é o que existe hoje, [...] além de ter essas duas fábricas, tinha o quadro de pessoal da estrada de ferro né, da Rede Ferroviária, antiga Viação Paraná - Santa Catarina, [...] então tinha um certo número de funcionários da rede. [...] chegava o final da tarde aí, em torno de cinco horas da tarde, era tomada de funcionários. (E.W., 2011)

Quando a gente veio morar pra cá tinha cinco casas de comércio e dois bares. E tinha a estação de trem, o único meio de transporte era só o trem de passageiro. Não tinha ônibus, tinha poucos carros de passeio, tinha só dois ou três. Os mais fortes que tinha ali, era o dono da fábrica e o dono do depósito de batata que tinham carro de passeio. (T.C., 2011).

⁴⁴ Invólucros feitos de palha para proteger garrafas (de cerveja, de refrigerante, de água) e outros tipos de embalagens de vidro.

O transporte de batata ia pra São Paulo de trem na época. O transporte era de trem, ele carregava um vagão de 600 sacos de batata, aí despachava lá pra São Paulo. (H.C., 2011).

Então essa estação podia estar até hoje, como uma relíquia! Depois que fizeram essa linha nova, desativaram, desmancharam, [...] quantos passageiros por dia embarcavam e desembarcavam. (H.C., 2011).

Vinham pessoas que iam fazer compra ali de mercadoria da colônia, vinham de trem. Muitas pessoas vinham de Curitiba fazer compra ali, ovos, manteiga, requeijão, queijo, era uma briga por causa de carne, açougue também tinha, açougue ali, também que vendia carne bastante. Tinham muitos aposentados que vinham fazer compra ali. Depois mudou muito, né. (T.C., 2011).

Nas falas surgiram, de forma recorrente, lembranças sobre os momentos de lazer e entretenimento proporcionados tanto pelo Guajuvirense Esporte Clube quanto pelo rio Iguaçu.

Tínhamos a sociedade aqui, que foi fundada por todos os moradores aqui e daí tinha atividade, futebol, tinha cinema. Nós tínhamos cinema. Tínhamos dentro do clube ali várias diversões, jogatina, mesa de ping-pong, só que hoje está tudo desativado. Hoje não tem nada. (E.W., 2011)

Olha, era muito gostoso. Daí tinha futebol, tinha o clube, entende, era bem movimentado. Tinha uma vida social. (E.W., 2011)

A edificação da sede da sociedade Guajuvirense Esporte Clube, criada em 21 de janeiro de 1948, ainda existe, porém se encontra em estado de abandono (FIGURAS 14 e 15). Em visita à Subprefeitura, o responsável em exercício (FURMAN, 2011) mostrou orgulhoso a programação cultural do Guajuvirense Esporte Clube referente ao primeiro semestre de 1965 (FIGURA 87). As atividades de lazer promovidas por esse clube serão apresentadas no capítulo 5, sobre os espaços de distração e lazer.

Outra citação constante é o a pesca no Rio Iguaçu como uma atividade de lazer amplamente praticada pelos moradores e pelos visitantes que chegavam de trem ao local:

Então o povo da cidade, sábado, fim de semana, o trem lotava de um jeito [...] o Guajuvira enchia de gente, [...] Guajuvira, General Lucio, Balsa Nova, era só povo no rio Iguaçu pescando [...]. (D.F., 2011).

Tinha o bar do pescador, que atraía muito o pessoal de Curitiba, que vinha pescar. Então essa atividade exercida aqui, não como turismo né, mas era lazer. (E.W., 2011).

De acordo com os relatos, o bar do pescador situava-se em frente à estação e funcionava como uma espécie de pousada, pois alugava quartos para os pescadores se hospedarem, normalmente por dois a três dias, em finais de semana e feriados.

“[...] tinham uns quartinhos aqui nesse bar do pescador, então eles alugavam, ficavam ali dois, três dias [...], ficavam o feriadão todo aqui pescando, se divertindo, não tinha problema de assalto, não tinha nada”. (E.W., 2011).

Os lavradores das colônias também se beneficiavam do aquecido comércio local, pois forneciam ao centro alguns de seus produtos. D.F., morador da colônia Campestre, conta que na década de 1950 e início da de 1960 sua mãe fornecia dois porcos por semana para o açougue de Guajuvira. Depois de abatê-los na sua casa na colônia, ela os levava de carroça para a vila, para que o açougueiro pudesse lidar com a carne a tempo de ser oferecida durante o final de semana para o esperado fluxo de pessoas que vinham em função do rio e da pesca.

“[...] quinta-feira era dia de levar o porco, que daí o açougueiro derretia a banha, fazia torresmo, fazia o salame. Sexta-feira ele derretia o porco, tirava a carne, tirava o tocinho, fazia o torresmo, tirava a banha” (D.F., 2011).

Tal como acontecia em outras regiões de Araucária, os colonos de Guajuvira também forneciam matéria-prima para as fábricas: a fábrica de palhões de Guajuvira comprava dos agricultores a palha de trigo e de centeio; as fábricas de massa de tomate se abasteciam da produção de tomates e pimentões das áreas rurais; fora de Guajuvira, as fábricas de linho encomendavam o plantio do produto para os colonos poloneses.

Além de comercializarem matéria-prima para as fábricas, membros das famílias de agricultores, a maioria imigrantes poloneses, ocupavam postos de trabalho nestas indústrias, assim como se confirma em Bigarella (2001, p. 258) sobre a fábrica de palhões de Guajuvira, “a mão de obra abundante e de custo relativamente baixo, era toda provida pelos diligentes colonos poloneses”.

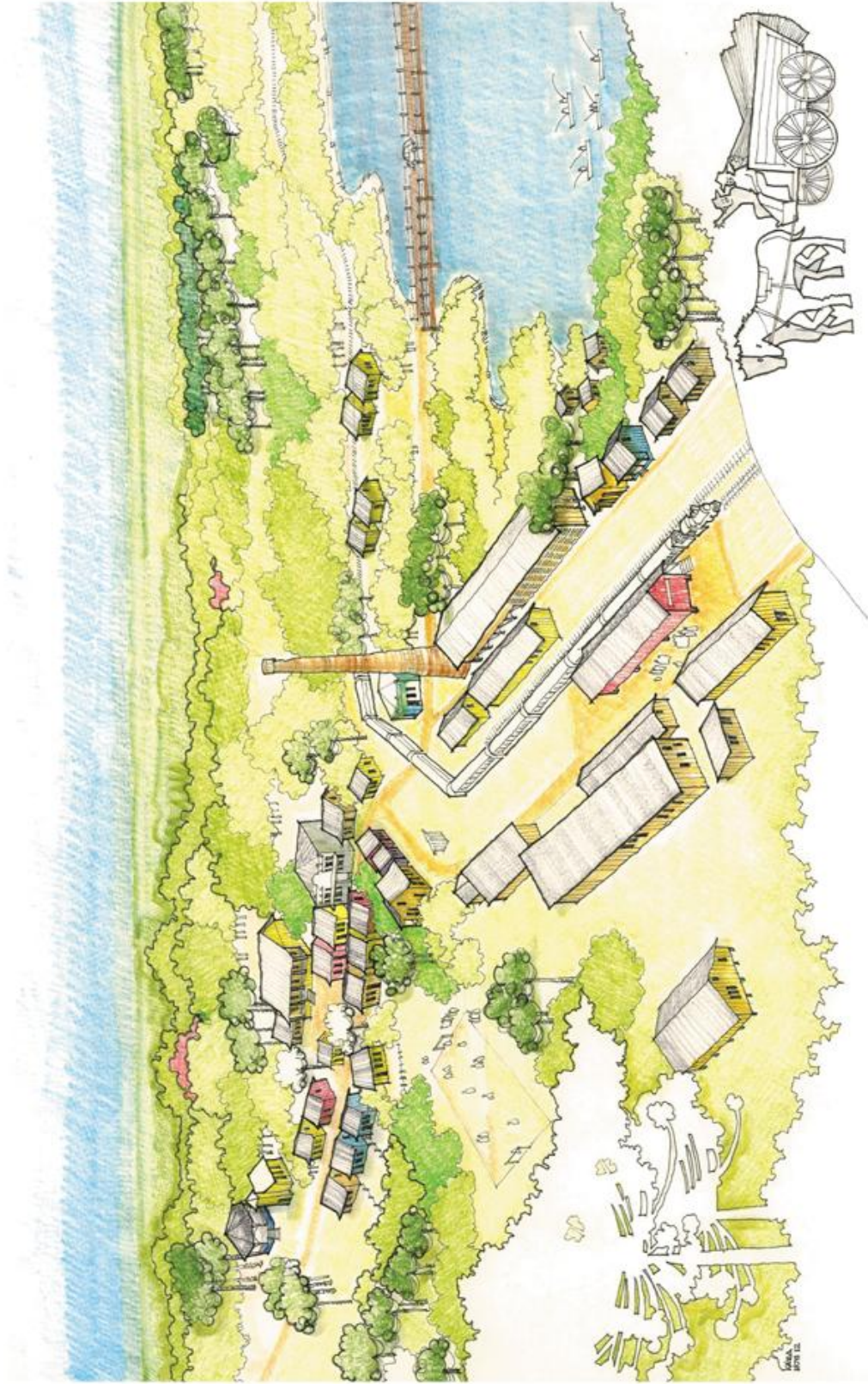


FIGURA 4 - CROQUI DO ANTIGO CENTRO DE GUAJUVIRA

FONTE: Katia Pimentel Koti

NOTA: Elaborado por solicitação da Autora (2012), com base nos relatos dos sujeitos de pesquisa e documentos consultados.

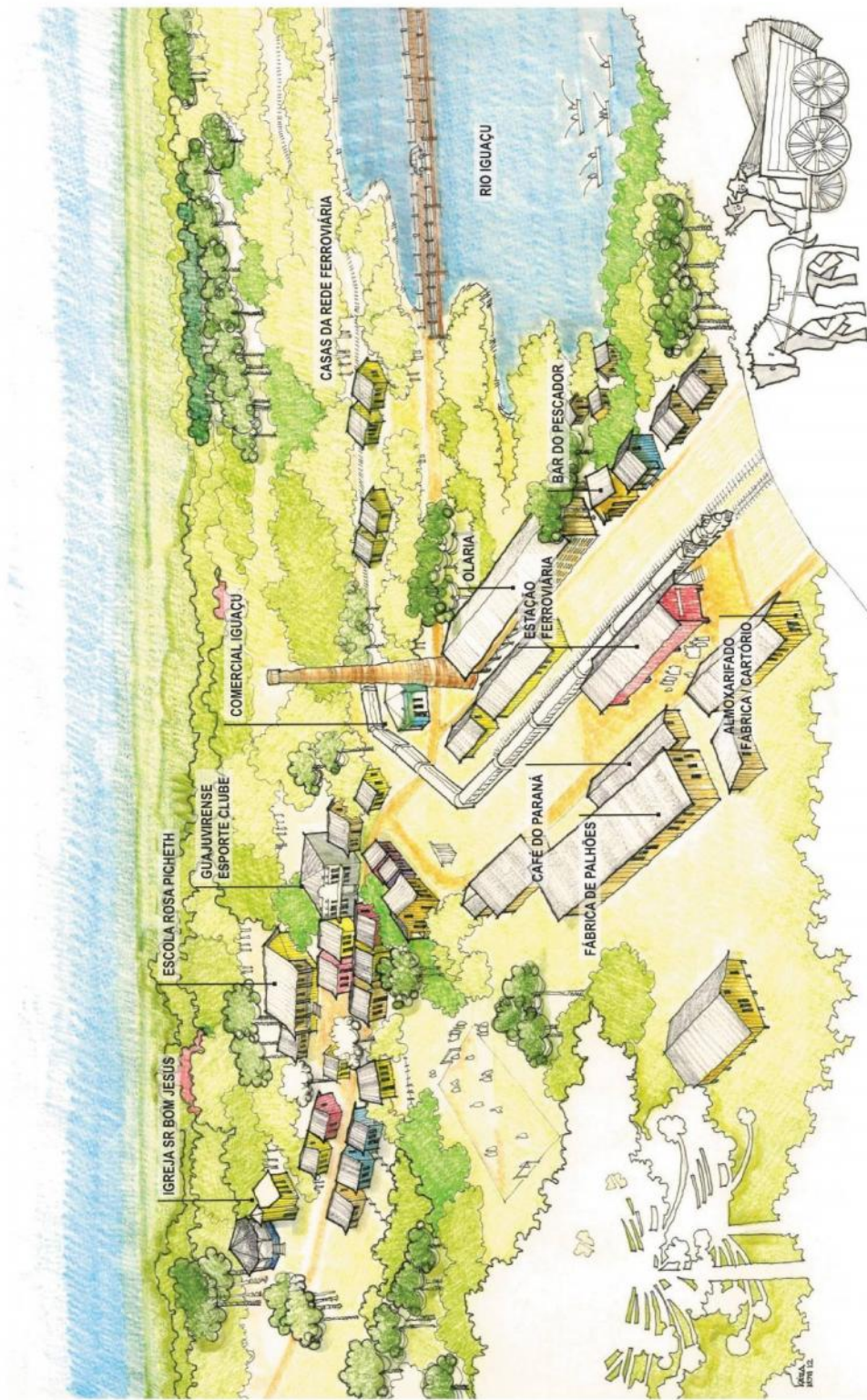


FIGURA 4 - CROQUI DO ANTIGO CENTRO DE GUAJUVIRA (Identificado)

FONTE: Katia Pimentel Koti

NOTA: Elaborado por solicitação da Autora (2012), com base nos relatos dos sujeitos de pesquisa e documentos consultados.

As fábricas de Guajuvira fazem parte da chamada Primeira Fase de Industrialização do município de Araucária, caracterizado por pequenas fábricas, tais como “serrarias, cervejarias, olarias, engenhos de erva-mate e fábricas de barricas, usadas para transporte e armazenamento do mate beneficiado.” (ARAUCÁRIA, 1999, p. 21). As serrarias se tornaram um negócio rendoso, porém devastador, em uma época em que a madeira:

[...] era tão abundante que sequer havia a preocupação de melhor aproveitar os troncos de pinheiro que eram abatidos. Anterior mesmo a vinda de imigrantes, a exploração das matas ou a simples derrubada para plantio de roças se dava sem maiores preocupações com o meio ambiente, o que, aliás, é uma preocupação deste final de século. (ARAUCÁRIA, 1999, p. 22).

Assim, pela destruição que as serrarias provocavam, em 1930, já havia escassez de madeira, inviabilizando a continuidade deste tipo de indústria.

O desenvolvimento promovido pelas serrarias atraiu o surgimento de outros tipos de negócios, como “pequenas empresas para a produção de fósforos, caixotes para produtos agrícolas diversos, fábricas de palhões, moinhos, olarias, fabriquetas de bolachas, doces e de torrefação de café” (ARAUCÁRIA, 1999, p. 24).

Na região aqui, região de Guajuvira é o que gerava a mão-de-obra [referente a fábrica de palhões]. A outra empresa tinha uma cerâmica, ao lado aqui tinha uma outra cerâmica, que mantinha todo o pessoal fixo aqui dentro do distrito de Guajuvira. (E.W., 2011).

Tava bonito porque era de tijolos e telha, [...] de um lado e de outro, duas fábricas [olarias], tava bonito, muita gente né. (J.N., 2011).

Na primeira década do século XX, das duas fábricas de cerveja de Araucária, uma delas, a mais antiga, situava-se na região de Guajuvira (ARAUCÁRIA, 1999, p. 25). Em Guajuvira são registradas no ano de 1935: uma olaria, uma serraria, uma firma de torrefação de café, três moinhos de cereais e duas fábricas de palhões (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 98-99)⁴⁵.

⁴⁵ Informações com base nos Anexos 4 e 5, respectivamente quadro ‘Dados estatísticos relativos ao município de Araucária – Ano de 1935’ e quadro ‘Empregos pastoris, agrícolas e agropecuários (SIC), em Araucária, no ano de 1935, cujas fontes se referem à: Junta de Alistamento Militar, Araucária. Livro de Veículos e Animais da 9ª Circunscrição de Recrutamento, de 2 de outubro de 1931. Livro 1, p. 112v e 113.

As fábricas de palhões se destacavam no cenário do início do século XX em Guajuvira e foram constantemente citadas pelos sujeitos de pesquisa. “A fábrica de palhões também era outra coisa importante e histórica. Era uma coisa muito importante” (D.F.).

As fábricas tiveram início em Guajuvira quando, no começo do século XX, o casal Koehler-Asseburg⁴⁶ mudou-se de Joinville (Santa Catarina) para lá. Ao descrever Guajuvira, a neta deste casal, Iris E. K. Bigarella⁴⁷ (BIGARELLA, 2001, p. 258) se refere a “um lugarejo rústico” situado a longa distância. Para ela, “Guajuvira [...] era o nome da aldeola que se formava junto aos trilhos da estrada de ferro Curitiba-Ponta Grossa, povoada quase que exclusivamente por recém-chegados imigrantes poloneses”.

Em 1905 dois jornais alemães já noticiavam a existência de duas fábricas de palhões no município, esta no centro de Guajuvira e a outra na localidade de Barigui, fundadas pelo casal Koehler-Asseburg. Em 1907, uma revista alemã destacava a existência de um ‘estabelecimento industrial alemão no ultra-mar’, ao referir-se à fábrica de palhões de Guajuvira (BIGARELLA, 2001, p. 257).

Em pouco tempo, Koehler-Asseburg também instalou em Guajuvira uma fábrica de fósforos que produzia as marcas ‘Aurora’ e ‘Campos Gerais’, a qual mais tarde sofreu um incêndio (BIGARELLA, 2001, p. 257-259).

Em 1935 tem-se o registro de cinco fábricas de palhões em Araucária, incluindo as duas já citadas (Guajuvira e Barigui) e outra na Colônia Ipiranga (ARAUCÁRIA, 2010, p. 99), contígua ao centro de Guajuvira.

Desde a chegada dos poloneses a Thomaz Coelho, a produção de centeio acontecia em grande escala, “basta dizer que 100% dos colonos produziam este cereal, o que não acontecia com nenhuma outra cultura” (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 66). A palha do centeio e do trigo era utilizada como alimento para animais e para proteger algumas culturas de inverno, porém ainda sobravam grandes quantidades deste material sem serventia (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 66). Por outro lado, as indústrias de bebidas necessitavam de uma proteção para o transporte das garrafas, motivando, no início do século XX, a fabricação de invólucros de palha chamados de

⁴⁶ Carl Gustav Koehler e Gertrudes Asseburg (filha do cônsul Wilhelm Luis Marius Asseburg). Passaram a se denominar oficialmente de casal Koehler-Asseburg para dirimir confusões com um outro de nome parecido (BIGARELLA, p. 259).

⁴⁷ Depoimento transcrito no livro de João José Bigarella (2001, p. 258-259).

palhões para cobrir tais embalagens de vidro (ARAUCÁRIA, 2010a, p. 66). Além dos palhões para garrafas, mais tarde também passaram a ser fabricadas esteiras de palha para proteger cachos de banana.

D.F. (2011), cujos pais plantavam trigo e centeio e forneciam a palha para a fábrica de palhões da vila de Guajuvira, contou como funcionava a comercialização:

A fábrica de palhões do Guajuvira fazia o comércio da palha do trigo. Fazia a compra da palha do trigo. [os agricultores] plantavam o trigo, ficavam com a semente e a palha do trigo ficava uma quantia pra fazer ração para os animais em casa e aquela quantia que sobrava eles vendiam para a fábrica de palhões ali.

Segundo os relatos de Baideski (2003)⁴⁸, Ripka, (2010)⁴⁹ e E.W. (2011), na década de 1950 a fábrica já havia cessado a produção de capas para garrafas e estava fabricando as esteiras de palha para proteger cachos de banana.

“[...] fazer capa pra banana, recolhia essa banana no Vale da Ribeira, [...] seguia em caminhões abertos, pra que chegasse o produto no destino sem amadurecimento. Ela [a capa de palha] mantinha [a fruta]”. (E.W., 2011).

Atualmente, as instalações desta fábrica ainda existem e abrigam o seu maquinário preservado. Durante a entrevista E.W. (2011), o proprietário dessas instalações, mostrou as máquinas, grande parte importadas da Alemanha, entre outras ferramentas da época (FIGURAS 24, 25, 26 e 27).

“Então essa aqui é a máquina que faz a capa pra garrafa e essa aqui é a que faz a esteira pra capa né. [...] Essa máquina aqui é importada da Alemanha e essa daqui é outra que faz a esteira para aquela [...]”.

Sra. Irene Baideski (2003)⁵⁰, nascida em 1945, trabalhou nesta fábrica dos 11 aos 15 anos de idade junto com as suas irmãs mais velhas e contou como funcionava o trabalho:

De cada lado de máquina tinha uma costureira e eu como era de menor eu tirava as capas assim que seriam costuradas, eram 4 fios, uns negócios em

⁴⁸ Depoimento de Irene Jankowski Baideski concedido a Sebastião Pilatto dos Santos, em 02 de abril de 2003, na Colônia Ipiranga, Distrito de Guajuvira, Araucária. **Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres**, Araucária, 2003. (Documento escrito)

⁴⁹ Depoimento de Henriqueta Jonkowsky Ripka concedido a Roseli T. Boschilia em 15 de dezembro de 1989. **Memória de Araucária** *apud* ARAUCARIA (2010).

⁵⁰ Depoimento de Irene Jankowski Baideski..., 2003.

cima e elas vinham costurando a palha de centeio fazia 4 costura. Então as costureiras que ligavam as máquinas, colocavam as palhas bem espalhadas, que não podia ter frestas, tinha as tampas de ferro, as folhas meio não pesada, daí fechava, não dobrava as palhas, ligava as máquinas saía costurada, então enquanto faltava costureira ia eu, porque eu sabia fazer, mas não podia ir para este serviço, porque achavam que era mais pesado, então eu tirava as capas, mas quando faltava uma costureira que não estava bem de saúde ou viajava, então eu ficava no lugar delas, foi muito bom trabalhar, naquela época eu lembro que sempre fomos muito pobres, então nós trabalhávamos e no fim do mês minha mãe coitadinha que não tinha, não dava nem para comprar um doce sequer, nós dávamos todo o dinheiro para ela, nós andávamos de pé no chão, frio, temporal de chuva, se nós pegássemos chuva na rua tinha de ir, porque se perdesse um dia de semana, já cortava o domingo, perdia, então a vida foi muito difícil, mas graças a Deus foi bom, um irmão criou o outro e foi indo.

As mulheres integravam a maior parte do corpo de funcionários da fábrica, responsáveis por confeccionar os palhões, já as tarefas que exigiam maior força eram executadas pelos homens, como manejar a prensa e carregar os fardos.

Pra cada máquina de esteira de banana eram 4 moças que trabalhavam e daí tinha o serviço mais bruto, que era descarregar caminhão, carregar caminhão, puxar os feixes né, feixes de palha, então eram feitos por homens. E o total de funcionários girava em torno de 50 pessoas. (E.W., 2011).

[...] tinha os outros funcionários que levavam as capas para a prensa, que tinha que prensar aqueles fardos grandes, tinha uns pares de funcionários para levar, depois descarregar os fardos [...].(BAIDESKI, 2003)⁵¹.

Sra. Henriqueta Ripka⁵², nascida em 1939, que trabalhou dos 13 aos 18 anos na fábrica, contou como funcionava o turno de trabalho e a remuneração: “Trabalhava da 7h da manhã até às 5h da tarde, com intervalo de uma hora. Ganhava conforme o número de caixas que conseguia encher”.

Quando ao assunto, a Sra. Irene Baideski (2003)⁵³ declarou não lembrar bem o valor do salário, mas soube dizer como ele era aplicado às necessidades da família:

[...] naquela época sal e açúcar era de sacos de 60 Kg, então uma minha irmã trabalhava para um saco de sal de 60 Kg, era sal para gente e para as criações, que era um pouco mais grosso, outra trabalhava por um saco de açúcar, mas eu não lembro qual era o preço, e o dinheiro da outra era para comprar miudezas, café, essas coisas, mas não lembro de quanto era.

⁵¹ Depoimento de Irene Jankowski Baideski, ..., 2003.

⁵² Depoimento de Henriqueta Jonkowski Ripka, ..., 1989.

⁵³ Depoimento de Irene Jankowski Baideski, ..., 2003.

A fábrica de Palhões intervinha não só na vida da vila, mas na das colônias, seja pelos empregos que gerava, principalmente para a população feminina, seja pelo fato de que, de uma forma ou de outra, acabava ditando o ritmo do trabalho na lavoura, como conta o morador da Colônia Campestre:

Quando funcionava a fábrica [de Palhões], às 11h30 a máquina de pressão apitava o horário para parar 11h30. E, aí, nós escutava o apito lá da fábrica, nós tava na roça e também íamos almoçar. Tocava de novo 12h30 [para retornar ao trabalho], mas daí, 12h30 para nós não era horário, o horário para parar era 11h30, daí valeu (risos). (D. F., 2011).

Assim como em todo o estado, grandes carroças de madeira foram amplamente utilizadas para diversas atividades econômicas e de prestação de serviços. Nas áreas de colonização polonesa de Araucária, os imigrantes usavam-nas como principal meio de transporte devido a sua resistência para carga.

Com inúmeras aplicações, levava a produção dos imigrantes italianos de Santa Felicidade para o centro da capital, era meio de transporte dos aguadeiros profissionais que vendiam água de porta em porta, foi o primeiro veículo dos voluntários do Corpo de Bombeiros em 1897, levava as hortaliças dos colonos poloneses, o pão das padarias e muitos outros serviços para a comunidade. Transportaram a erva-mate, o café e as pequenas cargas por todo o estado. (SEBRAE, 2004, p. 21).

Essas grandes carroças também chamadas de carroções (FIGURAS 4 e 12), consideradas como uma “tecnologia” trazida pelos imigrantes poloneses ao Brasil, vieram a caracterizar toda a colonização polonesa do país (WACHOWICZ, 1981, p. 115). Tal é a sua importância para a cultura polonesa que a imagem de uma carroça de quatro rodas foi escolhida como ícone do turismo rural de Araucária. Esses “carroções”, utilizados para diversas finalidades da vida laboral na colônia, também foram essenciais para transporte da palha e dos palhões em Guajuvira, conforme mostram os relatos:

[...] meu pai puxava de carroça com 4 cavalos as palhas na época que ele trabalhou [na fábrica de palhões], era tudo com carroção alto. (BAIDESKI, 2003).

O mais importante era o transporte da palha. [...] Transportava essa palha com uma carroça enorme, com quatro cavalos. Era bonito, nossa senhora! Não sei se alguém se interessou de fazer alguma foto, alguma coisa assim. E, ele [funcionário da fábrica] fazia a coleta da região ali. (E.W., 2011).

Na época todo o transporte da palha da lavoura pra fábrica era feito de carroça, com um carroção. Então nós tínhamos cavalo aqui, era o caminhão, nós tínhamos cavalo, os cavalos bretões. [...] Carroça de quatro rodas, eram carroções compridos, acho que tinham o que, uns 4 metros. É e era tracionada por esses bretões que eram, tinham de 4, com cavalos e com 6 cavalos. (E.W., 2011).

Com o processo de mecanização das lavouras, grande parte da palha acabava danificada pelas máquinas de colheita e não tinha condições de ser utilizada como matéria-prima para a fabricação dos palhões (ARAUCÁRIA, 2010a, 69). Em paralelo, outros materiais e técnicas de embalagens foram substituindo o uso dos palhões, culminando na desativação das fábricas (ARAUCÁRIA, 2010, p. 69). Segundo a entrevista com o proprietário das instalações da fábrica de palhões da vila de Guajuvira, ela parou de funcionar aproximadamente no início da década de 1980.

Não fabricamos mais [palhões], por falta de matéria-prima que é a palha do trigo e centeio, porque após o fechamento dos moinhos coloniais, que o governo determinou o fechamento né, de lá pra cá não se planta mais trigo e centeio, os pequenos agricultores né, é inviável para o pequeno produtor. (E.W., 2011).

Quanto à fase de plantio do linho, esta começou a partir da década de 1940, com a instalação da Companhia de Beneficiamento de Linho São Manoel (da Filiação São Patrício, de São Paulo)⁵⁴ que funcionou até 1961, fundada pelo descendente de franceses, Alfredo Charvet. Além das vantagens do clima e da qualidade da terra ideais para esta cultura, os colonos poloneses e ucranianos trouxeram de suas terras natais a experiência com o plantio e manejo do linho e até mesmo com pequenas tecelagens manuais familiares (ARAUCÁRIA, 1999, p. 22).

Maria Luíza Charvet (CHARVET, 1999)⁵⁵, da família dos industriais do Linho São Manoel, explicou que a “matéria-prima era obtida através da distribuição de sementes de linho para os colonos, a quem era garantido um preço mínimo e que, então, tinha um contrato para vender a palha e o excedente das sementes deles para a Companhia”.

⁵⁴ Além da São Manoel, havia cerca de 30 pequenas fábricas de beneficiamento de linho em Araucária, na década de 1940. (ARAUCÁRIA, 1999, p. 33).

⁵⁵ CHARVET, M. L. C. F. In: ARAUCÁRIA, 1999. Entrevista de Maria Luíza Cintra Ferreira Charvet, em 31 de outubro de 1989. Acervo Museu Tingui-Cuera.

D.F. (2011) explicou como ocorria o plantio do linho pelos colonos poloneses de Guajuvira e o transporte do produto para esta companhia:

Bom assunto (!). Em 57, 58 por aí, plantavam linho, exatamente. Eles arrancavam este linho com a mão, com a raiz e tudo, enxugavam e daí vendiam esta palha do linho para a primeira fábrica de tecido que tinha em Araucária. O transporte do produto era com trator. Aquilo era coisa que a gente nunca viu na vida. Tava na escola e eles passavam com aquele linho carregado, todo mundo [saía] na porta. Por exemplo, eu tenho o linho para vender, ele vinha com a carreta ali, carregava e levava. (D.F., 2011).

Quanto às fábricas de massa de tomate no município, tiveram início na década de 1930, em função da demanda por produtos alimentícios, principalmente dos descendentes de italianos de São Paulo (ARAUCÁRIA, 1999, p. 29). Essas fábricas estavam espalhadas pelo município e a maioria delas possuía dois funcionários. Uma delas, propriedade do Sr. Archelau de Almeida Torres⁵⁶, se destacava por ser de grande porte (com 20 funcionários) e absorvia a produção de tomates e pimentões de pequenos agricultores do município (ARAUCÁRIA, 1999, p. 30).

Os levantamentos registrados em Araucária (1999, p. 22, 29) contabilizam para o ano de 1935, que “de 47 indústrias registradas pela Junta de Alistamento Militar de Araucária, 35 eram de massa de tomate” e entre 1933 e 1949 foram 164 pedidos para a instalação de indústrias de massa de tomate. Para a região de Guajuvira, constam nove pequenas fábricas de massa de tomate no ano de 1935, cada uma com dois empregados (ARAUCÁRIA, 2010, p. 98)⁵⁷.

A partir da década de 1950 houve o declínio da massa de tomate na economia do município, em função da concorrência das grandes empresas de capital estrangeiro no mercado (ARAUCÁRIA, 1999, p. 30).

Um conjunto de fatores interferiu para a queda deste importante centro, desacelerando o crescimento que o fizera se elevar a distrito com pretensões de emancipar-se para um município, talvez dentro de poucas décadas.

⁵⁶ O nome do Arquivo Municipal homenageia esta personalidade e atualmente a edificação desta fábrica abriga o Museu Tindiquera.

⁵⁷ ‘Dados estatísticos relativos ao município de Araucária – Ano de 1935’, cuja fonte se refere à: Junta de Alistamento Militar, Araucária, 1931.

Sábado a turma, metade de Curitiba, vinha para Guajuvira [...] Comer, beber, se divertir. E era uma coisa, dava comércio. Onde não tem povo, não tem comércio. E aí, Guajuvira se elevou com isso aí. Guajuvira tava bem de vida. Aí, tiraram a estação, mudaram a estrada de ferro. A estrada de ferro acabou tirando mais a olaria ali que deu aquele problema ali [se referindo ao incêndio nos vagões do trem que atingiu a olaria]. (D.F., 2011).

[...] tudo foi se dilapidando e não mais voltou. (E.W., 2011).

Como acontecimentos principais que interromperam a trajetória ascendente deste centro, indicam-se aqui a mudança nos ramais da linha férrea com a desativação da estação de trem e o fechamento das indústrias desta região devido às transformações do perfil industrial do município.

A desativação do trem de passageiros e a retirada da estação férrea prejudicaram o transporte dos visitantes que frequentavam o local para lazer, principalmente em função do comércio e da pesca.

O esvaziamento do local por parte dos pescadores e pessoas que vinham a lazer para desfrutar do rio também foi causado pela poluição dele. O processo de poluição teve início em 1963 a partir da instalação da Companhia de Celulose e Papel do Paraná (COCELPA), às margens deste rio (ARAUCÁRIA, 1999, p. 34).

[...] a cidade fracassou pelo motivo do rio Iguaçu que foi assassinado. O rio Iguaçu está morto. Tem água, mas a água não tem mais utilidade nenhuma para nós. Depois que nasceu a fábrica de papel ali, o rio Iguaçu terminou a vida. Terminou a vida para rio Iguaçu. E antes disso, o rio Iguaçu era limpo, tinha estação de trem. (D.F., 2011).

E como a gente já nasceu aqui, já se criou por aqui, então a gente gosta, mas eu acho que assim, não sei daqui pra frente o que vai ser, porque Araucária está se transformando, é firma, firma, firma né, indústria, é difícil produzir as coisas, porque tem muita poluição, então tem tudo isso. Vai dificultando muito assim. (R.B., 2011).

Porque, lembra do rio Iguaçu, o rio Iguaçu era uma água limpinha, olhava no fundo aparecia a areia, os peixes nadando. Pescavam. Aqui em Guajuvira pescavam muito. [...] depois quando surgiu as empresas em Araucária, acabou. Acabou tudo. Destruíram tudo. (S.W., 2011).

Um incêndio provocado pelo descarrilamento de vagões de trem em 1988 (FIGURA 77), mesmo que os áureos tempos já haviam se passado há aproximadamente duas décadas, acentuou ainda mais o sentimento de perda dos moradores dali, uma vez que destruiu quase todos os vestígios materiais representativos do movimentado centro. O incêndio arrasou a fábrica de cerâmica e vários imóveis que ainda existiam em um trecho ao longo do trilho de trem,

provocando duas mortes. Atualmente, restam a grande chaminé da fábrica de cerâmica, que é um ícone na paisagem de Guajuvira (FIGURAS 20 e 21), e algumas telhas remanescentes empilhadas na borda da estrada (FIGURA 19).

Eu vi [o incêndio] de casa, daqui aparecia o fogaréu lá levantando a fumaça. [...] É. Pegou fogo, queimou tudo, a olaria de baixo era tão grande, do lado da fábrica de palhões [...]. Queimou tudo. (J.N., 2011).

A cerâmica desativou por causa do incêndio de 88. Daí tinha outra fábrica de tijolos e telhas que tinha também, também fechou. (T.C., 2011).

De modo geral, os moradores costumam contar a história do incêndio para as pessoas que vêm de fora, ficando evidente a importância deste evento para a vida daquela comunidade. Praticamente, com todos os sujeitos desta pesquisa surgiu pelo menos uma menção à tragédia do incêndio durante as conversas. Muitas vezes, um segundo sujeito aparecia e perguntava ao primeiro se ele já havia contado sobre a história do incêndio para a pesquisadora, entendendo ser este um episódio que não poderia faltar em um trabalho sobre Guajuvira.

Mesmo antes do incêndio, o centro produtivo de Guajuvira já havia ficado para trás das mudanças do perfil da atividade industrial do município que seguia novas tendências de mercado e passava a concentrar seu crescimento industrial em outro local, culminando com a criação do Centro Industrial de Araucária (CIAR), em 1973 (ARAUCÁRIA, 1999).

Como consequência do declínio do centro de Guajuvira, os postos de trabalho ficaram escassos. Esta situação se agravou ainda mais, pois a agricultura não oferecia, e continua sem oferecer, condições para uma vida melhor, restando como alternativa a esperança de um trabalho fora dali, tanto na cidade de Araucária, ou na sua zona industrial, quanto em outros municípios.

Esse cenário com poucas alternativas de trabalho em Guajuvira é uma preocupação constante da população, principalmente quando se pensa nas perspectivas de futuro para os jovens.

Então o pessoal que está aqui ainda está por teimoso mesmo, que não tem condições pra sobreviver do jeito que está, então todo mundo está indo pra cidade. Os jovens assim estão, como eu te disse, não tem mão-de-obra, porque não está sobrando ninguém. Só quem já não tem muito estudo e que não tem o que fazer lá, então vai ficando pra cá, mas os demais estão indo para a cidade. (R.B., 2011).

Um dos representantes da igreja⁵⁸ observou que não há trabalho em Guajuvira para os jovens. Lembrou que, no passado, as famílias tinham aproximadamente cinco filhos e todos eles tinham trabalho, diferentemente de hoje, que o trabalho de apenas uma pessoa manejando uma máquina substituiu ao trabalho manual de muitas outras. Frisou que, atualmente, os jovens precisam ir para a cidade e acabam aceitando o pagamento de um salário mínimo por mês.

Ao terminarem o ensino médio em Guajuvira, oferecido pela Escola Municipal Rosa Picheth, os jovens saem em busca de um ensino superior e (ou) emprego na cidade. O ensino superior fica na área urbana do município, oferecido pela Faculdade Educacional de Araucária (FACEAR)⁵⁹, Faculdade Nacional de Educação do Paraná e Exato Centro Educacional (ARAUCÁRIA, 2011a, p. 95). Alguns jovens, sujeitos de pesquisa, estão cursando faculdade na FACEAR e declararam que a baixa frequência das linhas de ônibus Guajuvira-Centro prejudica o transporte, inclusive no horário noturno, período da maioria dos cursos. Sobre o assunto, R.B. (2011) que tem uma filha nesta faculdade, reforça, “a nossa dificuldade ainda é o transporte, não tem condução. Quem estuda na faculdade então, não tem como vir”.

J.R. (2011) cursa faculdade à noite, e, apesar de utilizar automóvel próprio, mencionou as queixas das pessoas que precisam do transporte coletivo para fazer este percurso.

No panorama atual, poucos imóveis da época do antigo centro ainda se mantêm, como o da Fábrica de Palhões, o do Guajuvirense Esporte Clube e o do Comercial Iguaçu. O único em funcionamento é o Comercial Iguaçu, com mais de 50 anos de história (COMERCIAL IGUAÇU, 2008), é também integrante do itinerário turístico. A maioria dos imóveis da época foi construída em madeira e gradativamente substituída por outras edificações.

⁵⁸ Padre Pedro Klidzio, Diretor do Colégio São Vicente e colaborador da Paróquia Matriz do Perpétuo Socorro, para a qual atende as igrejas das localidades de Guajuvira. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche, em 07/08/2011.

⁵⁹ Cursos oferecidos: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Direito, Pedagogia, Letras, Administração, Análises de Sistemas, Biomedicina, Ciências Contábeis, Enfermagem, Fisioterapia, Gestão Ambiental, Gestão Financeira, Gestão de Logística, Gestão de Recursos Humanos, Mecatrônica, Nutrição, Pedagogia, Secretariado Executivo, Segurança do Trabalho, Sistema de Informação, e Processos Químicos. E conta com cursos de Pós-Graduação.

4.3 IDENTIDADE CULTURAL: COTIDIANO, ETNICIDADE E FÉ

Após levantar informações sobre a gênese desta comunidade, descobrindo elementos importantes da memória coletiva, representados principalmente pelo modo de vida em torno do movimentado centro de Guajuvira de outrora, julgou-se ser necessário continuar investigando a comunidade no sentido de compreender seus traços identitários.

Claval (2001, p. 179) expõe três componentes essenciais para a formação das identidades culturais: 1) a vontade de se conformar aos usos de um grupo; 2) a ideia de uma origem comum; 3) a construção da pessoa, baseada na articulação assumida de todos os aspectos da vida ao redor dos valores centrais da cultura.

Com base nesses componentes apresentados por Claval é possível encontrar formas de identidade e características comuns que ocorrem nos três grupos pesquisados na comunidade de Guajuvira — sede distrital, localidade de Camundá e localidade de Campestre.

Assim, os principais elementos formadores desta identidade cultural em Guajuvira estão atrelados: a) aos usos do grupo baseados nas tarefas cotidianas da vida no meio rural; b) à origem comum advinda dos imigrantes poloneses; e, c) à construção da pessoa baseada na fé religiosa católica.

4.3.1 Usos do grupo baseados nas tarefas cotidianas da vida no meio rural

Claval (2001, p. 179) enfatiza os aspectos relativos aos usos de um grupo na composição das identidades culturais:

[...] quando todos participam das mesmas tarefas, conhecem os mesmos ritmos e defrontam-se, ao mesmo tempo, com as mesmas dificuldades: acontece que os membros das sociedades concebidas a partir do gênero de vida percebem-se, fundamentalmente, como nômades pastores e guerreiros, camponeses, plantadores.

Esse aspecto é fundamental para caracterizar a comunidade de Guajuvira como rural, mesmo que os habitantes da sede do distrito residam em uma área

legalmente urbana (FIGURA 2 e 3), as atividades relativas à estrutura social e profissional dos grupos são efetivamente rurais.

Essa é uma característica presente nas áreas rurais do município movimentadas economicamente pela predominância da produção familiar de pelo menos 2.100 pequenas propriedades rurais (FAGNANI, 2004, p. 14). A produção agrícola do município tem suas maiores áreas de cultivo dedicadas ao milho, feijão, batata-inglesa, soja, cebola e trigo, mas também produz arroz, caqui, chá-da-índia (folha verde), erva-mate (folha verde), fumo (em folha), mandioca, pera, pêsego, tomate e uva, somando uma área colhida de cerca de 26.000 ha, além do desenvolvimento da avicultura e pecuária (IBGE⁶⁰ *apud* IPARDES, 2011, p. 5, 6).

[...] é aquela rotina do dia-a-dia, levanta, vê a criação, daí vai pra roça, volta, almoça e daí volta de novo pra roça e daí só de tarde né, então aquela rotina né. Não muda muita coisa. (R. B., 2011). A maioria, o que não é agricultura aqui é funcionário público ou trabalha nas empresas em Araucária né. (E.W., 2011).

A cultura rural vem sendo passada de geração em geração:

Na agricultura, nós trabalhávamos em família. Eu e meus irmãos, eu sou o mais novo de casa. Eu era criança, mas iniciei junto com meu pai e meus irmãos na agricultura. Me dedicando a agricultura, milho, feijão, arroz, trigo, principalmente. Essa era a nossa convivência, porco, galinha, ganso, fazer cobertor. Hoje, praticamente cobertor de pena não se usa mais por causa da penugem. E ainda tem gente que usa, mas não é recomendado. Alergia pulmonar, no caso. (D.F., 2011).

Feijão, arroz quando tem bastante, nós plantávamos quando tinha meus irmãos tudo junto, nós plantávamos arroz, feijão, tinha lá em Campestre um moinho que limpava arroz, sem pele, o trigo levava pra lá a farinha, precisava ver como era boa a farinha. (J.N., 2011).

Os produtos da agricultura forneciam não apenas o rendimento pelo que era vendido, mas também foram responsáveis pelo desenvolvimento de hábitos alimentares que dependiam de toda uma organização, habilidades e utensílios específicos para o processamento e preparo dos alimentos.

Era comida saudável do dia a dia. Pastel feito de vaca. Tinha muita fartura aí. Trigo, não comprava, plantava tudo aí. A primeira bateadeira de bater trigo foi adquirida pelo pai para trazer para a comunidade do Campestre está com a minha irmã ali. Batia o trigo, sabe, só batia, depois tinha que limpar num

⁶⁰ Produção Agrícola Municipal e Produção da Pecuária Municipal, 2010.

tipo de abanador, daí os ciscos ficavam fora e as sementes caíam ali na caixa. Era guardado e enxugado no sol para não mofar e era moído aí no moinho da família Shindler ali. (D.F., 2011).

Apesar de a maioria relatar que o trabalho era bastante penoso, havia fartura para quem se dispusesse a trabalhar, diferentemente do que é percebido nos dias difíceis para a agricultura de hoje:

A lavoura está ficando péssima e vou te contar, que não sei se isto vai chegar numa altura que vai dar fome, que o povo vai desistir de fazer roça. [...] tá muito caro esse negócio de adubo, uréia, semente de milho [...] Daí o cara trabalha, trabalha, fim do ano quando vai ver não tem resultado, entra em prejuízo. [...] Eu plantei um pedaço tão bonito assim, que era pra me dar uns 500 sacos, não chegou a me dar 300, deu tudo milho meio ardido assim, meio ruim né e paguei caro a semente, paguei 300 reais o saquinho de 15 quilos. [...] Daí você já entra no prejuízo. (C.B., 2011).

Nós aqui plantamos morango, o meu cunhado planta outras coisas, feijão, batata, milho, essas coisas, quando ele tenta, que nem esses tempos, falta mão-de-obra, o pessoal está todo se evadindo pra cidade né, porque a agricultura está difícil, então de repente não tem quem ajude, então a gente vai lá. Ontem a gente foi lá trabalhar com ele, ele estava arrancando batatinha [...] quando ele se folga, nós temos nos apurado com o morango, daí ele vai e ajuda também, então tem essa troca. (R.B., 2011).

Os constantes prejuízos na agricultura vêm desencorajando as novas gerações a darem continuidade a este trabalho e permanecerem nas áreas rurais.

Novo [o jovem] não se cria mais na roça, né. [sobre o filho] plantou batata, agora a batata caiu, vai levar um pedaço de três mil reais né, só de prejuízo. (C.B., 2011).

Os jovens é tudo pra cidade. Nenhum jovem vive na roça. Dos mais novos, que esse meu filho aqui, não ficam na roça mais, porque não tem condição de se criar né, não dá nada, não dá nada mais. Eu quando vim morar pra cá tinham jovens novos que trabalhavam, eu tinha serviço ali que nossa, pois foi indo, foi indo, descaindo e agora acabou. Acabou porque os novos [jovens] não se criam mais [na roça]. (C.B., 2011).

Os próprios gestores públicos reconhecem que o trabalho na agricultura tem passado por dificuldades. Em entrevista para esta pesquisa, o Secretário Municipal de Agricultura (KAMPA, 2011) afirmou que os agricultores familiares têm dificuldades de manter as pequenas lavouras, por isso esta secretaria tem assessorado a diversificação da produção, como, por exemplo, por meio da piscicultura, em função

da crescente demanda de usuários do sistema pesque-pague⁶¹, e da produção de leite.

O Diretor Geral desta secretaria (MÜLLER, 2011) complementou que os agricultores também encontram dificuldades na comercialização da produção devido aos baixos preços oferecidos pelo mercado distribuidor, fator que tem desmotivado o desenvolvimento da agricultura pelos pequenos produtores.

Compreende-se que a identidade rural não está calcada apenas na atividade produtiva agrícola, mas também numa mescla de traços culturais relativos ao vínculo dos habitantes com a sua terra, à coabitação destes moradores num mesmo lugar, à construção de uma história em conjunto, à herança polonesa e ucraniana (idioma, hábitos alimentares, costumes religiosos), às atividades de lazer, entre outros a serem discutidos neste e no próximo capítulo.

4.3.3 Origem comum na imigração polonesa

Quanto à origem comum, Claval (2001, p. 179) cita Lafazani (1993)⁶² ao afirmar que a “imagem a partir da qual é construído o sentimento de identidade tem na maior parte do tempo outros fundamentos: baseia-se na idéia de uma descendência comum, de uma história assumida em conjunto”.

A gênese das três comunidades guajuvirenses, em foco na pesquisa direta, tem na imigração polonesa a representação de toda uma gama de elementos vividos no passado. Alguns deles perduram até o presente, como o idioma polonês ainda praticado entre os mais velhos, algumas tradições ligadas à alimentação (broa, broa com sal e vodka, cuques, pierogue), o modo de comemorar datas importantes (casamentos, Páscoa e outras datas religiosas) e alguns traços visíveis na paisagem como remanescentes das antigas casas de troncos encaixados no sentido horizontal e as casas construídas de troncos de pinheiros.

A maioria dos habitantes é descendente de poloneses, mas também há a presença das etnias alemã, italiana e ucraniana.

⁶¹ Também chamados de ‘pesqueiros’, são propriedades que dispõem de tanques de piscicultura e estrutura de lazer para receber o público interessado em praticar a pesca e pagar pelo resultado da sua pescaria.

⁶² LAFAZANI, D. *Appartenance culturelle et différenciation sociale dans le basin du bas-Strymon*. Paris, Thèse Paris-Sorbonne, 1993.

Minha avó a família é Tzascos né, meu avô era Tzascos e aí o outro era Woodki e Blasinski então são tudo descendente de polonês. (R.B., 2011).
Ah, o meu avô, o pai da minha mãe era alemão, ele veio da Europa, né, agora do meu pai era mestiço de italiano com polaco, né. Era misturado, né. (C.B., 2011).

A participação de mais etnias, além da polonesa, também pode ser identificada entre os nomes das famílias tradicionais de Guajuvira citadas pelo Jornal de Araucária (GUAJUVIRA I, 1982, p. 7): “Wagner, Wojcik, Ziolkowski, Nalepa, Bubmiaki, Metzker, Freits, Schwartz, Zieklinski, Camargo, Bogdan”.

No caso da localidade de Camundá, sua fundação teve início a partir de famílias de imigrantes alemães, de acordo com o relato de S.W. (2011), no qual também menciona que a própria comunidade elaborou um breve histórico⁶³ a respeito. Neste, conta-se que a origem do nome Camundá deriva de Vila Maria Camila, sem mais informações do porquê desta mudança.

[...] ali para frente tinha uma vilinha de alemães ali [...] que tinha umas 8, 10 famílias de alemães. [...] foram embora, ficou só uma família [...] uma família ficou que é o Otto Andge. [...] Eles tinham a igreja deles ali. E depois acabaram desmanchando esta igreja [...]. (S.W., 2011).

Então assim, eu me lembro muito pouco, porque eu era criança quando eles saíram daqui. Eu lembro um pouquinho das casas, na verdade eram alemães, mas a maioria sabia mais polonês bem também, que nem o pai do Otto [morador de origem alemã]. O pai do Otto era alemão né, mas ele era alemão, mas assim, “apoloneisado” né, que ele falava muito bem o polonês. Então tinha vários, acho que tinha umas 8 famílias morando aqui. (L.W., 2011).

Quando eu vim para cá [1973], não existia a escola, não existia nada, não existia nada [nem a igreja] estrada, não conseguia sair dia de chuva daqui, era ruim, era muito ruim a estrada, é, depois com tempo foi melhorando, começando a mudar. (S.W., 2011).

De acordo com as informações de S.W. (2011), em Camundá já existia um núcleo de povoamento com uma escola na região do Agrochá (nome da empresa responsável pela plantação de chá verde na região), porém alguns desentendimentos provocaram o fechamento de tal escola. A escola foi reinstalada em novo local, onde mais tarde foi construída a atual igreja em devoção a São

⁶³ O referido documento manuscrito com um breve histórico da localidade não foi localizado pelos sujeitos de pesquisa, quando solicitado pela pesquisadora. O conteúdo do manuscrito foi apresentado oralmente à comunidade durante a citada festa.

Vicente de Paulo, consolidando a formação da comunidade no entorno deste novo núcleo.

“[...] na nossa comunidade deve ter umas 60 famílias ou mais. Isto fora a comunidade do Agrochá que é uma comunidade também dentro do Camundá, que deve ter mais ou menos umas 35 famílias” (S.W., 2011).

Quanto à presença ucraniana na região de Guajuvira, os seus descendentes, normalmente chamados de ucrainos⁶⁴ pela população do distrito, estão concentrados na Colônia Ipiranga, onde também vivem habitantes de origem polonesa, mas que se consideram pertencentes à comunidade dos frequentadores da paróquia da vila de Guajuvira, Igreja Senhor Bom Jesus.

No que tange à comunidade do Ipiranga, ou seja, aqueles que pertencem à paróquia local Assunção de Nossa Senhora, A.T. (2011), membro da comissão desta, contou que as missas são realizadas na língua ucraina de modo cantado, onde se mantém a tradição do rito oriental bizantino, onde o padre posiciona-se de frente para o altar, ficando de costas para o público. “Um domingo a missa é realizada toda em ucraino e no outro em português, sempre cantada”, disse A.T. (2011).

O rito oriental bizantino é descrito por Muran (2009, p. 12-13) na publicação sobre o centenário da primeira paróquia ucraino-católica de rito greco-católico da América Latina, criada em 28 de dezembro de 1906, no então município de São João do Triunfo (PR), na região de Rio Claro, de onde se desmembrou o atual município de Mallet:

[...] todos acompanham atentamente e permanecem concentrados na longa cerimônia, toda cantada na tradição bizantina [...]. Em pleno século XXI, desde crianças [...] até os mais idosos, respondem cantando em ucraino as rezas propostas pelo padre.

O sacerdote permanece a maior parte do tempo de costas para o povo, seguindo o ritual oriental bizantino, e de frente para o altar celebrando junto com o povo. Nas vezes, em que se vira em direção aos leigos é para determinar que cada um faça o sinal da cruz. Isso ocorre várias vezes durante a cerimônia. Na celebração que dura mais de uma hora e meia, apenas o sermão, feito pelo padre, é falado em português.

⁶⁴ Sobre o uso do termo “ucraino” empregado pelos sujeitos de pesquisa, a saber: “apesar do usual ‘Ucrânia’ falado no Brasil todo para definir o país da Europa Oriental, o correto na tradução literal é ‘Ucraina’. Na tradução para o português foi usado o nome em francês Ukraine, ficando oficialmente definida como Ucrânia e seu povo conhecido como ucraniano. Mas alguns escritores optam por chamar o povo de ucraino. No nome da **Igreja Oriental de Rito Bizantino** (ou **Greco-católica**), usa-se oficialmente o nome Igreja Ucraino-católica e não ucraniano-católica, por exemplo.” (MURAN, 2009, p. 9, grifo do autor).

No Ipiranga, a prática do idioma ucraniano acompanha a mesma tendência que o polonês para as outras colônias do distrito. A.T. (2011) reforçou que na comunidade, as pessoas com menos de 30 anos de idade não entendem o idioma ucraniano. Citou o nome do morador Sr. Waldomiro Janinski, que domina o idioma e conhece bem a história da colônia. Em depoimento colhido pela equipe do Arquivo Histórico de Araucária para integrar um projeto sobre levantamento de informações da Colônia Ipiranga, Sr. Janiski (1996)⁶⁵ contou em detalhes como foram a chegada (no final do século XIX) e a dura vida dos imigrantes na região já conhecida como Ipiranga:

Então antes de 1892, mais ou menos por esses anos, o Brasil precisava de mão-de-obra, pra lavoura. Então naquele tempo [...] fizeram uma grande propaganda na Europa e em outros países, para convidar os colonos de lá para se transportarem para cá. Prometeram terras, ajuda, tudo o que vai ser preciso, que eles acham aqui tudo esperando por eles, mas se deu muito o contrário [...].

[...] o primeiro ano foi duro para eles [imigrantes ucranianos], todo mundo chegou de lá preparado com apetrechos de lavoura, com moinho à mão, à pedra que moía mantimentos, trigo, centeio, com a mão, outros vieram com outro sistema de vida para aplicar aqui, para aproveitar aqui, como tudo isso chegaram, aqui a coisa era diferente, primeira, coisa ninguém explicou para eles as estações do ano, foi um grande erro que eles aqui enfrentaram também, não sabemos, na Europa o mês de abril começa a primavera, semeadura, a plantação de tudo, enquanto que aqui o mês de abril começou a gear, eles jogaram semente na terra e geou em maio, e eles em abril eles jogaram, por que esperavam que o clima fosse o mesmo, ninguém tinha experiência, assim, do clima aqui, então ficaram muitos sem nada e daí também houve morticínio de muitas crianças, grassava ai uma doença e a gripe entre eles, então muita gente pereceu assim.

Em outro depoimento, Sr. Janiski (2004)⁶⁶ contou que chegaram cerca de 138 famílias de ucranianos na primeira leva de imigrantes e que o contato com os chamados 'caboclos' ou 'brasileiros', pessoas que já moravam na região, era geralmente tranquilo. Também relatou que as famílias de ucranianos costumavam firmar casamentos entre os seus, mas aos poucos foram também contraindo matrimônio com os poloneses das colônias próximas e com os 'brasileiros'.

⁶⁵ JANISKI, W. Depoimento concedido a Fabrízia Rosetti, em 17 de janeiro de 1996, na Colônia Ipiranga, Distrito de Guajuvira, Araucária. Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres, Araucária, 1996.

⁶⁶ JANISKI, W. Depoimento concedido a Wolney Dias Pereira e Sebastião Pilatto dos Santos, em 11 de julho de 2004, na Colônia Ipiranga, Distrito de Guajuvira, Araucária. Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres, Araucária, 2004.

A.T. (2011) observou que atualmente a colônia é integrada por vários descendentes de poloneses e muitos deles frequentam as missas no rito ucraniano.

A família de R.B. (2011) mora no Ipiranga, porém ela é presidente da Comissão da Igreja Bom Jesus, na Vila de Guajuvira. Mesmo assim, ela e a filha disseram que de vez em quando participam de algumas missas ucranianas, porém têm dificuldade de acompanhá-las pelo rito ser muito diferente da igreja (católica latina) que costumam frequentar, principalmente devido ao idioma e pela posição do padre no altar. “Nós vamos na missa [dos ucranianos] às vezes né, porque a missa deles é um tanto ucraniana”. (R.B., 2011).

O idioma polonês tanto na Vila de Guajuvira quanto nas colônias, apesar de vir perdendo o interesse das gerações mais novas, ainda é praticado por muitos dos moradores na faixa etária acima dos 50 anos, herdeiros da tradição dos pais.

Na casa dos meus pais, o meu pai falava mais em polonês, minha mãe já falava meio a meio, polonês e português. (L.W., 2011).

Minha mãe, falecida, não falava em português, então com ela era tudo em polonês. (S.W., 2011).

“[...] eu sei bem em polonês [...] Em brasileiro eu até me atrapalho [...]. Nasci em polonês [...]. (J.N., 2011).

Bom, a gente, quando era em casa, o pai falava bem o polonês, [...] a minha mãe também. A mãe tava estudando na escola, meio dia português, de manhã ao meio dia, e, de meio-dia à tarde, polonês [...] (H.C., 2011).

[...] então ele [seu pai] gosta muito [de falar o polonês], daí vem gente, ele começa a falar em polonês, daí as pessoas ficam meio assim, mas é que o pessoal não entende, né, mas ele gosta de brincar. (R.B., 2011).

[...] o polonês a gente pratica, assim, a gente conversa e tudo, mas não assim que seja fluente e sempre, né. (L.W., 2011).

Quando perguntado se ainda praticavam o idioma de origem, H. C. (2011) espontaneamente declamou alguns versos em polonês.

Inclusive para muitos deles, o polonês representa o seu primeiro idioma, falado no cotidiano da colônia e praticado nos espaços religiosos, sendo o português apresentado apenas no espaço escolar. Algumas declarações reforçam bem esta realidade:

Nós aprendemos na igreja em polaco [...]. Rezar, tudo em polaco eu sei. Eu rezo em polaco e em brasileiro. (J.N., 2011).

Eu aprendi brasileiro na escola, nós falávamos aquele tempo em polonês. (J.N., 2011).

Na verdade quando eu fui pra escola eu não sabia [o português]. Porque meus pais em casa era tudo polonês, polonês, polonês e cheguei na escola e só sabia polonês. (S.W., 2011).

R. B. (2011) mencionou seu pai de 66 anos, que também aprendeu a falar o português na escola “[...] aprendeu depois, depois na escola mesmo né. Porque até então era só polonês”.

O idioma entre os filhos dessa geração a partir dos 50 anos de idade está se perdendo, mas alguns relatos mostram a curiosidade dos netos em aprender algumas palavras usadas pelos avôs:

[...] na verdade somos só nós dois [que falamos o polonês]. [...] perto deles [filhos] nós falamos em polonês e eles não entendem, não conseguiram aprender [...] a gente até tentou ensinar, porque a filha mais velha [...] se falar em polonês ela entende e os outros não tiveram interesse ou tiveram vergonha. (L.W., 2011).

Apesar da sua filha não conhecer o polonês, D.F. (2011) afirmou sobre a neta: “acho que um pouco ela está entendendo”.

[...] quando vêm as netas, se a gente estiver falando em polonês perto delas, às vezes a gente fala, ensina elas às vezes algumas palavras, têm coisas que elas pronunciam bem bonitinho.[...] E a gente fala assim, chuva, árvore, café-da-manhã, o pão, a gente fala pra eles [netos] em polonês né, só que tinha que sempre estar falando, praticando. (L.W., 2011).

J.N. (2011) explicou que dois dos seus filhos entendem um pouco de polonês, mas não falam a língua. Seus outros filhos nem sequer entendem, pois “Os amigos falam brasileiro, eles dizem que esquecem. Não querem falar”.

Ah, eu falo um pouco. [...] É, que daí o meu marido não fala né, então daí já se perdeu essa coisa deles [filhos] falarem, que daí eu vou lá no pai né, que às vezes escuto o pai falar, então eles entendem alguma coisa, mas falar mesmo não falam. Então está se perdendo muito essas coisas né. (R.B., 2011).

Além da característica do idioma de origem, a cultura nascida em função da etnia, moldada às condições do ambiente em que se fixaram os colonizadores, firmou também hábitos alimentares. A broa é um dos exemplares da gastronomia polonesa da colônia ainda presente na mesa destes moradores, citada por todos os

entrevistados. O segundo item mais mencionado como representante da gastronomia polonesa foi o cuque e depois, o pierogui. Apesar de ainda consumirem estes alimentos, o hábito de fazê-los em casa vem ocorrendo com menor frequência e no caso do pierogui, percebeu-se que é preparado quase exclusivamente nas ocasiões festivas.

Eu acho que mais assim, a broa ainda que o pessoal faz aquelas broas né, eu não estou fazendo aqui, mas eu sei fazer. [...] você não usa forma né... [...] Com batata doce... não usa forma, você queima o forno bem, esquenta bem ele com brasa, com lenha, tira bem, varre bem ela ali com vassoura de árvore, varre bem o forno e depois joga com pá, tem uma pá, aquela pazinha de madeira, você joga fubá, polvilha bem aquela pazinha, joga a massa em cima daquela pá e daí você joga no forno lá, daí ela assa, fica redondinha, com aquele fubazinho no fundo, fica uma delícia. (L. W., 2011).

Sobre a broa, E.C. (2011) afirmou:

A gente fazia em casa, agora a gente compra. [...] E daí no domingo, no sábado de tarde, daí a gente acaba comprando porque sabe que eles [café rural do itinerário] têm pra vender. E antigamente a mãe fazia [broa], mas fazia e vendia também, como fazia pra todos os filhos.

O cuque ainda é um item da gastronomia típica elaborado com certa regularidade pelos moradores, diferentemente do pierogui.

Cuque, o cuque com farofa, esse ainda é tradição. (L.W., 2011).

Eu ainda faço aquele cuque polonês, a broa, mas assim, outras coisas que nem pierogue eu já não sei fazer essas coisas né. (R.B., 2011).

J.N. (2011) contou que no passado fazia broa, pierogui e um prato típico com repolho, mas atualmente não faz mais. “Fazia, fazia de tudo. Chegava da roça lá em casa e fazia”. Ela lembrou que hoje em dia pode saborear o pierogui nas festas.

“[...] Pois é, o pierogue às vezes a gente faz, mas o pierogue já é mais ucraniano né, os poloneses dizem que é um prato mais ucraniano [...] o polonês também faz, mas é mais ucraniano”. (L.W., 2011).

Além do pierogui, também atribuído à cultura ucraniana, R.B. (2011) mencionou que na Colônia Ipiranga são mantidos alguns pratos típicos ucranianos, principalmente na ocasião das festas.

Dois dos entrevistados (D.F. e E.C., 2011) reconheceram que a broa, o cuque e o salame são servidos no café da Chácara São Pedro, participante do itinerário turístico, além de outros pratos típicos. Conforme já mencionado anteriormente, alguns moradores, como E.C., costumam comprar a broa nesta chácara, pois sabem que eles produzem para o turismo.

D.F. (2011) faz questão de esclarecer que, na sua visão, a comida típica polonesa é aquela que a sua mãe fazia no passado, na Colônia Campestre:

O básico nosso, que a minha mãe fazia que era polonês não tinha grandes misturas não, era a carne de porco, o feijão, o arroz, a batatinha, o macarrão feito em casa. O leite, a manteiga, tudo era feito em casa. Não tinha aquelas misturas, aqueles temperos diferentes que agora tem. Toicinho, toicinho frito na hora para tomar café de manhã. Tinha toicinho pindurado assim salgado, pinduradinho no varão em cima do fogão. E era comida boa. Não era essa comida, vamos dizer assim 'importante' que tem nos restaurantes que a gente vê, tanta coisa que e a gente não sabe bem o que come.

Vários alimentos como o torresmo, a manteiga, o salame, o queijo caseiro, o mel, as carnes, eram produzidos pelas próprias famílias com os recursos disponíveis na propriedade, porém, gradativamente, eles vêm perdendo o seu lugar na mesa, ao serem substituídos pelos produtos industrializados. Muitos destes alimentos são servidos no café rural do itinerário turístico e alguns deles podem ser encontrados a venda no Comercial Iguaçu, vila de Guajuvira.

A ideia de uma origem comum e de uma história vivida em conjunto, conforme discutido neste tópico, além do aspecto da colonização polonesa, também agrega o passado áureo da vila de Guajuvira, quando muitos trabalhavam nas fábricas e no comércio, frequentavam as atividades do clube, presenciavam o movimento da Estação Ferroviária, entre outras vivências comuns.

Claval explica que esse tipo de identidade ligada à concepção de uma origem comum está estreitamente relacionado à territorialidade, sobre a qual há uma preocupação em “não se deixar influenciar ou contaminar por elementos exteriores. A presença de estrangeiros no país é, então, percebida como uma ameaça, às vezes como uma verdadeira mancha” (CLAVAL, 2001, p. 179).

Continuar habitando o mesmo solo dos antepassados é uma forma de preservar a identidade ligada a sua origem comum, assim como mantê-lo protegido de outros ocupantes que possam se apropriar dele e apagar a história vivida dos povos anteriores.

Na área de estudo, as transformações provocadas pelo crescimento de um loteamento de residências na vila de Guajuvira, além de mudar a paisagem urbana local, traz novos moradores com diferentes usos e costumes (incluindo a fé em outras religiões e a instalação de igrejas diferentes da católica), começam a representar uma mudança e, de certa forma, uma ameaça à identidade cultural que deu origem à comunidade.

A notoriedade do loteamento como uma mudança dos tempos atuais em Guajuvira é unânime entre os sujeitos de pesquisa. Todos sabem indicar a localização do loteamento, o qual não é facilmente percebido por quem passa pelo centro de Guajuvira, pois fica encoberto pela área elevada da Igreja Senhor Bom Jesus. “Moram mais pra cima da igreja ali, do lado direito, você sobe ali [...], vai perceber que têm várias casas novas.” (E.W., 2011).

Padre Pedro⁶⁷ (2011), que morou em Guajuvira há 10 anos, percebeu este loteamento como uma mudança significativa no lugar, não observando outras transformações tão evidentes nesta última década.

E.C. (2011) vem acompanhando o crescimento vertiginoso desse loteamento que atrai a chegada de desconhecidos moradores:

Vão fazendo casas assim pros lados, então aumentou bastante. Tem lugar que lá pra trás [...] a gente nem conhece quem mora lá. [...] E sempre vem gente de fora morar junto, que um vai vendendo pra outros de Araucária e Curitiba.

O crescimento urbano também foi notado em outro ponto da vila, próximo ao Rio Iguaçu. Estes dois núcleos populacionais representam a existência de moradores que vivem à margem da comunidade principal de Guajuvira, o que pode ser chamado, segundo Claval (2001), de uma forma de contracultura.

A contracultura se distingue do agrupamento de famílias homogêneas quanto à renda, religião, origem étnica e costumes que compõem as comunidades predominantes na região. É comum que estes grupos, considerados diferentes, criem “zonas-refúgio marginais” onde as regras coercitivas da sociedade dominante não tenham tanto alcance (CLAVAL, 2001, p. 127-128).

É válido alertar que os espaços marginais referenciados por Claval não servem necessariamente para abrigar grupos delituosos, mas podem ser criados por

⁶⁷ Padre Pedro Klidzio, ..., 2011.

comunidades que pregam outros valores, imaginam soluções inéditas para as dificuldades com as quais o corpo social é confrontado e/ou simplesmente buscam a preservação das suas particularidades, nas suas palavras “A marginalidade torna-se, assim, culturalmente produtiva.” (CLAVAL, 2001, p. 132).

Contudo, o aumento da criminalidade percebido pelos sujeitos de pesquisa, além de suscitar a suspeita de serem praticados por forasteiros, é frequentemente atribuído ao crescimento desses novos núcleos habitacionais.

[...] estão querendo assim um módulo policial ali na Vila, alguma coisa assim né, porque até então nunca teve nada, mas agora já tem assalto, que nem lá no armazém da dona Tereza, volta e meia né. (R.B., 2011).

Agora começou, esses tempos, começou, que vem muita gente de fora morar aqui e aumentou né, o lugar aumentou e vem gente de fora e sempre tem, daí. É roubo, um tempo não tinha, agora começou. [...] A gente sempre deixava roupa no varal, agora já tem que cuidar mais. (E.C., 2011).

Hoje não dão assim, digamos, um baile, uma diversão pra fazer como antigamente. Se for pra fazer uma diversão tem que ter no mínimo 50 a 80 seguranças, do jeito que está hoje. (H.C., 2011).

Pelos relatos, a ocorrência de roubos vem aumentando a partir de aproximadamente três anos atrás. E.W. (2011) revelou ser necessário combinar uma vigilância entre os vizinhos quando saem de casa por um período de tempo: “Quando eu estou aqui, eu digo ‘podem ficar tranquilos, qualquer coisa que for ou pessoa estranha que chegue’, mas não que eu fique imune de ser assaltado, porque já roubaram três vezes lá [a sua casa]”.

Nas colônias, fora da vila de Guajuvira, a incidência de roubos, há pouco tempo inexistente, começou a assustar a população. Em Camundá, S.W. (2011) declarou que nunca pode sair sem deixar alguém cuidando da propriedade “tem que deixar [alguém] por causa dos roubos”. Na Colônia Ipiranga foi relatada a ocorrência de assaltos a mão armada. De um modo geral, as localidades rurais começam a experimentar a ocorrência da criminalidade.

Assim, a origem comum advinda dos imigrantes eslavos ainda é um traço da identidade cultural presente na constituição da comunidade, porém há que se considerar até que ponto as transformações em curso podem apagar tais raízes culturais.

4.3.3 A construção da pessoa baseada na fé religiosa católica

A terceira forma de identidade apresentada por Claval está relacionada à adesão do indivíduo a um sistema de valores centrais, no qual ele acredita e escolhe para reger a sua vida,

Não está baseada mais na obediência cega às impulsões coletivas, mas na conformidade a um certo tipo de arbitragem moral das escolhas: ser cristão é perdoar a seu próximo, colocar em execução um ideal de amor e de caridade; é fazer tudo para que a palavra de Cristo seja respeitada na Terra, é aplicar os mandamentos sem os quais não se pode ter acesso ao Céu. (CLAVAL, 2001, p. 180)

Dentro desse sistema de valores integram-se todos aqueles que concordam com seus princípios, sendo que o reconhecimento deste ato também pode acontecer por meio da conversão do indivíduo à fé do grupo, como exemplifica Claval: “A conversão permite a qualquer um entrar na comunidade dos cristãos ou dos muçulmanos.” (2001, p. 180).

Essa identidade relacionada à ideia de pessoa em Guajuvira está vinculada à fé na religião católica, responsável pela manutenção de valores da família, do casamento, das comemorações religiosas, dos grupos de reflexão nas casas, da intenção de contribuir com o patrimônio da instituição. A comunidade zela e mantém o patrimônio da igreja que a serve, o qual também abrange os salões para eventos, essenciais para as datas comemorativas se efetivarem.

A religião católica é predominante, “sou católica né, eu vou na igreja católica, uma vez por vez no domingo sempre tem a reza do rosário” (J.N., 2011). “Nós somos Católicos, todas as minhas irmãs casaram e continuam na mesma religião.” (BAIDESKI, 2003).

As chamadas igrejas das comunidades são designadas de “capelas” dentro da estrutura arquidiocesana. Tais “capelas” do Distrito de Guajuvira estão vinculadas à Paróquia Matriz da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, esta por sua vez pertence à Diocese de São José dos Pinhais⁶⁸. Em Araucária existem ainda mais

⁶⁸ A Diocese de São José dos Pinhais foi criada em 6 de dezembro de 2006 atendendo à solicitação do Arcebispo de Curitiba e do episcopado paranaense. “A Diocese de São José dos Pinhais teve o seu território desmembrado integralmente da Arquidiocese de Curitiba. A nova diocese engloba 14 municípios, atingindo uma área de 7.172 K2, com população de aproximadamente 750.000 habitantes. Conta com 31 paróquias e 403 comunidades, sendo 16 paróquias atendidas pelo clero diocesano e 15 pelo clero religioso.” (DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2011).

três paróquias matrizes pertencentes a esta Diocese, são elas: Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora dos Remédios e Paróquia Bom Jesus. Todas localizadas na área urbana de Araucária.

Conforme consta no histórico da paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2011), esta teve início em 1978, porém com o nome Centro Social São Francisco de Assis. A mesma fonte indica que em 05/10/1985 a 'comunidade' votou decidindo a sua nomeação para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com a benção do terreno na primeira missa rezada em 27/11/1986 e a pedra fundamental colocada em junho de 1993. Os mesmos dados também registram a fundação da paróquia em 06/03/1994 e a sua inauguração em 27/06/2004.

O inventário turístico do município (ARAUCÁRIA, 2011 p.105) informa que esta paróquia iniciou suas atividades como matriz em 1998 e sua edificação tem capacidade para 800 pessoas sentadas.

A Paróquia Matriz da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro possui 16 capelas vinculadas a ela, sendo 11 pertencentes ao Distrito de Guajuvira e as outras cinco em área urbana, fora do distrito (ARAUCÁRIA, 2011, p. 106).

A fé religiosa, além de caracterizar um elemento fundamental na formação da identidade cultural desta população, também é responsável por criar um espaço religioso que congrega as pessoas como membros de uma mesma comunidade.

Os próprios discursos dos sujeitos se referem à "comunidade" no sentido de comunidade religiosa pertencente a uma localidade rural, apesar de também contar com a participação de moradores de outras localidades que não possuem paróquias. Na sinalização das igrejas não pode faltar o nome da respectiva comunidade que é o mesmo da localidade, conforme se lê nas suas placas de identificação (FIGURAS 39 e 46): "Igreja Assunção de Nossa Senhora. Comunidade de Colônia Ipiranga"; "Capela Nossa Senhora da Assunção. Com. de Campestre. Araucária P.R." Da mesma forma, o histórico da própria estrutura arquidiocesana se refere às "comunidades" que frequentam suas igrejas pelo nome do bairro ou da localidade onde estão situadas, como se não houvesse outras instituições religiosas nestes locais.

R.B. (2011) cita as "comunidades" pertencentes à paróquia matriz, sem distinção entre "comunidade religiosa" e "localidade": "Então seriam Guajuvira, Campestre, Camundá, Boa Vista, Campina das Pedras, Rio Verde Abaixo,

Formigueiro, Rio Verde Acima, Colônia Cristina [...] depois mais do interior aqui, depois lá daí as partes da cidade”.

Como será visto no próximo capítulo sobre a constituição da comunidade, as relações sociais entre os membros das comunidades em Guajuvira também se evidenciam neste espaço religioso. É onde acontecem os encontros em função das missas, procissões e datas comemorativas. É onde se estabelece uma forma de liderança, ainda que restrita à esfera deste espaço, por intermédio das comissões de trabalho das igrejas e, de forma mais institucional, pelo papel do padre.

5. COMUNIDADE DE GUAJUVIRA E ELOS COM O LUGAR

Como já exposto, com base em Claval (2001), a cultura na formação das sociedades pode definir grupos culturais como aqueles pertencentes a uma mesma comunidade. Os tipos de relações que unem os componentes destes grupos podem formar estruturas horizontais, verticais ou ambas combinadas. Nestas estruturas, identificaram-se a fé religiosa e a coabitação como os principais “cimentos sociais” (termo utilizado por Claval, 2001) que interligam seus membros.

Nesse contexto são citados os espaços de interação que reúnem os moradores, como as missas, grupos de reflexão, festas, pontos comerciais e os espaços do passado que promoviam maior interação como a prática de mutirões, os bailes nas casas, entre outros ligados ao lazer.

Além dessas relações que interligam as pessoas, são abordados os elos de pertencimento com o lugar, em que se identificam a topofilia e a topofobia na composição do espaço vivido.

5.1 RELAÇÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS

Em Guajuvira foi verificado que a vida em comunidade está estruturada por relações que interligam os indivíduos num plano horizontal (“aquelas que se configuram entre parceiros iguais”) e vertical (“estruturadas segundo um sistema hierárquico”) (CLAVAL, 2001, p. 111).

Horizontalmente, identificaram-se as relações espontâneas estabelecidas a partir do contato entre os habitantes de uma mesma localidade durante as atividades do cotidiano, reforçado pelo fato de pertencerem a uma mesma paróquia. Assim, verificou-se haver uma relação de igualdade entre estas pessoas que se sentem parte de um mesmo grupo.

Porém, como esse tipo de relação não se baseia em uma figura com a função de comando do grupo, concorda-se com Claval (p. 111) que tal estrutura não permite coordenar ações complexas. Isso é o que vem ocorrendo em Guajuvira, já que, num plano vertical, foram identificadas “hierarquias simples” (p. 111) e a

hierarquia religiosa, porém não há uma hierarquia responsável por garantir a ordem e a manutenção da comunidade, de um modo mais abrangente

A presença das hierarquias simples ocorre no interior das famílias, na relação institucional da escola e nos espaços de trabalho, limitadas aos pequenos grupos, onde a autoridade dos mais velhos, do diretor da escola/professores e do patrão é naturalmente aceita.

Ao ser investigado se existia uma hierarquia que estaria estruturando a comunidade de um modo geral, iniciou-se a busca por lideranças no entorno das quais a comunidade poderia estar estabelecida.

Os sujeitos de pesquisa foram unânimes em afirmar que não havia um líder nesta comunidade. Reforça-se que a pergunta foi reelaborada pelo menos por mais duas vezes durante as entrevistas, no sentido de indagar se havia alguém que fosse respeitado por muitas pessoas, alguém que a comunidade procurasse para pedir conselhos, alguém que costumasse reunir aquela população para discutir problemas locais etc. Mesmo assim, não houve a indicação de líderes entre os moradores.

Líder, pras pessoas ouvir conselho, ouvir algum projeto desse líder assim? Não tem. (D.F., 2011).

Olha, assim as pessoas têm muito respeito pelas pessoas mais idosas assim, mas pra manter uma liderança assim, dizer assim, organizar as coisas, ainda é difícil, né. (R.B., 2011).

O único nome citado por um dos sujeitos de pesquisa se referiu a uma personalidade do passado (época em que Ney Braga era Governador), chamado Sr. França, agente da receita do estado, morava em Guajuvira e pela sua influência na política conseguiu algumas benfeitorias para o Distrito, como a ponte sobre o Rio Iguaçu. “Daí nós tínhamos um líder comunitário, na época, que ele até era o agente da receita do estado, que era o seu França.” E.W. (2011). Pelo contexto, concluiu-se que ele era uma figura política respeitada, pelos esforços em conseguir investimentos para a localidade, porém não representava uma liderança a ponto de desempenhar um papel de organização interna junto aos cidadãos. Na opinião de E.W. (2011), no momento presente não há um líder.

Já entre os entrevistados da gestão pública, houve três indicações da Subprefeitura considerada como uma liderança, mostrando que encararam a noção de líder sob uma visão política institucional designada pelo poder público, ao

contrário de um representante eleito pela comunidade. Os demais entrevistados da gestão pública não reconheceram nenhuma espécie de líder em Guajuvira.

Nas entrevistas, os sujeitos desconhecem a existência de formas de organização, como, por exemplo, uma associação de moradores, de produtores agrícolas, de turismo ou de qualquer outra finalidade⁶⁹, sendo que apenas dois dos sujeitos moradores indicaram que existiu uma associação de agricultores.

Ela teria ação né, mas é que acho que é aquela história né, tem que ter alguém que comanda, que serve. Nossa, no início a associação tinha caminhão, tinha tratores pra colonos, entende, desativaram tudo. (E.W., 2011).

Muitas vezes o pessoal não aceita, outras vezes é complicado assim, a gente lidar, porque já se tentou fazer a associação, daí não foi pra frente. [...] eu acho que sempre teve gente que é mais ligada à política do que necessariamente, então daí a coisa não andou né". (R.B., 2011).

A tentativa de estabelecimento dessa associação de agricultores, já extinta em Guajuvira, também foi assunto da entrevista com os gestores públicos. O Secretário de Agricultura (KAMPA, 2011) mencionou que o retrocesso do setor agrícola inviabilizou a continuidade da associação e ainda que a ideia de trabalho em conjunto, motivo principal para se constituir uma organização desta natureza, não foi encampada pelos membros. Para ele, uma associação representa:

[...] uma organização importantíssima, ela agrega realmente a comunidade e discute o que é interessante, mas essa associação tem que estar bem organizada, bem constituída e preocupada em melhorar o que ela representa e nem sempre isso também acontece.

Ele explicou que muitas vezes o agricultor está tão preocupado com o seu sustento que não tem condições de se dedicar ao trabalho de associativismo que depende de uma visão coletiva, principalmente se ele for um dos dirigentes da entidade.

Alguns dos sujeitos moradores também reconheceram a necessidade de haver uma associação dentro da comunidade com a finalidade de discutir assuntos diversos, como a questão da agricultura. Na opinião de R.B. (2011):

⁶⁹ Na abrangência da área de estudo constam: a Associação de Pais Professores e Funcionários da Escola Municipal Rosa Picheth (Lei Ordinária de Araucária-PR, n.º 2133 de 09/11/2009) e a Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira - ATCG, fundada em 26/07/2010 (ATCG, 2010).

[...] precisa muito disso [associação] ainda aqui. Ainda esses dias a gente estava conversando que a gente precisaria assim fazer uma associação, você reunir um grupo assim pra tentar ver se consegue mais uma coisa assim tipo adubo, essas coisas, semente que o pessoal compra, porque cada um compra pra si e daí sai caro né, se pegasse assim e fechasse uma quantia 'x' né, ficaria melhor, mas o duro é convencer o povo né, o povo tem medo de tudo ah, não sei o que né, então chega pra ali pra comissão [da igreja] também, ninguém quer assumir, né.

Assim, verificou-se a ausência de lideranças dentro da comunidade, não há pessoas interessadas em coordenar uma organização coletiva como uma associação, destacando as palavras de R.B. (2011), “o povo tem medo” de assumir tal responsabilidade. Ela concordou que não há um grupo de pessoas que busque atender aos interesses da comunidade de forma conjunta, aliando, por exemplo, religião, produção rural, saúde e outros assuntos. “Cada um trabalha pra si né, ainda”, afirmou R.B. (2011).

“Eu estou querendo fazer assim pra ver se nós conseguimos unir tudo né”. Relatou sobre sua tentativa de articulação entre a comissão da igreja (a qual preside) com a área de saúde:

Daí eu convidei o pessoal ali do posto de saúde, disse: olha, vamos trabalhar junto, vocês vão repassando que daí o que pessoal está reunindo aqui e sabe o que está acontecendo na área de saúde, mas até hoje não me passaram nada. Então é difícil né, a gente tem que estar correndo atrás e eu também não tenho muito tempo né, que se eu largo aqui [o trabalho na sua propriedade] não tem quem faça, né. (R.B., 2011).

Também foi perguntado se a Escola Municipal Rosa Picheth, com seus professores, teria alguma liderança ou alguma ação de extensão na comunidade, mas a resposta foi negativa.

R.B. (2011) afirmou que a única ação conjunta tem ocorrido com a Subprefeitura, a qual tem colaborado com os trabalhos da comissão da igreja:

Tem o subprefeito aqui né, então ele tem colaborado muito com a gente também né, na limpeza e tudo, então a gente fica gratificado com isso, porque até então a gente via que não tinha essa participação. A limpeza ali do pátio ali na frente da igreja, eles cortam a grama e tudo, andamos podando lá as azaléias ali, aí eles limparam tudo então assim, eles têm colaborado bastante, então está começando assim (R. B., 2011)

S.W. (2011), da comunidade de Camundá, também mencionou o contato com a Subprefeitura para solicitar apoio a fim de melhorar o espaço do entorno da

igreja, principalmente nas datas dos eventos: “Nós pedimos para a Prefeitura ajudar a ajeitar o pátio ali, fazer um anti-pó, [...] um estacionamento melhor”.

Independentemente da ação da Subprefeitura no atendimento dos serviços públicos, ficou evidente não haver uma unidade da comunidade para discutir e encontrar soluções de forma conjunta, reunindo vários assuntos. A esfera religiosa é a que possui uma organização coletiva. Alguns assuntos, como a criminalidade que vem ocorrendo na região, acabaram encontrando um encaminhamento por intermédio da comissão da igreja, que organizou um abaixo assinado para solicitar um módulo policial na Vila. No entanto, demais assuntos como os problemas na agricultura são tratados de forma individual por cada família.

R.B. (2011) destacou que quando um assunto tem o apoio do padre ele ganha mais força, porém é preciso dedicação do grupo para tratar disso: “o que o padre diz é sagrado né, então você tem muita força ali dentro. Então se a gente conseguir trabalhar isso né, tivesse bastante tempo, tivesse mais gente que ajudasse, aí dava pra fazer muita coisa”.

Em suma, não se constatou haver uma liderança que encabece a estrutura da comunidade no sentido hierárquico, mas existem laços que interligam estas pessoas como membros de um mesmo grupo.

5.2 CIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE

Aqui, faz-se necessário retomar as relações sobre as quais uma comunidade pode ser construída (CLAVAL, 2001, p. 114-116), apresentadas no terceiro capítulo: a) laços de sangue que unem os membros de uma mesma família; b) um mesmo ideal, por meio de contrato de associação ou por um projeto comum; e c) coabitação de pequenos grupos em um mesmo lugar.

Em Guajuvira foi identificado que os elos de sangue fazem parte daquelas ‘hierarquias simples’ detectadas nos grupos familiares, porém não unem a comunidade em si, por estarem restritos a pequenos grupos.

Destacaram-se, então, aqueles elos que interligam a comunidade de forma mais abrangente: o mesmo ideal tem na fé religiosa um projeto comum; e a coabitação num mesmo lugar determina comunidades distintas, normalmente no entorno de paróquias.

Tais características, que também estão inseridas na identidade cultural destes grupos, são fundamentais para definir a formação das comunidades.

5.2.1 A fé religiosa na constituição da comunidade

Claval discorre que “Partilhar as mesmas crenças religiosas ou metafísicas e participar dos ritos que reúnem os crentes constituem cimentos sociais muito sólidos” (2001. p. 115). Isso explica o fato de estas comunidades estudadas se formarem basicamente em função da mesma fé, que as vincula à mesma instituição religiosa, representada pela Igreja Católica.

Se há uma organização coletiva na comunidade, está vinculada às atividades religiosas da Igreja Católica, em relação às quais os habitantes se voluntariam para contribuir com seu tempo e recursos próprios em favor da manutenção da instituição. Como parte desse movimento, R.B. (2011) deu seu testemunho sobre os esforços da comunidade em prol da igreja:

Isso, fundos pra estar mantendo o patrimônio [da Igreja Bom Jesus], né. Então a gente está com problema do telhado do barracão lá e estamos querendo reformar e a gente não tem o tanto de dinheiro que está precisando, então a gente está correndo atrás.

Na localidade de Camundá, S. W. (2011) contou que dia 27/03/11 fizeram uma festa “em benefício da comunidade” para arrecadar recursos a fim de pagar a reforma da igreja executada no início do ano. Toda a renda para pagar a reforma provém da comunidade. S. W. (2011) explicou sobre o montante de valores: “o custo dela [da reforma da igreja] saiu R\$ 54.000,00 e daí faltou R\$ 14.000 e agora temos que correr para pagar”.

Esse espaço vivido em função da paróquia, que num primeiro momento, parece ser estritamente religioso, na verdade, é onde também se desenvolve uma vida social. Uma vida social que, conforme Claval (2001, p. 113), baseia-se em organizações hierárquicas institucionalizadas, neste caso, a Igreja Católica.

Isso se comprova quando perguntado onde as pessoas da localidade costumam se encontrar:

Na igreja né, quando tem alguma missa, culto, essas coisas e festa em geral. (R.B., 2011).

Então daí é só nas igrejas mesmo que o pessoal se reúne, não tem um lugar assim que ah, vamos nos reunir lá que tem um churrasco... não tem. (E.C., 2011).

É, quando tem na igreja, daí eles se reúnem. Ou dia de domingo, que tem missa, daí o pessoal pára pra conversar assim, se encontram, né. (T.C., 2011).

[nos encontros em função das missas] Cada um conta dos seus problemas que passou na semana, conversa um pouco, os colonos falam do que plantaram [...] (H.C., 2011).

[vai para a Vila de Guajuvira] nas celebrações, quando tem no domingo, senão é missa né, daí a gente tem culto, daí tem assim no meio da semana tem a novena da medalha milagrosa né, o pessoal vai e é assim, quando tem um festival, alguma coisa que a gente quer, então a gente vai. (R.B., 2011).

Esse espaço religioso institucionalizado também promove uma comunicação entre as localidades, não só quando os participantes se encontram nesses eventos, mas principalmente em função das tarefas habituais, coordenadas pela paróquia matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Eles programam lá [Perpetuo Socorro] tudo certinho e daí eles repassam os avisos, o que vai acontecer, o que tem pra fazer, o que não tem né. (R.B., 2011).

[...] cada mês tem um encontro, uma reuniãozinha lá [Perpetuo Socorro] que um representante da comunidade vai lá, que é coordenador geral de comunidade vai lá e daí ele traz todos os recados. De toda comunidade vai um. E daí ele vem aqui, passa pra gente e daí a gente vai caminhando. (R.B., 2011).

Cada quarto domingo [do mês] e daí ela [a representante da comissão] traz os recados, tudo certo, programação de missa, tudo certinho, né. (R.B., 2011).

Na paróquia do Perpétuo Socorro, cada uma das 18 capelas tem uma caixinha para correspondências internas, onde são postados informes gerais e convites para as festas. Isso funciona como uma forma de comunicação entre estas paróquias e é um dos principais meios de divulgação das festas que acontecem nas localidades rurais de Araucária, além dos informes pela rádio e em cartazes fixados nos terminais de transporte e pontos comerciais.

Para conciliar as datas dos eventos nas comunidades sem que coincidam, cada comissão deve passar a sua programação para a Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no início de cada ano, procurando respeitar as datas fixas das

demais como os dias dos (as) padroeiros(as). Como explicou R.B. (2011) “A gente já sabe mais ou menos as datas e daí assim, na paróquia, já cada um respeita”.

A comunicação entre as comissões praticamente não ocorre sem o intermédio desta paróquia matriz, como confirmou R.B. (2011): “cada qual com a sua comunidade. Cada qual tem sua equipe que cuida. Então é mais ou menos assim [...] a matriz quando precisa de ajuda, daí eles passam pra cá, né”.

Em algumas comemorações ocorre a reunião de todas as 18 comunidades, como é o caso da celebração de Corpus Christi, realizada na Paróquia da Nossa Senhora de Perpétuo Socorro, onde todas as comunidades da paróquia se reuniram em 2011 para a cerimônia e trabalharam juntas na composição do tradicional tapete colorido feito de flores, serragem e cepilho exposto em frente da paróquia matriz. Dois dias antes dessa data, em visita a alguns produtores rurais, foram mostrados a serragem e o cepilho que acabaram de tingir para fazer parte do tapete. Para esta tarefa, a matriz orientou que cada cinco comunidades se reunissem para trabalhar em conjunto, “estamos naquela correria, um faz, pinta e não dá certo, ich (!) aquela coisa”, disse R. B. (2011).

Durante a pesquisa foram contatados representantes das quatro comissões das igrejas da área de influência do itinerário turístico, acompanhando o recorte de pesquisa para as entrevistas diretas. Estas comissões são compostas por pessoas da comunidade que se voluntariam como candidatas para exercer esta função, e são eleitas por meio de votação.

R.B. (2011), presidente da comissão da capela Senhor Bom Jesus, localizada na vila de Guajuvira, conta sobre a dificuldade de voluntários para se candidatarem como presidentes:

[...] ninguém queria [se candidatar para presidente], daí o pessoal ‘ah, vai você, vai você’, eu dizia ‘não, não, não’. Eu sei que é difícil né, é muito difícil a gente trabalhar com o povo, você agrada um, desagrada dois, três e aquela coisa, quando é pra pôr você está todo mundo né, depois todo mundo some e você acaba levando a comunidade meio que sozinha e corre atrás e daí vem uma coisa e outra, então é difícil. E daí ia desistir, até conversei com o padre e daí ele acabou dizendo ah, mas é melhor agora do que você pegar depois, não sei o que, não sei o que. Daí eu acabei meio que aceitando né. Eu disse ‘então tudo bem, então vamos lá’.

A falta de pessoas que se disponham a assumir lideranças também ocorre na comunidade em geral, conforme discutido anteriormente sobre a ausência de lideranças comunitárias.

As comissões de igreja são organizadas de acordo com uma hierarquia: o padre é o primeiro-presidente, depois dele há o presidente da comunidade e o seu vice; em seguida, o tesoureiro, 1º e 2º secretários, seis conselheiros e as pastorais (da Família, do Dízimo, da Liturgia, da Catequese, do Batismo) com dois coordenadores para cada uma delas.

D.F. (2011) conta orgulhoso da gestão em que foi vice-presidente da comissão da capela Nossa Senhora da Assunção, quando se responsabilizou pela construção do pavilhão ao lado da igreja “desde o primeiro tijolo”.

Sobre os espaços de interação vinculados à religião, foram identificados:

A) Os grupos de reflexão

Um dos momentos de interação da comunidade promovido pelo vínculo à religião ocorre nos grupos de reflexão que se reúnem nas casas de uma a duas vezes por mês.

Formados por pessoas da comunidade, os grupos de reflexão representam uma extensão da igreja para fora dos limites da edificação, reforçando mais ainda o exercitar da fé. L.W. (2011) consolida esta ideia: “A igreja construção, sem a igreja viva, não adianta nada. Fica sem sentido”. S.W. (2011) também ressalta a importância dos grupos de reflexão “Porque a igreja não pode ficar parada. Quem é a igreja somos nós”.

R.B. (2011) salientou que os grupos de reflexão fazem parte da tradição das comunidades e que devem ser respeitados, quando perguntado sobre as transformações na rotina que o turismo ou qualquer outro projeto novo poderia trazer.

Nesses grupos, as famílias que moram mais próximas se agrupam para estudar a bíblia e orar, seguindo um livro guia para orientar os temas de reflexão. L.W. (2011) comentou que o tema vigente naquela época da Quaresma era sobre a campanha da fraternidade no planeta, preocupada com as questões ambientais.

Cada ano é uma família que assume a coordenação do grupo. S.W. e L.W. (2011) contaram que neste ano (2011) uma de suas filhas estava responsável por um dos grupos de Camundá, onde de 10 a 12 famílias costumam se reunir mensalmente para estudar a bíblia e orar.

No Ipiranga existe um grupo de reflexão composto por seis famílias que frequentam a Igreja do Bom Jesus, vila de Guajuvira.

Ao total, existem seis grupos de reflexão entre as famílias que frequentam a Igreja Bom Jesus, uma das mais numerosas em termos de localidades atendidas no distrito.

Além dos grupos de reflexão, verificou-se haver a interação das pessoas da comunidade por meio das “capelinhas” que precisam ser levadas de casa em casa diariamente. Na comunidade da igreja Bom Jesus, existem quatro capelinhas e cada uma circula por 30 famílias, atendendo a um total aproximado de 120 famílias da vila e localidades rurais próximas.

B) A interação na organização dos eventos

Em entrevista para esta pesquisa, Padre Pedro (2011) considerou que a comunidade da igreja Senhor Bom Jesus é unida e organizada para preparar as comemorações das datas religiosas. Valorizou o fato de elaborarem tudo por conta própria, desde a alimentação a ser servida até os itens de decoração das festas.

S.W. (2011) contou como aconteceu uma das festas organizadas em 2011 com o objetivo de arrecadar recursos para pagar a reforma da igreja de Camundá. O evento aconteceu no barracão da paróquia, como ressaltou S.W. (2011): “Barracão enorme, acomodou, mas ficou apertado [...]. Tivemos almoço [...] festival de prêmios [similar ao bingo]. Teve pastel, espetinho, cuque, bolos, tortas [...].”

Como de costume, a comunidade se reuniu um dia antes do evento para preparar a comida a ser vendida na festa. Ao término desse evento, o próximo, que seria uma feijoada, já estava em vias de planejamento para acontecer dentro de três meses, pois ainda havia necessidade de arrecadar mais um montante de recursos para terminar de pagar a dívida da reforma da igreja.

“É uma feijoada que vai ser feita, já é a terceira feijoada. Vai ser feito no domingo e depois do almoço também as brincadeiras lá, é, música mecânica para o pessoal dançar, vai ter também jogo de argola” (S.W., 2011).

A organização desses eventos é coordenada pela comissão da igreja (no momento da entrevista, a presidente desta comissão estava na casa reunida com a esposa de S. W., a tesoureira, para fazer a prestação de contas da última festa). O período de gestão da comissão é de três anos.

T.C. (2011) já fez parte da comissão da igreja Bom Jesus e seu pai e seu filho já a presidiram. Ela comparou a organização das festas no passado e no presente:

De primeiro faziam festas assim, o povo se reunia nos mais próximos, preparavam a comida e tudo, arrecadavam as prendas na região e daí preparavam um dia antes pro dia da festa. Agora eles já fazem, ainda arrecadam prendas e prêmios, prendas pra fazer festival de prêmios né e pra fazer a comida o pessoal aí já costuma doar as coisas pra fazer a comida e daí fazem buffets ou então fazem vendido em porções, né.

É, cozinham, fazem lá [no salão da igreja], daí preparam as comidas, daí depois é vendido no dia da festa, pra arrecadar o dinheiro pra igreja, né.

T.C. (2011) também contou que a maioria das pessoas da comunidade faz doações. “Na colônia o pessoal costuma dar bastante, só agora o que não arrecadam é carne e bebida né, daí tem que ser comprado né. É verdura, batatinha, galinhas também o pessoal dá. [...] Doam farinha, doam açúcar, ovos, daí se prepara no dia da festa.”

Os membros da comissão passam uma lista na comunidade para que os interessados em colaborar informem se vão doar um brinde ou um valor em dinheiro. Depois os nomes destes colaboradores aparecem no convite da festa (ANEXOS 3 e 4), indicando o valor ou o tipo de brinde correspondente. “De prendas muitos dão em dinheiro, daí compram produto de maior valor pra fazer o bingo, né, que eles falam, ou então outros produtos assim” (T.C., 2011).

H.C. (2011) interrompe a conversa para contar sobre o aspecto lúdico dos eventos, mostrando um saudosismo dos tempos passados, quando era realizada uma atividade de ‘leilão’ e termina a sua fala em tom desanimado sobre a monotonia do bingos, realizados atualmente. “Leilão já não tem como antigamente. ‘Dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três (!) Bate o martelo e pronto (!)’. Hoje não, hoje é bingo, então um grita lá, número tal”.

Com o objetivo de arrecadar fundos, realizaram em 2011 um Festival de Prêmios, um Torneio de Truco, além da tradicional festa do padroeiro.

5.2.2 A coabitação na constituição da comunidade

A vida em comunidade tem necessidade de uma base territorial (CLAVAL, 2001, p. 114). Dessa forma, a coabitação dos moradores em um território comum

influencia no sentimento de pertença a um mesmo grupo. Em Guajuvira, observou-se nitidamente que o fato de pertencerem à mesma localidade com uma igreja, faz se considerarem membros de uma comunidade.

Ao perguntar para D.F. (2011) o que é o Campestre? (localidade em que reside), ele respondeu “é uma comunidade no caso, [...], na comunidade moram mais de 100 famílias”. Assim, pode ser interpretado que a localidade de Campestre está representada por uma comunidade que vive ali e frequenta a mesma igreja. E o D.F. (2011) ainda acrescentou uma informação sobre uma das tarefas comuns que identificam o grupo: “Eles vivem de agricultura”.

A inter-relação entre os moradores é típica de uma comunidade agrária caracterizada pela coabitação em um mesmo lugar, onde, como explica Claval (2001, p. 116), “os estilos de vida são semelhantes, o auxílio mútuo fácil. Os casamentos são freqüentes com as famílias das vilas vizinhas [...]”.

A proximidade física que identifica o aspecto da coabitação facilita a realização de tarefas em conjunto, como os mutirões, principalmente por se tratarem de comunidades rurais, onde há uma série de atividades produtivas que dependem do trabalho braçal de pessoas.

Em Araucária, de um modo geral, os mutirões, também conhecidos pelo nome de ‘pixurum’, eram frequentes nas áreas rurais.

[...] o mutirão se constitui em uma forma de auxílio mútuo utilizado com freqüência pelos colonos para desenvolverem atividades que ultrapassem a capacidade de trabalho do beneficiário em concluir uma tarefa em tempo hábil [...] por exemplo, destocar ou roçar uma área de terra, fazer plantio ou colher milho já maduro. (ARAUCÁRIA, 2001, p. 16).

O livro “Os espaços de lazer em Araucária” (ARAUCÁRIA, 2001) registrou que os mutirões ainda eram praticados, porém com menor constância, de acordo com os depoimentos datados do ano de 1990, citados nessa publicação.

Até hoje eles fazem [mutirão], mas antigamente era mais. Eles juntavam 4, 5 famílias e iam colher milho de um colono. Eles trabalhavam dois, três dias até terminar a colheita. E depois quando terminavam eles faziam jantar e baile. Depois na outra semana iam para a casa do outro que estivesse com o milho maduro. Um ajudava o outro [...] Até hoje eles fazem, mas, antigamente, era com mais freqüência. (VOSS, 1990 *apud* ARAUCÁRIA, 2001, p. 17)⁷⁰

⁷⁰ Depoimento de Cecília Grabowski Voss concedido a Roseli Boschilia em 9 de junho de 1990. Memória de Araucária. Araucária, 1990.

A pesquisa em Guajuvira detectou que os mutirões não são mais praticados:

Não, isso não acontece. O que acontece mesmo que o pessoal ajuda é quando acontece de alagar, enchente assim, cada um vai lá ajudar, uma criança que mora do lado de lá, quando precisar sair com ajuda. O pessoal é bom, está sempre ajudando a prefeitura, dando uma ajuda, sempre estão ajudando ali pra tirar as coisas, levantar pra não molhar né. Isso sempre tem gente ajudando. Mas antigamente assim sempre tinha mais enchente, daí tinha mais ajuda também né. (E.C., 2011).

Antigamente meu avô e minha avó contavam que o que todo mundo fazia pra um, fazia pra outro. E agora não, tipo assim, como diz o meu cunhado lá, não há mais essa união, mas também ninguém se dispõe a tentar fazer isso né, então fica naquela coisa né. (R.B., 2011).

A.T. (2011), da Colônia Ipiranga afirmou que os mutirões não existem mais na comunidade, porém dentro da sua família incluindo seus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, ao todo nove pessoas residindo em três propriedades, executam atividades em conjunto, tanto no trabalho agrícola quanto para construir ou reparar alguma edificação deles. Nessas ocasiões, ele destacou que o momento do almoço é importante para a união do grupo e ocorre na propriedade onde estiverem trabalhando. Já é uma tradição na família.

“Não existe, mas tinha muito antigamente e era uma coisa importante. Importante porque o pessoal não tinha maquinário, era tudo manual. Antigamente tinha isso aí e era bonito, era importante, divertido” (D.F., 2011).

D.F. (2011) contou como funcionava o trabalho em mutirão, para o qual se reuniam de cinco a 15 pessoas, de acordo com a disponibilidade de cada um: “Tinha o grupo lá, outro aqui. No caso se essa semana fosse feito serviço para mim, semana que vem eu vou fazer serviço pro meu vizinho. Terminando o serviço pro meu vizinho, vamos para o outro” (D.F., 2011).

Assim como acontece em outras culturas em que há a prática do mutirão, depois do trabalho coletivo vem a recompensa por meio de festividades para o grupo. D.F. (2011), que participava dos mutirões na comunidade de Campestre, conta como funcionava o trabalho e destaca o costume de ser realizada uma festa de encerramento da jornada:

O serviço manual, por exemplo, colheita de milho cada proprietário colhia a roça de milho e descarregava a espiga no paiol. E aí, esse mutirão que você fala, o pessoal se reunia para a descascada do milho. Descascava o milho e

jogava lá no outro lado, o milho descascado, e quando terminava de descascar aquela safra, punha o milho para debulhar naquela maquininha manual – que eu tenho aí. No sábado era um bailinho na propriedade. Tem gente que formou nesta história até casamento. Tem importante família ali [...] o rapaz era gaiteiro, tocava gaitinha, e a menina começou a gostar dele e acabou dando casamento. Formaram uma importante família. [...] Era forma de trabalho e forma do pessoal se conhecer, pessoal se divertia, fazia bailinho, fazia uma caipirinha. Meio de trabalho e diversão junto.

Os chamados “bailinhos” eram tradição após os mutirões em várias comunidades rurais de Araucária (ARAUCÁRIA, 2001, p. 16-17), promovendo o conagraçamento do grupo após um dia de trabalho árduo.

A prática de mutirão é um “cimento” eficaz na manutenção dos laços comunitários, pois o aspecto colaborativo de ajuda mútua e a posterior confraternização festiva consolidam ainda mais o sentimento de pertença ao grupo comunitário, concorrendo para a construção de importantes tradições.

D.F. (2011) informou que os mutirões em Guajuvira foram acabando até o final da década de 1970. “Isso mais acabou porque ficou mais cada um por si. Pessoal começou a melhorar de situação, começou a adquirir mais implemento, maquinário. E daí esse maquinário acabou acabando com essas histórias aí” (D.F., 2011).

Na década de 1960, D.F. (2011) lembrou que os moradores se reuniam para fazer a roçada ao longo das estradas e trabalhos para a manutenção delas. “Não é como hoje em dia que tem um maquinário todo dia e a patrola todo dia. Era uma vez por ano, dois dias cada proprietário tinha que limpar a beira da estrada pública, fazer a roçada”. (D.F., 2011)

Além desses, foram identificados outros laços de interação entre os moradores da comunidade. Na interlocução do pesquisador com os moradores procurou-se saber como se dá a relação entre vizinhos e em quais momentos do cotidiano as pessoas costumam ter contato. Verificou-se que a maioria das pessoas se conhece por se tratar de famílias que residem ali há décadas, porém não costumam buscar uma convivência diária, a não ser nos encontros por ocasião das missas e festas, conforme já debatido, e pela necessidade de serviços e comércio.

“Todo mundo é conhecido né, me conhecem, porque eu moro aqui há mais de 60 anos nessa casa”, disse J.N. (2011). “Com todos [os vizinhos] eu tenho amizade. Só que eu prefiro ficar dentro de casa o dia inteiro do que eu sair”. Assim

como muitas senhoras da comunidade, J.N. afirmou quase não sair de casa, “eu não saio assim.” Ela declarou ter o costume de encontrar as pessoas da comunidade nos cultos da igreja aos domingos ou em frente da sua casa, no portão.

T.C. (2011) afirmou “Ah, a gente tem boa amizade com todo mundo né. Têm muitos moradores novos que a gente não conhece todos”, demonstrando certa reticência quanto aos novos moradores, estranhos às famílias tradicionais que estão ali desde o início do povoado.

Procurando mais informações sobre as inter-relações que fazem destas pessoas uma comunidade, foram investigados os fluxos de deslocamentos das pessoas, que por diversos motivos acabam se encontrando com outras.

R.B. (2011) mencionou ter o costume de se deslocar da Colônia Ipiranga para a vila de Guajuvira a fim de resolver os assuntos da comissão da igreja, para participar das celebrações e missas aos domingos e “no meio da semana tem a novena da medalha milagrosa né, o pessoal vai e é assim, quando tem um festival, alguma coisa que a gente quer, então a gente vai”.

Um modo de inter-relação verificado entre os membros das comunidades foi o das compras de produtos de um morador para o outro⁷¹, seja entre vizinhos próximos, seja dos habitantes da Vila de Guajuvira que se dirigem para as colônias com este propósito. Um dos exemplos é o caso da E.C. que compra feijão dos seus vizinhos de casa e vai até a Colônia Campestre para trazer pêssegos, morangos e hortaliças e broas dos proprietários rurais integrantes do itinerário turístico.

Percebeu-se, nesse caso, que as propriedades turísticas têm desempenhado um papel importante no fornecimento de produtos para a própria comunidade.

Os habitantes das colônias mencionaram que costumam ir para a Vila de Guajuvira fazer compras na “Dona Tereza né, no armazém lá ou ali na Ângela [o outro ponto comercial]”, conforme relatou R.B. (2011).

Não é usual o sistema de trocas de produtos, porém durante uma das visitas a campo a cena de um senhor de carroça na estrada despertou a curiosidade da pesquisadora que resolveu conversar com ele. Ele contou que morava em Araucária e estava voltando da Colônia Ipiranga, onde trocou a sua égua por outra. A proposta do negócio partiu de uma família do Ipiranga que o havia visitado no dia anterior e

⁷¹ Quando perguntado, os sujeitos negaram a existência de sistemas de trocas de produtos.

estava precisando de uma égua mais mansa para auxiliar na agricultura, fornecendo em troca outra mais veloz, adequada para tração de carroças. A sua égua, por ser mais rápida, valia mais, então ele recebeu a diferença de R\$ 100,00 mais produtos agrícolas, explicando “três sacos de milho, um pouco de feijão, batatinha, sabe como é na colônia, né”.

Os poucos pontos comerciais existentes na vila, apenas dois, o Comercial Iguaçu e um pequeno mercado (ambos da mesma família), acabam criando um ambiente de encontro entre estes moradores. T.C. (2011), proprietária do histórico Comercial Iguaçu, concordou, quando lhe foi perguntado se seu estabelecimento poderia ser considerado um ponto em que as pessoas acabam se encontrando, mesmo que por motivos comerciais.

Os dois estabelecimentos são os únicos pontos comerciais existentes na Vila de Guajuvira e também atendem várias colônias, pois a maioria não possui pontos comerciais, conforme verificado em Formigueiro, Ipiranga, Campestre, Camundá; são exceções General Lucio e Rio Verde, pois cada um deles conta com um pequeno bar, mas ambos não atendem às necessidades básicas de suprimentos.

D.F. (2011), morador do Campestre afirmou que “produto, alimentação, essas coisas, a gente vai na vilinha, na Tereza [Comercial Iguaçu] ali. Compra o básico, carne, café, açúcar, material de limpeza, essas coisas.”

R.B. (2011), moradora do Ipiranga, se queixou da falta de um local próximo para comprar mantimentos: “[...] Então, não tem assim, é difícil assim, depende se vem visita e sem avisar a gente acaba se apurando, porque a gente tem tudo no freezer, carne congelada. Então é mais complicado.”

Foi notório, entre os sujeitos de pesquisa que possuem condução própria, o hábito de se deslocar para o centro de Araucária para fazerem compras mensais ou semanais de gêneros alimentícios em estabelecimentos como supermercados. A seguir, trechos dos relatos dos sujeitos sobre se deslocarem para a área urbana de Araucária com esta finalidade:

[...] daí a gente vai no supermercado ou no armazém da família né, então a gente compra e sai mais em conta né, daí já compra pro mês, daí alguma coisa sempre pega aqui na vila né. (R.B., 2011).

[...] fazer compras, eu venho sempre fazer pedidos pro mês, sempre vou com o neto, com irmão, com a irmã. Qualquer um deles eu vou. (J.N., 2011).

[...] a gente compra por mês, assim, pro mês, mas o que falta durante a semana a gente sempre está indo buscar. Alguém que vai pra lá [cidade de Araucária] já busca, eu preciso ir no banco, já compro. (E.C., 2011).

Já os moradores que dependem do transporte coletivo, podem acessar apenas os escassos serviços oferecidos na região.

O hábito de fazer compras na área urbana de Araucária significa uma mudança gradativa no cotidiano dos dias atuais, conforme comenta E.C. (2011), numa comparação com o tempo passado: “não saíam fazer compra como hoje em dia a gente faz no mercado, aquele tempo tinha mais armazém, a gente comprava mais aqui, né”. T.C. (2011), proprietária do Comercial Iguaçu, observou que “Depois que começou a surgir o supermercado, daí o povo foi se afastando”.

Apesar de ser uma região agrícola com predominância de produção familiar, apenas alguns produtos locais, como queijos, ovos e mel, são revendidos nesses estabelecimentos. As hortaliças e as frutas destes pontos comerciais provêm do CEASA (Centrais de Abastecimento do Paraná S. A.), em Curitiba.

Porém, mudanças de hábitos dos moradores tendem a escassear ainda mais as relações pessoais que ocorrem por conta do comércio local, pois a procura por produtos na área urbana vem crescendo, principalmente por aqueles que possuem facilidades de transporte, conforme já exposto.

S.W. (2011) mencionou ter o costume de fazer compras mensais na área urbana de Araucária e afirmou quase não se deslocar da sua residência em Camundá para a Vila de Guajuvira: “[...] tenho ido para lá porque faço parte do conselho de saúde local e municipal [...] e atrás de alguma coisa a gente vai lá, as vezes resolver algum problema na Subprefeitura e também pedir alguma coisa ali para melhorar a estrada.

De modo geral, verificou-se haver pouca interação entre as famílias da comunidade entre vila e colônias, as quais se ocupam com as tarefas internas das suas propriedades, restringindo seu deslocamento para a vila de Guajuvira pela necessidade de produtos e serviços.

No passado, os contatos intracomunitários eram mais constantes. Vários fatores colaboravam para esta articulação maior entre os habitantes, como a circulação de pessoas no antigo centro, a concentração de produtos, serviços e empregos na região (sem a necessidade de os buscarem fora do distrito), a prática

de mutirões para realizar tarefas e as atividades de lazer organizadas pela comunidade.

Estas últimas representam um ingrediente cultural importante na interação entre os membros da comunidade por proporcionarem um caráter de sociabilidade. Assim o espaço vivido também é constituído pelas atividades livremente escolhidas por cada pessoa para passar o seu tempo livre, consagrando espaços de distração e lazer.

A essência desse chamado tempo livre está relacionada ao ócio, termo derivado do grego *scholē* ou *skolé*, que significa: “tempo desocupado ou tempo livre”; “liberação ou estar liberado do trabalho; “estar livre de uma obrigação” (MOLINA, 2005, p. 23).

Com base em autores como o sociólogo Dumazedier (1971), o filósofo Grazia (1966), o psicólogo Munne (1980) entre outros, Molina (2005, p. 24; 25) conclui que o ócio está ligado a uma condição ou estado interno criativo das pessoas para o aproveitamento do seu tempo livre. Seguindo esta ideia, Molina (2005, p. 23) afirma que “a essência do fenômeno turístico é o ócio”.

O termo utilizado ‘espaços de distração e lazer’ foi emprestado de Claval (2001, p. 130), que os caracterizou como “atividades produtivas livremente escolhidas” (a pequena produção, reformas e os trabalhos manuais - bordado, jardinagem etc.) “atividades esportivas” e outro grupo composto por atividades que permitem a fuga do cotidiano, como ir a espetáculos, visitar museus e viajar (turismo).

Sobre o turismo como atividade de lazer, o autor (p. 130) comenta que as viagens permitem “combinar o conjunto desses prazeres [espetáculos, museus etc.], a atividade física, o encontro, a contemplação das belezas naturais, o comércio de obras-primas da arquitetura ou da arte.” Assim, o ser humano no seu estado de ócio, pode escolher o turismo para dedicar parte do seu tempo livre, implicando o deslocamento (viagem) temporário para fora do seu local de moradia.

Em Araucária, a partir da chegada de imigrantes no final do século XIX, piqueniques, passeios, festividades religiosas, casamentos, banhos de rio reuniam os moradores em seus momentos de lazer (ARAUCÁRIA, 2001, p. 34).

Entre os sujeitos de pesquisa notou-se a dificuldade de conceberem a existência deste tempo livre. Muitos se surpreenderam com a pergunta sobre o que faziam no seu tempo livre e quiseram confirmar se era referente ao tempo livre deles

ou dos visitantes, assim como S.W. (2011) questionou “Pra família? Para nós mesmos?”

Principalmente pelo fato de trabalharem dentro das suas propriedades, quase não há a distinção entre trabalho e lazer. C.B. (2011), quando perguntado o que fazia como atividade de lazer no seu tempo livre, pensou por uns instantes e acabou respondendo sobre algo ligado a sua profissão de ferreiro: “Bom, eu sempre tenho meu serviço com o povo né, fazer uns consertinhos”. Ao insistir na pergunta, indagando sobre o que ele costuma fazer no tempo em que ele não está trabalhando, teve dificuldade de pensar em algo ligado ao lazer, a não ser ao fato de assistir televisão à noite. Em seguida lamentou que os “bailinhos” não existem mais.

O dia de descanso está associado ao domingo: “Ah, aqui o povo só pára no domingo né, porque às vezes chega sábado, fica até umas horas, não tem hora pra começar, nem hora prá parar, depende o que tem pra fazer. Então não tem muito esse tempo” (R.B., 2011).

No geral, os sujeitos demonstraram dificuldade de conceber a ideia sobre a prática de lazer no tempo presente. “Ah, aqui assim não tem muito assim em termos de lazer, não tem muita coisa assim” (R.B., 2011).

As referências que possuem sobre lazer ligado a diversão estão no passado, quando as festas, bailes, jogos esportivos e de mesa, e as brincadeiras eram frequentes.

Segundo Camargo (1992), autor de “O que é lazer”, os espaços de lazer podem ser definidos em específicos e não específicos. Nas comunidades de Guajuvira os espaços específicos utilizados pela população para a finalidade de lazer praticamente não existem nos tempos atuais, a não ser a praça em frente à igreja e as propriedades que oferecem o “pesque-pague”; porém, no passado havia o campo de futebol, a Sociedade Guajuvirense com seu time de futebol oficial, e o rio Iguaçu com a prática de banhos, navegação e pesca. As viagens não foram citadas como atividades de lazer, entre os moradores entrevistados, os quais informaram que viajam com pouca frequência. A fuga do cotidiano apareceu ligada a sair para pescar em algumas propriedades que oferecem pesque-pague próximas dali, passear na cidade de Araucária ou mais raramente em Curitiba.

Era na Sociedade [que as pessoas se reuniam], ah vai ter baile, todo o pessoal se reunia lá, tem cinema, chegava sábado e domingo, tinha cinema. [...] tinha sessão de cinema, ficava lá assistindo. Então tinha assim uma

união do pessoal. Hoje não, hoje todo mundo tem seu carrinho, vai pra Curitiba, vai passear, não tem muita atividade. (E.W., 2011).

Tem os que vão pescar, aí de repente a gente reúne a família assim ah, vamos fazer um piquenique lá e pescar em tal lugar ou sair de repente pra cidade lá, de repente vamos lá no zoológico. Daí a gente reúne a família e vai todo mundo. Fora disso assim não tem muito que fazer. (R.B., 2011).

Olha, lazer, não temos lazer, nós não temos locais de lazer dentro do distrito. Perto do distrito têm vários pesque-pagues né, que é uma forma de lazer e o restante se dirige pra Araucária. (E.W., 2011).

A) Espaços não específicos de lazer

O lazer identificado nas comunidades estudadas é mais constante nos espaços considerados ‘não específicos’, como nos salões de eventos das igrejas (festas, apresentações culturais, jogos) e nos espaços domésticos (trabalhos manuais, jardinagem, animais de estimação, jogos de cartas, tocar instrumentos musicais, assistir televisão, festividades, reuniões de família).

O livro “Os espaços de lazer em Araucária” (ARAUCÁRIA, 2002) salienta a importância da casa de moradia como um espaço privilegiado para o lazer da população do município.

O espaço doméstico era o ambiente que centralizava a grande maioria dos eventos de lazer de então. Ali aconteciam as festas de casamento, os bailes, os jogos, as corridas de cavalo e outros eventos, reunindo amigos e parentes. (ARAUCÁRIA, 2002, p. 15)

Os bailes domésticos, também chamados de “bailinhos”, frequentemente citados em Guajuvira faziam parte das práticas de lazer dos habitantes do município (ARAUCÁRIA, 2002, p. 16). Os relatos a seguir descrevem que esses acontecimentos ocorriam de forma espontânea entre os moradores:

Naquele tempo, tinha mais bailinhos inventados na hora, assim pelas casas; os vizinhos inventavam na hora e saía baile. (OLIVEIRA *apud* ARAUCÁRIA, 2002, p. 16)⁷².

Chegava no sábado procurava um bailinho (...). Então, se reunia toda a rapaziada e ia para a casa do colega (...). O colega convidava todo mundo. Ele chegava e convidava uma semana adiantado: ‘apareçam na minha

⁷² Depoimento de Pedro Leal de Oliveira concedido a Roseli Boschilia em 4 de agosto de 1990. **Memória de Araucária**. Araucária, 1990. In: ARAUCÁRIA, 2002.

casa, tem bailinho (...). Tinha uma sanfonazinha no canto da casa e o pessoal amanhecia – das seis às seis da manhã' (...). Tinha diversas famílias aí que faziam baile assim (...). E a gente aproveitava para procurar namoradinha, essas coisas. (DOBJENSKJ apud ARAUCÁRIA, 2002, p. 16)⁷³.

Os sujeitos de pesquisa de Guajuvira mencionaram esses bailes repetidas vezes, conforme exposto no contexto de diversos trechos citados, inclusive após os trabalhos coletivos dos mutirões.

C.B. (2011) explicou que costumava promover tais bailes na sua propriedade:

Eu quando vim morar pra cá [há 50 anos atrás] faziam essas matinezinhos, baile né, festa, faziam tudo, agora não dá mais, com esse povo louco não dá mais, já brigam, já se matam né. Eu tinha aqui um paiol de madeira como esse, eu fazia cada mês um bailinho né, pra sobreviver, porque eu não tinha nada, então pra viver eu fazia um bailinho, fazia esse, sobrava um dinheirinho. Hoje se você fizer, já se matam, já se arrepentam, o pessoal não sabe mais.

As festas em homenagem aos santos juninos também eram comuns nos espaços domésticos de Araucária:

Antigamente faziam muitas fogueiras [...]. Certas famílias chegavam no dia de São João, São Pedro, São Paulo, Santo Antônio; era só festa junina, fogueira, batata-doce, pinhão, quentão [...]. Tinha cada festa de dar gosto de ver [...]. Na frente da casa da minha mãe, não tinha um desses santos que não fizessem fogueira. (RIGOLINO, 1990 apud ARAUCÁRIA, 2002, p. 15)⁷⁴

D.F. (2011) explicou como aconteciam essas festas em Guajuvira:

Outra coisa importante que tinha aqui, sabe, que também ninguém tá fazendo mais é, antigamente, era bonito, a turma se reunia e fazia a fogueira do dia de São João. Dia de São José, dia de São Pedro. Quem era Pedro, fazia a festa para ele. Quem era João, fazia para S. João; quem era José, fazia para S. José. [...] . Dia de São Pedro, nós se reunia naquele um, tocava sanfona, assava uma carne, uma festinha aí. Meu pai era Pedro também.

⁷³ Depoimento de Teodoro Dobjenskj concedido a Roseli Boschilia em 4 de agosto de 1990. **Memória de Araucária**. Araucária, 1990. In: ARAUCÁRIA, 2002.

⁷⁴ Depoimento de Francisca França Rigolino concedido a Roseli Boschilia em 16 de agosto de 1990. **Memória de Araucária**. Araucária, 1990. In: ARAUCÁRIA, 2002.

O espaço doméstico também serve àquelas “atividades produtivas livremente escolhidas”, o que pôde ser percebido principalmente ao vislumbrar os jardins floridos e bem cuidados das casas (FIGURA 72). A maioria das senhoras manifestou gostar de lidar no quintal no seu tempo livre. Da mesma forma C.B. (2011) se referiu à esposa: “o negócio dela é flor, plantar, carpir e cuidar. O negócio dela é tudo caprichado”.

Entre os trabalhos manuais na comunidade, foi citado o artesão que trabalha com bambu e outros materiais. Vale mencionar que este artesão integrou o itinerário turístico até 2007, e com base em Ehlke (2011), desistiu de fazer parte, pois perdeu o interesse pela atividade turística e tem produzido artesanato de forma esporádica.

O Programa Casa Petrobras⁷⁵ dispõe de uma biblioteca⁷⁶, inclusão digital e cursos para a população, entre eles aulas de violão. As atividades são normalmente frequentadas pelos jovens em idade escolar. Alguns sujeitos citaram as aulas de violão oferecidas neste espaço.

A música era um passatempo importante no passado e alegrava as festas de casamento, aniversários, bailes domésticos e carnavais. H.C. (2011) contou que tocava clarinete em uma banda em Guajuvira (FIGURA 84), a qual não podia faltar nesses eventos, porém que atualmente não tocava mais, seu clarinete “está desligado há anos”, contou ele. Em Araucária:

Essas bandas se apresentavam em todos os eventos considerados importantes e normalmente eram mantidas pelos clubes, embora a atividade dos músicos não fosse considerada como profissional. Tocavam em bailes, casamentos, desfiles, festas e até mesmo enterros. (ARAUCÁRIA, 2002, p. 59).

B) Espaços específicos de lazer

As sociedades fundadas em Araucária são um exemplo do tipo de lazer, segundo Jost Krippendorf (1989, p. 215-218), criado para os indivíduos que desejem desfrutar momentos de descanso e relaxamento sem sair das proximidades do seu

⁷⁵ “O objetivo geral deste programa é apoiar a comunidade de Guajuvira situada no município de Araucária desenvolvendo atividades permanentes e constantes para crianças, jovens e adultos, sempre com foco na realidade conhecida e monitorada.” (PETROBRAS, 2011, p. 1).

⁷⁶ “acervo de 2326 livros de literatura juvenil, infanto-juvenil, literatura infantil, romance, poesia, clássicos, materiais para pesquisa e didático”. (PETROBRAS, 2011, p. 1).

local de residência habitual, principalmente para aqueles que não costumam viajar durante as férias.

As sociedades em Araucária foram criadas por iniciativa dos imigrantes poloneses e as primeiras surgiram vinculadas às escolas, já que a “instalação de uma escola propiciava oportunidade para que os poloneses usassem aquele espaço para fundar um clube ou agremiação” (ARAUCÁRIA, 2002, p. 66).

Em 1878, foi fundada a Sociedade Progresso, conhecida como Pavuna e que mais tarde transformou-se na Sociedade Recreativa Tomás Coelho. A partir do início do século, surgiram diversas sociedades nos arredores de Araucária tendo como objetivo o ensino, a música, o folclore, o teatro e o esporte. Além do ensino regular, dispunham de biblioteca, organizavam cursos noturnos, peças de teatro e bailes sociais. (ARAUCÁRIA, 2002, p. 67)

O Guajuvirense Esporte Clube, fundado em 1948, está entre as citadas no trecho acima, que foram criadas a partir do início do século XX, entre outras na área do atual Distrito de Guajuvira, nas localidades de Colônia Cristina, Ipiranga, Campestre, Boa Vista, Rio Abaixo, Formigueiro e Lagoa Suja (ARAUCÁRIA, 2002, p. 81).

Dentre essas sociedades, permanece ativa a de Colônia Cristina, onde existe a Sociedade São Casemiro, local de bailes e outras atividades. “[...] o pessoal que vinha, formava estas sociedades, só que não evoluiu. A única que evoluiu foi a da Colônia Cristina”. (R. B., 2011).

As demais foram desativadas e é comum encontrar a sua edificação em estado de abandono, como a da vila do distrito, o Guajuvirense Esporte Clube (FIGURAS 14 e 15). Uma moradora contou que a sociedade do Ipiranga, ao ser desativada, teve a sua edificação utilizada como escola por um período e depois acabou sendo abandonada e invadida para moradia.

Na opinião de R.B. (2011), o fim das sociedades aconteceu por falta de união das comunidades “essas fraquinhas [sociedades recreativas] acabaram morrendo. O pessoal se desuniu”.

Sobre a sede do Guajuvirense Esporte Clube, H. C. (2011) lamentou: “está tudo quebrado, abandonado [...] [seria necessário] formar uma comissão nova ali, mas está tudo parado”.

Quando perguntado sobre a possibilidade de reerguer o clube, H.C (2011) respondeu que faltava renda e emendou com uma das antigas marchinhas de

carnaval: “Igual à música do carnaval ‘Mamãe eu quero, mamãe eu quero [...]’, é assim. Ou senão aquelas outras ‘Ei, você aí, me dá um dinheiro aí, me dá um dinheiro aí’”.

Os bailes de carnaval também faziam parte do contexto do município. Em 1911, Araucária (2002, p. 75) registrou a ocorrência de bailes de carnaval no Clube Literário Recreativo Araucariense, com destaque para os animados bailes da década de 1920. A mesma fonte também cita os bailes de salão nos clubes, repletos de blocos organizados e carnaval de rua na cidade, onde “grupos mascarados saíam às ruas divertindo-se e animando a população”. Nas ruas, das décadas de 1920 e 1930 desfilavam os chamados ‘corsos’, formados por carroças, muitas delas alugadas dos colonos, as quais eram enfeitadas juntamente com os seus cavalos (ARAUCÁRIA, 2002, p. 75-76).

Na vila de Guajuvira, a referida sociedade recreativa sediava animados bailes:

Esse clube abandonado fazia um carnaval aí, bailes [...]. (H.C., 2011).

No baile de carnaval, tipo, no domingo pulavam a noite toda, de manhã iam trabalhar na fábrica ali. (T.C., 2011).

Domingo depois do meio-dia faziam pros filhos, à noite pros adultos [bailes de carnaval]. (H.C., 2011).

Quanto ao lazer por meio de atividades esportivas, em Araucária, foi registrado que os jogos de futebol acontecem desde o início da década de 1910 (ARAUCÁRIA, 2002, p. 90).

No município existiam vários times oficiais que se enfrentavam, movimentando a população nos estádios e nos pequenos campos. O primeiro deles foi o Iguaçu, que em 1924 mudou o nome para Araucária Futebol Clube, mantendo suas atividades até o presente. Também havia o Tingui, que mudou de nome para Quinze de Novembro (existente até o presente), entre outros que surgiram a partir da década de 1940, considerado um período de auge do futebol em Araucária (ARAUCÁRIA, 2002, p. 92-93).

Nesse contexto, o Guajuvira Esporte Clube (FIGURA 85) vinculado à sociedade recreativa possuía um campo próximo ao Rio Iguaçu, proporcionando a interação entre moradores de diversas localidades:

“[tinha o campo de futebol] Aqui pra trás, agora é só mato, lá da ponte já à esquerda, agora só água e mato. Era o campo de Guajuvira...[...] Nossa, dava gente o futebol aí”. (H. C., 2011).

Atualmente, os sujeitos afirmaram que não existem mais times de futebol formados nas comunidades e nem sequer a prática de outros esportes ou jogos de mesa, mesmo nos espaços domésticos. H.C. (2011) esclareceu que os jogos aconteciam no clube “Aos sábados e domingos tinham jogos de baralho, caixeta”. Os outros sujeitos também confirmaram que tais jogos não ocorrem mais, a não ser o bingo, preferencialmente chamado pela população de ‘festival de prêmios’.

Na verdade, não tem nada [atualmente]. A única diversão que tem 2 vezes por ano é o bingo ali na igreja. Assim, para ter um salão, assim, alguma coisa para fazer uma brincadeira assim, alguma coisa, não tô vendo mais. Pessoal novo vai lá para cidade, essas coisas. (D.F., 2011).

O relato de A.T. (2011) revelou uma curiosidade sobre algumas atividades lúdicas praticadas pela comunidade ucraniana do Ipiranga no passado. Ele narrou que os mais velhos contam sobre a ‘Raiuka’, quando as famílias da comunidade se reuniam por um a três dias e organizavam jogos e brincadeiras para todos: crianças, jovens, adultos e idosos. Ele mesmo não participou e lamenta por não existir mais esta tradição.

C) Festas em espaços específicos e não específicos de lazer

Nesses espaços de distração e lazer se incluem as festas, as quais ainda proporcionam entretenimento e lazer aos habitantes de Guajuvira, e também representam os poucos espaços em que acontece o encontro do grupo comunitário.

“As festas manifestam-se por procissões, danças, música, espetáculos. Cada um é por sua vez ator e espectador e vive um momento de intensa emoção, de comunhão e de evasão. O sentimento do pertencer coletivo é, então, muito forte”, conforme esclarece Claval (2001, p. 131).

Pelo relato dos sujeitos e pela observação *in loco* foi possível verificar que a maioria dos frequentadores desses eventos se conhece, e essas são oportunidades deles se encontrarem e conversarem sobre as novidades, sobre a família, o trabalho, entre outros assuntos.

Na verdade a prática de frequentar festas ainda se mantém viva entre os moradores e inclusive atrai pessoas de outras regiões do município. S. W. (2011) afirmou que o lazer da família é ir a festas de igreja, onde elas estiverem acontecendo.

“Nós vamos em festas [de igreja]. [...] aonde tiver. Nós vamos para Araucária, pro interior. [...] E assim, o nosso lazer mais é almoçar na igreja, ir em festas. (S. W., 2011).

Duvignaud *apud* Claval (2001, p. 131)⁷⁷ afirma: “A festa marca uma ruptura coletiva e particularmente clara e significativa no desenvolvimento ordinário dos dias.”

As festas como aniversários de nascimentos e os casamentos frequentemente reúnem grupos de famílias em Guajuvira. Assim, de acordo com o que explica Claval (2001, p. 131), são festas que dão “ritmo aos momentos importantes da vida familiar”.

“Aí de repente ah, tem um aniversário, uma festa, então a nossa família lá, nós somos em onze irmãos, são bastante né, então é uma família grande, então volta e meia é um aniversário, é uma coisa, é outra”. (R. B., 2011).

Quando perguntado se existia um local que as pessoas costumam se dirigir quando desejam encontrar os demais moradores, T.C. (2011) afirmou que não existe: “É, aqui não tem”. Porém, participando indiretamente da conversa, sua nora gritou do corredor: “Só em casamentos mesmo”.

“A única diversão eram os casamentos. A gente dizia: ‘quando os namorados vão se encontrar, vão se conhecer? Nos casamentos, pois a colônia era tão grande, então nos casamentos é que encontravam os namorados’”, conta o depoimento de Cecília Grabowski Voss (*apud* ARAUCÁRIA, 2002, p. 26)⁷⁸ sobre os casamentos de tradição polonesa realizados em Araucária.

Os costumes matrimoniais mudaram bastante em relação à primeira metade do século XX, quando muitos casamentos eram arranjados pelos pais dos noivos. Sobre o assunto, L.W. (2011) observa que era comum os noivos quase não se conhecerem: “[...] nem se conheciam direito na época, mas aprendiam a amar. É que diziam sempre né, que eles aprendiam a amar um ao outro”.

⁷⁷ DUVIGNAUD, J. *Fêtes et civilisations*. Paris, Weber, 1973.

⁷⁸ Depoimento concedido a Roseli Boschilia em 09 de junho de 1990. Memória de Araucária. Araucária, 1990.

[...] meu pai contava esta história sempre que estava aqui, que os pais que armavam os casamentos dos filhos. Eles combinavam lá de levar o filho na casa da noiva [...] e no terceiro, quarto encontro já casavam. Hoje está bem diferente, o rapaz que escolhe, a moça que escolhe. (S.W., 2011).

Ali tinha um casal de Contenda que fez 75 anos de casado, eram dois pombinhos, mas 75 anos de casados. Então era daquela época dos casamentos arrumados. (L.W., 2011).

Apesar de as cerimônias de casamentos terem mudado significativamente seguindo as tendências padronizadas dos tempos atuais, os casos de separações não são aceitos com naturalidade pela comunidade guajuvirense.

[...] têm casais que a gente assim, atualmente leva um choque quando alguém comenta que fulano lá separou. Meu Deus, tantos anos, criaram filhos, já têm netos e agora resolveram separar?" (L.W., 2011).

Mas é muito difícil de acontecer isso [divórcio]. Porque ele vai lá jurar pra Deus, na igreja. Então se ele não é católico por que foi né? (J.N., 2011).

As antigas festas de casamentos de Araucária seguiam um rito de preparação bastante tradicional entre os imigrantes de poloneses e seus descendentes:

Alguns meses antes do enlace, eram separados para engorda alguns animais (boi, porco, peru, galinha), que seriam servidos na ocasião. Nas festas realizadas nos sítios e fazendas, os paióis e galpões eram esvaziados ou reorganizados internamente para serem transformados em salão de baile. Na vila, quem não dispunha de algum espaço próximo à casa, utilizava a sala e varandas para dançar. Entre os convidados, sempre tinha alguém que tocava um instrumento musical e podia animar a festa. (ARAUCÁRIA, 2001, p. 26).

Em Guajuvira, os sujeitos lembraram que normalmente os preparativos começavam a partir de domingo e duravam a semana toda até o sábado, quando era realizada a cerimônia na igreja e a festa na residência, a qual normalmente acabava apenas ao raiar do dia.

Casava na igreja aqui e lá no civil e daí fazia a festa em casa. (J.N., 2011).

[...] durava praticamente uma semana. Começava no domingo, segunda faz a cerveja, terça fazia cuque, quarta começava a preparação, quinta matava um boi, sexta preparava as carnes lá, sábado era o casamento na igreja, começava de manhã e era o dia inteiro e a noite toda. (S.W., 2011).

No dia seguinte da festa, era costume fazer o chamado ‘repique’, que conforme explicou T.C. (2011), tratava-se da “comida do dia do casamento, daí era convidado o pessoal mais próximo pra continuar a festa, pra fazer limpeza”.

Nessa tradição de comemorar os casamentos, era comum no dia anterior à festa, normalmente na sexta-feira, um grupo de músicos visitar as casas dos convidados para trazer uma animação e reforçar o convite. H.C. (2011) testemunhou orgulhoso que fazia parte de uma banda com essa peculiaridade na vila de Guajuvira e S.W. (2011) contou que seu pai também integrava um grupo como esse: “[...] o meu pai que conta, ele era músico, na sexta eles iam em cada casa tocar uma música, convidando que venham amanhã para o casamento [...] esse chamativo, não sei como é que diziam, [...] iam na casa dos convidados”.

Hoje em dia as festas não são mais realizadas nas casas, mas nos salões das igrejas das comunidades ou em espaços para eventos da cidade de Araucária. A tradição dos preparativos anteriores durante a semana foi substituída pela contratação de um bufê e dos outros serviços necessários. A duração da festa também foi reduzida a algumas horas na noite do evento.

Casamento geralmente a gente entra 5 horas na igreja, aí vai uma janta, quando é meia-noite está todo mundo indo embora. (L.W., 2011)

Hoje geralmente o pessoal já faz a encomenda e as comidas já vêm prontas né. (T.C., 2011).

Esses bufês hoje que existem [...]. (H.C., 2011).

Não era o salão como hoje, hoje ninguém mais faz casamento em casa. (L.W., 2011).

[...] pagam as despesas de luz, água, pagam uma taxa e fazem a festa no salão da igreja. Antigamente faziam na própria casa, mas o pessoal já acha mais fácil no salão né, que tem mais espaço. (T.C., 2011).

Conforme observado por T.C e H.C (2011), algumas famílias moradoras das ‘colônias’ ainda realizam festas de casamento em casa, porém L.W. (2011) reforçou que até na colônia estes hábitos estão se escasseando.

D) Outras festas

Claval julga serem mais importantes ainda as festas que marcam a “vida coletiva, religiosa ou cívica”, realizadas em datas fixas que correspondem “aos

grandes momentos dos ciclos cósmicos e aos acontecimentos maiores da vida da cidade” (CLAVAL, 2001, p. 131).

Em Guajuvira o calendário dessas festas é bem extenso. Cada comunidade festeja o dia do seu padroeiro(a), além de participar das comemorações da padroeira da sua paróquia matriz, da padroeira do município e da padroeira do Brasil. Também são realizados os eventos religiosos da Páscoa, Corpus Christi e Natal. Além destas datas fixas, cada comunidade promove de uma a três festas anuais com a finalidade de arrecadar recursos para reformas das suas igrejas e salões paroquiais.

“Quando tem alguma [festa] que dá certo, agora no domingo tem no Campestre a gente compra o almoço lá, porque é gostoso, tem frango assado e tudo né”, contou E.C. (2011). Baideski (2003)⁷⁹ declarou que no passado as festas eram melhores do que atualmente “As festas eram boas, melhor que hoje, que não tem tanta coisa.”

Comparecer às festas de igreja da sua comunidade e das vizinhas não é encarado, em primeiro plano, como uma atividade de lazer, mas está atrelado ao fato de poder contribuir para a arrecadação de fundos para as instituições. A fala de S.W. (2011) representa bem esta atitude solidária: “É porque quando nós precisamos, eles também vêm. Nós vamos no Guajuvira de Cima, vamos ali no Boa Vista, vamos no Guajuvira, vamos pro Formigueiro, vamos pro Rio Verde Abaixo, Rio Verde Acima, vamos para Contenda ali”.

A comemoração da Páscoa é um evento importante para os descendentes de imigrantes poloneses e ucranianos, não só de Araucária, mas nas demais regiões que se fixaram no Paraná. A cerimônia da bênção dos alimentos ainda é mantida em várias comunidades rurais e urbanas, incluindo as do Distrito de Guajuvira.

Os sujeitos de pesquisa contaram que continuam preparando as cestas com porções de alimentos – frutas, verduras, broa, cuque, sal, carne, requeijão, manteiga, queijo, doces – sobretudo aqueles produzidos na propriedade para receberem a bênção do padre na época da Páscoa. No domingo de Páscoa, eles podem começar a ser consumidos. O significado da cerimônia é reconhecer que Deus fornece os alimentos e pedir para que Ele continue abençoando a produção.

⁷⁹ Depoimento de Irene Jankowski Baideski concedido a Sebastião Pilatto dos Santos, em 02 de abril de 2003, na Colônia Ipiranga, Distrito de Guajuvira, Araucária. **Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres**, Araucária, 2003. (Documento escrito)

Baideski contou que vinha mantendo as mesmas tradições de comemorar o Natal e a Páscoa do modo que aprendeu quando criança:

[...] sempre trocamos, uma [irmã] faz Natal, outra [irmã] a Páscoa, graças a Deus sempre unidas, somos seis irmãos sempre nos visitamos, sempre fazemos novenas, grupos de reflexão, novenas de Páscoa, tem também a minha nora, ela pinta muito com casca de cebola, deixa tudo bonito, **nós não mudamos nada**, benzemos os alimentos, tomamos café da manhã todos juntos. (grifo nosso)

O costume de decorar os ovos de galinha tem origem nos primeiros imigrantes poloneses, na época que ainda não existia a tradição dos ovos de chocolate:

Quando éramos crianças, nós não tínhamos ovos de Páscoa. Era ovo de galinha que a gente pintava com cera, fervia na folha de cebola seca, que ela ficava assim bronzeada e daí a gente levava para benzer. (VOSS, 1990 *apud* ARAUCÁRIA, 2002, p. 24)⁸⁰

Minha mãe pintava ovos de galinha com velinhas de cores, cozinhava com casca de cebola para o ovo ficar amarelado com tinta de vermelho assim. (RIGOLINO, 1990 *apud* ARAUCÁRIA, 2002, p. 24)⁸¹

Também é importante considerar o aspecto físico das estruturas construídas especialmente para abrigar tais eventos. Anexo às igrejas, os salões e churrasqueiras servem a diversas finalidades, além das festas em datas religiosas, são essenciais para os eventos criados com vistas à arrecadação de recursos, abrigam festas de casamentos e o espaço pode ser solicitado por pessoas da comunidade para usos específicos.

Na igreja Senhor Bom Jesus, o antigo coreto, retratado na Figura 4, ao lado da primeira igreja em madeira foi substituído pelo salão paroquial com cozinha, churrasqueira, palco, bilheteria e espaço para numerosas mesas.

Pode-se afirmar que os salões paroquiais representam uma organização espacial específica para tais manifestações (FIGURAS 31, 32, 37, 41 e 49). As ruas e estradas rurais também compõem parte deste cenário, uma vez que o trajeto das procissões é cuidadosamente traçado, conforme observado na procissão motorizada

⁸⁰ Depoimento de Cecília Grabowski Voss, ..., 1990.

⁸¹ Depoimento de Francisca França Rigolino concedido a Roseli Boschilia em 16 de agosto de 1990. Memória de Araucária. Araucária, 1990.

da festa do padroeiro da igreja Senhor Bom Jesus, por ruas largas que comportem os dois caminhões e os carros dos fieis (FIGURA 51).

5.3 AS RELAÇÕES COM O LUGAR

As representações do espaço vivido de Guajuvira envolvem todo o exposto anteriormente sobre a gênese, a identidade e a constituição da comunidade, incluindo os espaços domésticos, religiosos, de lazer e outros de interação social do passado e do presente.

Esse espaço vivido, além de ser formado pela relação pessoa-pessoa, também se forja na relação pessoa-lugar, assunto mais especificamente tratado neste tópico, em que se apresenta uma abordagem sobre os laços topofílicos e topofóbicos com o lugar, segundo Tuan (1980; 1983).

Assim, buscou-se identificar os lugares preferidos dos sujeitos, os lugares que levariam alguém de fora para visitar e os lugares de que não gostavam em Guajuvira. Sobre estes últimos, os sujeitos negaram haver lugares de que não gostassem, mas indicaram problemas do local.

5.3.1 O Lugar sob olhar dos sujeitos

Os laços com o lugar se mostraram tão fortes que nenhum dos sujeitos manifestou o desejo de se mudar dali, ao contrário, fazem questão de permanecer.

Quando perguntado se J.N. (2011) gostaria de se mudar de Guajuvira, ela respondeu determinada: “Não, nunca. Deixar os parentes por aqui, os irmãos, as irmãs? [...]. Eu acho que não me acostumo em Araucária, já nasci por aqui, que ali perto na casa do pai que todos os filhos nasceram, nós trabalhávamos por aqui”.

Outros depoimentos reforçaram tal afirmação:

[...] não dá pra abandonar, tem que ficar. Eu gosto de morar aqui. (E.W., 2011).

Tenho um filho, tenho uma netinha. Isso aqui, puxa, passa de geração pra geração, espero que mantenha e meu filho gosta de morar aqui. É opção dele, mas eu falo pra ele olha, se você conseguir preservar, preserve, porque a melhor coisa que você tem é você ter as coisas preservadas. (E.W., 2011).

Eu morava aqui pra cima, no interior. Mas dessa parte ali, toda essa região desde que a gente se conhece como gente [...] ônibus e até trem, ônibus até pouco, de trem fazíamos Araucária – Curitiba, ia lá, mas não se adaptava. Eu pra começar, já barulho assim de cidade eu não sou muito, pra mim se sair daqui é no mato, uma casinha e escutar os passarinhos cantarem. E o ar, a respiração é outra, poluição também na cidade é muita poluição hoje, tudo. As indústrias, os automóveis que passam tanto, milhares e a poluição fica aí. E a boca e o nariz ficam tudo meio encardidos. (H. C., 2011) .

R.B. (2011) explicou a razão de gostar de morar no Ipiranga:

[...] ainda há tranquilidade né, que já não é tanta, mas ainda a gente tem assim, é mais tranquilo que você pode deixar as coisas aí, é difícil alguém mexer, não tem muito essa violência, então ainda é mais tranquilo. E como a gente já nasceu aqui, já se criou por aqui, então a gente gosta, mas eu acho que assim, não sei daqui pra frente o que vai ser, porque Araucária está se transformando, é firma, firma, firma né, indústria, é difícil produzir as coisas, porque tem muita poluição, então tem tudo isso. Vai dificultando muito assim.

Entre os mais jovens, o desejo de permanecer morando em Guajuvira é latente e enfrenta as dificuldades de falta de oportunidades de trabalho. A universitária J.R. (2011), ao saber da oferta de uma vaga para trabalhar na Casa da Petrobras, cujo requisito era que o candidato fosse morador de Guajuvira, se apressou para participar da seleção e foi aprovada para o cargo. Quando perguntado por que ela gostava de morar lá, não soube explicar, mas expressou que sentia algo que a fazia não querer deixar Guajuvira. A jovem M.B. (2011) mencionou cursar pedagogia na Faculdade Educacional de Araucária FACEAR e que num futuro próximo pretendia lecionar na escola Rosa Picheth (vila do Distrito), local do seu atual estágio, para permanecer em Guajuvira. Com casamento marcado para novembro de 2011, disse que continuaria morando no distrito com o futuro marido, também de lá. C.C. (2011) falou que trabalha com o pai no cultivo de flores e mora na propriedade ao lado, em Camundá. Suas irmãs, apesar de trabalharem fora da localidade de Camundá, permaneciam morando dentro do Distrito.

Esse sentimento topofílico também se comprovou, ao falarem sobre o local que admiram em Guajuvira, sendo que para muitos houve a dificuldade de especificar, admitindo gostarem de vários lugares ou até mesmo de tudo:

Mas eu não tenho um lugar, eu gosto de tudo. (J.N., 2011).

Eu já desde novo fui criado aqui [...]. Eu não sei por que, mas esse Guajuvira eu gosto dele, [...] a gente é nascido e criado, se adaptou ali, acho excelente, muito bom. (H.C., 2011).

Eu gosto ali do agrochá, é bonito. [...] Tem uma propriedade ali que também é importante, tem plantação de pêra ali. (D.F., 2011).

E.W. (2011) demonstrou dificuldade de definir o seu lugar preferido, pois na realidade disse que preferia ficar na sua propriedade. Mesmo assim, citou a plantação de chá como uma paisagem admirável:

É muito difícil, mas eu acho muito bonito essa plantação de chá [...]. Gosto da plantação de chá. [...] Então têm áreas assim que você passa né, mas não pra você fazer um piquenique, não, prefiro ficar em casa. Geralmente quando estou aqui chegam minhas irmãs, chegam meus parentes, entende, olha, estamos aí, vamos fazer um churrasco, então vem aqui. (E.W., 2011).

Sobre lugares onde gostariam de levar um visitante, a maioria mencionou a vila de Guajuvira, principalmente o Horto (QUADRO 3 e FIGURA 17) e a Escola Municipal Rosa Picheth (FIGURA 16), e também para conhecer propriedades rurais:

Aqui no Guajuvira quando vem gente de fora a gente vai ali no Horto, até o rio pra ver assim, ali perto da vila pra ver a diferença de antes e de agora, que agora foi aumentando as casas para o lado e lá mesmo no lugar, no Guajuvira lá embaixo foi acabando, morrendo né, ficou tudo bem mais assim, as casas mais ao redor assim, o Guajuvira vem sendo povoado né, lá no lugar foi morrendo. (E.C., (2011).

[...] Então a gente levaria assim, pra ver a vila, pra ver a diferença de antes, de agora e até o campo ali que agora tem a cancha coberta né, do lado da escola. (E.C., 2011).

Acho que por tudo ali, no Guajuvira por tudo, acho que é. (J.N., 2011).

Ah, onde quisesse, se quisesse mais pro interior a gente pode levar, aqui na vila também se quiser andar, pode. Nos interiores lá têm os parentes, lá pra cima mora o irmão, pode ir, quem gosta de assim, lavoura. (H. C., 2011).

O mais interessante é o horto ali, não sei se estão visitando ali, não sei estão parando [referindo-se ao ônibus de turismo] A igreja também é interessante para quem gosta de igreja. O rio é interessante também. Mas está muito sujo. (S. W., 2011).

Pela fala de R.B. (2011), pôde-se observar a valorização dos espaços domésticos da sua propriedade e da do seu pai:

Ah, aqui assim não tem muito assim em termos de lazer, não tem muita coisa assim. É geralmente quando o pessoal vem aqui, eles gostam assim mais de curtir assim a natureza mesmo, então anda por aqui, aí conhece

assim a plantação, leva lá pra roça pra ver o morango e fora disso não tem muito. (R. B., 2011).

Olha, tem muita gente que gosta de ir lá na casa do meu pai. Tem muita pedra assim, tem uma coisa assim que geralmente é difícil de encontrar, umas pedras enormes, mas fora disso assim é alguém que goste de conhecer a capela, pede pra gente ir lá, mas fora disso assim não tem. (R. B., 2011).

Dentro da comunidade de Campestre, D.F. (2011) citou a opção de levar em um pesque-pague e também de escolher alguma propriedade onde pudesse ser mostrado algo como, nas suas palavras, 'uma relíquia', uma 'coisa antiga'.

D.F. (2011) mencionou que levaria uma pessoa de fora para conhecer a vila de Guajuvira, mais precisamente o Comercial Iguaçu, o Horto e a escola, porém enfatizou que não poderia visitar o clube, em função do seu estado de conservação, nas suas palavras: "Só não ia levar naquele clube depredado [...] participei de muitos bailes ali".

Menções negativas sobre o clube também apareceram em outros momentos das entrevistas diretas e indiretas, quando frequentemente os sujeitos de pesquisa manifestaram sua decepção em relação ao estado de abandono do imóvel, em contraste com a representação de alegria e diversão que este mesmo lugar proporcionava no passado.

Os sujeitos levantaram alguns problemas de Guajuvira:

- Incidência de roubos, muitas vezes acompanhados de violência, na vila e nas colônias. Levantaram a necessidade da instalação de um posto policial;
- Crescimento de loteamentos urbanos na vila;
- Um pequeno trecho de estrada de terra na vila, próximo à ponte sobre o rio Iguaçu, gerando muito pó para quem mora e transita por ali, havendo necessidade de asfaltamento;
- Falta de vários serviços como um posto de combustível, bancos e farmácia;
- Oferta quase inexistente de pontos comerciais nas colônias;
- Frequência de horários do transporte coletivo insuficiente para atender à demanda da população;
- A poluição do rio Iguaçu tornou-o impraticável para a pesca e atividades de lazer;

- Baixos ganhos no trabalho agrícola desanimam os produtores e afastam os jovens dali;

- Falta de emprego, de um modo geral. Foi cogitado que a instalação de uma indústria no local poderia gerar empregos e crescimento econômico.

5.3.2 Topofilia e topofobia

Foi possível identificar que as raízes dos laços topofílicos em Guajuvira se encontram no passado das fábricas, da movimentada estação de trem, do entretenimento no clube, dos momentos de lazer no rio Iguaçu, das festas de casamento de três dias, da fartura dos produtos da terra, da comida caseira, dos vizinhos reunidos, assim como considera Tuan, a “consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (1980, p. 114).

Alguns elementos desse espaço vivido representam o contraste entre um passado topofílico e um presente com traços de topofobia, como, por exemplo, o espaço vazio onde se localizava a estação férrea, a chaminé da olaria incendiada e o imóvel do clube abandonado. Tais elementos representam imagens felizes do passado em oposição ao sentimento de perda vivido no presente.

Porém, mesmo sem a presença do movimentado centro do passado, a topofilia se manifesta de forma predominante. Um pensamento racionalista poderia afirmar que o tempo presente em Guajuvira daria pouca sustentação para esses laços topofílicos que perduram, porém o sentimento de pertença ao lugar não pode ser explicado pela razão, parafraseando Bailly (1995), mas pelo vivido humano que envolve a experiência, as atitudes e os valores dos indivíduos em relação ao seu meio.

Um dos indícios é que as pessoas do lugar revelaram que gostam e desejam permanecer ali, incluindo os mais jovens, apesar dos problemas identificados. Também, mostraram orgulho em apontar lugares de que gostam e que levariam um visitante para conhecer, sem conseguir indicar lugares que não gostassem, a não ser as menções ao clube abandonado.

Em contrapartida, não se pode ignorar os sentimentos topofóbicos de insegurança e temor em relação ao futuro do lugar, tanto em função das poucas oportunidades de postos de trabalho, devido à desativação das antigas fábricas e

das difíceis condições do trabalho na agricultura das últimas décadas, quanto por estar experimentando algumas intervenções que anteriormente atingiam apenas as áreas urbanas, como o surgimento de loteamentos residenciais e a criminalidade.

Entendendo por 'experiência' "um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade" (TUAN, 1983, p. 9), evidenciou-se que a experiência das pessoas neste lugar está mudando e isto interfere no seu sentimento topofílico.

Outras transformações como a poluição das indústrias que vitimam o rio Iguaçu também fazem parte desse cenário de insegurança, e de certa forma de estranhamento das pessoas sobre o seu próprio lugar.

O lugar Guajuvira, comparado à visão de Tuan sobre casa e o bairro como um "invólucro, que devido à sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior" (1980, p. 114), está perdendo a sua referência como lugar seguro e familiar.

Para concluir preliminarmente o exposto até agora, foram identificados elementos relevantes para a representação do espaço vivido da comunidade de Guajuvira constantes na sua gênese de formação, identidade, constituição, nos espaços domésticos, religiosos, de lazer e outros de interação social e nas suas relações com o lugar. Ao final do capítulo 6, o Quadro 5 sintetiza a representação de uma série desses elementos para os sujeitos de pesquisa.

Dentro desse contexto, procurou-se conhecer como o turismo é percebido pelos sujeitos de pesquisa, assunto a ser abordado no próximo capítulo.

6. O TURISMO NO ESPAÇO VIVIDO DE GUAJUVIRA

Considerando a abordagem no espaço vivido como metodologia de investigação, pesquisou-se em Guajuvira como o turismo estava sendo percebido pelos sujeitos e como ocorre a integração entre os participantes da associação de turismo, enfatizando a importância do associativismo a exemplo de outros casos. Ainda, procurou-se identificar potencialidades locais e projetos em curso que pudessem contribuir com o itinerário turístico e (ou) com a criação de novos projetos da comunidade, visando à valorização do seu espaço.

Ao final deste capítulo, apresenta-se uma síntese dos elementos que representam o espaço vivido de Guajuvira, situando o turismo entre eles. A partir do conhecimento adquirido sobre a comunidade e sua relação com o espaço procurou-se indicar canais de maior inserção da comunidade no turismo e fazer algumas reflexões como sobre as influências do turismo na cultura local.

6.1 A PERCEPÇÃO DO TURISMO: MORADORES E INTEGRANTES DO ITINERÁRIO TURÍSTICO

Sobre o conhecimento que os sujeitos possuem do itinerário foi detectado que eles demonstraram ter ciência da sua existência, principalmente por presenciarem a passagem do ônibus pelas ruas e estradas locais, porém nenhum deles havia realizado a visita turística.

Logo quando foram indagados, alguns entrevistados afirmaram não saber por onde o ônibus passava, porém com o desenvolver da conversa eles acabaram demonstrando que sabiam quais propriedades recebem os visitantes. Muitos ficaram em dúvida se havia mais atrativos visitados, além daqueles que tinham conhecimento.

Num primeiro momento, E.C. (2011) disse: “A gente sempre via passar ônibus, mas nunca sabe o roteiro que faz.” Em outro momento da entrevista, a mesma indicou alguns locais que o ônibus para: “Aqui na vila só a dona Tereza mesmo e do horto ali, que chega no horto, mas assim de vender as coisas daí lá pra

Campestre, que daí o tem o seu Davi”. O café de J.C. só foi citado quando perguntado sobre os produtos que ela costumava adquirir da comunidade.

E.C. (2011) ainda afirmou conhecer as famílias participantes do itinerário, porém que não costumava ter um contato habitual com elas: “Não, muito difícil, só quando a gente se encontra, mas é difícil”.

R.B. (2011) também afirmou conhecer algumas das famílias que fazem parte do itinerário: “algumas famílias que a gente conhece que o ônibus vai lá”.

Na visão de J.N. (2011), que afirmou quase não sair de casa no seu cotidiano, o ônibus nem sequer passava por Guajuvira, mas ela afirmou ser favorável que continuasse passando:

Parava, mas não vem mais de Araucária, não vem mais trazer esse pessoal pra cá, ele vinha por lá, pelo Boa Vista. E daí parava lá na Tereza e depois subia ali pelo Guajuvira. [...] Não sei por que não continua, que devia continuar e trazer ao menos uma vez por semana, por mês (J.N., 2011).

Sua filha logo fez questão de corrigir a informação, afirmando que o ônibus continuava fazendo o seu percurso pelo Guajuvira. “O ônibus de turismo vem todo sábado, porque a mãe não sabia informar. Ela via às vezes passar aqui, mas é mais pelo roteiro lá né.”

Para E.W. (2011), o turismo em Guajuvira ainda está no começo e atingiu poucas famílias locais, conforme suas palavras: “Agora, está sendo explorado o início do turismo rural de Guajuvira, mas é muito precário ainda, são poucas as casas de colonos que viram ponto turístico ali.”

R.B. (2011) reconhece saber pouco sobre o turismo que ocorre em Guajuvira, assim como a maioria dos moradores:

Ah, é muito pouco assim né, que a gente vive nessa vida corrida que não tem tempo pra nada né, sobra fim de semana e é muito pouco, mas é assim aqueles informativos que a gente vê que a prefeitura manda panfleto, algumas famílias que a gente conhece que o ônibus vai lá, mas eu mesma nunca fui assim pra fazer o roteiro que ele faz.

Ao falar mais sobre as famílias do itinerário que ela conhecia, citou três das quatro integrantes: “Ah, tem o seu **** [J.C.] lá, que é até parente [...]. Daí tem o **** [D.F.] lá que a gente conhece, que eles param lá. Depois tem a **** [L.W.] ali das flores. Então essas famílias mais assim né”. (R.B., 2011).

Quanto aos benefícios e pontos negativos que o turismo traz para o local, os entrevistados apontaram somente benefícios.

Na opinião de Padre Pedro (2011), é importante que o roteiro aconteça, pois acredita ser esta uma forma de as pessoas de fora conhecerem aquele lugar e as pessoas dali passarem a exercitar o gesto de acolher os outros. Entende que este contato humano é importante e une as pessoas.

E.C. (2011), apesar de declarar não ter contato com os visitantes do ônibus, manifestou considerar positiva a presença deles em Guajuvira.

J.N. (2011) mencionou achar importante a vinda das pessoas para que possam conhecer Guajuvira, ver “as roças que cresce tudo na roça, milho, feijão”.

Quando perguntado se o turismo trouxe mudanças para a comunidade, E.C. (2011) disse acreditar que estava trazendo benefícios devido ao comércio de produtos nas propriedades:

Ah sim, sempre muda, porque o pessoal que vende as coisas, a gente sempre ouvia falar que a gente vê o pessoal organizando as coisas pra vender, pro pessoal do turismo. Mesmo aqui no Guajuvira, na matriz [igreja] também, na venda, sempre ela está encomendando as coisas pro pessoal que vem no sábado.

A diversificação da produção em função do aumento do público comprador devido ao turismo acabou beneficiando a população com uma oferta maior de produtos no mercado local, o que vem ocorrendo com os artigos do Comercial Iguaçu, com as frutas da Chácara Santa Rita e com os produtos da Chácara São Pedro. No caso da broa produzida na Chácara São Pedro, E.C. (2011) relatou: “final de semana ele [José] tem broa lá com o café né. Ele tem broa, então sempre que a gente passa por lá, a gente compra broa”.

R.B. (2011) também mencionou acreditar que o turismo possa estar trazendo benefícios para a comunidade, principalmente porque promove a venda de produtos:

Olha, eu não posso te falar muita coisa, que é como eu te falei, eu nunca fui, nunca acompanhei, mas eu acho assim, que quem têm, como eles lá, eles servem o café colonial, quem tem algum produto assim que possa vender essas coisas é bom, que daí já pega a pessoa que vem comprar, pega direto de quem produz e vice versa.

Sobre os clientes do Comercial Iguaçu, T.C. (2011) fez questão de citar os visitantes da linha turismo: “Ah vem gente de Araucária, vem de Curitiba comprar esses produtos [coloniais]. E além disso, vem também bastante no ônibus de turismo né”.

D.F. (2011) contou satisfeito que o ônibus do itinerário “traz bastante gente”, assim como os ônibus extras de excursões. Que ele também recebe muitos visitantes que utilizam automóvel próprio, observando que estes compram em maior quantidade de que os primeiros: “quem vem de ônibus depende de sacola e quem vem de carro já leva para o vizinho ou para alguém da família dele. Até cinco caixas levam. E se ele não levar para o vizinho, posso contar que amanhã ele tá com o vizinho aqui em casa”.

No caso da Colônia Ipiranga, que não faz parte do itinerário turístico, A.T. (2011), a exemplo da experiência que possuem em cada festa da padroeira que recebe visitantes de vários locais do estado, considerou positivo o movimento de pessoas de fora, e se tivesse algum tipo de visitação turística no Ipiranga, em sua opinião, traria benefícios e não via pontos negativos.

Sobre as modifica es trazidas pelo turismo para o seu negócio (Comercial Iguaçu), H.C. (2011) mencionou a ocorrência de visitantes procedentes de vários lugares:

[...] no sábado ele [o ônibus de turismo] vem, às vezes vem no meio da semana [ nibus extras]. Já tiveram mais uns turistas de Ponta Grossa aqui, de Curitiba, São José dos Pinhais, alguns também vieram, não muitos mas vieram, l  de Santa Catarina também [...] De Araucária vem, dai fazem a rota.

Quanto alguns aspectos da visita o turística, H.C. (2011) destacou ser muito rápida: “ , naquela hora parece que está bom, que enche ligeiro, mas só ficam dez minutos, já vão para frente [...]. Cada ponto que eles fazem   dez, quinze minutos. Aqui, por exemplo, eles são acostumados ao pastel, sempre tem que preparar pastel de requeijão, que eles gostam.

Para que os visitantes possam ser servidos com o pastel,   necessário que o alimento esteja recém-preparado no momento em que eles chegam, o que deve ser feito dentro do tempo ideal para ser consumido. H.C. (2011) contou como isso estava funcionando:

O guia liga lá que vem lá de seu **** [S.W.], liga lá e olha 'já estamos saindo', então nessa hora eu já começo a fritura. Se fizer antes não fica parece que bom, na hora é bom, sai fresquinho, aí vem o pessoal, aí já voltam, comem, alguns compram outras coisas, queijo, requeijão. Nem todos assim, mas na maioria dos sábados os turistas que vem é assim, compram bastantinho.

H.C. (2011) demonstrou gostar da vinda desses visitantes, não apenas em virtude das vendas no seu estabelecimento, mas também pela oportunidade de poder interagir com pessoas novas: “Até uma vez pus músicas para eles. Uma vez tava um até de aniversário, coloquei o parabéns.” Lembrando que H.C. carrega consigo a satisfação de alegrar as pessoas com a música, hábito ligado ao seu passado, quando fazia parte da banda que animava as festas locais, conforme mencionado no item sobre os espaços de distração e lazer.

Quanto a sua experiência com o turismo, S.W. (2011) afirmou valer a pena trabalhar com esta atividade e que não possuía queixas, afirmando que gostava de tudo, especialmente do contato com o visitante. “[...] a gente atende bem as pessoas que vem aqui, tanto do ônibus, como do ônibus especial, tanto de carro. A gente atende todas as pessoas.” Da sua família, além dele e da esposa, uma das filhas, um filho e o seu genro costumavam trabalhar na recepção dos visitantes.

Na experiência de D.F. (2011) com o turismo, contou que gostava da presença do visitante na sua propriedade “Gosto praticamente 100% de tudo. Não, nem bem 100%”, porém não soube mencionar especificamente sobre algo que não gostasse. Frisou o prazer de conversar com as pessoas e ainda mencionou o que considera mais importante neste contato humano:

O importante é que o povo fortalece a gente, agradece, deixa um diálogo, alguma coisa, e já deixa aquele papo. A gente sabe que está trabalhando e aquela pessoa está esperando para vir aqui. Ele está trabalhando lá, mas sabe que no fim do ano ele vai vir aqui. E aí, eu conto com ele e ele conta comigo. Eu não tiro dinheiro da pessoa se eu não tiver alguma coisa para contribuir com o dinheiro que ele está me deixando.

A visitação para compra de pêssegos na propriedade de D.F. trouxe grandes transformações para a sua rotina de trabalho, antes baseada em culturas convencionais como a da batata-inglesa, que passou por uma crise na década de 1970 (ARAUCÁRIA, 2010, p. 71-76). Alguns trechos da sua fala (2011) resumem esta trajetória desde os tempos da crise na agricultura até o momento presente, com o negócio do cultivo do pêssego aliado ao turismo:

[...] a agricultura baqueou 100%, o cultivo de batata, batatinha em Araucária que caiu 100%, outras culturas também que caiu, aí me dificultei totalmente. Agora, se posso falar, eu vou falar: Agora eu vivo no paraíso (risos!). Apesar que tem a idade, estou ficando cansado. Agora posso agradecer a Deus e dizer que agora estou vivendo 100% praticamente do jeito que eu queria. Esta mudança aconteceu exatamente com os pomar de pêssego. Isto aí que me levou ao que eu queria fazer e me levou a alegria de eu poder fazer, o entusiasmo de eu poder cultivar isso aqui e colher e o povo estar vindo aqui. Foi uma coisa difícil, não foi fácil, mas acabou sendo uma coisa divertida. É brincadeira para mim hoje.

A ascensão que teve início com o cultivo de pêssegos se consagrou quando conseguiu atrair os compradores até a sua propriedade, antes mesmo de o itinerário turístico ter início. Os primeiros visitantes vieram de Joinville (SC) com ônibus de turismo, em função da divulgação feita por sua esposa, natural daquela cidade. Logo em seguida, a chácara passou a ser frequentada pelo público de Araucária e região metropolitana. A partir de 2004, o itinerário turístico proporcionou um significativo acréscimo nas visitas e maior divulgação.

Quanto às mudanças percebidas em razão do turismo para a rotina da família, S.W. (2011) afirmou que quase não ocorreram, a não ser quanto à impossibilidade de descansar nos feriados: “Não, não mudou muito. É o trabalho normal da gente. Para a gente que trabalha aqui na roça é uma coisa que trabalha com uma área pequena. Mudou alguma coisa porque não tem feriado, não tem dia santo”.

Em relação às mudanças na estrutura física da propriedade, “construímos o banheiro ali, fizemos melhorias, tem que dar uma melhorada ainda” (S.W., 2011).

Sobre sua inserção no turismo, S.W. (2011) destacou que antes de começar com a atividade ele teve oportunidade de conhecer outras experiências, das quais pôde extrair aprendizado.

A gente pegou bastante experiência com as visitas que a gente fez também. A gente fez as visitas para São Paulo, onde nós vimos turismo lá. Também fomos para Santa Rosa de Lima e Cascavel. Pegamos experiência em vários lugares. Fomos aprendendo, como eles acolhem, a gente também vai aprendendo.

Transformações ocorridas no interior das propriedades do itinerário em função do turismo foram abordadas nas pesquisas de mestrado (NITSCHKE, 2007), nas quais foi possível detectar que tais famílias atenderam várias das orientações da

SMCT e ainda acrescentaram melhorias por conta própria. De um modo geral, a referida pesquisa mostrou que empreenderam uma série de modificações, tais como: construção de sanitários destinados ao público, adaptação de espaços existentes (paióis, garagens) e (ou) construção de novas instalações para recepcionar o público e disponibilizar venda de produtos, mais rigor na organização e limpeza da propriedade, construção de cercas internas, instalação de locais apropriados para o lixo, incrementos nos cuidados com os jardins, nivelamento de vias de circulação internas, aquisição de mobiliários e louças no caso do café rural.

Esses novos elementos também apareceram nos resultados da aplicação dos mapas mentais, segundo a metodologia de Kozel (2001), como representação que eles possuíam do turismo na sua propriedade, juntamente com a figura do próprio turista e do ônibus de turismo (NITSCHE, 2007, p. 112).

Na presente pesquisa de doutorado, observou-se que os investimentos dos proprietários para o atendimento do turismo continuam ocorrendo. Em 2011, verificou-se na Chácara Santa Rita a construção de uma estrutura coberta com mesas para que os visitantes possam levar refeições e permanecer mais tempo no local. No final de 2011, uma das proprietárias da Chácara São Pedro contou que estavam se preparando para construir um novo salão de café e tanques de piscicultura, previstos para 2012.

Pelo exposto, o turismo vem trazendo modificações para o espaço de vivência dos participantes do itinerário, porém estão concentradas no espaço doméstico de cada unidade individual, já que, como grupo, essas pessoas têm dificuldade de se articular, como foi observado na criação da Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira (ATCG).

A pouca articulação se reflete em alguns fatores, como a própria periodicidade das reuniões do grupo, que no início da formação, em 2010, era mensal e durante o ano de 2011 passou a ser trimestral, uma vez que não tinham tantos assuntos para tratar. Assim, na segunda metade do ano de 2011, houve uma reunião em setembro e outra em dezembro, sendo a próxima agendada apenas para março de 2012. Assinala-se que a interação dos membros do grupo para tratar do interesse comum que é o turismo, quase não ocorre em outros momentos.

Durante as visitas aos integrantes do itinerário, ao ser abordado o assunto, atuação da associação, as respostas foram vagas e as informações obtidas

indicavam que a associação estava no começo e não tinha recursos. O termo mais repetido por esses sujeitos foi que a associação “está devagar”.

Quanto à captação de recursos, os associados comentaram que participaram com um estande na Festa do Pêssego em 2011, mas a arrecadação com as vendas de produtos não atenderam às expectativas. Ressalta-se que programação desta participação no evento foi coordenada pela SMCT.

Um dos componentes comentou que seria bom se alguma empresa contribuísse com recursos para a associação, porém ainda não haviam feito contatos para captar este tipo de apoio.

Uma dos assuntos discutidos na associação é sobre a renovação das placas de sinalização interpretativa do itinerário. Há uma expectativa da associação de que a Prefeitura possa providenciar tal implantação e arcar com seus custos, porém já estava sendo alertado que, por se tratar de uma obra que beneficiaria propriedades particulares, esta seria uma atribuição da associação e não do poder público.

Também se destaca que uma das famílias integrantes do itinerário não faz parte da associação, apesar de ter recebido o convite na época da sua fundação e ter participado de um primeiro encontro de sensibilização para a importância da associação, promovido pela SMCT em 2009.

Ao investigar o porquê da sua não participação na associação, observou-se que os demais membros mostram-se abertos ao seu ingresso no grupo, porém apesar de não ter admitido, parece que o proprietário não está interessado em se envolver. Assim, como este proprietário rural quase não participa das ações coletivas do grupo de turismo, também se observou que está distanciado dos espaços de interação da sua comunidade, indicando que prefere trabalhar e viver de forma mais isolada.

A tímida interação e escassa comunicação entre os membros da comunidade, observadas durante as pesquisas empíricas, exercem influência sobremaneira na esfera do turismo, o que se reflete não só na atuação da associação, mas também no interesse da comunidade pela atividade.

Entre os moradores da localidade de Camundá há uma família participante do itinerário. Em março de 2011, outra família desta comunidade se integrou ao itinerário, porém, segundo as informações da Diretora de Turismo, depois de aproximadamente dois meses de experiência, esta família resolveu não dar continuidade ao processo, por não ter encontrado afinidade com a atividade.

S.W. (2011) falou sobre esse agricultor que na época da entrevista acabara de se inserir no itinerário: “Dai entrou um novo que é o *****(Sr. I.B.). Ele entrou para o turismo. [...] Plantam verdura e agora tá começando a plantar mais já, começando a complementar lá as verduras dele. Acho que está indo ônibus lá para eles, um mês tem, mais ou menos.”

Por ser uma pessoa bastante presente nos espaços de interação da comunidade de Camundá, foi perguntado a S.W. se as pessoas dali costumam demonstrar curiosidade sobre a atividade turística que ele desenvolve na sua propriedade. Em resposta, ele afirmou que raramente recebe perguntas sobre a sua atividade com o turismo.

A única pessoa que meio que pesquisou um pouco é o *****(Sr. F.W.). Até não sei se ele não queria entrar neste turismo. [...] Ele trabalha na feira, na feira de Araucária. [...] Feira livre. Vende salames, broas, costelinha defumada, frango eles matam e vendem nas feiras.

Em sua opinião, não há interesse da comunidade de Camundá em relação ao turismo:

A visão deles [membros da comunidade], uns acham que é bom, outros não se interessam muito [...] ‘tá bom assim como tá’. São poucos que assim perguntam se isso é bom, se não é bom, se é ruim. Outros não querem [trabalhar com o turismo], acham que não adianta [...]. É aquela história, a pessoa tem que gostar deste trabalho.

S.W. (2011) manifestou reconhecer que realmente o turismo deu certo para ele, diferentemente do que a comunidade acreditava na época em que o itinerário teve início, conforme seu relato, “[...] no começo acharam que isto não ia funcionar [...] ‘isso não dá nada’. E o turismo já está aqui há uns 6 ou 7 anos”.

De modo geral, as pessoas da comunidade não costumam falar sobre turismo, nem mesmo naqueles momentos em que estão reunidas por ocasião das comemorações e missas, nas palavras de S.W. (2011): “Ninguém pergunta”, concordando que elas não se envolvem e não procuram se informar a respeito.

Além de S.W., que relatou sobre o desinteresse dos proprietários rurais de Camundá em trabalhar com turismo, alguns dos demais entrevistados foram questionados sobre a possibilidade de integrarem o itinerário, porém não demonstraram interesse. São eles: R.B., por ser importante a opinião de uma pessoa que exerce certa liderança, ainda que restrita à esfera religiosa (presidente

da comissão da igreja Senhor Bom Jesus) e em função da sua propriedade agrícola na Colônia Ipiranga, onde cultiva morangos e outras culturas; e E.W., proprietário da Fábrica de Palhões desativada, um patrimônio com expressivo potencial turístico.

Eles explicaram por que não desejavam aderir à proposta do itinerário. Sobre o assunto, R.B. (2011) esclareceu:

[...] eles até convidaram a gente pra participar, mas com morango é difícil né, porque o morango é uma fruta que ele não espera fim de semana né, então se está o sol quente, você tem que colher ele né, senão estraga. Então se perde muito, então a gente nem entrou porque não dá certo. Então é complicado e depois, de repente, a gente cuida muito assim, porque se nós precisamos passar alguma coisa [agrotóxicos], de repente ah, o morango está com problema, daí a gente passa e não pode passar porque vem o pessoal e daí nisso a gente pode perder o morango. E não dá pra passar e mandar o pessoal colher, então é preferível, então a gente respeita a carência. Às vezes vem gente [...] 'quero um morango' 'hoje não tem morango né', nem que tenha.

Buscando contornar o problema da conservação dos morangos, foi perguntado como funcionaria se ela pudesse armazenar o morango para tê-los disponíveis por mais tempo, sendo que a resposta retornou com novos impedimentos:

Aí teria que ter câmara fria, só que daí de repente assim, uma semana vem dez pessoas, vão levar umas quatro ou cinco caixas, na outra semana não vem ninguém. Daí a gente já deixou, às vezes deixava assim, vinha o pessoal pra pegar, então vou colher, vou deixar reservado, daí naquela semana não vem ninguém, daí eu já perdi aquela fruta né, que é muito sensível. Então tem tudo isso.

R.B. ainda explicou sobre o problema da disponibilidade de tempo da família como mais um obstáculo para trabalhar com o turismo:

Eu preciso ir lá pra comunidade ver alguma coisa, daí tem que ficar né. Às vezes as meninas [filhas] saem e daí não tem ninguém, né. Então nesse caso já não daria. Daí que nem, o meu marido já pensou em abrir um pesque e pague, mas daí a gente fica preso também, no fim de semana você tem que ficar aí né, não pode sair, não pode nada, já você fica a semana inteira né, daí se você não pode sair o fim de semana é complicado né.

Diante do patrimônio da Fábrica de Palhões, E.W. (2011) também manifestou não concordar em abrir este espaço para visitação:

A secretaria de turismo do município eles já estiveram aqui. A Secretária [...] já esteve várias vezes aqui, até queria que nós doássemos, mas não, eu falei, não, esse aqui é um acervo nosso, nós vamos manter, porque a gente vai deixar em ordem.

O legado da fábrica está intimamente ligado à história de vida de E.W., que também reside no mesmo terreno. Conforme argumentou E.W. (2011): “É um patrimônio, [...] então tem história, a gente se criou aqui, meus pais se criaram aqui”. Para implantar uma visita turística, E.W. (2011) destacou que precisaria ter alguém cuidando constantemente. Assim, interpretou-se que parece haver um receio da parte dele de que os visitantes possam degradar o seu patrimônio, o qual estaria mais protegido se permanecesse fechado como está, sob o seu controle.

Observou-se que vários moradores contatados durante a pesquisa não conheciam as instalações da fábrica e manifestaram o desejo de fazê-lo. Muitos deles tiveram pais ou avôs que foram antigos funcionários da fábrica e guardavam na memória as histórias contadas por esses familiares. Julga-se que, havendo uma maior comunicação entre os membros da comunidade, seria possível acordar uma forma de os moradores terem acesso a este patrimônio, mesmo que ele não esteja disponível para visita ao público em geral.

O próprio evento da Caminhadas da Natureza ocorrido em 27/11/2011 na área do itinerário, que em outros municípios envolve vários agricultores familiares oferecendo produtos no decorrer do percurso, não contou com esta participação em Guajuvira, a não ser em uma pequena feira de produtos no final do trajeto, onde nem todos os representantes do itinerário aderiram e a participação de produtos de outros agricultores locais foi tímida.

6.2 O ASSOCIATIVISMO E SUA INTERFACE COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O fortalecimento da Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira teria papel fundamental para uma autonomia do projeto sustentada pela comunidade. Nota-se que algumas associações de agroturismo tiveram origem em associações de agricultores, ou seja, partiram de um interesse voltado para o desenvolvimento de

pequenos agricultores que perceberam uma oportunidade de complementar a sua renda com o turismo, como os exemplos a seguir.

O programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral (SC) nasceu no final de 1998, a partir das organizações não governamentais de agricultores pautados em princípios de associativismo, a saber: CEPAGRO (Centros de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo) e AGRECO (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral). (GUZZATTI, p. 118):

Em 1998, o CEPAGRO passava por um processo de reavaliação interna de seus programas de trabalho. Tomava força na entidade a visão de que as ações de crédito cooperativo, agroindústria de pequeno porte, turismo rural e outras deveriam estar inseridas numa perspectiva de desenvolvimento local. (GUZZATTI, p. 108).

Sobre esse caso, é importante salientar que as primeiras discussões sobre turismo rural tiveram início em 1993 na CEPAGRO (GUZZATTI, 2010, p. 118), culminando na constituição legal da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia – AAAC em 1999, inspirada no modelo francês de agroturismo da organização francesa *Accueil Paysan*, entidade com a qual estabeleceu uma parceria formal (GUZZATTI, 2010, p. 123).

Esse projeto de agroturismo iniciou com reuniões de sensibilização dos agricultores para o turismo, tendo sido difícil eles acreditarem que havia atratividade turística nas suas propriedades e que não era necessário fazer grandes investimentos, pois tinham como referência as fazendas de porte do turismo rural. Em seguida, o grupo conheceu experiências de turismo rural na Serra Gaúcha (RS) e na Estrada Bonita (Joinville, SC), onde puderam aprender sobre pequenos agricultores trabalhando com turismo, a partir de pequenos investimentos em suas propriedades. (GUZZATTI, 2010; FREITAG, 2007).

Cabe salientar que a abordagem do assunto sobre turismo despertou várias dúvidas entre estes agricultores. Guzzatti (2010, p. 122) relatou que primeiramente os participantes se assustaram ao associarem o termo ‘turismo rural’ com aquele praticado em Lages, nos grandes hotéis-fazenda, sendo necessário adotar o termo agroturismo, mais adequado para designar a atividade do “turismo junto à agricultura”. A autora (p. 122) também testemunhou que eles não acreditavam na atratividade turística do lugar, “muitos diziam: ‘o que os turistas viriam fazer aqui neste meio do mato?’ Ou então: ‘aqui ninguém vem, só vai’, numa referência ao

processo do êxodo rural vivenciado na região”. Além dessas questões, graves problemas foram identificados na infraestrutura disponível, como as péssimas condições das estradas rurais, problemas de fornecimento de energia elétrica e falta de saneamento básico das propriedades (p. 122).

Guzzatti (2003)⁸² *apud* Freitag (2007, p. 48) relata que no processo de implantação do agroturismo nessa região foram realizadas ações para desenvolver o associativismo por meio da formação de células municipais, visando reunir agricultores em grupos que pudessem se complementar em termos de produtos e serviços oferecidos. Depois dessa etapa, foram planejadas as atividades turísticas, definidas as normas da entidade, realizados cursos de capacitação e foi elaborada uma cartilha de boas práticas para o trabalho com o turismo.

Freitag (2007, p. 39) analisou como ocorria a comunicação entre os associados da AAAC e os vizinhos fornecedores de produtos e serviços, utilizando como metodologia entrevistas com associados e observações de reuniões da entidade. Os resultados do trabalho mostraram que os meios de comunicação disponíveis (contato pessoal entre vizinhos e por telefone) e as estratégias utilizadas pelo grupo (realização de reuniões) procuram nivelar a informação entre os integrantes. Porém, o autor julgou importante expandir e facilitar o fluxo comunicativo, propondo a inserção de ferramentas como a instalação de uma rede de computadores com acesso a internet. (FREITAG, 2007, p. 59, 60)

De acordo com a pesquisa de Freitag (2007), foi possível interpretar que as reuniões da associação eram essenciais na comunicação entre eles e contavam com procedimentos para informar aqueles que não podiam estar presentes sobre as discussões e decisões. Nota-se que a estrutura da associação com sede própria e alguns recursos humanos, como uma secretária, são fundamentais para garantir o fluxo das informações entre seus membros e efetuar o atendimento ao turista (informações, reservas e receptivo de grupos).

As associações de agroturismo também têm atuado na difusão e comercialização dos produtos agrícolas, normalmente em espaços anexos ao

⁸² GUZZATTI, C. T. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural**: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

receptivo turístico, como no caso da AAAC e da Associação de Agroturismo Venda Nova do Imigrante - Agrotur (ES).

Na Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas (região de Jundiá em SP), a organização das visitas conta com os serviços de agências de turismo locais, uma delas também integra tal associação.

As associações citadas neste tópico e ainda a Associação Caminhos de Pedra (Bento Gonçalves, RS), além dos seus respectivos estatutos, possuem normas internas, as quais são discutidas de forma participativa pelos seus membros antes de serem instituídas.

Essas normas estabelecem os princípios da atividade turística que desenvolvem e principalmente os critérios que as propriedades devem seguir para se integrar ao grupo e se manter atuando dentro de padrões de qualidade. O Caderno de Normas da Acolhida na Colônia (GUZZATTI, 2010, p. 248-281), particularmente, estabelece um processo de certificação pelo qual a propriedade deve passar para ter o direito de utilizar a logomarca AAAC. Para tal, devem ser obedecidos critérios gerais para a propriedade trabalhar com o turismo (a maioria ligado à adequação da infraestrutura), e outros mais específicos quanto à alimentação, hospedagem, venda de produtos e para oferecer atividades de lazer.

Esse exemplo da Acolhida na Colônia, bem como de outras organizações brasileiras se alinham a tendência que vem tomando corpo entre as discussões em torno de um turismo gerido pelas comunidades, o turismo de base comunitária (TBC), entendido como:

Toda forma de organização sentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade do trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é a sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. (MALDONADO, 2009, p. 31).

O TBC ainda é um assunto recente e vem sendo foco da academia em função de algumas experiências práticas que geram debates em torno do tema, com a contribuição de autores como Coriolano (2009), Flores e Silva (2010); Bartholo *et al* (2009), Maldonado (2009), Sampaio (2006), entre outros.

Uma rede nacional, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) integra diversas organizações abrangendo 10 estados brasileiros, como, por exemplo, a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM) formada por comunidades localizadas na zona costeira cearense, a já mencionada AAC (Acolhida na Colônia), o Projeto Bagagem que integra várias comunidades no Brasil, entre outras organizações locais e regionais que defendem o TBC (TURISOL, 2012).

Tendo em vista as experiências de associativismo no agroturismo e as de TBC (que em muitos casos estão combinadas) desempenhando um trabalho participativo entre seus membros (agricultores, pescadores e outros) e promovendo maior autonomia na gestão dos projetos turísticos locais, observa-se que a Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira possui potencial para se fortalecer e gerenciar o itinerário, buscando um envolvimento da comunidade para que os benefícios do turismo também se estendam a ela.

6.3 POTENCIALIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO VIVIDO DE GUAJUVIRA

Observou-se que o itinerário tem incorporado novos atrativos da área urbana do município, porém, na área rural a quantidade de pontos de visitação decresceu desde seu lançamento em março de 2004.

Diante desse cenário, buscou-se identificar na área de estudo potencialidades locais que poderiam ter maior usufruto da população e também serem foco de estudos técnicos e discussões da comunidade para aproveitamento turístico no itinerário existente e (ou) em outros projetos.

Com base em autores que tratam da inventariação da oferta turística (BAHL, 2004a, BENI, 2003; BOULLÓN, 2002), foram extraídas referências sobre o assunto para apresentar o potencial turístico identificado de acordo com uma classificação, conforme consta no Quadro 4.

No presente levantamento não houve a intenção de se realizar um inventário da oferta turística, tarefa que não corresponderia aos objetivos do trabalho e dependeria de uma equipe de pesquisadores cumprindo cronograma à parte, mas sim identificar de forma generalizada um rol de atrativos que potencialmente pudessem ser utilizados turisticamente.

Sendo assim, foi realizada uma listagem prévia de sítios naturais e culturais com potencial turístico, sendo que várias informações contidas no decorrer desta tese, somadas aos relatórios de campo e fontes documentais, podem servir de consulta para a elaboração de inventários detalhados.

Cabe pontuar que no Inventário da Oferta Turística de Araucária (2011) não há um levantamento de demais atrativos em Guajuvira, além daqueles que fazem parte do itinerário, e ainda restritos a uma apresentação sucinta. Um exemplo é a descrição do Centro de Guajuvira (p. 194): “Contornado pelo rio Iguaçu e cortado pelos trilhos de trem, Guajuvira, concentra a praça, a igreja, o horto florestal e construções antigas”. Esta abordagem corresponde ao que é transmitido ao visitante da Linha Turismo. Dessa forma, visualiza-se a oportunidade de ampliar os conhecimentos que o turista pode adquirir sobre o lugar, enfatizando a história da extinta Estação Ferroviária de Guajuvira (com interfaces para importância do transporte ferroviário em todo o Brasil), das fábricas, do rio Iguaçu, da vida do colono polonês e ucraniano, dos nativos moradores, entre outros aspectos relacionados no Quadro 4. A Figura 5 indica a localização de alguns desses potenciais na área de estudo.

ITEM	CARACTERIZAÇÃO	POTENCIAL DA ÁREA DE ESTUDO
Atrativos naturais	Elementos da natureza, como montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna, entre outros.	Rio Iguaçu, paisagem com vegetação natural, paisagens floridas ao longo de estradas e em áreas residenciais.
Atrativos histórico-culturais	Monumentos (arquitetura civil/ religiosa/ militar/ agrícola, esculturas, pinturas), museus, bibliotecas, sítios históricos etc.	Antigo engenho em Boa Vista, antigos moinhos, arquitetura das casas, igrejas e seu entorno, Estação Ferroviária de General Lucio, Edificação da sede do Guajuvirense Esporte Clube, Chaminé da fábrica de cerâmica, Fábrica de Palhões, paisagem do núcleo urbano (vila de Guajuvira).
Manifestações e usos tradicionais e populares	Práticas culturais específicas de um povo, como folclore, festas populares, artesanato, gastronomia típica etc.	Origem indígena da etimologia de Guajuvira, ocupação indígena de Tindiquera, modo de vida em pequenas comunidades, usos e costumes herdados pelos imigrantes poloneses, cultura ucraniana do Ipiranga, manifestações religiosas, rito religioso bizantino do Ipiranga, significado e memória sobre o antigo centro de Guajuvira, atividades de lazer do presente e passado, causos populares, conhecimento sobre medicina popular ⁸³ (benzedeira, curandeiro), conhecimento popular sobre previsão do tempo, conhecimento popular sobre melhores épocas para plantio/colheita, artesanato em bambu e madeira, gastronomia rural/polonesa/ucraniana.
Realizações técnicas, científicas contemporâneas	Obras, instalações e atividades, como, exploração agrícola/mineral/industrial, jardins botânicos, zoológicos, planetários, usinas hidrelétricas etc.	Agricultura, instalações e equipamentos agrícolas, produtos agrícolas <i>in natura</i> (frutas, hortaliças) e transformados (queijo, ovos, mel, embutidos, conservas, geléias, pães, bolos), pesque-pagues, paisagem do agrochá, paisagem agrícola formada pelas áreas de cultivo, instalações produtivas e residências.
Acontecimentos programados	Eventos que concentram pessoas com interesses de ordem comercial, profissional, técnica, cultural, científica, política, religiosa, turística etc.	Festas religiosas, encenação do casamento polonês realizado em Campina das Pedras (localidade adjacente ao distrito), evento das Caminhadas da Natureza (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e ONG Anda Brasil).

QUADRO 4: IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO NA ÁREA DE ESTUDO

FONTE: A autora (2012)

NOTA: Referencial teórico com base em BAHL (2004a); BENI (2003); BOULLÓN (2002). Potencial da área de estudo, segundo a pesquisa empírica da Autora (2012).

⁸³ A presença de uma benzedeira na vila de Guajuvira foi citada nas entrevistas com moradores e o Arquivo Municipal cedeu documentos sobre ela, com destaque para cópia do livro de rezas e fotos. Na colônia Ipiranga foi citado por uma entrevistada que um morador, falecido recentemente, atendia quem o procurasse com algum problema de saúde.

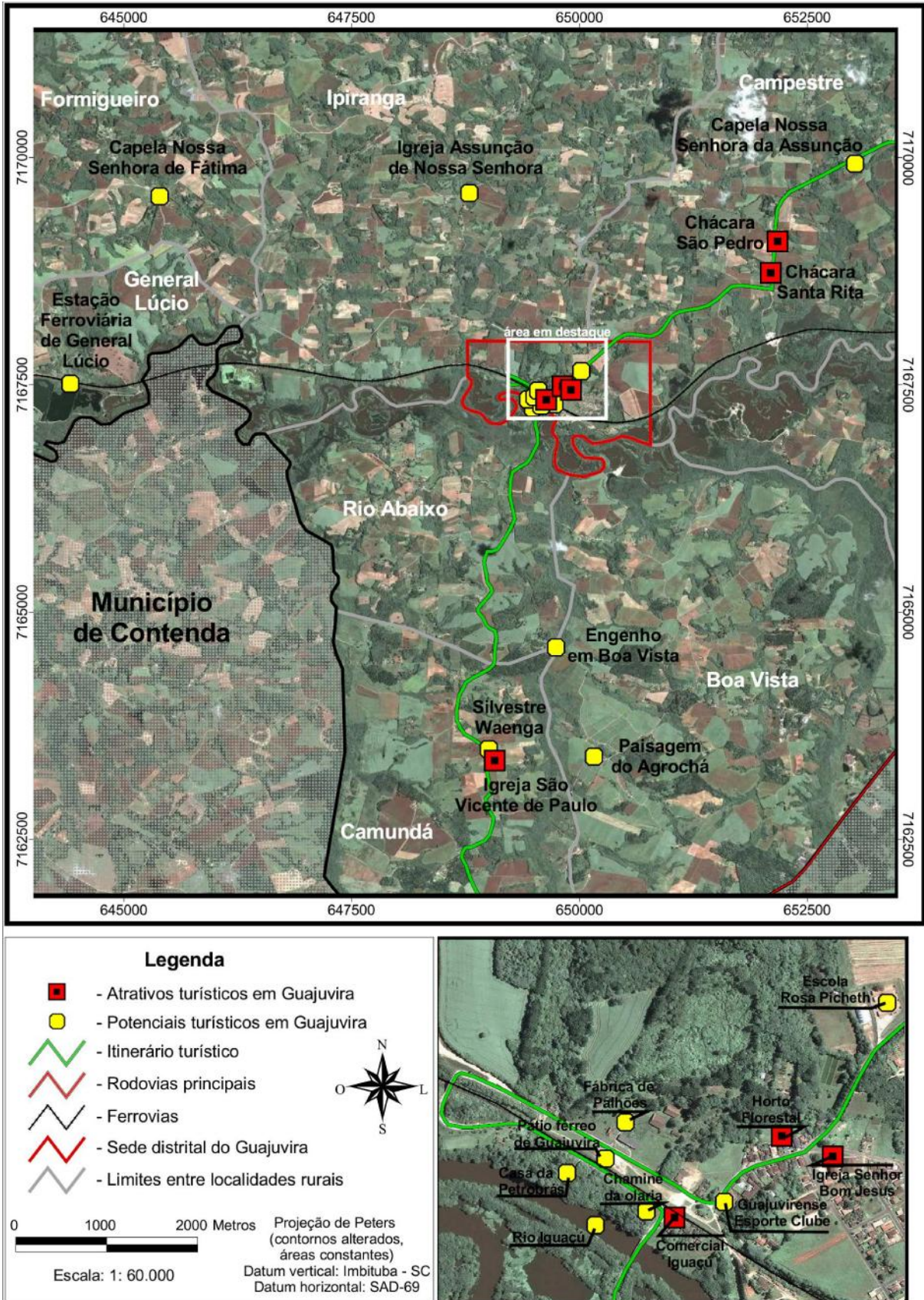


FIGURA 5 – POTENCIAL TURÍSTICO EM GUAJUVIRA

FONTE: Secretaria de Estado do Meio Ambiente (PARANÁ, 2002); Prefeitura Municipal de Araucária (2009); a Autora (2012)

NOTA: Mapa elaborado pelo Geógrafo Marcelo Rakssa, conforme solicitação da Autora (2012)

Mesmo que futuramente esses elementos não venham a se tornar atrativos turísticos, o seu reconhecimento pela comunidade poderia contribuir para a valorização da sua identidade cultural calcada no meio de vida rural, na sua origem comum (etnias eslavas e o vivido do antigo centro) e na fé religiosa que une as pessoas no entorno de um mesmo ideal.

Não se pode afirmar que o patrimônio cultural deva ser preservado e conservado para que o turismo possa utilizá-lo como elemento de atratividade, pois a questão é muito mais abrangente, mas não se pode descartar a sua utilização como recurso de grande potencial. (BAHL, 2004a, p. 51)

Se for da vontade da comunidade, a própria constituição do itinerário poderia abranger mais localidades e ser enriquecida com atrativos ligados, por exemplo, aos referenciais étnicos, agrícolas, arquitetônicos, paisagísticos, evidenciando as características reveladas pelos sujeitos de pesquisa.

A temática rural ligada ao endógeno, como a história local, incluindo a indígena e dos migrantes internos e imigrantes, a produção agropecuária e outros elementos culturais, é o mais próximo de um quadro, visto que a complexidade do real vai estar presente – o visitante/observador poderá selecionar dela alguns traços característicos, de acordo com seus conhecimentos ou com o seu imaginário. (CALVENTE, 2005, p. 25)

Uma observação mais específica é sobre o potencial ligado à etnia polonesa, que talvez as famílias de Guajuvira não tenham ciência até o momento de o perceberem na prática com o turismo.

Sobre o assunto, foi notória a agitação dos empreendedores de turismo nos preparativos para receberem um grupo de turistas poloneses que realizou visita em 11 de março de 2011⁸⁴. Uma semana antes dessa data, durante as observações de campo foi possível detectar o entusiasmo dos participantes do itinerário sobre os visitantes que estavam para chegar da Polônia.

No dia da visita, J.C. (2011) aguardava a chegada do grupo para o café, olhando para a estrada cada vez que um veículo se aproximava. Com orgulho, ele mostrou para a pesquisadora a mesa repleta de pratos preparados pela sua família

⁸⁴ O programa da visita no itinerário Caminhos de Guajuvira foi organizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Araucária. A viagem do grupo ao Brasil foi organizada por uma operadora de turismo e contou com o serviço de um guia de turismo brasileiro.

para receber os poloneses. E com um olhar crítico, notou uma pequena mancha na toalha, o que lhe causou preocupação, mas logo o problema foi resolvido.

Durante a visita, notou-se que de um modo geral os anfitriões dialogaram no idioma polonês com os turistas, porém em outra ocasião, declararam para a pesquisadora o fato de terem sentido dificuldade de comunicação devido à diferença da língua aprendida com os pais em comparação ao idioma oficial falado atualmente na Polônia.

L.W. (2011) contou sobre a influência da visita para as suas netas que acompanharam a vinda do grupo na sua propriedade. Relatou que logo depois da visita, as duas crianças chegaram em casa repetindo a frase que mais escutaram dos poloneses 'Dzien dobry', que significa 'Bom dia'.

Em outra ocasião, quando perguntado se D.F. (2011) falava polonês, declarou "Falo, meio atrapalhadinho, mas falo. Eu falei um dia com uma senhora aí [visitante polonesa]. Não falo muito bem falado".

Observou-se que a visitação turística tem incentivado os empreendedores a resgatar os conhecimentos que possuem do idioma, representando um foco de esperança para que os mais jovens também se interessem tanto pela língua quanto pelas outras características da sua cultura de origem.

Além do idioma, outras características da cultura polonesa voltaram a ser praticadas em função do turismo, como a gastronomia oferecida no café rural, o hábito de receber os visitantes com broa, sal e vodka como sinal de boas-vindas, as apresentações de um grupo folclórico polonês (da Colônia Cristina) que passaram a ser solicitadas em alguns eventos populares.

No trabalho como o turismo dentro da comunidade, R.B. (2011) mencionou considerar importante respeitar os costumes locais, principalmente aos finais de semana, momento em que ocorrem as missas, as reuniões dos grupos de reflexão e a maioria dos eventos religiosos, como a benção dos alimentos na véspera da Páscoa. "Então é aquela coisa assim, o pessoal segue muito isso. A gente tem que estar respeitando isso, porque a maioria é família polonesa aqui. Na Vila já não, mas no interior é polonês".

A título de comparação, cabe mencionar o Projeto Caminhos de Pedra (Bento Gonçalves, RS), assessorado pelo SEBRAE, que nasceu de uma preocupação com o abandono e a demolição de casas de pedra da época da imigração italiana. Assim foi criado um itinerário turístico com o objetivo de resgatar

o patrimônio cultural como um todo, não só o arquitetônico, envolvendo a valorização dos usos e costumes da etnia italiana e as atividades rurais. Em uma pesquisa de mestrado sobre o itinerário, a autora (COLOMBO, 2011, s/p) menciona que “No Caminhos de Pedra o percurso é real e o elemento de união do itinerário é a cultura da imigração italiana materializada em edificações e produção laboral”.

O itinerário é gerido pela Associação Caminhos de Pedra, criada em 1997, a qual conta atualmente (2011) com 60 associados e promove a visita turística, registrando em média 50.000 turistas/ano (CAMINHOS DE PEDRA, 2011).

Entre os atrativos, além das 13 propriedades rurais que recebem visitantes e lhes oferecerem atividades e serviços, existem 53 pontos divulgados apenas para a observação da paisagem, pontilhadas de casas de pedra em meio às áreas cultivadas e de vegetação natural (CAMINHOS DE PEDRA, 2011).

Esse projeto mostra ser possível explorar os aspectos paisagísticos como representações da cultura rural e étnica locais, sem a obrigatoriedade de transformar todo o potencial levantado em pontos com acesso à visita turística, o que poderia ser planejado em Guajuvira.

Seguindo uma recomendação de Bahl (2004a, p. 74) relativa a localidades com potencial étnico, é importante “integrar a população no sentido de conscientização perante a existência do patrimônio interétnico da cidade [ou localidade], no sentido de respeitabilidade, conhecimento destes valores tradicionais e que fazem parte da fisionomia urbana [e rural]”. O mesmo poderia ser considerado para o referencial étnico polonês e ucraniano identificado na área pesquisada em Guajuvira.

Dentro dessa perspectiva de estimular o turismo com base no legado cultural de uma comunidade, é inevitável não mencionar o perigo do artificialismo e as interferências negativas na identidade cultural local, assunto abordado no tópico sobre o turismo entre as representações do espaço vivido de Guajuvira.

Tendo em vista o aproveitamento do potencial turístico de Guajuvira, cabe sinalizar a existência de duas iniciativas em curso no município que devem ser consideradas. Uma delas refere-se a um projeto de educação para o turismo nas escolas, implementado pela Prefeitura, que inclui a escola Rosa Picheth de Guajuvira, e a outra é a respeito do Programa Casa Petrobras, desenvolvido em Guajuvira por esta entidade.

Quanto ao projeto de educação para o turismo, a Prefeitura iniciou em 2004 ações para a inserção do tema do turismo no processo educacional do ensino fundamental de escolas municipais.

De 2004 a 2008 foi realizado o projeto Turismo nas Escolas, “que consistia em proporcionar passeios pedagógicos/culturais com alunos das terceiras séries do ensino fundamental, em atrativos turísticos urbanos e rurais da cidade de Araucária” (ARAUCÁRIA, 2011b, p. 04). Porém a SMCT constatou a partir de 2008 que este projeto não atendia mais aos objetivos propostos, devido a uma série de motivos apresentados por esta secretaria, dentre eles:

[...] faltava um acompanhamento durante o período de aula para realizar um auxílio teórico e uma melhor avaliação junto aos alunos; não se atingiu uma compreensão total da proposta por um grande número das escolas, alguns problemas de indisciplina de alunos durante os passeios, o que resumia o projeto, para muitos casos, em apenas um passeio de final de ano. (ARAUCÁRIA, 2011b, p. 04).

Para o ano de 2010 o projeto foi reformulado e teve uma versão piloto implantada em duas escolas, com a inclusão de atividades didáticas em sala de aula, proporcionando a alunos e professores uma preparação prévia para as visitas técnicas, surtindo efeitos positivos para sua sensibilização para o turismo. “As visitas técnicas deixaram de ser apenas passeios e se tornaram uma opção para se tirar dúvidas de temas já trabalhados em sala de aula” (ARAUCÁRIA, 2011b, p. 5).

Com base nos resultados de 2010, para 2011 foi implantado o Projeto ‘Educação para o turismo: preservando a cultura e o meio ambiente’ (ARAUCÁRIA, 2011b), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, por meio do Núcleo de Conscientização Turística – NCT e contou com a parceria da Secretaria Municipal de Educação, através do Núcleo das Séries Iniciais, com a colaboração das escolas que contemplam o ensino fundamental.

O referido projeto tem como objetivo: “Sensibilizar e conscientizar alunos e professores sobre a importância do turismo, da cultura e do meio ambiente envolvendo-os em uma abordagem participativa, estimulando a defesa do patrimônio histórico, cultural e ambiental de Araucária” (ARAUCÁRIA, 2011b, p. 7). O público-alvo do projeto são professores, pedagogos e alunos de nove turmas de 4ª séries do ensino fundamental de escolas municipais.

A conscientização sobre a importância da atividade turística inclui o estímulo

à valorização da história e do patrimônio cultural e natural, buscando incentivar um sentimento de pertença dos alunos e professores em relação ao seu município.

Durante a fase inicial do projeto foram realizados encontros de formação continuada entre a SMCT e os professores das escolas, para a discussão de conteúdos teóricos sobre: “os conceitos de turismo, os atrativos turísticos da cidade, sua história e realidade cultural, ecológica e turística” (ARAUCÁRIA, 2011b, p. 9). Nessa fase também foram realizadas visitas técnicas com os professores aos atrativos da cidade e ao roteiro Caminhos de Guajuvira. Com base nesta vivência, os professores incluíram o tema do turismo nos seus programas de sala de aula, durante o segundo semestre letivo. Foram programadas visitas dos alunos aos atrativos turísticos urbanos e rurais do município, planejadas e conduzidas pelo Núcleo de Conscientização Turística e equipes pedagógicas das escolas. Sob a orientação dos professores, os alunos produziram trabalhos didáticos para expressar o conhecimento adquirido no decorrer do projeto.

Em todo o processo foram utilizados materiais didáticos específicos sobre turismo (elaborados pela SMCT e outros de autoria do Governo Federal), recursos audiovisuais, realização de atividades de artes plásticas, aulas práticas e linguagem oral e escrita. A avaliação do projeto ocorreu em várias etapas, em conjunto com os sujeitos envolvidos (ARAUCÁRIA, 2011b, p. 8).

O coordenador do Núcleo de Conscientização Turística, do Departamento de Turismo da SMCT, André Marques (2011), declarou, quase ao final do projeto⁸⁵, que os trabalhos finais sobre turismo apresentados pelos alunos das 4^a séries do ensino fundamental e as observações dos professores sobre todo o processo indicaram resultados positivos para uma melhor compreensão sobre o assunto turismo em Araucária e uma maior afinidade destes sujeitos em relação ao patrimônio cultural e natural do município.

A Escola Rosa Picheth, localizada em Guajuvira, participou do processo, porém a geração de relatórios sobre os resultados do projeto está prevista para 2012, não sendo possível realizar ainda uma avaliação acerca dos seus efeitos do mesmo para a comunidade de Guajuvira.

⁸⁵ Por meio de contato pessoal efetuado pela autora da tese durante o evento das Caminhadas da Natureza, realizado no Distrito de Guajuvira, em 27 de novembro de 2011.

Quanto à iniciativa da Petrobras, o Programa Casa Petrobras tem o objetivo de “apoiar a comunidade de Guajuvira situada no município de Araucária desenvolvendo atividades permanentes e constantes para crianças, jovens e adultos, sempre com foco na realidade conhecida e monitorada” (PETROBRAS, 2011, p. 1).

A unidade localizada na vila de Guajuvira em imóvel com fundos para o Rio Iguaçu, oferece para a população uma biblioteca⁸⁶, inclusão digital e alguns cursos como aulas de violão. De acordo com a observação das atividades deste programa e entrevista com uma funcionária, as atividades são normalmente frequentadas pelos jovens em idade escolar.

Detectou-se que a Casa da Petrobras é um canal de comunicação com uma parcela da comunidade e poderia ser melhor aproveitado para o desenvolvimento de atividades que abordassem conteúdos sobre a história de Guajuvira, sobre a valorização de aspectos da identidade cultural, procurando incluir o conhecimento de pessoas da localidade no ensino de idiomas, de música, de gastronomia, artesanato, contação de histórias e outras atividade lúdicas envolvendo as particularidades locais.

6.4 O TURISMO ENTRE AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO VIVIDO

A partir da mescla de elementos e conceitos imbricados no espaço vivido de Guajuvira, foi identificado aquilo que se destacou como mais representativo na experiência dos sujeitos no lugar. Tais representações constantes no Quadro 5 refletem o senso comum, expressando aspectos sociais e culturais da coletividade captados durante a pesquisa empírica.

⁸⁶ “[...] acervo de 2326 livros de literatura juvenil, infanto-juvenil, literatura infantil, romance, poesia, clássicos, materiais para pesquisa e didático” (PETROBRAS, 2011, p. 1).

REPRESENTAÇÕES	SIGNIFICADO
Área do antigo centro de Guajuvira, onde se destaca a imagem do terreno vazio ao longo dos trilhos.	Movimento da estação férrea, das fábricas, lazer e diversidade de comércio e serviços. Sentimento de saudosismo da vida de outrora.
Chaminé da olaria	Ícone na paisagem de Guajuvira; também remete ao incêndio que destruiu a olaria e outros imóveis próximos.
Imóvel da antiga fábrica de palhões	A população tem curiosidade de conhecê-lo por dentro; saudades do tempo da fábrica; sempre tem alguém da família que trabalhou lá, normalmente do gênero feminino.
Imóvel do Clube abandonado	Lazer, diversão, jogos, futebol, bailes de carnaval; decepção por não existir mais; sentimento de vergonha pelo estado de abandono em que a edificação se encontra.
Rio Iguaçu	Lazer do passado devido à pesca, aos banhos e à navegação; presença de visitantes; a balsa do passado e a ponte do presente; os episódios de enchentes do presente e passado; a poluição que o atinge.
Horto	Lugar que admiram e levariam alguém de fora para visitar
Plantação de chá verde	Paisagem admirada
Comunidade	Formada pelos frequentadores de uma mesma paróquia;
Igreja	Local sagrado; em função das missas e datas comemorativas proporciona interação social entre os membros da comunidade; possui comissões de trabalho formadas por membros da comunidade.
Lazer hoje	Reunir as famílias nas casas, frequentar festas de igreja, cuidar do jardim, pescar em pesque-pagues.
Lazer no passado	Cinema, bailes, futebol e outras atividades do clube; bandas de música; pesca no rio Iguaçu; festas de casamento preparadas em casa.
Colônia	Áreas rurais que não pertencem à vila de Guajuvira
Guajuvira	Para a maioria, 'morar em Guajuvira' ou 'ir para Guajuvira', refere-se à área da vila. Uma minoria tem o entendimento de que Guajuvira abrange a vila com mais algumas colônias contíguas. Lugar amado pela população.
Vila de Guajuvira	Área central, cujo eixo vai da ponte sobre o rio Iguaçu até a Igreja Bom Jesus
Broa	Pão dos imigrantes poloneses (feito de farinha de centeio); item essencial na mesa ainda muito valorizado, porém elaborado com menor frequência pelas famílias; representa a gastronomia polonesa ainda em uso.
Idioma polonês	Praticado eventualmente pelas pessoas da faixa etária acima de 50 anos. As gerações mais novas não aprenderam o idioma
Casamento	Instituição religiosa importante; os casos de divórcio provocam surpresa. No passado: festas de casamento com duração de uma semana eram realizadas nas casas. No presente: as festas seguem o padrão usual das sociedades urbanas.
Turismo	Para a população em geral, é percebido em função do ônibus de turismo que passa pelo local. A comunidade não tem o costume de participar das visitas. Para as famílias integrantes do itinerário, o turismo faz parte da rotina da propriedade.

QUADRO 5: REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO VIVIDO DE GUAJUVIRA
 FONTE: A autora (2012)

Nessa complexidade de elementos, foi relevante verificar como o turismo apareceu entre as representações.

Apesar de o turismo estar presente de forma acentuada na esfera de trabalho de quem executa o projeto (equipe da SMCT) e, provavelmente, nas lembranças do visitante que o pratica, ambos externos à comunidade, ele é uma representação bem apagada e quase inexistente na visão de mundo de quem mora na comunidade, com exceção daqueles que integram o itinerário com suas propriedades.

Além de praticamente despercebido, o turismo nem sequer é discutido no âmbito da vida comunitária. Tal situação se intensifica na medida em que a comunicação entre os moradores não ocorre com tanta fluidez e assuntos de interesse coletivo quase não são discutidos por eles como grupo.

Observou-se que o espaço religioso reúne os moradores em torno da fé cristã e acaba cumprindo também a função de espaço de socialização e lazer. Ainda, é fundamental enfatizar que as únicas formas de lideranças se encontram nesta esfera religiosa por meio de representantes da própria comunidade eleitos para formar as comissões de igreja e pelo padre como líder religioso instituído pela igreja.

Esse contexto influencia a noção de comunidade como comunidade religiosa, de acordo com o entendimento dos sujeitos de pesquisa. Tendo em vista o papel fundamental deste espaço religioso, evidencia-se seu potencial como meio de interlocução com a comunidade para apresentar-lhe o assunto do turismo.

Uma pesquisa realizada em 2004 com as lideranças religiosas católicas de Araucária (SERENATO, 2004) registrou que elas mostravam-se favoráveis à inserção do assunto turismo entre seus fiéis, indicando uma abertura para o desenvolvimento de um projeto turístico voltado à esfera religiosa.

A proposta de Serenato (2004), que abrangeu Araucária de um modo geral, centrou-se na inserção do tema do turismo nos grupos de reflexão da igreja que se reúnem nas casas das famílias. Decorrente desse trabalho, o turismo consta como assunto em um módulo do material destinado aos grupos de reflexão da Arquidiocese de Curitiba datado de 2005/2006 (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 2005/2006), porém, de acordo com informações prestadas pela autora⁸⁷, não há

⁸⁷ Entrevista de Giovana Ghor Serenato concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 28/07/2010

conhecimento se o material foi utilizado em Araucária e não existem pesquisas que tenham acompanhado sua aplicação.

Ainda, ao analisar o turismo no espaço vivido, principalmente interligado à identidade cultural da população, cabem algumas considerações sobre o perigo de tornar-se um bem de consumo em que as relações entre visitantes e visitados se restringem a esta condição e o fator humano normalmente é desprezado.

Sobre o assunto, autores preocupados com questões antropológicas no turismo como Banducci Júnior e Barretto (2001, p.11) explicam que “o turismo está cada vez mais regulado pela lógica do mundo globalizado que, entre outros fatores, mediatiza, por meio da imagem, as culturas e a natureza, transformando-as em mercadoria”.

A transformação do legado cultural em bens de consumo é atribuída a uma expectativa dos turistas, principalmente dos internacionais provenientes de países ricos (economicamente), de encontrar uma espécie de ‘paraíso perdido’ nas sociedades mais tradicionais que visita (BARRETTO, 2001, p. 48).

Essa influência pode prejudicar as formas tradicionais de convivência como a solidariedade entre os vizinhos, as rezas ligadas ao cultivo, a observação do tempo pelos sinais da natureza, o calendário do ano regido pelo tempo da plantação, entre outras práticas (REICHERT, 2001, p. 42).

A preocupação em agradar o turista oferecendo meros produtos de consumo sem personalidade própria acaba enfraquecendo as raízes culturais locais e ao mesmo tempo tornando-se desinteressante a ele. A criação de cenários falsos baseados numa ambientação arquitetônica, shows e elementos que não fazem parte da realidade local artificializam e banalizam a identidade do lugar.

Essa discussão remete à visão de escalas local, regional, nacional, global interagindo entre os atores. Schneider e Peyré Tartaruga (2005, p. 09) apontam para o embate entre o lugar – dimensão local – e o global – dimensões regional e mundial –, explicando que este confronto se dá de forma contraditória: ora o território local favorece as pessoas que vivem nele, seu cotidiano, ora o território se sujeita aos ordenamentos que vêm de fora.

Isso se aplica ao encontro do meio rural (dimensão local) com o meio urbano (dimensão global), onde há uma tendência que a padronização dos costumes de ordem global se sobreponha ao local, fato que já começou a ocorrer em Guajuvira,

como visto sobre o crescimento de loteamentos residenciais, o desuso do idioma polonês, as mudanças nas comemorações dos casamentos, as alterações dos hábitos de consumo, entre outras transformações já citadas.

Porém, no caso de Guajuvira, tais mudanças não advêm do turismo, mas vêm ocorrendo por um conjunto de fatores típicos das sociedades modernas, já que, segundo Hall (2005), a cultura não pode ser considerada como imutável e estável. Sobre o assunto, concorda-se com Calvente (2004, p. 10), quando afirma que “Tentar preservar as populações tradicionais é uma atitude paternalista ou autoritária, já que são essas comunidades, com acesso às informações, que devem decidir seu futuro”.

Hall (2005, p. 77), ao abordar a tensão entre o global e o local, mostra que a sobreposição do primeiro sobre o segundo nem sempre ocorre:

A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de ‘nichos’ de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como ‘substituindo’ o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o ‘o global’ e o ‘local’ (...) É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações ‘globais’ e *novas* identificações ‘locais’.

Para tal, é necessário que essas identificações estejam bem consolidadas na esfera local, visualizando-se no turismo um aliado para que a própria população possa se sentir valorizada e orgulhosa da sua identidade, e com autonomia para lidar com as transformações que deseja efetuar.

A consciência da sua identidade cultural, mesmo admitindo que ela passe por transformações, contribui para que a própria comunidade evite o artificialismo nas suas atrações turísticas, por isso, a importância de os projetos turísticos serem gerenciados pelas comunidades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese como afirmação inicial de que é necessário conhecer a estrutura de constituição de uma comunidade como grupo de pessoas e as suas relações com o lugar para indicar caminhos pelos quais o turismo poderá encontrar melhor interação e adesão dentro da comunidade se comprovou, na medida em que identificou espaços onde o turismo pode ter uma inserção benéfica na comunidade, além de potencialidades que podem contribuir para a valorização do espaço de vivência.

Com a finalidade de comprovar a tese, a pesquisa atingiu seus objetivos, em que o principal foi investigar, sob uma perspectiva cultural, como está constituída a comunidade de Guajuvira, com ênfase para a relação das pessoas com o seu espaço de vivência e sua percepção sobre a presença do turismo.

A pesquisa possui um aspecto singular entre as pesquisas do campo de conhecimento do turismo por reunir elementos que fundamentaram a categoria de análise de espaço vivido com base na geografia cultural, dentro de uma perspectiva fenomenológica humanista, capaz de conduzir a visão de mundo da pesquisadora para as análises e os procedimentos da pesquisa empírica. Nessa perspectiva, destaca-se uma forma de aplicar os estudos de Paul Claval (2001) sobre a cultura na formação dos grupos humanos atrelados ao seu espaço, os quais foram fundamentais para definir o foco de ação da pesquisa e determinar os itens investigados a campo.

Durante este processo, a coleta de informações por meio da observação assistemática com entrevistas não estruturadas e semiestruturadas promoveram a proximidade com a realidade estudada, primando pela interlocução com os sujeitos, mostrando-se eficientes para atender aos objetivos desta pesquisa.

Entende-se que esse conjunto metodológico de abordagens teóricas e procedimentos práticos possam servir de sugestão para outros pesquisadores com questões semelhantes.

Retratar o antigo centro de Guajuvira por meio do croqui (FIGURA 4) foi essencial para reunir, visualizar e compreender os elementos da gênese da comunidade mais contundentes na representação do espaço vivido expressado pelos sujeitos.

As hipóteses que inicialmente lançaram possíveis respostas ao problema da pesquisa empírica de identificar quais aspectos do espaço vivido influenciavam a participação da comunidade no projeto de turismo local, são comentadas a seguir:

Hipótese 1: As reais lideranças da comunidade tiveram pouco ou nenhum contato com o projeto de turismo, impedindo uma interlocução com a coletividade sobre o assunto.

Como não se identificou uma liderança comunitária reconhecida pela comunidade, esta hipótese inicial serviu para investigar mais a respeito de possíveis lideranças, mesmo que setORIZADAS, tal como foi descoberto sobre a organização religiosa detentora de uma liderança importante no espaço vivido comunitário, a qual também não tem envolvimento com o projeto de turismo.

Hipótese 2: No espaço vivido da comunidade, o turismo quase não é percebido e, conseqüentemente, nem sequer discutido no âmbito da vida comunitária.

Comprovada. O turismo quase não é percebido pelos moradores, não é citado entre as mudanças e os problemas observados por eles em Guajuvira, nem lembrado entre as possíveis associações que a comunidade tenha instituído, tampouco discutido no âmbito das comissões de igreja e quase não desperta o interesse de novos integrantes para aderirem ao itinerário. Quando o assunto do turismo em Guajuvira foi abordado de forma dirigida pela pesquisa, obteve vagos comentários da comunidade, indicando ser este um elemento de pouca relevância dentro do seu espaço vivido.

Hipótese 3: Os moradores são contrários à atividade turística no seu espaço de vivência.

Na verdade, como o turismo está representado de maneira apagada no espaço de vivência, havendo um desconhecimento generalizado sobre ele, isso impede que firmem uma posição crítica a respeito. O que pôde ser detectado é que a comunidade não identificou aspectos negativos no desenvolvimento do turismo e na sua pouca convivência com a atividade indicou benefícios, como a venda de produtos pelos proprietários integrantes no itinerário. Além disso, com base na percepção que demonstraram possuir, não há condições de firmarem atitudes de interesse ou posições definidamente contrárias.

Hipótese 4: O espaço vivido da comunidade possui potencial para ampliar os atrativos do itinerário turístico.

Comprovada. O conhecimento adquirido sobre o espaço vivido levantou uma série de potencialidades locais que podem ser melhor exploradas pelo turismo ou se tornarem novos atrativos, como aquelas ligadas aos aspectos paisagísticos e aos referenciais étnicos, religiosos, históricos, agrícolas, arquitetônicos, entre outros.

O advento do turismo vem comprovando a sua capacidade de reforçar aspectos identitários das famílias integrantes do itinerário em relação à valorização das suas raízes polonesas, do seu modo de vida rural e até mesmo contribuindo para ressignificar práticas culturais que já haviam caído em desuso.

É válido não se restringir apenas à finalidade turística, mas pensar no aumento da autoestima e na valorização da comunidade em relação ao seu espaço, dando abertura para outros projetos em benefício ao desenvolvimento da cidadania.

Hipótese 5: O poder público impõe-se como coordenador do projeto e intimida a participação dos integrantes do itinerário como gestores do mesmo.

Refutada, na medida em que o poder público: reconhece a importância de os proprietários rurais assumirem a responsabilidade de gestores do projeto, instrumentalizou a criação da associação de turismo e incentiva uma atuação mais autônoma desta organização. A posição do poder público como coordenador do projeto não é imposta, mas é aceita e requerida pelos integrantes do itinerário que se sentem confortáveis por ter aderido a uma proposta da Prefeitura que não partiu deles.

- Discussões e Propostas

A partir dos resultados, verificou-se que o conhecimento adquirido sobre o espaço vivido da comunidade possibilitou identificar pistas sobre a razão da falta de participação dela em relação ao turismo, destacando o papel de uma metodologia como esta como suporte a ações de planejamento turístico.

Entender a gênese da comunidade de Guajuvira, seus traços identitários e os elos que unem seus membros, foi fundamental para compreender as características mais marcantes deste espaço vivido e procurar concatená-las com a situação do turismo neste lugar.

A identidade cultural desta comunidade caracterizada pela sua ruralidade, pela sua história vivida em conjunto na imigração e nos áureos tempos do antigo

centro, e por compartilharem um mesmo ideal religioso, concentra um rico patrimônio material e imaterial que merece reconhecimento local e também pode ser valorizado pelo turismo.

Na constituição da comunidade, a pouca comunicação entre os membros e a ausência de líderes encontram na organização religiosa um canal para que assuntos como o turismo possam ser inseridos na esfera comunitária, já que são os motivos religiosos que promovem os espaços de interação e certa liderança local.

Ainda que não se reflita para a comunidade de maneira geral, a transformação advinda do turismo se mostra evidenciada no interior das propriedades participantes do itinerário. Porém, até mesmo as pessoas diretamente envolvidas com o turismo têm dificuldades de se articular de forma coletiva para gerenciá-lo. O fato de a constituição da comunidade apontar para a pouca interação entre os seus membros e a ausência de efetivos líderes têm implicações na dificuldade de formar organizações locais, como observado na tentativa de se consolidar uma associação agrícola e, mais recentemente, na criação e atuação da associação de turismo.

Indicou-se que o associativismo tem gerado resultados positivos em alguns lugares do Brasil, onde o turismo se tornou um acontecimento muito presente na vida de comunidades, interferindo nas relações sociais de forma a unir agricultores, dentro de um mesmo ideal. Ideal este, secundário a sua atividade principal agrícola, que deve ser mantida para garantir sua sustentabilidade, como pôde ser observado nos casos das associações de turismo citadas em Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Aliado a esses propósitos, as formas de gestão do turismo de base comunitária, a exemplo das experiências brasileiras em curso (Rede TURISOL), podem contribuir com as discussões sobre turismo com a comunidade de Guajuvira.

Assim como Claval (2001) considera a formação de uma comunidade no entorno de um projeto, o turismo pode vir a ser o propósito de um projeto comum, figurando como um dos elos da corrente que interliga os membros de uma mesma comunidade.

No momento em que ele puder se integrar a aspectos da identidade e da constituição da comunidade (atingir as reais lideranças, respeitar os usos e costumes, a religião, os espaços individuais e comunitários), o turismo tem possibilidade de começar a funcionar de forma endógena e participativa.

Também coube observar em Guajuvira que os benefícios proporcionados pelo turismo – como os investimentos privados em infraestrutura das propriedades, a diversificação da produção, a comercialização de produtos, a qualificação profissional, a valorização cultural e o aumento da autoestima – se referem às famílias diretamente envolvidas com a visita turística e não à comunidade como um todo. Contudo, os investimentos públicos em serviços e infraestruturas urbanas, pela sua própria natureza, se estenderam para a comunidade.

O fato de a proposta do itinerário ter partido de um contexto governamental de políticas nacionais, estaduais e municipais e não de uma mobilização popular interfere sobremaneira no processo de gestão centrada no setor público em que se encontra atualmente.

Com base no conhecimento do espaço vivido da comunidade e nas análises efetuadas, a pesquisa indica alguns caminhos pelos quais o turismo poderia ter uma inserção mais efetiva no espaço vivido de Guajuvira. Trata-se de canais que poderiam promover uma interlocução da comunidade com o turismo: a) os espaços religiosos; b) o associativismo; c) a sensibilização de jovens sobre o turismo; d) o reconhecimento do lugar pelos seus moradores.

a) Os espaços religiosos. É fundamental procurar se alinhar com o elo vital da corrente que forma a comunidade: a esfera religiosa. O assunto turismo deve mobilizar primeiramente as comissões das igrejas, visando a um efeito multiplicador para a comunidade. A associação de turismo, como instituição, poderia se fazer presente nos eventos festivos da igreja, buscando espaços para exposição e venda de produtos, bem como contribuindo para o sorteio de prêmios como cafés rurais, ingressos para o ônibus da Linha Turismo, vale-produtos do itinerário, entre outras ações que incentivem a população a conhecer o itinerário. Assim como uma parcela destes espaços religiosos também funciona como espaços de lazer, a ocasião das festas poderia contar com a oferta de passeios para o itinerário turístico. Os grupos de reflexão que se reúnem nas casas das famílias também são oportunidades para discutir o assunto do turismo, como já apontado pela pesquisa de Serenato (2004), a qual se sugere que seja considerada no planejamento de ações referente à esfera religiosa.

Cabe ressaltar que tais ações devem fazer parte de um processo continuado, com resultados sendo esperados em médio e longo prazo.

b) O associativismo. Ações efetivas de associativismo poderiam fortalecer a ainda embrionária associação de turismo e procurar incentivar a participação da comunidade no processo; entre elas podem ser visualizadas oportunidades como a expansão do comércio local e o fornecimento de produtos agrícolas, *in natura* e transformados, e de serviços.

O fato da associação de turismo (ATCG) não ter partido de uma organização local já existente, como nas associações de agricultores (Acolhida na Colônia – SC, Agrotur – ES) e de turismo de base comunitária (Rede TURISOL) citadas, em que o turismo surgiu entre alternativas pensadas para fortalecer a agricultura, a pesca e outros interesses internos, não impede que esta em Guajuvira venha a alcançar uma atuação mais participativa no turismo e até mesmo motivar o surgimento de outras organizações como a de moradores e de agricultores.

A partir de associações é facilitada a captação de recursos externos com empresas privadas, rede financeira e com instituições nacionais e internacionais que lançam editais para promover e (ou) financiar projetos de desenvolvimento. Num contexto em que as associações coordenam seus projetos de turismo, o apoio do poder público por meio de políticas públicas voltadas para o turismo, agricultura familiar, meio ambiente e outras áreas pode contribuir com o processo.

É necessário ter ressaltado o papel do poder público como apoio às ações desenvolvidas, como assessoria em assuntos técnicos, divulgação institucional, prestação de informações turísticas municipais, além das suas atribuições para com o cidadão com os serviços de saúde, educação, saneamento, instalação e manutenção do mobiliário urbano, manutenção de estradas, entre outros.

c) Sensibilização de jovens sobre o turismo. Visa atingir as novas gerações, mediante projetos de educação para o turismo, com a vantagem de o município já estar trabalhando neste sentido por meio do projeto 'Educação para o turismo: preservando a cultura e o meio ambiente' (ARAUCÁRIA, 2011b), conforme explicitado anteriormente.

Além do ensino fundamental, foco do referido projeto em curso, é importante sensibilizar os jovens do ensino médio e superior a partir de cursos e oficinas com conteúdos teóricos e práticos. Projetos com os jovens do ensino superior podem abordar formas de contribuição para a comunidade conforme a área de atuação de cada curso, sem se limitar ao campo do turismo, mas abranger várias áreas do conhecimento, visando ao desenvolvimento da cidadania.

Propõe-se também uma ação dirigida aos jovens das famílias integrantes do itinerário turístico, objetivando maior sensibilização sobre as potencialidades da sua propriedade para inovações agrícolas e sua interface com o turismo, por meio de cursos de capacitação atinentes a estes conteúdos.

Vislumbra-se também a oportunidade de integrar o Programa Casa da Petrobras a projetos de conscientização e capacitação para o turismo, aproveitando a estrutura mantida pela Petrobras na vila do distrito e o seu público de jovens que já participam deste programa.

d) Reconhecimento do lugar pelos seus moradores. Refere-se a incentivar a comunidade a reconhecer a potencialidades do seu próprio espaço, tendo em vista a riqueza de elementos que o representam. A consolidação da identidade cultural, a criação de novos espaços de lazer para a população, a ampliação dos atrativos do itinerário a partir do potencial turístico identificado e a implementação de novas oportunidades de negócios podem ser promovidos a partir de um processo de revalorização da população sobre seu espaço de vivência aliados a projetos específicos. A valorização deste espaço vivido pode ter reflexos positivos para a percepção dos visitantes sobre a identidade cultural local, lembrando que nas pesquisas com os visitantes do itinerário (ARAUCÁRIA, 2010b; NITSCHKE, 2007) os mesmos declararam sentir falta de conhecer mais aspectos rurais e culturais do local.

Ainda, os aspectos concernentes à identidade cultural da comunidade evidenciada pela sua característica agrária mostram a pertinência de priorizar um tipo de turismo regido por princípios como os que dão sustentação ao agroturismo, ao turismo na agricultura familiar (TRAF) e ao turismo de base comunitária, devido à especificidade de estes se diferenciarem bastante das outras formas de turismo implementadas pelo setor empresarial.

Guajuvira, no contexto do Novo Rural (GRAZIANO DA SILVA, 2001), poderia expandir, por meio do turismo, uma alternativa mais digna de promover emprego e renda para a população que sofre com os baixos rendimentos do trabalho agrícola e com a precariedade dos postos de menor qualificação (serviços domésticos, construção civil, indústria) oferecidos na cidade.

Assim, o turismo pode relacionar-se ao espaço vivido de várias formas, com destaque para o seu papel como elemento de mediação entre habitantes e

visitantes, sua influência econômica como atividade geradora de renda, sua inserção na organização social e no fortalecimento de aspectos culturais.

Dentro de uma perspectiva, em que a cultura não é imutável e estável (HALL, 2005), o turismo que tem como protagonista uma comunidade consciente da sua identidade cultural possui maiores chances de evitar o artificialismo dos seus atrativos e a perda da autenticidade local, diferentemente de ser regido por um grupo externo àquela realidade.

Para concluir o trabalho, porém sem a pretensão de fechar as discussões em torno do tema, constata-se que uma abordagem funcional centrada na atividade turística em si não é capaz de captar as subjetividades de um espaço vivido pelas pessoas do lugar, portanto o foco nos moradores, como propôs a presente pesquisa, é essencial para se compreender as dinâmicas locais pelas quais o turismo possa encontrar inserção.

REFERÊNCIAS

ACOLHIDA NA COLÔNIA. Disponível em: <<http://www.acolhida.com.br/index.html>>
Acesso em: 05/04/2011.

ADEGA CASA MATTIELLO. Disponível em: <<http://www.adegamattiello.com.br/>>
Acesso em: 11/01/2012.

ALBUQUERQUE, L. M. B de. Comunidade e Sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, Ano XVIII, n. 20, novembro, 1999. p. 50-53.

ALMEIDA, J.; FROELICH, J. RIEDL, M. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. (2ª reimpr. da 2ª ed. de 1999).

ANDRÉ, Y. *et al.* **Modèles graphiques et représentations spatiales**. Paris: Anthropos, 1990.

ANDRÉ, Y. Les représentations: métaphore de la connaissance. In : _____
Enseigner les représentations spatiales. Anthropos-Economica, 1998. p. 31-44.

ARAUCARIA. Museu Tingüi-Cuera. **Da madeira ao Aço**: a industrialização de Araucária. Araucária, 1999. (Coleção História de Araucária, v. 4.) Texto e pesquisa: A Carneiro Jr.; Vergínia Barcik.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT). **Programa Municipal de Turismo Rural** (Gestão 2001-2004). Araucária, 2001.

_____. Prefeitura Municipal. **Os espaços de lazer em Araucária**. 2. Ed. Araucária. Prefeitura Municipal. Museu Tingüi-Cuera, 2002. (Coleção História de Araucária, v. 2.)

_____. Prefeitura Municipal. **A construção de uma história**: a presença étnica em Araucária. Araucária, 2004. (Coleção História de Araucária, v. 5.) Texto:

Roseli Boschilia; Pesquisa: Sebastião Pilatto dos Santos; Verginia Barcik; Wolney Diaz Pereira.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT). **Roteiro de Turismo rural**: Caminhos de Guajuvira. Araucária, 2006.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT). **Inventário da Oferta Turística**. Araucária, 2009.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT). **Agricultura e indústria**: a memória do trabalho em Araucária. 3.ed. rev. atualiz., 2010a. Coleção História de Araucária, v. 1. Texto: Roseli Boschilia; Pesquisa: Padilha; Arantes; Bovo; Boschilia, Ehlke.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT). **Pesquisa de Demanda da Linha Turismo Rural**. Araucária, 2010b.

_____. Prefeitura Municipal. **Turismo Rural**: Caminhos de Guajuvira. 7 fotografias, color. Disponível em: <http://www.araucaria.pr.gov.br/index.php?a=turismo_rural.php&b=turismo>. Acesso em: 21/08/2010c.

_____. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Mapa temático localidades rurais**. Araucária, 2010d.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT). **Processo de Planejamento do Turismo Rural em Araucária**. Araucária, 2010e.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT). **Inventário da Oferta Turística**. Araucária, 2011a.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT); Secretaria Municipal de Educação. **Educação para o turismo**: preservando a cultura e o meio ambiente. Araucária, 2011b.

_____. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT). Setor Centro de Informações Turísticas. **Relatórios analíticos de visitantes 2009, 2010 e 2011**. Araucária, 2011c.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **É Cristo que Passa** (Vigésimo Sétimo Encontro - Turismo: Experiência de Acolhida) In: Caminhando 19. Curitiba, 2005/2006. Coordenação Geral: Pe. Jair Fernandes Jacon. Autoria do conteúdo sobre turismo: Giovana Gohr Serenato e Cesar Leandro Ribeiro.

ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DA ESTRADA BONITA. Disponível em: <<http://cirandas.net/associacao-de-proprietarios-da-estrada-bonita>> Acesso em: 05/04/2011.

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO CAMINHOS DE GUAJUVIRA (ATCG). **Ata de Fundação**. Araucária, 2010a.

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO CAMINHOS DE GUAJUVIRA (ATCG). **Ata de Posse**. Araucária, 2010b.

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO CAMINHOS DE GUAJUVIRA (ATCG). **Estatuto**. Araucária, 2010c.

AGROTURISMO VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Disponível em: <<http://agroturismovendanova.com.br/Site/Mapas.aspx>> Acesso em: 05/04/2011.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BAHL, M. **Legados Étnicos e Oferta Turística**. Juruá, Curitiba, 2004a.

BAHL, M. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Protexoto, 2004b.

BAHL, M.; NITSCHÉ, L. B. **Roteiros e itinerários turísticos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do turismo**. Curitiba, 2011. No prelo.

BAILLY, A. L' Humanisme en géographie: réflexions et principes. In: BAILLY, A.; SCARIATI, R. **L' Humanisme en Géographie**. Economica, 1990.

BAILLY, A. Géographie régionale et representation. In: BAILLY, A. **Géographie regionale et representation**. Paris: Anthropos, 1995. p. 25–34.

BANDUCCI JÚNIOR. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: BANDUCCI JÚNIOR; BARRETTO, M. (orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001 (Coleção Turismo). p. 21-47.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>>

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BELLO, A. A. **Culturas e religiões**: uma leitura fenomenológica. Bauru: EDUSC, 1998.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 9.ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BIGARELLA, J. J. **Fragmentos de um mosaico étnico** - Subsídios à história dos: Bigarella, Sordo, Palm, Asseburg, Koehler, Hertel e Schaffer. Fundação José Bigarella para estudos e conservação da natureza. Curitiba, 2001.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: UERJ, 2002. (Série Geografia Cultural).

BORBA, F. S. (Org.) **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOULLÓN, R. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Brasília, 2004a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**, 2004b.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil – **Roteirização Turística** (Módulo Operacional 7). Brasília, 2005.

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) **As perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-193.

CALVENTE, M. del C. M. H. **Turismo e excursionismo rural**: potencialidades, regulação e impactos. Londrina: Edições Humanidades, 2004.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CAMINHOS DE PEDRA. Disponível em:
<<http://www.caminhosdepedra.org.br/?pg=historico>>. Acesso em: 05/04/2011.

CAVACO, C. **Turismo rural**: Olhares de além-mar. O mundo rural português: desafios e futuros?. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Turismo Contexto). p.16-26.

CIRCUITO DAS FRUTAS. Disponível em:
<http://www.circuitodasfrutas.com.br/php2/index.php?option=com_content&task=view&id=2&Itemid=2> Acesso em: 05/04/2011.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

COLOMBO, N. C. T. J. **Relatório de pesquisa sobre os Caminhos de Pedra (RS)**. Mestrado em Memória Social e Bens Culturais. UNILASALLE, 2011. Orientadores: Underléa Miotto Bruscato; Cleusa Graebin; Lucas Graeff.

COMEC; EMATER/PR; ECOPARANÁ. **Região Metropolitana de Curitiba**: Anel de Turismo da RMC. Curitiba, 2000.

COMERCIAL IGUAÇU completa 50 anos. **O popular do Paraná**. Araucária, jan., 2008. História.

CORIOLOANO, L. N.; ARAÚJO, A. M. M. de; VASCONCELOS, F. P. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: **UECE**, 2009.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a Escola de Berkeley: uma apreciação. In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (orgs). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 9-30.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. 9. ed. rev. ampl. São Paulo: Futura, 1998.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

DIEGUES, A. C. S. (Org.); ARRUDA, Rinaldo S V (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <<http://www.diocesesp.org.br/>>. Acesso em: 28/03/2011.

FAGNANI, J. P. **Araucária**: cidade símbolo do Paraná. Curitiba: Naturgraf, 2004.

FERNANDO VERA, J. (coord.); LÓPEZ PALOMEQUE, F.; MAUEL J. MARCHENA; SALVADOR ANTON. **Análisis territorial del turismo: una nueva geografía del turismo**. Ariel S. A., Barcelona, 1997.

FLORES E SILVA, Y; ARNHOLD JUNIOR, M. Turismo comunitário rural inclusivo como responsabilidade ética e moral da sociedade. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

FREITAG, R. **A dinâmica na comunicação na rede de agroturismo em Santa Rosa de Lima/SC**. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Programa de Pós-Graduação em Administração de Turismo, UNIVALI, Balneário Camboriu, 2007. Orientadora: Yolanda Flores e Silva.

FROEHLICH, J. M. **Turismo Rural e Agricultura Familiar: explorando (Críticamente) o Cruzamento de Abordagens e Estratégias para o Desenvolvimento Local**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/25.pdf>>. Acesso em: 20/07/2010.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

GIESBRECHT, R. M. Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em: 12/01/2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C; DALE, P. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A . *et al* (Org.). **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

GUAJUVIRA I: o berço da atividade industrial. **Jornal de Araucária**. Araucária, fev. n 3, 1982, p. 7.

GUAJUVIRA na promoção do turismo rural. **O Popular do Paraná**. Araucária, mar., 2004. Edição 272.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais**. Tese (Doutorado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Orientador: Luiz Fernando Scheibe.

HAESBAERT, R. Território, cultura e des-territorialização. In ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 115-144.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 101p.

HOLZER, W. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: CORREA, R.; ROSENDAHL, Z. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

HOLZER, W. **A Geografia Humanista: trajetória de 1950 a 1990**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

HUSSERL, E. **A idéia da fenomenologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000. (Escritos de Husserl de 1907).

HUSSERL, Vida e obra. In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Catálogo 2010**: cartas, mapas e cartogramas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/online/catalogo2/doccarttema.php?tema=Mapeamentoestat&pagatual=inicio>> Acesso em: 21/03/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 11/01/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse por Setores Censitários 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/default.htm?nivel=st>> Acesso em: 26/08/2011

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Caderno Estatístico Município de Araucária, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83700&btOk=ok>>. Acesso em: 15/12/2011.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH (Orgs.) **Textos em Representações Sociais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KOZEL, S. **Das imagens às linguagens do Geográfico**: Curitiba a Capital ecológica. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2001.

KOZEL, S. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, F.A; KOZEL, S. (Org.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

KOZEL, S. Comunicando e representando: Mapas como construções socioculturais. *In: SEEMANN, J. (Org.) A aventura cartográfica*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006. p. 131-149.

KOZEL, S.; FEITOSA SOUZA, L. Parintins, que espaço é esse? Representação espacial sob a ótica do morador e do visitante. *In: KOZEL, S.; SILVA, J. da C.; FILIZOLA, R.; GIL FILHO, S. F. Expedição Amazônica: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas*. Curitiba: SK, 2009.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KROETZ, L. R. **As estradas de ferro do Paraná: 1880 – 1940**. Tese - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. *In: CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 103-141.

MATOS, P. F. de; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. *IN: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009. 544 p.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Genesis, características e políticas. *In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>>

MOLINA, S. **O Pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru: EDUSC, 2005.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **O ponto de partida: o método**. *In: _____*. Geografia crítica: a valorização do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1984, p.26-34.

MOSCOVICI, S. (*Prefácio de Textos em Representações Sociais*, 1984). *In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) Textos em Representações Sociais*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MURAN, S. **Centenário da 1ª Paróquia Ucrâino-Católica da América Latina: Sagrado Coração de Jesus**. 1.ed., Mallet: Itaipu Binacional, 2009.

NACIONES UNIDAS; UNWTO (World Tourism Organization). **Recomendaciones internacionales para estadísticas de turismo**. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas. Madri/Nova York, 2008.

NITSCHKE, L. B. **O significado do turismo no roteiro 'Caminhos de Guajuvira', Araucária/PR**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

NITSCHKE, L. B.; NERI, L. A organização dos roteiros de turismo rural na região de Curitiba, Paraná, Brasil. In: I Seminário Internacional de turismo rural, 2007, Santiago de Compostela-Espanha : Xunta de Galicia - Turgalicia, 2007.

NITSCHKE, L.; NERI, L. de F.; BAHL, M. Organización local de itinerarios turísticos en la Región Metropolitana de Curitiba, Paraná, Brasil. **Gestión Turística**, Valdivia (Chile), n. 13, p. 93-112, junho, 2010. Disponível em: <http://mingaonline.uach.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-64282010000100004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 31/07/2010.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/ACARPA); Prefeitura Municipal de Araucária. **Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Guajuvira**: Centro de Dinamização rural de Guajuvira (Documento n. 5), 1984.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Documentos digitais do Estado do Paraná, 2002.

PARANÁ. Lei n. 15.143, de 31 de maio de 2006. Define as atividades turísticas que especifica como atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Diário Oficial n. 7.238. **Assembléia Legislativa do Paraná**.

_____. Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Malha Rodoviária: distâncias rodoviárias das principais cidades. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/arquivos/File/malha_distancia.pdf> Acesso em: 17/06/2009.

_____. Departamento de Estradas de Rodagem (DER). **Mapa Político Rodoviário do Estado do Paraná**, 2010.

_____. Lei Estadual nº 2 de 11 de outubro de 1947. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=15788&indice=1&totalRegistros=1>, acessado em: 12/01/2011a.

_____. Secretaria de Estado do Turismo (SETU). Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentado (PDITS) Curitiba, Região Metropolitana e Campos Gerais. (PRODETUR Paraná). II Oficina: validação das estratégias e ações para o Pólo Turístico. Ponta Grossa, março, 2011b.

_____. Secretaria de Estado do Turismo (SETU). Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentado (PDITS) Curitiba, Região Metropolitana e Campos Gerais. (PRODETUR Paraná). III Oficina: apresentação do PDITS versão preliminar. Piraí do Sul, maio, 2011c.

PETROBRAS. **Programa Casa da Petrobras**. Araucária, 2011.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 2002.

REALE, G.; ANTISERI, D. Edmund Husserl e o movimento fenomenológico. In: _____ **História da Filosofia**. v. 3. São Paulo: EP, 1990.

REICHERT, I.C. Legado cultural e turismo: sobre lugares, memórias e outras histórias. In: ASHTON, M. S. G. (org.) **Turismo: sinais de cultura**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2001. p. 39-51.

REDE TRAF. Folheto informativo, 2003.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, UNESP, v. 4, n. 7, abril, 1979.

RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2000.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural no Brasil**: ensaio de uma tipologia. In: _____. (Org). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: contexto, 2001. p. 101-116.

RUSCHMANN, V. M Dóris. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; FROELICH, J. RIEDL, M. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2001. p. 63-73.

SAMPAIO, C. A. C.; BERBERI, A.; DREHER, M. **Arranjo socioprodutivo local de base comunitária**. In: Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Brasília, 2006.

SANTOS FILHO, J. Turismo: ciência ou técnica? **Revista Turismo**. Disponível em <http://www.revistaturismo.com/artigos/cienciatecnica.html> Acesso em: 24/09/2007.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. In: CORREA, R. L. ; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: um século (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

SCHNEIDER, S.; PEYRÉ TARTARUGA, I. **Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. In: Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo rural em su perspectiva institucional y territorial. FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.

SERENATO, G. G. **Proposta de desenvolvimento das lideranças religiosas cristãs católicas no processo de conscientização turística do município de Araucária-PR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Orientadora: Prof^a. Deise Maria Fernandes Bezerra.

SERPA, Â. Percepção e fenomenologia: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. In: **OLAN** – Ciência & Tecnologia [arquivo de dados legíveis por máquina]. v.1, n. 2 nov. 2001. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. p. 29-61.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ (SEBRAE). **Identidade Cultural: iconografia do Paraná**. Curitiba: SEBRAE/PR, 2004.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário Tupi Português**. 2. Ed., São Paulo: Traço, 1984.

TURISOL. **Rede de Turismo Solidário e Comunitário**. Disponível em: <http://www.turisol.org.br/>. Acesso em: 05/01/2012.

TUAN, Y. F. **Topofilia**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. Geografia Humanística. (texto original de 1976) In: CHRISTOFOLETTI, A. **As perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

_____. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. **Curriculum Vitae de Yi-Fu Tuan**, 2008. Disponível em:
<<http://www.yifutuan.org/Tuan%20Curriculum%20Vitae.pdf>>. Acesso em:
30/07/2010.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

_____. Turismo e desenvolvimento do espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

UNWTO. World Tourism Organization. **Understanding Tourism**: basic glossary. Disponível em: http://www.unwto.org/pdf/Understanding_Tourism-BasicGlossary_EN.pdf. Acesso em: 23/11/2011.

VARGAS, I. **Território, identidade, paisagem e governança no Pantanal Matogrossense**: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR, Curitiba, 2006

VENANCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. 544 p.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

WACHOWICZ, R. C. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: FCC – Casa Romário Martins, 1981.

ZIMMERMAN, A. **Planejamento e organização do turismo rural no Brasil**. In: ALMEIDA, J.; FROEHLICH, J. RIEDL, M. Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2001. p. 128-132.

Entrevistados

Gestores públicos:

CZAIKOWSKI, A. P. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 25/08/2011.

EHLKE, T. G. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 25/08/2011.

FURMAN, M. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 14/01/2011.

KAMPA, E. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 25/08/2011.

MARQUES, A. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 28/07/2010 e 25/08/2011.

MÜLLER, O. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 25/08/2011.

PERRETTO, C. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 28/07/2010.

SANTOS, S. P. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 28/07/2010 e 25/08/2011.

SERENATO, G. G. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 28/07/2010 e 25/08/2011.

Moradores:

A. T. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 21/06/2011.

C. B. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 10/04/2011 e 21/06/2011.

C. C. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 31/03/2011 e 22/09/2011.

- D. F. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 13/08/2011.
- E. C. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 09/02/2011.
- E. W. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 04/03/2011.
- H. C. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 04/03/2011.
- J. C. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 11/03/2011 e 13/08/2011.
- J. N. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 09/02/2011.
- J. R. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 22/09/2011.
- L. W. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 31/03/2011.
- M. B. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 10/04/2011.
- M. C. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 31/03/2011.
- R. B. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 21/06/2011.
- S. W. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 31/03/2011.
- T. C. Entrevista concedida a Leticia Bartoszeck Nitsche em 04/03/2011.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM MORADORES

1. Origem da família no lugar

- É nascido aqui? Como a sua família (pais, avós) chegou aqui?

2. Informações sobre o lugar

- Quantas pessoas/famílias moram aqui na sua localidade?
- Como era o Guajuvira no passado?
- Este lugar onde estamos (localidade) faz parte do Distrito de Guajuvira?
- Onde começa e onde termina o Guajuvira?

3. Economia

- No que trabalham as pessoas aqui?

4. Relações comerciais

- No Guajuvira, você encontra tudo que precisa para viver? O que vai buscar na cidade?
- Onde vão fazer as compras de mantimentos para família?
- Costumam vender o que produzem aos outros moradores daqui? Existe algum sistema de trocas de produtos entre os moradores?

5. Espaços de distração e lazer

- O que fazem no tempo livre? E quanto ao passado?

6. Saúde

- Onde encontram os serviços médicos que necessitam?
- Tem alguém da comunidade que atende quem fica doente? (benzedeira, curandeiro)

7. Interação da comunidade

- Onde e quando as pessoas da comunidade costumam se reunir?
- Fale dos momentos em que a comunidade realiza atividades em conjunto.
- Costumam trabalhar em mutirão? E no passado?
- O senhor costuma receber visitas dos vizinhos/moradores locais e ir a casa deles? Com que frequência? Em quais ocasiões?
- Existem lideranças na comunidade?

8. Herança cultural

- Sobre as festas de casamento: presente e passado
- Qual a descendência da sua família?
- Quem fala polonês na sua família? E na comunidade?
- Qual é a gastronomia típica polonesa presente ainda nas famílias?

9. Relação com o lugar

- Como é a vida aqui?
- O senhor gosta de morar aqui?
- Para qual local de Guajuvira levaria um visitante para conhecer?
- Qual o seu local preferido em Guajuvira? Por quê?
- Qual o local que não gosta. Por que?
- Quais os principais problemas que ocorrem aqui na sua comunidade?

10. Transformações

- E hoje, o que mudou em Guajuvira quando comparado ao passado?

11. Turismo

- Conhece o roteiro turístico Caminhos de Guajuvira? Como funciona?
- Em sua opinião, o que mudou em Guajuvira após a vinda do turismo?
- Que benefícios o turismo traz para Guajuvira?
- O que o turismo traz de pontos negativos para Guajuvira?

APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM GESTORES PÚBLICOS

1. Guajuvira, que lugar é esse? (distrito, vila, colônias)
2. Pontos fortes do lugar.
3. Problemas do lugar.
4. Ações desta secretaria em Guajuvira.
5. Existência de organizações locais, como associações, cooperativas etc. Facilidades e dificuldades a respeito.
6. Conhece o roteiro turístico Caminhos de Guajuvira?
7. O que o Guajuvira tem a oferecer para o desenvolvimento do turismo?
8. O que o desenvolvimento do turismo poderia trazer para o lugar?
9. Papel desta secretaria no desenvolvimento do turismo em Guajuvira.
10. Ações futuras desta secretaria correlatas ao turismo em Guajuvira.

APENDICE 3 – SELEÇÃO DE FOTOS SOBRE A PESQUISA



FIGURA 6 – Área industrial de Araucária
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 7 – Portal Polonês
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 8 – Portal Polonês: novas cores em 2011
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 9 – N. Sr.ª. de Czestochowa: Portal Polonês
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 10 – Centro de Informações Turísticas
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 11 – Casa do Artesanato (Pq. Cachoeira)
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 12 – Carroça: Acervo do Museu Tindiquera
FONTE: Juliana Zardo (2010)



FIGURA 13 – Linha Turismo Rural
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 14 – Guajuvirense Esporte Clube
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 15 – Guajuvirense Esporte Clube: janela
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 16 – Escola Municipal Rosa Picheth
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 17 – Horto Florestal: entrada
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 18 – Exemplo da árvore Guajuvira
FONTE: A autora (2012)

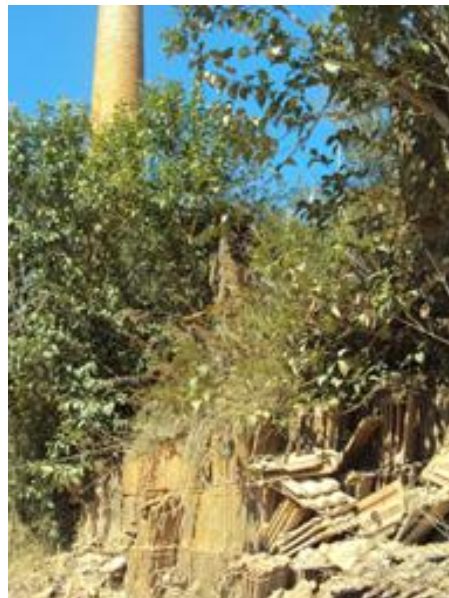


FIGURA 19 – Detalhe: telhas da Olaria incendiada
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 20 - Sede do distrito de Guajuvira: paisagem
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 21 - Sede do distrito de Guajuvira: paisagem
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 22 - Sede do distrito de Guajuvira: Rio Iguaçú
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 23 - Sede do distrito de Guajuvira: trem
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 24 - Fábrica de Palhões
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 25 - Fábrica de Palhões: um palhão
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 26 - Fábrica de Palhões: fardo de palhões
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 27 - Fábrica de Palhões
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 28 - Igreja Sr. Bom Jesus
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 29 - Igreja Sr. Bom Jesus
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 30 - Igreja Sr. Bom Jesus: janela
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 31- Igreja Sr. Bom Jesus: salão eventos
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 32 – Igreja Sr. Bom Jesus: evento
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 33 – Igreja Sr. Bom Jesus: mensagem
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 34 – Divulgação evento igreja Sr. Bom Jesus
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 35 – Divulgação evento igreja Sr. Bom Jesus
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 36 - Capela N. Sr.ª da Assunção
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 37 - Capela N. Sr.ª da Assunção: salão eventos
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 38 - Capela N. Sr.ª da Assunção: janela
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 39 - Capela N. Sr.ª da Assunção: placa
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 40 - Igreja S. Vicente de Paulo
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 41 - Igreja S. Vicente de Paulo: salão eventos
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 42 - Divulgação evento igreja S. Vic. de Paulo
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 43 - Igreja S. Vicente de Paulo: paisagem
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 44 - Igreja Assunção de N. Sr.ª.
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 45 - Igreja Assunção de N. Sr.ª.
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 46 - Igreja Assunção de N. Sr.ª.: placa
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 47- Serragem tingida p/ tapete Corpus Christi
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 48 - Igreja N. Sr.ª. de Fátima
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 49 - Igreja N. Sr.ª. de Fátima: salão eventos
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 50 - Bolo em homenagem ao padroeiro
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 51 - Procissão ao padroeiro Sr. Bom Jesus
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 52 - Comercial Iguazu
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 53 - Comercial Iguazu
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 54 - Silvestre Waenga
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 55 - Silvestre Waenga: visita grupo da Polônia
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 56 - Chácara São Pedro: visitantes
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 57 - Chácara São Pedro: café rural
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 58 - Chácara Sta. Rita: produtor de pêssegos
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 59 - Chácara Sta. Rita
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 60 - Ferraria no Ipiranga
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 61 - Ferraria no Ipiranga: carroça construída
FONTE: A autora (2012)



FIGURA 62 - Sede do distrito de Guajuvira: trilhos
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 63 - Sede do distrito de Guajuvira: trilhos
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 64 - Estrada para Estação Gal. Lúcio
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 65 - Estrada para Estação Gal. Lúcio
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 66 - Bar em General Lúcio
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 67 - Estação Ferroviária de General Lúcio
FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 68 - Engenho em Boa Vista
 FONTE: Mario Nitsche (2011)



FIGURA 69 - Paisagens
 FONTE: A autora (2012)



FIGURA 70 - Plantação de chá verde
 FONTE: A autora (2012)



FIGURA 71 - Plantação de chá verde
 FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária (2005)



FIGURA 72 - Jardins
 FONTE: A autora (2012)



FIGURA 73 - Produção familiar
 FONTE: A autora (2012)



FIGURA 74 - Produção familiar
 FONTE: A autora (2012)



FIGURA 75 - Produção familiar
 FONTE: A autora (2012)



FIGURA 76 - Antigo centro de Guajuvira: estação trem à direita
FONTE: Arquivo Municipal



FIGURA 77 - Explosão dos vagões de trem em 08/12/1988
FONTE: Arquivo Municipal



FIGURA 78 - Estação de Guajuvira
FONTE: Arquivo Municipal



FIGURA 79 - Maria Fumaça em Guajuvira, década de 1950
FONTE: Arquivo Municipal



FIGURA 80 - Antigo centro de Guajuvira: Bar do Pescador
FONTE: Arquivo Municipal



FIGURA 81 - Antigo centro de Guajuvira: Olaria
FONTE: Arquivo Municipal



FIGURA 82 - Antigo centro de Guajuvira: Balsa no rio Iguçu
FONTE: Arquivo Municipal



FIGURA 83 - Antigo centro de Guajuvira: enchente no rio Iguçu
FONTE: Arquivo Municipal



FIGURA 84 - Grupo musical em Guajuvira
FONTE: Família Czaikowski (2011)



FIGURA 85 - Guajuvirense Esporte Clube: time de futebol
FONTE: Arquivo Municipal



FIGURA 86 - Guajuvirense Esporte Clube: convite baile
FONTE: Arquivo Municipal

GUAJUVIRENSE ESPORTE CLUBE

PROGRAMA PARA O SEMESTRE DE
AGOSTO À DEZEMBRO DE 1965

AGOSTO

- Dia - 21 Projeção do Filme: Garôtas e mais Garôtas cl Elvis Presley
- » - 22 Projeção do Filme: Garôtas e mais Garôtas cl Elvis Presley
- » - 29 Tarde Esportiva: Futebol na Baixada.

SETEMBRO

- Dia - 4 BAILE Pró Construção da Igreja
- » - 11 FILME: Sangue Sobre a Neve - com Anthony Quinn
- » - 12 Tarde Esportiva na Baixada (Futebol)
- » - 12 FILME: Sangue Sobre a Neve - com Anthony Quinn
- » - 25 GRANDE BAILE DA PRIMAVERA
- » - 26 Tarde Esportiva na Baixada (Futebol).

OUTUBRO

- Dia - 10 Futebol na Baixada Guajuvirense
- » - 16 FILME: "Um Raio de Luz" com Marisol
- » - 17 FILME: "Um Raio de Luz" com Marisol
- » - 24 GUAJUVIRENSE COMANDA O FUTEBÓL NA BAIXADA
- » - 30 FILME: A Nave dos Monstros (Ficção)
- » - 31 FILME: A Nave dos Monstros (Ficção)

NOVEMBRO

- Dia - 13 FILME: "Meu Último Tango" com Sarita Montiel
- » - 14 SENSACIONAL "TARDE ESPORTIVA NA BAIXADA" BRITANIA S. C. (Veteranos) x GUAJUVIRENSE E. C. Homenagem aos atletas veteranos do Britania e em especial ao "Tanque" do América F. C. do Rio e da Seleção Brasileira "Leônidas".
- » - 14 FILME: "Meu Último Tango" com Sarita Montiel
- » - 15 FILME: "Meu Último Tango" com Sarita Montiel
- » - 27 GRANDIOSO BAILE DO ATLETA GUAJUVIRENSE
- » - 28 Escolha da Nova Diretoria - Reunião Dançante Orquestra "Os Invisíveis".

DEZEMBRO

- Dia - 4 FILME: Corsário Sem Pátria - cl Charlton Heston e Yul Brynner
- » - 5 Coquetel de Encerramento
- » - 5 FILME: Corsário Sem Pátria - cl Charlton Heston e Yul Brynner
- » - 12 POSSE DA NOVA DIRETORIA.

Atenciosamente

Carlos Radulski
Presidente

FIGURA 87 - Guajuvirense Esporte Clube: programação semestral de 1965
FONTE: Subprefeitura de Guajuvira (2011)

ANEXOS

ANEXO 1 - SUGESTÕES DOS VISITANTES DO ROTEIRO CAMINHOS DE GUAJUVIRA: ABRIL A JUNHO DE 2010

DATA	SUGESTÃO
17/04/2010	Parabenizo-lhes pela iniciativa de propagar os costumes e lugares locais, o passeio foi muito proveitoso.
	Acrescentar mais propriedades como: fábrica de palhões, frutas, entre outros. Deve-se ressaltar mais a língua polonesa e pêsankas, comidas típicas etc. O idioma polonês é importante e muito exótico, portanto deve-se incentivar seu uso.
	Seria interessante se fosse ampliado o roteiro para outras propriedades .
	Fazer o dia todo com mais atrações e almoço.
	Fazer o passeio com mais atrações e almoço.
	Acho que deveria ter mais atrativos .
	(07 questionários sem sugestões)
08/05/2010	Fazer mais pastéis para os turistas.
	Tudo ok, parabéns pela oração na saída.
	Não tem estacionamento.
	A parada em mais uma propriedade de agricultura familiar valorizaria ainda mais o roteiro.
	Implantação de novos atrativos , melhoria do acesso.
	Melhorar as vias de acesso. Melhorar as placas de sinalização.
	Melhorar com urgência a estrada para o recanto das flores para turistas e comunidade. Obs.: Sr. José excelente guia de turismo.
	Divulgar mais o roteiro, pois quando comentei que viriam muitos, ou quase todos, não sabiam onde era.
O café é muito bom! Faltou informações no horto florestal, plaquinha com o nome das plantas.	
Um estacionamento no posto de informações turísticas.	
15/05/2010	Falta estacionamento com segurança.
	Muito aconchegante e carinhoso o café colonial. Agradeço os momentos agradáveis do passeio. Sugiro que seja elaborado um livro de receitas com comidas típicas.
	Conseguir novamente a liberação para entrada na propriedade do chá verde .
	Vendas de doces artesanais ou pratos típicos como pierogui e outros.
	Arrumar estacionamento para ter segurança com carro.
05/06/2010	Começar mais cedo.
	Roteiro para chácara frutíferas .
19/06/2010	Mais variedade de produtos coloniais no armazém: galinha caipira, etc.
	Mais variedades de produtos coloniais para vender.
	Tudo muito bom.
	Menor tempo de duração em cada parada.
	Tempo nas paradas poderia ser menor.
	Um ônibus mais novo, mais conservado.
	Cerveja caseira, bolacha caseira.
Faltou cerveja caseira.	
Sugiro que também tenha mais informações a respeito do meio ambiente.	

FONTE: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (ARAUCÁRIA, 2010b). (Grifo Nosso).

ANEXO 2 – FOLHETO INFORMATIVO SOBRE O ITINERÁRIO CAMINHOS DE GUAJUVIRA

Ribeirão Waenga 41 9603 4971	Comercial Iguaçu 41 3647 1144	Centro Histórico de Guajuvira	Igreja Senhor Bom Jesus	Horto Florestal 41 3647 1112
				



TODOS OS SÁBADOS “Caminhos de Guajuvira”

42 quilômetros de belas paisagens rurais, horto florestal, produção de flores, colhe e pague com frutas da época, artesanato rural e café rural típico polonês

* Passagem R\$ 5,00
(menores de 5 anos não pagam)

* Café rural R\$ 10,00

Saída às 13h30
Local: Centro de Informações Turísticas
Av. Victor do Amaral, 1815 Centro - Araucária

Informações
41 3901 5214
cit@araucaria.pr.gov.br

Chácara Santa Rita 41 9902 2832	
Chácara São Pedro 41 9957 5013	
Casa do Artesanato 41 3901 5254	
Museu Tingli-Cuerra 41 3901 5037	
Mercado Municipal 41 3901 5421	





ANEXO 3 – CARTAZ SOBRE EVENTO DA COMUNIDADE DE GUAJUVIRA

DOMINGO 10 ABRIL 2011

GRANDIOSO FESTIVAL DE PRÊMIOS NO SALÃO DA CAPELA SENHOR BOM JESUS GUAJUVIRA - ARAUCÁRIA - PR

A Comunidade de Guajuvira, juntamente com o Pároco Padre Cláudio Walenga e seus Auxiliares, tem a honra de convidar Vossa Senhoria e digníssima família para grandioso festival de Prêmios a realizar-se no dia 10 de abril de 2011.

13:30 H: INICIO DO FESTIVAL DE PRÊMIOS COM ANIMAÇÃO DO LOCUTOR ALTAMIR
 DURANTE TODA A TARDE HAVERÁ DOCES SALGADOS E BEBIDAS EM GERAL.

Cartelas
 1 – R\$ 4,00
 3 – R\$ 10,00

- 1º Prêmio R\$ 2.011,00**
- R\$ 10,00 - Miguel Mateja e Família, Rogério Faria, Luiz Paulo Wojcik, Cecília Fereira de Silva e Família, Estevan Wagner Filho, Silvestre e Lúcia Marzag, Wilson Campos, Prof. Rita, Rosalina, Ivone Ryka, Maria e Evlio Radulski, Anelise Carvalho Silva e Família, Cecília Casali e R\$ 30,00 - Paula Romanowski, Vera Cecchi e R\$ 20,00 - Antonio Radulski, João Walsch, Lúcia Furtado, Carlos e Tereza Bortolotti, Vitor e Jhonatan, José Faria, Jureia Romanowski, Evandro Toppo, Francisco Kucharski, Ademir do Brito e Família, Juliana Paganini e Família, Marlene Travenço, Cecília Fabiani, Gedeoni, Carolina Wozak, Alvaro Garcia, Tullio Garcia, Estevan Wagner, Jari B, Lippi, Renato Kreibitz, Anice Marcon e Família, Sebastião F, Tullio Stok, Maria Stankovic, Luis Rioka, Alvaro Garcia, Alvaro Wojcik, Edinete Knogik, Lucia Kusch Wojcik, Rute Paulo Tche Lima, Roberto e Luete Schumovskis, Alvaro e Teresinha Schumovskis, Vera Faria, Lucia Wojcik Bortolotti, Sergio Luiz Wojcik e família e R\$ 10,00 - Ennio Wojcik e R\$ 10,00 - Anelise Radulski, Teresinha M. Silva, Simeon Goubashov e R\$ 10,00 - Lívia Jankovic, Lucila Furtado, Simeon Furtado, Vitor Gubaria, Sergio Jankovic, Simeon e Elaine, Marcelo Radulski, Gerardo e Barbara Logonovski, Wladia D. Faria, Edson Passola, Alvaro Novais, Juana Novais, Marisa Ap. de Andrade e Família, Ennio de Jesus Camargo, Renato Camargo, Douglas Oliveira de Cruz, Luiz Paulo Konec, Andreia Via, Reginaldo Via, Ana Gregório, Antonio Czech, Luciano Oliveira, João Oliveira, José Nelson Gonçalves, Rosa Jureia, Edson de Cruz, Osmar Camargo, Raul Bortolotti, Rita e Tula Faria, Simeon Z. Furtado, Vitor Edson Furtado, Anelise Wojcik, Elio Luiz Stok, Fátima Dutra, Francisco Bortolotti, Carolina Bortolotti, Jorge Doss de Paula, Alvaro Garcia, Gerardo, Teresinha K. Gubinski, Adalberto Furtado e Família, Estevan Wojcik, Lúcia Gubinski, Helena Wojcik, Rita de Souza, Maria Fátima e Família, Teresa de Lima, Eduardo Wojcik, Sofia Faria, Carmelita, Antonio, Pedro Gubinski, Lucia Elias, Ricardo Gubski, Vilson Konec, Natália Kucharski
- 2º Prêmio R\$ 500,00**
- R\$ 10,00 - Anderson Marne Luciano, Afair José dos Santos, José dos Santos Florindo, Orlando Zebrowski, Pedro Bonayoli, Francisco Kucharski, Daniel, Hilda, Zuleika, Paulo Durré, Edson, Wlad, Paulo Edgar Wodrichowski, Joazeir Cesar Wodrichowski, Marisa Submarin, Sergio Probstovik, Rafael Sook, Leandro Cabrer, Lutz e Sonage, Osmar Lech, Wladimir Urbino, RAY Wlad Novick, Claudia Jurek, Rogee Zoratto, Marcos Luch, Alvaro Knogik, Paulo Stok, Roberto Cruz, Francisco Bortolotti, Ana Luchovik, Esterlino Bortolotti, Pedro Bortolotti, Marisa Fereira de Silva, João e Rosa Rosa, Daniela Ryka, Edson Novick, Paulo Stok, João Stok, Henrique Wojcik e Família, Antonio A. Bortolotti, Ricardo Schumovskis e Família, João Wojcik e R\$ 10,00 - Sérgio Mendes, Carlos Loureiro, Fátima Perinasso, Antonina, Ivone, Bruno Rodrigo Bortolotti, Ana Margarita, Celina Wojcik, Ivone Wodrichowski, Roberto Wojcik, Fátima Wojcik, Viviane Wodrichowski, Fabiano Wodrichowski, Dora Wodrichowski, João Wodrichowski, Fernando Wojcik

3º Prêmio: 1 Bicicleta (Anônimo) **4º Prêmio: 1 Leitoa (Vandir Testi e família)**

01 - LASCIONADOR 1 BOLSO DE PANDEIRO R\$ 5,00	HAMILTON E CRISTIANE DA CRUZ MILTON S. VORNIK MIGUELARA BOA VISTA	01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 GARRAFÃO DE VINHO 1 BRINDE SUPRÊSIA	MARIA ANTONIA JOSE DE ANDRADE SOARES LEONILDA
01 - CAPOTEIRA 1 CASA DE CERVEJA-LATAS 1 BRINDE SUPRÊSIA	ELIUTA BORGES FERREIRA RUBENITO BRONKHORST E FAMILIA ALEXIA M. REIJER DE SILVA	01 - FAQUEIRO 1 LITRO DE VINHO 1 BRINDE SUPRÊSIA	ANTONIO PEREIRA DE ARAUJO SILVANA TAVOLA WILSON FERREIRA E FAMILIA
01 - JOGO DE TACAS 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 JOGO DE SUPERMERCADO	BAURILLO LUCIANA E FAMILIA JURANA WOLAN EDE SANTOS JURANA REGINA	01 - CASA DE SUPERMERCADO 1 LITRO DE BEBIDA 1 VINHILLO	MARTO BASTOS ALBERTO GAMBROVITSI SANDIA DA SILVA
01 - LASCIONADOR	WAGLI TON JOSE SAUREL	01 - JOGO DE CERVEJA	FRANCIS E SEUS FILHOS
01 - JOGO DE TACAS 1 PANDEIRO PRONTO 1 CASA DE CERVEJA	WIKILENE FERMINDA FERREZOLUCK LUIZ CARLOS BALDINO	01 - PRATO DE CHURRASCO E 1 PIZZA 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 LITRO DE SUCO	LARA DE SAURO CARVALHO ANTONIO DE A. ANTONIO
01 - SANDUICHEIRA 1 GARRAFÃO DE VINHO 1 BRINDE SUPRÊSIA	MILTON CAMPOS MONTY LUNARSKI RUBEN	01 - GARRAFÃO DE VINHO 1 CASA DE CERVEJA DE LATAS 1 BRINDE SUPRÊSIA	ELIASSO KULKA STEFANO LAIBAS GABRIEL LANZONI
01 - FAMILIA DE PRESSÃO 1 GARRAFÃO DE VINHO 1 BRINDE SUPRÊSIA	MILTON HENNING EMILIO RUBENKREMER E FAMILIA WAGLI E SEUS FILHOS	01 - BRINDE 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 LITRO DE AÇÚCAR	TATY RASOLLO JURANDIR JANETE S. DE A.
01 - FAMILIA DE PRESSÃO 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 GARRAF. VEMELA	BRUNO BORA ALEXANDRE ESTRECH RUBEN BORA	01 - GARRAFÃO DE VINHO 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 LITRO DE VINHO	OTAVIO ESTRECH LUZ CARLOS KRANE ANA LINDA
01 - FAMILIA DE PRESSÃO 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 GARRAF. VEMELA	JOSÉ RYKA MIGUEL BORNARDI BERNARDI ALVES CARVALHO	01 - CARRETA CIGARINHOS 1 SANDUICHO 1 BUDINHE	SOA UETA BEGAS WIKILENE A CURTISSANA
01 - JOGO DE JANTAR 1 FAQUEIRO DE PEÇAS 1 BRINDE SUPRÊSIA	FRYNS E WILKER FLORIANO ESTANISLAU SILVIO JUREK	01 - 2 AVON QUAKER, 1 CAFÉ E 1 CAQUIAR 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 LITRO DE SUCO	PAO E VINHO PANGIFICADORA MARA P. RALUI DA MARA PEDREBONZ
01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 CASA DE CERVEJA 1 GARRAF. VEMELA	JOÃO WALDIR E FAMILIA MELISSA GONCALVES E FAMILIA LULA TORRES LAURE	01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 LITRO DE VINHO 1 BRINDE SUPRÊSIA	FRANCIS TADE DE ARAUJO BRUNILLO PEREIRA DA SILVA ROSETO (AMARILLO)
01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 BOLSA ESCOLA 1 BOLSO DE PANDEIRO	BRUNO ANGELO E FAMILIA LULA BELLOMONTI OSCAR LULA GAUCI	01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 KG DE AÇÚCAR 1 BRINDE SUPRÊSIA	FERMINDA BULOVIC TATY RALUI DA LULA PEDREBONZ
01 - JOGO DE BOLA 1 FAQUEIRO 1 BRINDE SUPRÊSIA	CATERINA P. SAKON DE MEL CASA DO AGRICULTOR PARAFRASES E FORMAS DE ACHADINHOS	01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 BRINDE SUPRÊSIA	ALEXANDRE DEL MONTE SILVIO A. MURRAY RUBENSON ASSIS E FAMILIA
01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 CASA DE CERVEJA 1 BRINDE SUPRÊSIA	HAMILTON JOSÉ ANILITA E FAMILIA LINDOMAR BRALTI RUBELIA E SEUS FILHOS	01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 BRINDE SUPRÊSIA	SERGIO JANCOROVITSI SALVIO J. DE FRANCA CLAUDIA THERESA DE LIMA
01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 GARRAFÃO DE VINHO 1 BRINDE SUPRÊSIA	ANDRÉ MATEUSIANO ASSIS GONCALVES SIME	01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 BRINDE SUPRÊSIA	JURANA BORA LINDOMAR E FAMILIA CLAUDIA ESTELA PEREIRA
01 - BOLSA DE SUPERMERCADO 1 CROQUE 1 BRINDE SUPRÊSIA	ANALYTO VILA ROMANA CALÇADOS FERMINDO JOSÉ KULOVIC	01 - BRINDE SUPRÊSIA 1 BRINDE SUPRÊSIA	MARA DA CRUZ JUREK EVA PEREIRASSIS
01 - APARELHO DE JANTAR 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 BUDINHE	CARLOS RODRIGUES E FAMILIA FERMINDA MOURA MENDES MIZA ESTRELA		
01 - GARRAFÃO DE VINHO 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 KG DE AÇÚCAR	JOSÉ WILKA KULOVIC KULON M. BALERA E FAMILIA GABRIEL MIRA		
01 - JOGO DE PELOÃO 1 BRINDE SUPRÊSIA 1 PRATO DE AÇÚCAR	FRANCO ANTONIO BRONKHORST FERMINDO JOSÉ KULOVIC JUNIOR EDUARDO RYKA		

PROIBIDO VENDEDORES AMBULANTES E CARROS COM SOM ALTO NO LOCAL DA FESTA A COMUNIDADE, ATRAVÉS DO PÁROCO E CABE AGRADECEM DE CORAÇÃO A VOSSA PRESENÇA E COLABORAÇÃO.

SOCZEK
 COM. E BENEFICIAMENTO DE CEBOLA E PIPOCA
 Compra e Venda
 fone (41) 3681-3015 / 9123-0123 - Genésio (41) 9179-4112 / 9199-8099

VEREADOR
ROBERTO MOTA
 (DETÃO)

